

UNIVERSIDADE ABERTA



**Percepção das comunidades locais acerca do Desenvolvimento do Turismo na
Ilha do Ibo**

Arsília Anastácio Maiela

Doutoramento em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento

2020

UNIVERSIDADE ABERTA



**Percepção das comunidades locais acerca do Desenvolvimento do Turismo na
Ilha do Ibo**

Arsília Anastácio Maiela

Doutoramento em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento

Tese Orientada por:

Professora Doutora Filipa Fernandes

Professor Doutor João Miguel Custódio Ferrão Neto Simão

2020

Resumo

A percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo tem sido construída através dos impactos do turismo e do sentido que estas comunidades atribuem ao turismo. A Ilha do Ibo localiza-se na parte insular do Parque Nacional das Quirimbas com uma população de aproximadamente treze mil habitantes que se dedica a pesca artesanal, ao turismo e ao pequeno comércio. O turismo surge como a segunda actividade depois da pesca, desenvolvida por operadores turísticos, maioritariamente estrangeiros que empregam mão-de-obra local como cozinheiros, guardas, serventes de mesa, jardineiros etc. Ocupam estas posições devido as qualificações mais baixas e ao fraco investimento na educação na Ilha do Ibo. Apesar destas qualificações apresentadas pelos residentes, na Ilha do Ibo, o turismo tem sido uma actividade desenvolvida para estimular a economia local. Para além dos benefícios directos, as comunidades recebem 20% das receitas produzidas pelos operadores turísticos que são canalizadas para o fundo de maneio do Parque Nacional das Quirimbas e posteriormente para as comunidades através dos comités de gestão. Assim esta tese tem como objectivo compreender de que forma o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo é percebido pelas comunidades locais. A componente teórica incidiu sobre a temática do turismo, obdeceu um índice previamente elaborado sobre temas que foram tratados neste trabalho tais como: desenvolvimento do turismo, a percepção das comunidades locais sobre o turismo na Ilha do Ibo e a participação das comunidades locais em iniciativas de desenvolvimento. Optou-se por um paradigma qualitativo que tem como características específicas as interações sociais, podendo ser descritas e analisadas fora dos contextos estatísticos. As técnicas de recolha de Dados foram a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e as entrevistas semi- estruturadas. Os participantes foram seleccionados através da amostragem por acessibilidade e conveniência e por uma amostragem opinática. Para a análise de dados usou-se como técnica a análise de conteúdo. Com este estudo foi possível perceber que nem todas as comunidades percebem os benefícios do turismo. Sómente aquelas que trabalham nas estâncias turísticas e estão nos conselhos de gestão é que percebem os efeitos visíveis do turismo no bem-estar das comunidades locais. Recomenda-se as entidades locais públicas e privadas a integração das comunidades locais no processo de desenvolvimento do turismo, desde a planificação à implementação de projectos turísticos, aumentando-lhes o conhecimento sobre os benefícios do turismo através de palestras, eventos de turismo, feiras de arte e gastronomia local, campanhas de sensibilização sobre o saneamento do meio, assim como a importância sobre o conhecimento dos valores culturais como forma de incentivar a participação da comunidade local nas decisões sobre o turismo para permitir uma melhor gestão e conservação dos recursos naturais e culturais existentes na Ilha do Ibo por forma a tornar a Ilha um destino de turismo natural e cultural reconhecido internacionalmente.

Palavras-chave: Desenvolvimento do turismo, percepção das comunidades locais sobre o turismo, Participação das comunidades locais, Ilha do Ibo, Moçambique.

Abstract

The perception of local communities about the development of tourism in Ibo Island has been made through the impacts of tourism and the sense these communities attribute to tourism. Ibo Island is located in the insular part of the Quirimbas National Park with a population of approximately thirteen thousand inhabitants that is dedicated to small-scale fishing, tourism and small commerce. Tourism appears as the second activity after fishing, developed by tour operators, mostly foreigners who employ local laborers such as cooks, guards, waiters, gardeners and so on. They occupy these positions because of the lower qualifications and the weak investment in education in Ibo Island. Despite these qualifications presented by the residents, in Ilha do Ibo, tourism has been an activity developed to stimulate the local economy. In addition to the direct benefits, the communities receive 20% of the revenues produced by the tour operators that are channeled to the Quirimbas National Park's working capital and then to the communities through the management committees. The thesis aims to understand how local communities perceive the development of tourism in Ibo Island. The bibliographical review on tourism obeyed a previously elaborated index on themes that were treated in this work such as tourism development, the perception of the local communities on the tourism in Ibo Island and the participation of the local communities in development initiatives. We chose a qualitative paradigm that has as specific characteristics the social interactions, and can be described and analyzed outside the statistical contexts. The techniques of data collection were bibliographic research, documentary research and semi-structured interviews. Participants were selected through sampling for accessibility and convenience and for opinion sampling. For data analysis, the content analysis grid was being used as the technique. With this study, it was possible to perceive that not all communities perceive the benefits of tourism. Only those who work in the tourist resorts and are on the boards of management are aware of the visible effects of tourism on the well-being of local communities. It is recommended that local public and private entities integrate local communities in the tourism development process. From planning to implementing tourism projects, increasing their knowledge about the benefits of tourism through lectures, tourism events, art and local gastronomy, awareness campaigns on environmental sanitation, as well as the importance on the knowledge of cultural values as a way to encourage the participation of the local community in tourism decisions. This is useful to allow them a better management and conservation of natural and cultural resources of Ibo Island in order to make the Island an internationally recognized natural and cultural tourism destination.

Keywords: Tourism development, Perception of local communities on tourism, Participation of local communities, Ibo Island, Mozambique.

Dedicatória

Dedico à minha família, mais uma vez (esposo, filhos nomeadamente Eillin, António Júnior, Mauro, Edilson, Keillin), agora incorporo meu neto recém nascido, o Kanson expressão do meu carinho e amor que, apesar de muitas dificuldades, na elaboração da tese, todos eles acreditaram que seu término seria possível e encorajaram-me a não vacilar, mesmos nos momentos de incerteza de trabalho árduo e noites passadas a busca do saber.

Agradecimentos

Agradeço, a Deus pela saúde, sabedoria e inteligência na condução desta tese para que terminasse com sucesso.

Os meus agradecimentos são extensivos à Professora Doutora Filipa Fernandes e ao Professor Doutor João Miguel Custódio Ferrão Neto Simão, pela orientação serena e segura, ao longo de todo o período de desenvolvimento desta tese. Pelo acompanhamento contínuo desde a elaboração do plano de tese, a revisão da literatura, o trabalho de campo até a fase final da tese. Foram muitos desafios e talvez tenha de dizer a verdade que vontade de desistir não me faltou porque a pressão era muita, conciliar a actividade laboral e a elaboração da tese. Mas sempre acreditei que são desafios que os meus orientadores me colocavam e com a sua orientação, consegui superar indicando – me novos rumos para ultrapassá-los. Aos meus queridos professores, vai a minha gratidão pela ajuda e paciência abnegada, ao longo deste tempo todo de interacção conjunta para a construção da tese.

De forma especial agradeço à Professora Doutora Carla Oliveira, a Vice-Reitora da UAB, pela força e coragem de tornar este sonho uma realidade.

Ao corpo docente da Universidade Aberta – UAb, vai o meu reconhecimento e gratidão pela orientação nas aulas lectivas e na disponibilização atempada dos materiais na plataforma da UAB, vai o meu muito obrigado.

A Universidade Católica de Moçambique por me ter incluído no grupo dos estudantes a frequentar o Doutoramento em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento e com bolsa atribuída de 50%, os meus agradecimentos. A Faculdade de Gestão de Turismo e Informática pela compreensão nas deslocações à Nampula para frequentar as aulas de Doutoramento, os meus sinceros agradecimentos.

A Doutora Iolanda Nilza da Mercês Almeida, Directora Provincial da Cultura e Turismo em Cabo Delgado e a sua equipa de trabalho, em especial a dona Lúcia Murizai, pela disponibilidade de informação acerca do turismo na Ilha do Ibo, vai o meu muito obrigado.

Ao Director Adjunto do Parque Nacional das Quirimbas, o senhor Nauji Jonas Cosme Ntave, pela atenção dispensada nas entrevistas, sobre o desenvolvimento do turismo no PNQ com destaque a Ilha do Ibo, os meus singelos agradecimentos.

Meus agradecimentos são extensivos ao senhor Administrador da Ilha do Ibo, o senhor Issa Tarmamade e toda a equipa da administração distrital do Ibo pela sua recepção calorosa e disponibilização de recursos para que o trabalho de recolha de dados tivesse êxito durante as entrevistas programadas.

A Oikos, entidade que responde pelo turismo na Ilha do Ibo pela pronta informação estruturada disponibilizada vão os meus agradecimentos.

A todos entrevistados que na Ilha do Ibo prestaram os seus depoimentos sobre: A percepção das comunidades acerca do turismo na Ilha do Ibo: Chefe de Posto da Ilha do Ibo, senhor Monteiro Rachide, Chefe de posto de Querimba, senhor Mariane Abdulremane, Chefe do bairro de Kumuamba, senhor Rabal Amade e o chefe do bairro de Rituto, senhor Jamal Mussa. Os operadores turísticos da Miti Mwiri, Ulani, cinco portas, Mwani House, Arquipêlago Residencial, Casa das Garças e Ibo *Islands*, os lodges comunitários (Karibuni que em língua local significa entrem e a casa Sakata), os trabalhadores das estâncias turísticas, da casa de arte, ourives vai o meu muito obrigado.

Aos membros do Centro de investigação e Estudos económicos e sociais (CIEES) de que faço parte pela minha ausência nos trabalhos de coordenação e assessoria na investigação, os meus agradecimentos pela compreensão e pela revisão dos textos e organização do trabalho.

Um agradecimento especial vai para minha colega de trabalho, a Doutora Domingas Alberto que sempre me encorajou a encarar os desafios da tese com normalidade e seguir em frente, mesmo nos tempos que perdia forças devido a muita pressão por parte do trabalho da tese.

Aos estudantes do curso de Hotelaria e Turismo, Mohamed Estevão Taiar e Renato Avelino Catepe, que na Ilha do Ibo participaram na tradução das línguas locais para a língua portuguesa, vai o meu muito obrigado.

Á minha mãe Faustina de Jesus, ausente guardo muitas saudades por ter-me ensinado a caminhar com os meus próprios pés, mesmo com dificuldades. Ao meu pai Anastácio Maiela que Deus o

tenha na eterna glória, deixou um legado enorme a “vida e uma educação” que hoje me orgulho de ter tido. A vós meus queridos pais muito obrigado pela força, amor e carinho.

Por último, gostaria de agradecer a todos que directamente e indirectamente souberam lidar com o meu cansaço, ausência afectiva e até aborrecimentos durante este percurso de trabalho de tese. Aprendi a compreender os que não conseguiram caminhar e a admirar a muitos pelos seus feitos para com o próximo.

Índice geral

Resumo	i
Abstract.....	ii
Dedicatória.....	iii
Agradecimentos	iv
Índice geral	vii
Índice de tabelas.....	xii
Índice de figuras.....	xiii
Índice de fotos.....	xiv
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	xv
Introdução	1
Organização da Tese	2
Contextualização	5
Problematização	9
Objectivos	11
Delimitação da Pesquisa	12
Parte I: Revisão da Literatura	13
1. Turismo	14
1.1. O Conceito do Sistema	16
1.2. Turismo como factor de desenvolvimento socioeconómico	19
1.3. Teoria de Modernização	20
1.4. Teoria da Dependência	21
1.5. Teorias neo-liberais	24
1.6. Desenvolvimento Alternativo	26
1.7. Turismo Sustentável	27
1.7.1. <i>Stakeholders</i> no turismo sustentável.....	30
1.7.2. Turismo sustentável em África.....	32
1.8. Turismo Baseado na Natureza	33
1.9. Turismo nas Áreas Protegidas.....	35
1.10. Categorização das áreas protegidas	37

2. Países em Desenvolvimento e o Turismo	39
2.1. Países em Desenvolvimento.....	39
2.2. Turismo e o Alívio a Pobreza.....	41
2.3. O Meio Rural e as formas do turismo alternativo	43
3. Turismo em África	45
3.1. Caracterização do Turismo em África	45
3.2. Países africanos com destaque no turismo	47
3.3. Obstáculos do turismo em África	51
4. Percepção do Turismo pelas Comunidades Locais	55
4.1. Conceito da Percepção.....	55
4.2. Impactos do Turismo	60
4.3. Factores que influenciam as Percepções.....	61
4.3.1. Sócioeconómicos	62
4.3.2. Espaciais.....	64
4.3.3. Dependência Económica.....	66
4.4. Teoria explicativa acerca da formação da Percepção em Turismo	68
4.4.1. Teoria de Ligação à Comunidade	68
4.4.2. Teoria das Trocas Sociais.....	69
4.4.3. Teoria de Doxey	72
4.4.4. <i>Growth Machine Theory</i>	73
4.4.5. Teoria dos Conflitos Sociais	74
4.4.6. Teoria de Ameaça Integrada	75
5. Participação das Comunidades em iniciativas de Desenvolvimento	77
5.1. Conceito da Participação.....	77
5.2. Participação Local no Turismo	79
5.3. Participação da comunidade através da tomada de decisão	82
5.4. Benefícios das Comunidades Locais pela Participação no Turismo	83
5.5. Limitações da Participação Local no Turismo.....	84
6. Turismo Cultural	88
6.1. Valorização do Património Cultural	89
6.2. Património Cultural e Turismo.....	91

7. Turismo em Moçambique	94
7.1. Áreas Protegidas em Moçambique	96
7.2. Parque Nacional das Quirimbas	97
7.3. Caracterização da Área em Estudo	101
7.4. Breves Apontamentos Históricos sobre a Ilha do Ibo	104
7.5. Economia e Serviços	107
7.6. O Turismo na Ilha do Ibo	108
7.6.1. Conservação do património natural e cultural da Ilha do Ibo	112
7.6.2. Estratégias de protecção, conservação e restauro da Ilha do Ibo	115
Parte II: Metodologia	118
8: Metodologia	119
8.1. Estratégia Metodológica	119
8.2. Amostragem	122
8.3. Estudo de Caso	124
8.4. Técnicas de Recolha de Dados	125
8.4.1. Pesquisa Bibliográfica	125
8.4.2. Pesquisa Documental	125
8.4.3. Entrevista Semi- Estruturada	126
8.4.4. Limitações da Pesquisa	129
8.5. Análise de Conteúdo	130
8.6. Codificação	131
8.7. Estabelecimento das Categorias	132
Parte III: Resultados e Discussão	134
9. Resultados e discussão	135
9.1. Modelo conceptual	135
9.2. Desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo	135
9.2.1. Actividade turística na Ilha do Ibo	135
9.2.2. Atrações turísticas na Ilha do Ibo	139
9.2.3. Desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo	141
9.2.4. Facilidades turísticas existentes na Ilha do Ibo	143
9.3 Percepção das comunidades locais sobre o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo	146

9.3.1. Benefícios sócioeconómicos do turismo na vida das comunidades locais na Ilha do Ibo.....	147
9.3.2. Percepção da população em relação ao turismo na Ilha do Ibo.....	148
9.3.3. Satisfação das comunidades com a chegada de turistas na Ilha do Ibo.	150
9.3.4. Relação entre o espaço (local onde se desenvolve o turismo e as zonas habitacionais das comunidades locais).	152
9.3.5. Atitude dos residentes em relação ao tempo de permanência dos turistas, idade, residência e idioma.	153
9.3.6. Contribuição do turismo para a conservação da Ilha do Ibo.....	154
9.3.7. Cumprimento da legislação ambiental por parte dos empreendimentos turísticos .	155
9.3.8. Destruição das espécies marinhas existentes no PNQ (Ilha Ibo) para o desenvolvimento de turismo.	156
9.3.9. Espécies locais existentes na parte insular (Ilha do Ibo) comercializadas pelas comunidades locais, fontes de atracção para o turismo.	157
9.3.10. Medidas tomadas para a conservação da Ilha do Ibo.....	158
9.4. Participação das comunidades locais através da tomada de decisão no desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo.....	161
9.4.1. Percepção das comunidades locais sobre a destruição da vida selvagem, para satisfazer as necessidades dos turistas. Ex: a construção de <i>lodges</i>	161
9.4.2. Percepção local sobre os turistas que visitam a Ilha do Ibo.....	162
9.4.3. Participação das comunidades locais no turismo.	163
9.4.4. Participação local no turismo através das consultas comunitárias.	164
9.4.5. Participação das comunidades locais na tomada de decisão sobre o tipo de turismo na Ilha do Ibo.....	165
9.4.6. Participação local na tomada de decisão.....	166
9.4.7. Dificuldades das comunidades locais na tomada de decisão em relação ao turismo na Ilha do Ibo.....	167
9.4.8. Discussão dos problemas da Ilha do Ibo entre os diferentes actores.....	168
9.4.9. Participação das comunidades locais na gestão e conservação da Ilha do Ibo.....	169
9.4.10. Medidas para a redução da destruição ambiental que põe em causa o desenvolvimento do turismo.	170
9.4.11. Participação das comunidades locais na gestão da Ilha do Ibo com os outros intervenientes locais.	171

9.5. Expectativas das comunidades locais acerca do desenvolvimento turístico na Ilha do Ibo.	172
9.5.1. Necessidades das comunidades com o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo.....	172
9.5.2. Turismo como alternativa de sobrevivência para as comunidades locais na Ilha do Ibo	173
9.6. Dependência económica ao turismo	174
9.6.1. Actividades desenvolvidas pelas comunidades locais para aumentar a renda	174
9.6.2. Pressão sobre a Ilha do Ibo com o desenvolvimento do turismo.	175
9.6.3. Custo de vida na Ilha do Ibo como resultado da presença dos turistas.....	176
9.6.4. As comunidades locais e o desenvolvimento do turismo face à crise que se vive no país.....	177
9.7. Valorização cultural local como atractivo para o turismo cultural	178
9.7.1. Valores culturais locais que identificam as comunidades da Ilha do Ibo	179
9.7.2. Valorização cultural local para o turismo na Ilha do Ibo	180
9.7.3. Estratégia para incentivar o turismo cultural na Ilha do Ibo.	181
10. Conclusão.....	183
10.1. Conclusões da investigação.....	184
10.2. Recomendações	188
10.3. Relevância do estudo	190
10.4. Contributo da tese.....	191
10.5. Linhas de Investigação.....	191
Referências Bibliográficas.....	193
Apêndice.....	204
Anexos.....	CXIII

Índice de tabelas

Tabela 1: Sobre os Impactos do Turismo 61

Índice de figuras

Figura 1: Sistema turístico	16
Figura 2: Sistema de Turismo Mill e Morrison	17
Figura 3: Mapa de Cabo Delgado	103
Figura 4: Mapa da Ilha do Ibo	103

Índice de fotos

Foto 1: Casa das Garças - Turismo Comunitário	C
Foto 2: Mwani lodge	CII
Foto 3: Historiador da ilha.....	CIV
Foto 4: Cinco Portas Lodge	CV
Foto 5: Ulani Lodge	CVII
Foto 6: Ibo Island – Lodge	CX
Foto 7: Karibuni - Turismo Comunitário	CXI

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

AP – Área Protegida

BNU-Banco Nacional Ultramarino

BM – Banco Mundial

CBT-Community Based Tourism

CCPs- Conselhos Comunitários de Pesca

FMI-Fundo Monetario Internacional

HIV/Sida- Human immunodeficiency virus infection

IUCN- International Union for Conservation of Nature

MITUR- Ministerio de Turismo

NEAT- Nature, Ecotourism and Adventure Tourism

NEPAD-Nova Parceria para o Desenvolvimento de África

NPTN- Natural Policy on Tourism for Namíbia

ODMs- Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

OIKOS-Cooperação e Desenvolvimento para Moçambique desde 1990

ONGs-Organizações não-governamentais

OMT – Organização Mundial de Turismo

ONU – Organização Nações Unidas

PEDTM- Plano Estratégico de Desenvolvimento de Turismo em Moçambique

PIB- Produto Interno Bruto

PNB- Produto Nacional Bruto

PNQ- Parque Nacional das Quirimbas

SET- Social Exchange Theory

UCM-Universidade Católica de Moçambique

UNCTAD- United Nations Conference on Trade and Development

UNECA- United Nations Economic Commission for África

UNEP- United Nations Environment Program

UNWTO- World Tourism Organization United Nations

WCED-World Commission on Environment and Development

WTTC- World Travel & Tourism Council

WWF-World Wild Fund

ZDC- Zona de Desenvolvimneto Comunitário

Introdução

O turismo é um dos sectores dinâmicos que cresce no mundo, representa 10,7% do PIB mundial. Com 260 milhões de empregados e investimentos anuais de US\$ 800 bilhões, aparece em posição de competição com alguns dos maiores e tradicionais sectores da economia mundial tal como a construção civil e a petroquímica (WTTC, 2015). Moçambique tem potencial para se desenvolver como destino turístico de classe mundial. Porém, encontra-se ainda numa fase embrionária de desenvolvimento com muitos constrangimentos por ultrapassar. Os recursos humanos e financeiros e a capacidade institucional são bastante limitados, o que torna praticamente impossível o desenvolvimento do país inteiro ao mesmo tempo. O turismo é, por natureza, espacial, neste sentido estão identificadas três plataformas para o seu desenvolvimento, nomeadamente (1) as Áreas Prioritárias para o Investimento em Turismo (APITs), (2) as Áreas de Conservação Transfronteira (ACTFs) assim como as Áreas de Conservação (ACs), e (3) as Rotas de Turismo (Mitur, 2004-2013, p. 60).

A província de Cabo Delgado encontra-se inserida nas Áreas Prioritárias para Investimento em Turismo (APITs) e (2) nas Áreas de Conservação (ACs). Oferece um potencial rico para o turismo, pouco explorado, que entre várias atracções turísticas, se destaca o Parque Nacional das Quirimbas (PNQ), constituído pela parte continental e pela parte insular. É na parte insular que se encontra o distrito da Ilha do Ibo onde o historial da Ilha e os atractivos turísticos constituem um cartão-de-visita para turistas e visitantes que aportam a Ilha do Ibo.

A Ilha do Ibo faz parte do Arquipélago das Quirimbas, na parte insular inserido no PNQ, um conjunto de vinte e oito Ilhas, com recursos turísticos fortes para o turismo. Os recursos turísticos são constituídos por espécies faunísticas, florestais e por tradições culturais das comunidades locais de Ibo, Quipaco, Meluco, Quissanga, Mefundvo e Banco do São Lázaro que proporcionam um ambiente de lazer e recreação para turistas e residentes locais. O desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo tem que ser planificado e gerido de forma que reflecta nas comunidades locais. O crescimento e a procura devem ter em consideração os factores de acessibilidade aos locais turísticos que muitas das vezes são difíceis e fazem com que o turismo progrida de forma

gradual, acompanhando a expansão do desenvolvimento da acomodação e dos locais de lazer e recreação.

Os impactos positivos do turismo na Ilha do Ibo como o aumento de emprego e renda provenientes da pesca, o artesanato e o cultivo de fruteiras seriam maximizados através das trocas comerciais entre residentes, turistas e proprietários das estâncias turísticas com benefícios aos produtores locais na satisfação das suas necessidades individuais.

Todavia, o turismo na Ilha do Ibo encontra-se confrontado com deficientes vias de acesso (estrada em terra batida de Metuge à Tanganhangue e depois a travessia em pequenos barcos de fabrico tradicional). Outras deficiências prendem-se na dificuldade de acesso ao emprego, usurpação de terras aos nativos para o investimento e a interdição da pesca em áreas privatizadas. Estes impactos seriam minimizados com a inclusão destas comunidades, no ciclo de desenvolvimento de turismo, através dos modelos de participação e de consulta às comunidades locais inseridas no processo de tomada decisão.

Os modelos de participação consistem numa gestão eficiente de recursos turísticos, através de informações que são partilhadas entre os membros da comunidade pelo desenvolvimento do turismo observando-se os princípios democráticos, com ênfase na clareza, coerência e transparência. Os modelos de gestão participativa adoptam uma estrutura de organização definida pelos membros de grupo para a sustentabilidade das comunidades locais e do ambiente para o desenvolvimento do turismo visando a percepção sobre os benefícios e as dificuldades do turismo na Ilha do Ibo pelas comunidades locais.

Organização da Tese

A tese está organizada, em três partes seguindo uma estrutura metodológica padronizada e aceite nas ciências sociais, usando para o efeito as diferentes etapas do método científico de pesquisa. Deste modo, na introdução foram apresentados os seguintes tópicos, a contextualização, onde as previsões indicaram esse forte impulso para o ano de 2018. Estes resultados mostram uma tendência de evolução de turismo a nível mundial. No continente africano apesar desta evolução existem factores que podem retardar o alcance destes resultados tais como: as infra-estruturas precárias, o clima de instabilidade política e os conflitos armados. O foco da pesquisa é a Ilha

do Ibo, localizada ao norte de Moçambique, onde o turismo é uma actividade desenvolvida com recursos locais, naturais e culturais. 2) na problematização pretende-se através desta pesquisa perceber das comunidades locais o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo. 3) os objectivos que norteiam a pesquisa visam compreender de que forma o turismo é percecionado pelas comunidades locais na Ilha do Ibo e finalmente, 4) a justificativa da pesquisa que traz a relevância do estudo na Ilha do Ibo, para os que planificam a actividade em termos de políticas a serem implementadas assim como o investimento necessário que deve ser aplicado em infra-estruturas para o turismo. Na segunda parte II: refere-se a Revisão da literatura com as seguintes temáticas: 1) Conceito de turismo, onde se explica o que é o turismo através de vários autores seleccionadas para o efeito. 2) Países em desenvolvimento e o turismo. Os países em desenvolvimento são caracterizados como sendo aqueles que tem o sector industrial limitado, com poucos recursos e dependentes da ajuda internacional. O turismo joga um papel catalisador no desenvolvimento económico como uma estratégia para atrair mais investimentos e representa a principal fonte de rendimento, das trocas monetárias, emprego e de produção de receitas para os governos destes países. 3) Turismo em África é aqui destacado como sendo a valorização do continente africano pela Organização Mundial de Turismo devido ao seu vasto potencial natural diversificado, como o exotismo das paisagens tropicais, vegetação diferenciada frequentemente marcadas pela densidade, e de fauna abundante. Para além destes atractivos naturais, existem os atractivos culturais para atrair turistas e visitantes. O turismo foi concebido como um sector privilegiado na promoção de mudança social e do crescimento económico dos países africanos. 4) Percepção do turismo pelas comunidades locais, significa a percepção da comunidade residente sobre os impactos do turismo. Isto porque a gestão dos residentes e as suas atitudes em relação ao turismo desempenha um papel crucial na planificação da actividade pelos gestores do destino que são o governo local, as empresas de turismo e outros intervenientes locais que através dos efeitos negativos e positivos do turismo têm uma ideia sobre a percepção dos residentes em relação a actividade. 5) Participação das comunidades em iniciativas de desenvolvimento. A participação é entendida como o convívio entre os membros que fazem parte de um mesmo grupo para expôr as suas ideias e opiniões, bem como integra os diferentes interesses nos processos decisórios. Essa participação é feita pelas comunidades que vivem em áreas de destinos turísticos que participam na planificação e nas decisões relativas ao desenvolvimento do turismo. 6) Turismo em Moçambique, onde são destacadas as potencialidades turísticas de Moçambique ao longo da linha costeira com praias de palmeiras, arquipélagos de Bazaruto e das Quirimbas, parques e

reservas nacionais que são usadas para o turismo, assim como para diversificar o crescimento económico, proporcionar benefícios locais, incluindo as receitas fiscais, emprego e oportunidades para as pequenas e médias empresas. Parte II: A Metodologia de Estudo. Para esta pesquisa foi privilegiada o paradigma interpretativo com uma abordagem qualitativa considerada como um conjunto de crenças que orientam a acção investigativa como as práticas que foram usadas pela investigadora desde o campo teórico ao empírico. Parte III: Resultados e Discussão, nesta parte foi apresentado um modelo conceptual com os resultados da pesquisa sobre o tema: “Percepção das comunidades locais sobre o turismo na Ilha do Ibo.” Os dados foram recolhidos através dos diferentes intervenientes relacionados com o turismo na Ilha do Ibo. Os resultados das entrevistas apresentam um cenário de como o turismo é desenvolvido na Ilha do Ibo, nas diferentes temáticas. Finalmente a Conclusão e Recomendações: onde foram tiradas as conclusões sobre o estudo das percepções das comunidades locais sobre o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo e apresentadas recomendações para o melhoramento do turismo, com estabelecimento de estratégias de desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo e sua integração na estratégia global da Província de Cabo de Delgado. Todo o material para esclarecimento sobre como o turismo é desenvolvido na Ilha do Ibo, como a lista dos participantes às entrevistas, o guião de entrevistas e a grelha de análise de conteúdo estão nos apêndices. O material consultado para esclarecimentos sobre o turismo na Ilha do Ibo, como o Plano de Maneio do Parque Nacional das Quirimbas, os Planos Estratégicos de Desenvolvimento de Turismo e a Legislação a ser usada estão nos Anexos.

Contextualização

Segundo a OMT (2017), as chegadas de turistas internacionais registaram um aumento notável de 7% em 2017 e atingiram um total de 1.322 milhões, segundo o último Barómetro Mundial de Turismo da UNWTO. As previsões indicam que esse forte impulso continuará em 2018, com uma taxa entre 4% e 5%. A partir dos dados dos destinos turísticos em todo o mundo estima-se que as chegadas de turistas internacionais (visitantes que pernoitam) em todo o mundo aumentaram 7% em 2017. É uma taxa de tendência sustentada muito elevada em relação a taxa de 4% registada desde 2010. Representa o melhor resultado em sete anos de turismo, liderados pelos destinos com resultados extraordinários, como o Mediterrâneo e a Europa considerados como as grandes regiões e bastante maduras no turismo internacional. Em 2017, África consolidou a sua recuperação em relação ao ano de 2016, com um crescimento registado de 8%. A região da Ásia e do Pacífico registou um crescimento de 6%, o Médio Oriente de 5% e as Américas de 3%. Estes resultados mostram uma tendência de crescimento de volume de chegadas internacionais nos destinos turísticos mais procurados.

Apesar dos dados estatísticos se mostrarem promissores para o aumento de turistas no continente africano, existem factores que podem retardar o alcance destes dados tais como: infra-estruturas precárias, como estradas, a deficiente distribuição da energia eléctrica, o abastecimento de água potável, acomodação insuficiente, serviços de saúde pública inadequados, telecomunicações precárias e, em alguns casos, problemas de segurança para o turismo. Associado a estes factores, o clima de instabilidade política e os conflitos armados em África, poderão reduzir drasticamente o número de turistas que visitarão o continente neste período.

O Turismo em África foi desenvolvido ao longo do tempo, mas a partir de 1980, registou um incremento significativo do número de chegadas internacionais, assim como aumento nas receitas turísticas nacionais. Entre 1950 e 1980, o continente africano era pouco procurado como destino de turismo para lazer, comparado com outras regiões do mundo, tendo os efeitos do sector na economia nacional de muitos países e nas comunidades. Esta situação teve como causas: os conflitos internos que provocaram a instabilidade política e a insegurança, as independências dos países africanos, a falta de facilidades turísticas para acolher turistas; à existência de doenças endémicas que adquiriram importância crescente, entre as quais a malária, as diarreias e a cólera (OMT, 1994; 1999c).

A partir da década 80, muitos países africanos, constituíram-se como Estado-Nação e deram continuidade aos processos de desenvolvimento económico. Na década de 90 impulsionou-se o turismo como um sector privilegiado e de destaque para o crescimento económico e para o bem-estar das comunidades locais. Por um lado, África revelou ser um continente dotado de um vasto e diversificado potencial natural (Lima, 1997: 53), conhecido pelo exotismo das paisagens tropicais com vegetação diferenciada em função das regiões e fauna abundante. Por outro lado, do ponto de vista turístico, o continente africano ficou marcado pela especificidade cultural, nomeadamente no que respeita à organização social, às tradições e às práticas culturais, entre outros aspectos culturais das sociedades africanas (OMT, 1999).

O continente africano é continente com vasto potencial natural, que se caracteriza por paisagens tropicais exóticas, assim como às tradições e às práticas culturais. A complexidade do turismo em África deve-se à sua diversidade étnica, política, religiosa e geográfica que fazem com que as diferenças sejam claras, embora existam semelhanças preocupantes em relação a problemas sociais que o turismo pode enfrentar (Campos, 2008, p. 121). Na abordagem sobre o turismo em África o destaque vai para a África Austral por ser nesta parte do continente onde localiza Moçambique, um dos destinos previligiados do turismo internacional.

África Austral em particular é sobejamente conhecido pelo conjunto de potencialidades que o bioma proporciona. Os cenários de savana, as praias tropicais, a diversidade cultural e a fauna selvagem, transformaram-se, ao longo dos anos, no cartão-de-visita mor, para um crescente número de turistas e outros interessados em desfrutar do prazer, da aventura, da calma ou de fortes emoções. Os recursos faunísticos marinhos ou terrestres, em particular os endémicos, converteram-se no produto turístico mais concorrido e diferenciado para o turismo, nas últimas décadas, (Chiziane 2007).

Moçambique é um país com potencialidades faunísticas e marinhas para o turismo que desde o período da colonização foi um dos destinos turísticos mais procurados na África Austral. O turismo é uma actividade importante na economia do país, que se desenvolveu em torno de três temas: as praias, a fauna e um ambiente dinâmico oferecido pelos centros urbanos que se concentravam principalmente nas zonas sul e centro do país. As praias tropicais, as águas quentes e as oportunidades marcantes de pesca e de andar de barco propiciavam o turismo em Moçambique que eram únicos na África Austral. O produto faunístico encontrava-se muito desenvolvido

no Parque Nacional da Gorongosa que era considerado uma das melhores reservas de animais da África Austral e a caça nas coutadas (áreas de caça) na zona centro possuíam padrão internacional (PEDTM,2004-2013, p.19). Estes atractivos da zona sul associados ao produto faunístico da zona centro de Moçambique possibilitaram o investimento para o sector de turismo e colocaram Moçambique numa posição privilegiada de turismo de primeira classe.

A zona norte de Moçambique mantém-se diferente da zona sul e centro por possuir um potencial turístico pouco explorado e pouco conhecido. Na província de Cabo Delgado, por exemplo, os grandes atractivos para o turismo são: o Parque Nacional das Quirimbas e o arquipélago das Quirimbas, regiões propícias para o desenvolvimento do ecoturismo com a observação de pássaros, caça, mergulho e com uma forte influência cultural das comunidades locais da Ilha do Ibo (PEDTM,2004-2013, p.21). Estes atractivos requerem do governo nacional e local um plano de marketing para a divulgação das potencialidades turísticas por forma a tornar a zona em questão num destino turístico reconhecido a nível mundial.

Nesta província, o desenvolvimento do turismo é promissor no eixo Pemba- Murrebué- Ilhas, com destaque ao Parque Nacional das Quirimbas (PNQ) para o desenvolvimento do ecoturismo. O Parque Nacional das Quirimbas (PNQ) surge como iniciativa dos diferentes intervenientes, principalmente das comunidades locais, através da estratégia *Bottom up* que consiste numa iniciativa de participação comunitária da “base para o topo” como forma de encontrar solução para os problemas das comunidades locais (Plano de Maneio 2004-2008, p.5).

O PNQ foi criado como uma área protegida, de valores culturais/ naturais, florestais e faunísticos com uma administração virada à conservação de ecossistemas, com fins para o turismo com actividades de lazer e recreação (Plano de Maneio 2004-2008). Para garantir a sustentabilidade do parque, a gestão das zonas de proteção será da responsabilidade do operador, em colaboração com a comunidade. A colaboração da comunidade será motivada por um contrato que garante opções, assim como por um fundo anual de desenvolvimento da comunidade que será pago pelo operador à comunidade para que o turismo seja sustentável (Plano de Maneio 2004-2008).

A Ilha do Ibo é parte integrante do Parque Nacional das Quirimbas, faz parte de um conjunto de Ilhas do arquipélago das Quirimbas mais ao norte de Moçambique. A penetração estrangeira na Ilha do Ibo tal como nas Ilhas Matemo, Querimba e M’fundzo teve início no século VIII, quando os árabes, procuraram refúgio nestas Ilhas e começaram a desenvolver o comércio de escravos.

Foi a partir do século IX que as relações entre os povos da costa oriental africana e árabes, persas e indianos deu origem ao povo, cultura e língua *swahili*, onde os elementos árabes são os mais destacados. A língua *swahili* é falada ao longo da costa oriental africana desde a costa da Somália, Madagáscar e toda a região costeira de Moçambique. As Ilhas do Arquipélago das Quirimbas são resultado desta miscigenação cultural. A partir dos meados do século XX os habitantes das ilhas desenvolveram outras actividades como: a pesca, a agricultura de subsistência, cultivando a mandioca, a batata doce, as árvores de frutas tais como papaeiras, bananeiras, goabeiras, mangueiras e ateiras, faziam a criação de animais domésticos por exemplo o gado caprino, galinhas, patos e gado bovino. Estas actividades eram desenvolvidas pelos habitantes da Ilha o que lhes permitia diversificar a dieta alimentar (Carrilho, 2005, p. 64).

Para além das actividades mencionadas, na segunda metade do século XX, a Ilha do Ibo começou a desenvolver o turismo, devido a um conjunto de potencialidades existentes tais como local de berçário de baleias, que permitem a observação destas pelos turistas, locais de alimentação e desova das tartarugas marinhas, um complexo de recifes com grande diversidade de corais, um recurso biológico para a pesca e para o ecoturismo marinho e um mosaico cultural forte resultante da cultura entre árabes e locais, que tornaram o turismo a actividade de maior relevância na Ilha do Ibo (Carrilho, 2005, p. 65)

O turismo é uma actividade de destaque na Ilha do Ibo. Apresenta recursos locais naturais e culturais para o desenvolvimento da actividade. Apesar de existir o potencial turístico na Ilha, não encontra resposta para as solicitações dos investimentos, em relação: ao tipo de investimento, contratação e formação da mão de obra local assim como os benefícios às comunidades locais pelo desenvolvimento da actividade. Os investidores recorrem a Direção provincial de Turismo e ao Balcão de Atendimento único (BAÚ) na cidade de Pemba a 250 km para se informarem e obterem as devidas licenças, *permits* para os investimentos em diferentes áreas do sector de turismo (Plano e Regulamento, 2008). A falta de um órgão com poder decisório local, em relação aos investimentos, a integração do turismo no sistema de interligação com outras actividades locais com benefícios resultantes da actividade nas comunidades locais produzem impactos que podem ser descritos como positivos ou negativos suscitando percepções diversas nas comunidades locais. (Carrilho, 2005). Os impactos do turismo trazem diferentes percepções nas comunidades locais do Ibo, por ser nestas comunidades onde os benefícios e os constrangimentos da actividade são notáveis.

Problematização

O turismo na Ilha do Ibo é o cartão-de-visita para turistas e visitantes que chegam à Ilha motivados pelas atrações turísticas que o destino proporciona tais como: as belas praias para o mergulho, observação de baleias, os locais de interesse histórico e cultural que representam o valor histórico actualmente mais valioso que a Ilha do Ibo apresenta, os recifes de corais representam os locais ideais para o mergulho de garrafa (*scuba diving*); pesca desportiva (nas zonas devidamente identificadas); observação da vida selvagem, incluindo aves, mamíferos terrestres, mamíferos marinhos e tartarugas marinhas; viagens de barco; a orla da plataforma costeira: constitui o espaço de transição entre as águas pouco profundas e as águas profundas na zona de talude continental oferece boas oportunidades para os mergulhadores de garrafa mais experientes (Plano de Maneio 2012-2021, p. 61).

O desenvolvimento turístico na Ilha do Ibo tem em conta os recursos naturais existentes que devem ser percebidos pelas comunidades locais como sendo promotores do desenvolvimento económico local. Mathieson e Wall, (1990, p. 31), Ignarra, (2003) identificam os impactos como sendo a geração de renda através de impostos pagos pelos operadores turísticos que são canalizados ao governo, assim como a geração de emprego a nível local onde as habilitações e capacidades da mão-de-obra existente a nível local tem as qualificações mais baixas. Apesar de ser um efeito positivo no destino, o turismo também estimula as economias locais, como por exemplo: a existência de casas de arte construídas para oferecer aos turistas objectos de adorno e lembranças locais. É neste contexto que o estudo das percepções sobre o desenvolvimento do turismo nas comunidades locais da Ilha do Ibo torna-se relevante para perceber como os impactos resultantes do desenvolvimento da actividade turísticas são percebidos pelas comunidades locais da Ilha do Ibo.

O turismo é uma actividade que gera benefícios, os seus efeitos devem ser visíveis de modo a criar um bem-estar nas comunidades locais da Ilha do Ibo. As percepções do turismo nas comunidades locais resultam dos impactos trazidos pelo desenvolvimento da actividade com destaque nas regiões onde ele é desenvolvido. Lage & Milone (2000) consideram que os impactos económicos da actividade turística tem uma clara vantagem como fonte de geração de divisas,

quando os benefícios são aplicados de forma eficiente, particularmente nos países em desenvolvimento, onde o turismo depende da demanda internacional, o que faz ser uma actividade de exportação nos primeiros estágios do seu desenvolvimento, contribuindo para alavancar a economia destes países e trazer uma qualidade de vida no seio das populações.

Por sua vez, Mathieson e Wall (1990, p.31) defendem que a balança de pagamentos regista os efeitos do turismo dentro do próprio país em questão (quer digam respeito aos visitantes nacionais como internacionais), através dos gastos dos turistas fora das suas fronteiras, este constitui um bom indicador para avaliar o turismo a nível local assim como nacional. Este é um efeito positivo do turismo no destino, de estabelecer relações comerciais com outros países em forma de importações de bens e serviços para o sector turismo assim como em forma de exportações aumentando divisas para o país. A geração de emprego também é um impacto positivo do turismo mas existem alguns factores que influenciam a criação de emprego, como as habilitações profissionais e as capacidades da mão-de-obra local com poucas qualificações (Mathieson e Wall, 2006 & Mill e Morrison, 1992).

Percebe-se que o turismo é uma actividade desenvolvida para estimular às economias locais e direccionar os benefícios às comunidades locais onde a actividade é desenvolvida, apesar das qualificações mais baixas empregues pelo sector. O turismo é “um sector de trabalho intensivo e abrangente em termos de habilidades e niveis de formação” (PEDTM 2004-2013, p.12), porque envolve todos os níveis de qualificação desde o nível mais baixo até ao nível mais alto. O turismo aparece numa situação privilegiada em relação a outros sectores de actividade económica e gera impactos nas comunidades locais.

No entanto Chiziane (2007, p.33) aponta os impactos negativos do turismo como a destruição dos valores culturais locais devido ao convívio de turistas e comunidade local, aumento de trânsito de pessoas e mobilidade populacional, o abate indiscriminado de animais, a extinção de espécies faunísticas, o aumento da criminalidade e o uso de drogas por influência dos turistas, o aumento do custo de vida das comunidades residentes devido dos custos das mercadorias, dos serviços, e da moradia.

Os impactos positivos e negativos devem ser percebidos pelas comunidades locais da Ilha do Ibo no desenvolvimento do turismo através de uma gestão participativa. A gestão participativa

nas comunidades locais implica coexistência de um processo de relacionamento entre os diferentes actores no ciclo de desenvolvimento de turismo, onde as comunidades são chamadas a fazerem parte do processo de tomada de decisão. Mediante este cenário surge a seguinte pergunta de partida: Que percepção têm as comunidades locais sobre o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo?

Percebe-se nesta matéria que ao estudar as percepções das comunidades locais para o desenvolvimento do turismo permite (i) fornecer dados aos decisores; que, por sua vez, (ii) serão contemplados num planeamento mais adequado da actividade que acontece na Ilha do Ibo, (iii) como também no investimento necessário em infraestruturas assim como planificar a formação profissional para o desenvolvimento da actividade (Harril, 2004, p. 4).

Objectivos

O objectivo geral da tese consiste em compreender de que forma o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo é percecionado pelas comunidades locais, um objectivo que se consubstancia num conjunto de 5 objectivos específicos a saber:

1. Caracterizar a actividade turística na lha do Ibo;
2. Avaliar a percepção das comunidades locais sobre o desenvolvimento turístico na Ilha do Ibo, nomeadamente ao nível dos impactos ambientais e socio-económicos da actividade;
3. Analisar a participação das comunidades locais através da tomada de decisão no desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo;
4. Identificar as expectativas das comunidades locais acerca do desenvolvimento turístico na Ilha do Ibo.

O estudo das percepções sobre as comunidades locais ao desenvolvimento do turismo é relevante, pois permite (i): compreender a percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento do turismo no Parque Nacional das Quirimbas com destaque para a Ilha do Ibo; (ii) fornecer dados aos decisores sobre o desenvolvimento da actividade na Ilha do Ibo; (iii) fomentar o planeamento e a definição de políticas adequadas para o turismo, actividade que acontece na Ilha do Ibo; (iv) investir em infraestruturas necessárias para o desenvolvimento da actividade; (v) formar profissional para o desenvolvimento da actividade.

Delimitação da Pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida na Ilha do Ibo, uma das vinte e oito ilhas do arquipélago das Quirimbas. A Ilha do Ibo se destaca pelos atractivos¹ que constituem as condições para o turismo, principalmente nos locais onde se podem encontrar empreendimentos turísticos, que são os responsáveis por empregar residentes locais e trazer benefícios para as comunidades locais. A pesquisa pretendeu estudar as percepções das comunidades locais pelo desenvolvimento do turismo, actividade que acontece na Ilha do Ibo, resultante dos impactos sócio económicos da actividade assim como a participação destas comunidades nos processos de tomada de decisão pelo desenvolvimento do turismo na Ilha.

Neste primeiro capítulo foram abordadas as seguintes temáticas: a introdução que faz menção aos aspectos relacionados com o desenvolvimento de turismo em Cabo Delgado onde se encontram inseridas as Áreas Prioritárias para Investimento em Turismo (APITs) e (2) as Áreas de Conservação (ACs). O Parque Nacional das Quirimbas (PNQ) oferece um potencial rico para o turismo, que de entre as várias atracções turísticas, se destaca a Ilha do Ibo na parte insular uma das principais Ilhas do Arquipélago das Quirimbas. O turismo na Ilha do Ibo é o cartão-de-visita para turistas e visitantes que chegam à Ilha motivados pelas atracções turísticas tais como as praias para o mergulho, observação de baleias e os locais de interesse histórico e cultural que representam o valor histórico que a Ilha possui. O turismo é uma actividade que gera benefícios, os seus efeitos devem ser visíveis de modo a criar um bem-estar nas comunidades locais da Ilha do Ibo. As percepções do turismo nas comunidades locais resultam dos impactos trazidos pelo desenvolvimento da actividade com destaque nas regiões onde ele é desenvolvido. Surge a seguinte questão: Que percepção têm as comunidades locais sobre o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo? Para tal percepção se formularam os objectivos da pesquisa e a relevância do estudo.

¹ Praias, gastronomia, artesanato, património cultural, observação de baleias, mergulho, observação de corais, entre outros.

Parte I: Revisão da Literatura

1. Turismo

Mathienson e Wall (1982, p.1) definem o “turismo como sendo o movimento temporário de pessoas para destinos exteriores ao seu lugar normal de trabalho e de residência, as actividades empreendidas durante a estadia nestes destinos e as instalações criadas para o fornecimento das suas necessidades.” Entende-se neste conceito, turismo como uma actividade exercida fora do lugar onde as pessoas vivem e tem o seu ambiente de trabalho para outros destinos com condições criadas para satisfazer as necessidades desejadas.

De La Torre (1997, p.19) apresenta o conceito de turismo que considera:

“O turismo como um fenómeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupo de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultural ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma actividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, económica e cultural”.

Entende-se neste conceito ser o turismo um fenómeno social devido a multiplicidade de relações de âmbito social, económico, e cultural que se estabelecem entre turistas e os residentes locais, e entre os turistas e os que providenciam os serviços de lazer e recreação. Neste conceito são acrescentadas outras características como a de não exercer nenhuma actividade lucrativa durante o tempo que o turista estiver a fazer turismo. Castro (2002), entende turismo como uma actividade social, de natureza pluridimensional que permite várias abordagens para análise e estudo e exige interdisciplinaridade para a sua compreensão, isto é, as relações sociais entre visitantes e residentes, relações económicas entre os diferentes *Stakeholders* que operam no turismo e as relações ambientais entre o ambiente e a cultura de uma comunidade. O turismo tem uma especificidade múltipla a de se interligar com outras vivências de turistas e residentes para o estabelecimento de relações sociais mútuas.

Maiela (2012, p.22) defende que “turismo é uma actividade multidimensional e multifacetada que interage com vivências diferentes e com actividades económicas diferentes. Turismo surpreendentemente tem sido difícil de definir”. Esta interligação do sector com vivências diferentes e actividades diversas possibilita que sectores da economia se cruzem, tornando o conceito de difícil abrangência, tendo em conta os aspectos que o turismo faz referência.

Segundo a autora, acima citada diz ser turismo uma actividade que faz o cruzamento de sectores convencionais dentro da economia e requer um aumento de ordem social, económica, cultural e de natureza ambiental. Percebe-se neste conceito ser o turismo uma actividade que se interliga com outros sectores de actividade, tornando-a uma indústria de carácter inclusiva que se compara às outras indústrias de produção ²“normal”.

No entanto, a OMT (2003), melhorou o conceito incluindo o tempo de estadia e as actividades realizadas por pessoas fora do seu ambiente natural, especificando o tempo de estadia que devem permanecer nos destinos turísticos.

“O turismo inclui o deslocamento e as actividades realizadas por pessoas durante suas viagens e estadias, bem como, as relações que surgem entre eles, em lugares distintos do seu ambiente natural, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano e mínimo de 24 horas (por noite no destino), principalmente com fins de lazer, negócio e outros”(OMT, 2003, p. 38).

O conceito de turismo visto por diferentes autores tem diversas abordagens tais como a multiplicidade de relações e vivências compartilhadas para satisfazer as necessidades dos turistas e visitantes, que se estabelecem entre eles, as facilidades criadas para atender esta actividade e um ambiente de lazer e de negócios por período determinado de tempo.

Sharpley (2009, p. 6) define o turismo como "as actividades dos turistas e aqueles que os atendem a demanda turística", distinguindo imediatamente o turismo como fenómeno social (isto é, o movimento e as actividades das pessoas que participam no turismo) e a chamada "Indústria do turismo", ou a miríade de empresas e organizações que fornecem ou facilitam experiências turísticas, mas sem fins lucrativos. O turista fora do seu meio precisa de serviços que são providenciados por empresas que facilitam o movimento turístico.

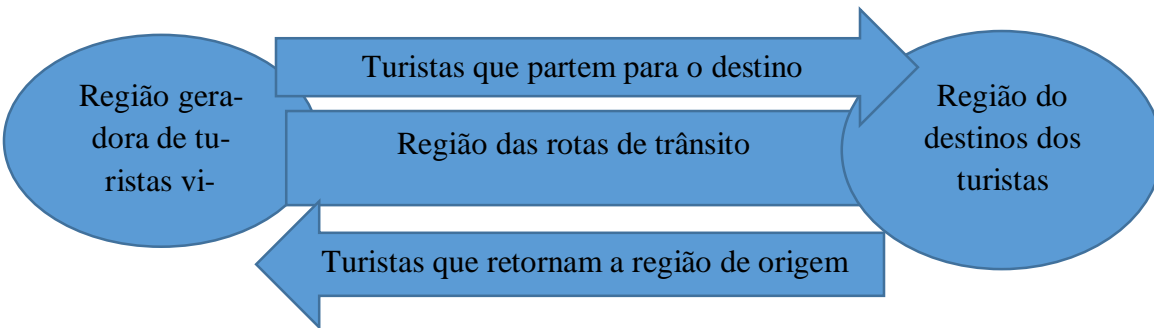
² Produção neste caso significa uma indústria que usa instrumentos de trabalho, força humana, maquinaria para atingir os objectivos planificados.

1.1. O Conceito do Sistema

O Conceito de sistema será aqui abordado para perceber como o turismo é considerado um sistema que envolve diferentes partes que se relacionam como forma de tornar o produto turístico atractivo, de lazer e recreação para turistas e visitantes.

Entende-se por “sistema” como um conjunto de elementos em inter-relação entre si e com o ambiente”. (Bertalanffy 1995, p.19). A este respeito, o modelo de Leiper faz menção ao sistema turístico, que se caracteriza pelas actividades que são desenvolvidas pelos turistas, a localização dos sectores da indústria assim como oferece um elemento geográfico importante na viagem do turista.

Figura 1: Sistema turístico



Fonte: Leiper, 1990

Na perspectiva de Leiper (Cooper *et al.*1998, p.5) o modelo de sistema de turismo envolve três elementos geográficos que são:

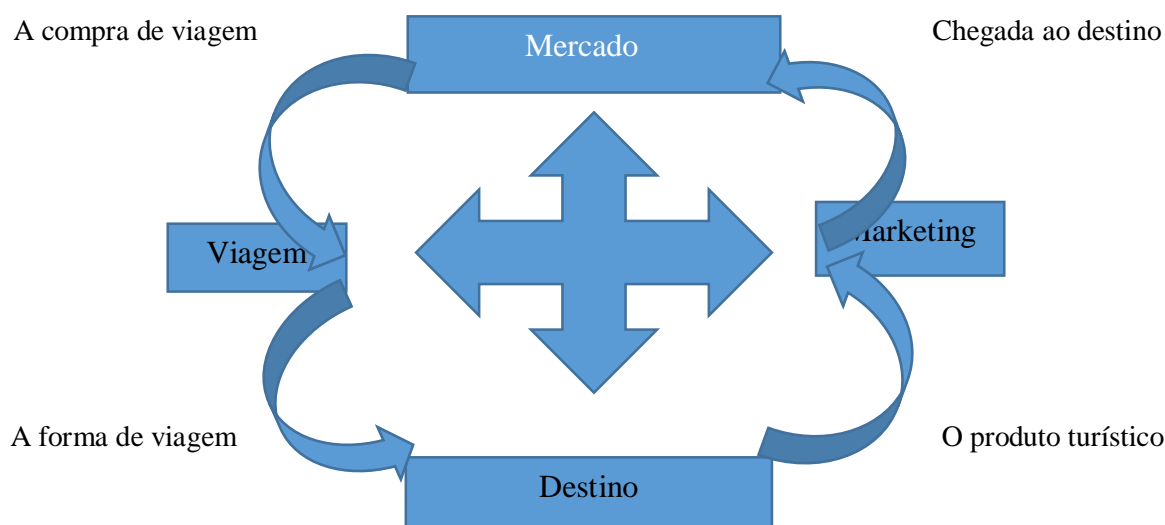
- a) Região geradora de turistas;
- b) Região de destinos de turistas
- c) Região de rotas de trânsito

A região geradora de turistas representa o mercado gerador para o turismo e, de certa forma oferece o impulso para estimular e motivar as viagens. É o local onde o turista procura informações, faz as reservas e parte para a viagem. A região de destinos do turista representa o lado afiado do turismo. É no destino que são sentidos os impactos do turismo e as estratégias de planificação e de gestão são implementadas. É, portanto, nos destinos “onde ocorrem as consequências mais visíveis e drásticas do sistema” (Cooper 1998, p.5). No sistema existe a interação entre os elementos e este com o meio em que se encontram inseridos. No

sistema de Leiper os elementos se interagem não só para oferecer produto turístico como também os benefícios, impactos que dependem do contexto em que o turismo acontece. A este propósito, Maiela (2012, p. 26) refere que o sistema de turismo consiste na produção de bens de consumo que são gerados pelo turismo. Inclui um conjunto de actividades que são desenvolvidos pelos turistas que consistem na localização das atrações turísticas, das facilidades e a relação destes com as restantes componentes da indústria do turismo como os transportes e os divertimentos. Estes elementos estão interligados para proporcionar lazer e recreação aos turistas.

O modelo de sistema usado por Morrison (2002, p. 7) proporciona uma visão mais compreensiva sobre o funcionamento do sistema de turismo, dinâmico e em constantes mudanças. O sistema consiste em quatro partes: mercado, marketing, destino e viagem. A decisão de viagem começa com o primeiro segmento de mercado que realça a vontade de viajar e de se tornarem turistas. O segundo segmento do sistema descreve para onde, quando e como o comportamento do turista começa em relação a viagem. O terceiro segmento do modelo consiste no estudo sobre o destino (atracções, serviços) que serão usados pelo turista. O quarto componente do modelo consiste no marketing ponto mais alto do sistema que encoraja as pessoas para a viagem. Para as viagens torna-se necessário o desenvolvimento do plano de *marketing mix*, a escolha dos canais de distribuição na tentativa de encorajar os turistas a viajar.

Figura 2: Sistema de Turismo Mill e Morrison



Fonte: Mill, R.C. e Morrison, A.M. (1995)

O turismo pode ser compreendido como um sistema que se caracteriza como um “modelo conceptual de um processo formado por um conjunto de elementos ordenados segundo as suas funções, localização espacial, interligados racionalmente por princípios e regras de mercado, que mantêm por seu turno, relações de intercâmbio com outros sistemas de diferente categoria” (Santana 1997:53, cit in Fernandes 2015, p.426). Este conceito aplica -se à interdependência de elementos que no seu conjunto compõem os destinos turísticos (Laws 1995, cit in Fernandes 2015, p. 426). Para compreender o sistema de turismo e o seu funcionamento é necessário descrever “o turismo como parte de uma grande indústria conhecida como a indústria de hospitalidade. A indústria de viagens e turismo é um vasto grupo de negócios com o objectivo de providenciar produtos e serviços necessários para os viajantes” (Kasavana 2001, p.4 cit in Maiela, 2012, p.22). O conceito de indústria de turismo reúne um conjunto de redes sectoriais interligadas, que permitem oferecer serviços pelos produtores/promotores, os quais incluem: os transportes, os hotéis e outras formas de alojamento de turismo e as atracções e facilidades destinadas a atrair turistas. A venda destes serviços assume diferentes formas: directamente ao consumidor, por intermédio de agentes de viagens ou operadores turísticos (Holloway 1994). É neste contexto que se explica a interação dos diferentes elementos da indústria de turismo como sendo um sistema que pode ser compreendido como “um grupo de actores ligados por relações mútuas com regras específicas, onde a acção de cada actor influencia a dos restantes, para que os objectivos comuns sejam definidos e alcançados de forma coordenada” (Manente e Minghetti 2006:230, cit in Fernandes, 2015).

Percebe-se sistema de turismo como um processo formado por um conjunto de elementos ordenados segundo as suas funções, localização espacial, interligados racionalmente por princípios e regras de mercado, que mantêm por seu turno, relações de intercâmbio com outros sistemas de diferente categoria. Este conceito aplica -se à interdependência de elementos que no seu conjunto compõem os destinos turísticos. Turismo é uma indústria que se interliga a um conjunto de redes sectoriais que oferecem serviços e produtos tais como: as atracções, os transportes, os hotéis e outras formas de alojamento de turismo e as facilidades destinadas a atrair turistas. Estes elementos se interagem entre si de modo a providenciar os serviços necessários aos clientes para que os objectivos comuns sejam definidos e alcançados de forma coordenada assim como interagem com o meio ambiente.

1.2. Turismo como factor de desenvolvimento socioeconómico

A OMT (2015, p.54) considera o turismo como um veículo para o desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, a predominância dos recursos naturais (atrações naturais, históricas e culturais, urbanas e rurais) constituem a forte atração na obtenção de receitas do turismo internacional (Sharpley, 2009, p.334). A noção de desenvolvimento tem sido relacionada com o crescimento económico, é neste contexto que Milone (2001, p. 203) se refere ao crescimento económico como o aumento contínuo do produto nacional, em termos globais ou percapita de um país, por um período longo do tempo” enquanto desenvolvimento económico é “o aumento contínuo do produto nacional e da qualidade de vida dos indivíduos de cada país, ao longo do tempo.”

Lewis (1960) considera ser importante o crescimento económico para se alcançar o desenvolvimento, graças ao crescimento, é possível escolher entre ter mais tempo para o lazer ou mais bens e serviços. Tradicionalmente, o desenvolvimento tem sido comparado ao crescimento económico, sendo o desenvolvimento socioeconómico visto como a consequência inevitável de um aumento da riqueza *percapita* (Sharpley, 2009, p.334). Para o turismo é possível identificar os factores económicos e político-sociais que determinam fortemente o crescimento económico e, por essa via, influenciar o desenvolvimento económico do destino turístico. Esses factores são: *stock* de recursos produtivos; conhecimentos tecnológicos; estabilidade social e política; atitudes e hábitos; e investimento (Bull 1995, p. 36).

Para muitos países em desenvolvimento o sector industrial limitado, como poucos recursos e dependentes da ajuda internacional, o turismo joga um papel catalisador no desenvolvimento, económico como uma estratégia para captar rendimentos e atrair mais investimentos, principalmente nos países em desenvolvimento (Sharpley, 2009, p.334). Esta constitui uma das razões da adopção do turismo como estratégia de desenvolvimento local ou nacional devido a sua contribuição na economia nacional. O turismo representa a principal fonte de rendimento, das trocas monetárias, emprego e de produção de receitas para os governos assim como para a balança de pagamentos (Sharpley, 2009, p. 333). Jenkins e Henry (2000, p.375-397) apostam na relevância do turismo no desenvolvimento económico dos países em desenvolvimento e incentivam a intervenção do governo para alcançá-lo. Para isso os governos nacionais adoptam políticas de incentivo para atrair investimentos no turismo que devem ser fornecidos apenas enquanto for

necessário, com base nos procedimentos vigentes aos investidores (Inskeep, p.422-423). É responsabilidade do governo criar um ambiente favorável ao investimento, investindo no capital humano, no desenvolvimento de infra-estruturas, em programas para melhorar a qualidade das instituições públicas e políticas de administração macro-económica e financeira, assim como estabelecer acções complementares que contribuirão para um clima de investimento melhorado e promover a eficiência em áreas específicas que também devem ser promovidas (PEDTM, 2004-2013, p.15). Para o alcance do desenvolvimento económico, nos países em desenvolvimento, os governos nacionais necessitam de estabelecer estratégias em áreas prioritárias tal como o turismo em coordenação com as diferentes agências de governação, estabelecer consultas com a sociedade civil e com o sector privado (Sanner, 2015, p.8).

Para compreender o desenvolvimento socioeconómico através do turismo foram identificadas três grandes teorias a destacar:

1.3. Teoria de Modernização

Na teoria de modernização o desenvolvimento é um processo em evolução, que ocorre em diferentes etapas, onde o crescimento económico permite que as sociedades evoluam através de estágios, passando de uma condição pré-capitalista (tradicional) para uma sociedade de consumo, Rostow (1956, p.56). Segundo o autor o desenvolvimento só seria alcançado através do crescimento económico, sendo o desenvolvimento a última etapa de um *continuum de* crescimento económico. Para sustentar o desenvolvimento surgem diferentes etapas de desenvolvimento, sendo a primeira a teoria de modernização que teve o seu enfoque entre os anos 1950 a 1960 e foi caracterizado pelo domínio do ocidente às nações em desenvolvimento e às pequenas Ilhas como pilares do desenvolvimento do turismo (Sharpley, 2009, p.40).

A teoria da modernização sofreu muitas críticas porque o crescimento económico era sinónimo para o desenvolvimento. E a solução para o desenvolvimento seria a expansão dos mercados, das empresas, enfim, do capitalismo (Hidalgo, 2008). Nesta teoria, as actividades turísticas eram orientadas para o crescimento económico, através do efeito multiplicador que teve efeitos nas comunidades locais. Percebe-se nesta teoria que o desenvolvimento só poderia ser alcançado através do crescimento económico sendo o desenvolvimento a última etapa deste crescimento económico. Ainda, como resposta ao desenvolvimento baseado na modernização e crescimento

económico das nações, surge o conceito de desenvolvimento local, baseado em teorias territorialistas, que percebem uma diversidade de territórios existentes em âmbito infranacional. Estes diversos territórios necessitam de formas de desenvolvimento que atendam às necessidades de cada local, a partir das suas especificidades (Moreira & Crespo, 2012, p. 41).

Hirschman (1961, p.48) mostra que a teoria de modernização dos anos 50 nasceu do receio dos economistas da época quanto à continuidade do baixo nível de crescimento económico ocorrido nas três primeiras décadas do século XX e durante a Segunda Guerra. Para este autor, o crescimento económico verificado no pós-guerra alterou as expectativas, os modelos foram subutilizados e começaram a ser divulgados e aplicados no planeamento económico dos países subdesenvolvidos. Nas palavras do autor: "Num ambiente diferente daquele em que foi concebido, se devia esperar pouco de seus resultados" (Hirschman, 1961, p.59). É neste contexto que com expansão dos mercados, das empresas, e do capitalismo, as teorias de modernização tiveram também o seu foco no turismo onde a procura de novos mercados tornou-se evidente assim como o domínio do ocidente sobre as regiões receptoras de turismo.

Os impactos positivos do turismo como a geração de divisas, o emprego, o incremento da produção e novas oportunidades de negócios contribuem para o desenvolvimento do turismo assim como para a satisfação dos residentes locais. Estes impactos proporcionaram um crescimento económico a nível local. Os impactos negativos são a centralização urbana devido ao êxodo rural e o abandono das actividades tradicionais, como a agricultura e a manufactura, o aparecimento da urbanização selvagem, o aumento dos investimentos, aumento das importações (equipamentos, bens e serviços) para o negócio do turismo. O *leakage* também é um impacto negativo de turismo porque o seu efeito não circula na economia local, usado no pagamento de bens e serviços importados (Sharpley, 2009, p. 248).

1.4. Teoria da Dependência

A teoria de dependência surgiu na América Latina no início dos anos 60, como crítica a teoria da modernização implantada nos países periféricos porque estes países não conseguiram manter índices satisfatórios de crescimento económico, reduzir as desigualdades sociais e atingir o desenvolvimento (Faria, 2012, p. 8).

Dependência é comumente entendida como teoria do subdesenvolvimento (Lepp, 2008). Segundo esta teoria, o sistema económico global definiu duas áreas importantes: a “periferia e o centro.” A região metropolitana o “centro” e a “periferia” os países subdesenvolvidos. As matérias-primas são exportadas da periferia para o centro, onde se tornam produtos manufaturados e, por sua vez, são exportados de volta a periferia. A periferia torna-se dependente do centro para compra de matérias-primas e receber bens manufaturados do centro. Isto resulta no constante fluxo de capital da periferia para o centro, também conhecido como vazamento de capitais para satisfazer as necessidades da periferia em bens e serviços que não podem ser providenciados localmente.

A Teoria da dependência tem sido usada para descrever o relacionamento entre o ocidente, turismo gerando " centro " e " periferia "destinos no mundo em desenvolvimento (Britton 1982, 1996). Os destinos turísticos do mundo estão localizados na periferia onde existem os recursos para o turismo (Frank 1967, Lepp, 2008). No entanto, estes destinos dependem dos mercados e do capital localizado no centro onde é gerado o turismo. Os turistas que se deslocam do centro para a periferia para lazer e recreação exigem as mesmas facilidades que existem no centro, na região de origem. É neste contexto que o dinheiro gasto pelo turista, na periferia volta para o centro para satisfazer as necessidades dos turistas em termos de equipamentos, mobiliário, produtos alimentares, bebidas e outras facilidades inexistentes na periferia, resultando desta maneira o turismo de *leakage*.

Segundo Sharpley, (2009, p. 41) a teoria de dependência é caracterizada por relações políticas e económicas entre as nações ricas industrializadas “centro” e a periferia “nações pobres. A teoria da dependência nasce da necessidade de se buscar novos rumos teóricos ao estabelecer uma contundente crítica aos pressupostos do desenvolvimentismo e dentro do entendimento do processo de integração da economia mundial que buscava “compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período em que a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de enormes grupos económicos e poderosas forças imperialistas” (Santos, 2000: 26).

A teoria explica que existe uma estreita dependência entre as nações ricas e as nações pobres (Sharpley, 2009, p. 41). As nações ricas exercem poder e autonomia sobre as nações pobres, explorando-as e impedindo o seu desenvolvimento. A dependência das nações pobres em relação as nações ricas traduzem-se na redução do papel do Estado-Nação, agravado pela globalização,

comércio internacional e pelos investimentos que acontecem nas nações periféricas. Estabelece-se uma relação de subordinação entre os países do “centro” e da “periferia” relação desigual de controlo hegemônico dos mercados pelos países do “centro aos países da “periferia” sobre seus recursos. A integração dos países “periféricos” ao sistema capitalista internacional ocorre em um contexto de subordinação em que estes, logo se transformaram em importadores dos novos bens de consumo dos países “centrais” (Furtado, 1978 e 1985; Hidalgo, 2008; Elizalde, 2008; Telfer, 2004).

Na teoria da dependência, o desenvolvimento do turismo nos Países em desenvolvimento assim como nas Ilhas, também segue a mesma perspectiva, caracterizando-se pela relação centro-periferia entre países, sendo a “periferia” o centro de “prazer” e de desenvolvimento do turismo dependente dos factores externos. Apesar do desenvolvimento do turismo nas nações em desenvolvimento gerar os efeitos multiplicadores, estes não respondem as necessidades do ponto de vista dos países em desenvolvimento. Os modelos de dependência constituem bases para explorar o desenvolvimento de turismo de uma forma global, principalmente, entre o centro e a periferia (Sharpley *et.al*, 2009, p. 42). Nos modelos de dependência, o destaque vai para dependência cultural uma característica do turismo internacional nas zonas periféricas onde a planificação e as políticas do turismo refletem o modelo das nações ricas industrializadas.

As regiões periféricas são caracterizadas de alguma forma pela falta de experiência no exercício da actividade turística nos destinos turísticos como na planificação do sector e de forma privada nos *resorts* e *lodges*, no desenho das políticas e no marketing para o turismo. Estas regiões estão dependentes do interesse do investidor e da proveniência do investimento (Lepp, 2008).

Na perspectiva da teoria da dependência aplicada ao turismo, os países do centro exercem influência sobre a “periferia” através de turistas que se deslocam para a “periferia” para lazer nos destinos turísticos, gerando divisas, os efeitos multiplicadores, a existência de empresas transnacionais para a implantação e gestão de empresas turísticas (especialmente cadeias hoteleiras); contratação de mão-de-obra estrangeira para a gestão dos negócios; na importação de produtos para atender as necessidades dos turistas, entre outros, reduzindo o impacto económico local e favorecendo a permanência da dependência dos países em desenvolvimento em relação aos países desenvolvidos. Pode-se concluir que o efeito multiplicador a nível local é reduzido, sendo

que estes países periféricos não conseguem dinamizar a economia local a partir do turismo, devido a inexperiência do sector a nível local na gestão do turismo (Streeten, 2006, p.408; Sinclair e Stabler, 2009, p 172; Sharpley, 2009, p.106 e Cooper *et al*, 2001, p.177).

Outros são os aspectos negativos do turismo na teoria da dependência tais como: perda de identidade; efeito de imitação sobre o consumo; aumento das importações de bens improdutivos; iniquidade nas oportunidades; pouco impacto sobre a pobreza; tendência inflacionária que acompanha o crescimento da demanda turística; incluindo o preço da terra e, sobretudo, o preço da habitação (Faria, 2012, p. 9). No entanto, esta teoria continua a ser usada para explicar as relações de centro e periferia, como também continua a influenciar correntes intelectuais diversas, entre elas o desenvolvimento alternativo (Hidalgo, 2008; Elizalde, 2008). Para inverter a situação da dependência dos países pobres em relação aos países desenvolvidos, o desenvolvimento local através do turismo deve ser considerado e privilegiado para alavancar as economias locais.

1.5. Teorias neo-liberais

As teorias neo-liberais têm a sua génese na década 70 e 80 nos EUA (Reagan) e na Inglaterra (Thatcher). Alguns economistas sugeriram que crescimento económico e desenvolvimento estavam sendo restringidos pela excessiva intervenção do Estado nos assuntos económicos (Sharpley, 2009, p. 42).

As teorias neo-liberais respondem as estratégias políticas deliberadas, cujo objetivo era o reordenamento das relações entre o centro hegemónico do capitalismo e outros países capitalistas, cujo paradigma ideológico foi o modelo anglo-saxão (Tavares e Fiori, 1993, p.18-20). A corrente neoliberal é ainda uma resposta à intervenção estatal cada vez maior na economia e um contraponto ao pensamento da escola estruturalista (Thomas, 2000b, p.42). Percebe-se nesta teoria que o crescimento da economia esteve condicionado ao desenvolvimento com a restrição do Estado nos assuntos económicos. Significa ideias de livre mercado, proposto por Adam Smith tomaram ação. As teorias clássicas de Adam Smith contrapõem a intromissão do Estado, dizendo que o mercado pode operar efectivamente por si só (Willis, 2005, Sharpley, 2009, p. 42).

As teorias neo-liberais influenciaram as políticas de desenvolvimento que administravam os programas de ajustamento estrutural e concediam empréstimos como condição para a liberalização económica nos países onde os empréstimos eram concedidos. Este modelo trouxe o agravamento da pobreza e o desemprego nos países onde foi implementado, as empresas públicas tornaram-se empresas privadas com o despedimento massivo de trabalhadores (Sharpley, 2009, p. 42). As teorias neo-liberais influenciaram o desenvolvimento do turismo através da injeção de fundos internacionais do BM e do FMI aos projectos de turismo nos países em desenvolvimento (Inskip & Kallemberger, 1992, Sharpley 2009, p. 42) ou melhor, a injeção de fundos foi feita através de uma estrutura regional e local existente. Para a corrente neoliberal, o turismo é uma indústria exportadora do sector de serviços e oferece oportunidades de geração de emprego e renda para os países menos desenvolvidos. Os agentes financeiros de ajuda e cooperação devem oferecer recursos para desenvolver planos de desenvolvimento do turismo e implantar as infraestruturas necessárias, porque a indústria do turismo é intensiva em capital. O turismo está incluído no contexto da globalização dos mercados, de modo que incentivar o turismo internacional pode contribuir para o desenvolvimento económico nos países em desenvolvimento, de Clarke e Ng (1993) apud Tisdell (2000) onde, a partir de uma perspectiva neoliberal, os autores mostram que o turismo internacional é capaz de proporcionar benefícios económicos e sociais para o país anfitrião.

Como forma de privilegiar as ajudas financeiras, dentro das “novas” teorias baseadas em pressupostos neoliberais, importa realçar a teoria de crescimento endógeno, especificamente a importância dada ao capital humano e a infraestrutura, temas que influenciaram as políticas e programas para o desenvolvimento de áreas turísticas. A infraestrutura pública é fundamental ao crescimento económico, conduziu investimentos em diversos locais turísticos, que beneficiaram moradores e turistas. Os gastos incorridos pelo sector público podem ser financiados por impostos, mas mesmo que causem distorções na economia, o seu efeito final sobre o crescimento pode ser mais positivo do que negativo (Sinclair, 2009, p.182). O turismo como vector para o desenvolvimento económico dependerá do nível da diversificação da economia local, como forma de reduzir as importações de bens e serviços assim como no pagamento de mão-de-obra especializada privilegiando a produção a nível local ou regional.

1.6. Desenvolvimento Alternativo

O desenvolvimento alternativo surge em 1980 ainda no decurso das teorias Neo-liberais onde o crescimento económico era baseado em modelos *Top-down* para o desenvolvimento. Com o desenvolvimento alternativo, surgiram novas abordagens como *Botton-up* ou *Grassroots approaches* onde o desenvolvimento tem como foco o Homem e o Ambiente. O desenvolvimento alternativo centra-se não só nas necessidades básicas (físicas, bem-estar social e autoconfiança) mas também nos sistemas locais e conhecimentos dos indígenas para reforçar o desenvolvimento a partir de um contexto local. O desenvolvimento alternativo defende a descentralização e um crescimento baseado na modernização com destaque na participação das comunidades e na tomada de decisão. No contexto local, o desenvolvimento alternativo foca mais para a empregabilidade local das comunidades locais com destaque o papel das mulheres, assim como o maior envolvimento das *ONGs* (Willis, 2005, Sharpley 2009, p. 43).

No desenvolvimento alternativo, destaca-se a ligação do turismo com a sustentabilidade ambiental ou desenvolvimento sustentável, conceito que teve origem na década 80, para referir ao desenvolvimento do turismo alternativo (Smith e Eadington, 1982, Sharpley, 2009, p. 43).

O turismo alternativo consiste num turismo verde, ecoturismo onde se enfatiza o turismo comunitário que se apropria do ambiente local, social e cultural como forma de reduzir os impactos negativos para as comunidades locais otimizando os benefícios em termos de controlo de recursos e reforçando a economia local, (Hidalgo, 2000, p. 18). Neste tipo de turismo deve-se garantir que as receitas obtidas sejam distribuídas de forma equitativa, especialmente entre aqueles de baixa renda, além de garantir a sustentabilidade ambiental e patrimonial, através da imposição de limites de acesso aos destinos mais saturados e realizar todas as ações "num contexto de sustentabilidade cultural que assegure a sobrevivência dos valores que formam a essência da história da região" (Hidalgo, 2000, p. 19).

Percebe-se que houve um processo de acompanhamento do turismo em diferentes fases distintas de desenvolvimento caracterizadas por um crescimento económico e pelas relações centro e periferia onde o Estado era a estrutura chave para o desenvolvimento da actividade. Nas correntes neoliberais, o papel do Estado foi restringido ao desenvolvimento socioeconómico. Pois coube ao mercado impulsionar o desenvolvimento do turismo influenciado pela injeção de fundos in-

ternacionais aos projectos de turismo nos países em desenvolvimento. No desenvolvimento alternativo, o turismo baseia-se no contexto local com destaque a empregabilidade local assim como prevalece a garantia da sustentabilidade ambiental e patrimonial pelas comunidades locais e agentes do turismo.

1.7. Turismo Sustentável

A partir dos anos 90 surgiu uma nova forma de turismo, “turismo sustentável” direcionado para a conservação e preservação do meio ambiente. O que significa usar os recursos que o ambiente dispõe para o turismo, mas que estes deverão ser usados e conservados para outras gerações. A OMT (2003, p. 24) define o turismo sustentável como sendo aquele que “atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro.” Por outras palavras, significa um turismo desenvolvido no meio natural, com impactos mínimos ao meio ambiente, que atende as necessidades das regiões receptoras para a melhoria da qualidade de vida das comunidades indígenas quer a nível económico, social e cultural ao mesmo tempo que conserva os recursos ambientais existentes na região, contribuindo para a satisfação dos turistas e visitantes de maneira que a actividade possa continuar indefinidamente proporcionando os benefícios para os quais foram propostos (UNEP, 2003); (OMT, 2003), (WWF, 2005).

“O turismo sustentável é um modelo de desenvolvimento económico concebido para melhorar a qualidade de vida das comunidades receptoras, e proporcionar ao visitante uma experiência de elevada qualidade e simultaneamente manter a qualidade do meio ambiente de que dependem a comunidade anfitriã e os visitantes” (UNEP, 2005, p.11). Este modelo de turismo aplica-se em todas as formas de turismo e em todos tipos de destinos incluindo o turismo de massa como também em vários segmentos de turismo (Abranja, 2005, p. 20). As diretrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo e as práticas de gestão sustentáveis são aplicáveis a todas as formas de turismo, em todos os tipos de destinos, incluídos o turismo de massas e os diversos segmentos turísticos (OMT, 2003, p. 213). Este desiderato é reconhecido pela organização de tutela sobre os aspectos que devem ser considerados no turismo sustentável.

Os princípios de sustentabilidade referem-se aos aspectos económicos, e sócio culturais do desenvolvimento de turismo que devem ser estabelecidos através de uma forma adequada de modo a garantir a sustentabilidade turística por um período longo de tempo. O turismo sustentável

deve reflectir nas práticas de gestão do meio ambiente com impactos ao desenvolvimento económico e sócio cultural local (OMT, 2005).

Para a UNEP (2005) o turismo sustentável deve atender as seguintes considerações:

- Optimização dos Recursos naturais, sem que ocorra a deterioração dos processos ecológicos essenciais, contribuindo simultaneamente para a conservação dos recursos naturais e para a biodiversidade (UNEP, 2005, p.11);
- Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs, preservar os recursos naturais, patrimoniais e culturais bem como todos os valores tradicionais, contribuindo para o intercâmbio e tolerância intercultural (UNEP, 2005, p.11);
- Assegurar a viabilidade das actividades económicas a longo prazo, proporcionando benefícios socioeconómico para todos os agentes envolvidos distribuídos equitativamente, nomeadamente no que se refere às oportunidades de emprego de longa duração, bem como na dotação de meios e serviços para as populações de acolhimento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida (UNEP, 2005, p.11).

Percebe-se que o turismo sustentável contribui para a conservação dos recursos naturais, patrimoniais e culturais nas comunidades anfitriãs ao mesmo tempo que proporciona benefícios sócio económicos para todo os interessados.

O termo “turismo sustentável” tem a sua origem no "desenvolvimento sustentável,” que pela primeira vez foi usado em 1987, num relatório da *World Commission on Environment and Development* (UNEP, 2005). O Relatório nosso Futuro Comum conhecido como o Relatório de Brundtland traz o conceito de desenvolvimento sustentável como sendo:

“Desenvolvimento que satisfaz as necessidades das gerações presentes sem comprometer as gerações futuras de satisfazerem as suas necessidades” (WCED, 1987, p. 43).

Desenvolvimento sustentável significa o uso dos recursos naturais de forma racional, satisfação das necessidades das gerações presentes e futuras, qualificar o meio natural para trazer a qualidade de vida nas pessoas que será melhor no futuro do que no presente se os recursos forem usados de forma sustentável (UNEP, 2005, p.11).

Percebe-se que se trata de um desenvolvimento sem limites e sem prazos, mas reforça a eficiência no uso dos recursos naturais para as gerações presentes assim como gerações futuras que deve ser preservado o direito de usufruírem os mesmos recursos deixados como um legado natural.

Para a UNEP (2005, p. 9) o desenvolvimento sustentável está assente em três pilares interdependentes que são:

Sustentabilidade económica significa gerar prosperidade em diferentes níveis de sociedade e abordar a relação custo-eficácia de toda a actividade económica. Assenta sobre a viabilidade das empresas e actividades e sua capacidade de ser mantida a longo prazo (UNEP, 2005, p. 9).

- Sustentabilidade social significa respeitar os direitos humanos e a igualdade oportunidades para todos na sociedade. Exige uma distribuição equitativa dos benefícios, com foco no alívio da pobreza com ênfase nas comunidades locais. Manter e fortalecer os sistemas de apoio à vida, reconhecendo e respeitando diferentes culturas e evitando qualquer forma de exploração (UNEP, 2005, p. 9).

- Sustentabilidade ambiental significa gestão e conservação de recursos, especialmente aqueles que não são renováveis ou são preciosos em termos de suporte vital. Requer acção para minimizar a poluição do ar, da terra e da água, e para conservar diversidade biológica e património natural (UNEP, 2005, p. 9).

Percebe-se que os pilares de desenvolvimento sustentável são inter-dependentes, especificam como os recursos devem ser geridos para alcançar a sustentabilidade. Apesar dos pilares serem claros na forma como os recursos devem ser usados, alcançar a sustentabilidade depende como os diferentes *stakeholders* fazem o uso dos recursos nas áreas protegidas para que o turismo seja sustentável.

Turismo sustentável é uma forma particular de turismo que aparece para um mercado restrito (nichos de mercado), relativamente pequeno, sensível ao ambiente e aos impactos sociais servindo-se de produtos particulares do meio natural em contraste com um volume alto de turismo. Significa turismo que é baseado nos princípios de “Desenvolvimento Sustentável” que significa, tornar o turismo mais sustentável (UNEP, 2005, p. 11). É uma condição de turismo que refere

que todas as formas de turismo devem ser sustentáveis, baseadas nos princípios de desenvolvimento sustentável. Os benefícios económicos e sociais são direccionados para as comunidades locais assim como aumentar o conhecimento destas, sobre a conservação do meio ambiente.

1.7.1. Stakeholders no turismo sustentável

Os diferentes intervenientes (*stakeholders*) beneficiam-se do turismo sustentável são (UNEP, 2005, p. 3):

- As empresas de turismo buscam a rentabilidade num período longo de tempo, para isso estão preocupadas com a imagem da organização, a sua relação com os empregados e os impactos gerados no desenvolvimento das suas actividades com o ambiente, em especial aqueles que acontecem a sua volta.
- As comunidades locais estão preocupadas em aumentar prosperidade local, mas sem explorar ou prejudicar a sua própria qualidade de vida.
- Os ambientalistas estão preocupados com os impactos nocivos do turismo, mas também eles vêem o turismo como fonte valiosa de rendimentos para a conservação ambiental.
- Os turistas buscam um turismo de alta qualidade, com experiências em ambientes atractivos que oferecem segurança para lazer e tranquilidade e estão atentos aos impactos que acontecem nas suas viagens.
- As ONGs jogam um papel crucial no desenvolvimento do turismo sustentável que envolvem duas razões:
 - 1) Protecção da Biodiversidade e Ambiente;
 - 2) Desenvolvimento Sustentável da população local;
- As ONGs oferecem um suporte técnico no campo de formação das comunidades e para as pequenas e médias empresas de desenvolvimento local em termos de habilidades e capacidades e linguagem. Os padrões de desenvolvimento são estabelecidos por vários intervenientes através de encontros periódicos. As ONGs trabalham em parceria com as agências internacionais de desenvolvimento para estabelecimento de políticas de um turismo sustentável (UNEP, 2005, p.3).

- As ONGs elaboram planos de sensibilização dos turistas, alertando-os para as consequências que as suas opções de viagem, estadia e de comportamento podem ter no ambiente e na sociedade (Santos, 2009, p.8).
- Os Orgãos de comunicação social desempenham um papel semelhante aos das ONG e das iniciativas dos *Stakeholders* na sensibilização dos turistas ao noticiarem as actividades e acções destes em prol ao desenvolvimento Sustentável e os impactos sobre a opinião pública (Santos, 2009, p.8).
- Os governos desempenham um papel fundamental na gestão e desenvolvimento do turismo sustentável. O nível de envolvimento varia consideravelmente a nível mundial, principalmente nos países em desenvolvimento, onde o interesse pelo turismo sustentável está ligado a redução da pobreza e a conservação do ambiente. Razões do envolvimento do governo são aqui destacadas como sendo (UNEP, 2005, p. 3):
 - ✓ Muitas áreas de agenda sustentável do turismo estão ligadas ao sector público do que ao sector privado;
 - ✓ O turismo é um sector fragmentado em muitas médias e pequenas empresas, onde muitas das acções destas empresas só fazem diferença colectivamente e não de forma individual, havendo necessidade de coordenação entre os sectores envolvidos;
 - ✓ Os governos também são responsáveis por muitas acções como plano de uso da terra, regulamento sobre o ambiente, provisão de infra-estruturas, serviços sociais e ambientais;
 - ✓ Muitos governos apoiam o turismo através do marketing, serviços de informação, educação através das parcerias público e privada.

Para um turismo sustentável, os governos reconhecem a existência das diferentes posições e motivações dos diferentes *stakeholders* como forma de atingir os objectivos comuns (UNEP, 2005, p.3). O governo assume-se como líder na gestão dos impactos do turismo, usando instrumentos no exercício do seu poder para reforçar a sustentabilidade do turismo através de regulamentos, incentivos económicos e boas práticas para a sustentabilidade com objectivo de alcançar os benefícios económicos do turismo. A conservação do ambiente e o desenvolvimento económico devem ser percebidos como necessidades que devem ser reforçadas através de políticas e acções com benefícios ao turismo sustentável (UNEP, 2005, p.71). O turismo sustentável nos

países em desenvolvimento foi reconhecido como sendo um meio para melhorar as áreas naturais com benefícios da actividade para às comunidades locais, como por exemplo, (económico, conservação, qualidade de vida) enquanto cria oportunidades para as comunidades em matérias de gestão de áreas protegidas (Kiss 2004; Scheyvens 1999; Bruyere *et.al* 2008, p. 50). Para além dos *stakeholders* acima mencionados, outros são aqueles que representam interesses de turismo sustentável localmente. Eles são: Autoridades locais e regionais, diferentes segmentos da indústria de turismo (cadeia de hotéis, operadores turísticos) sector de transportes em todas as formas, sector do ambiente e turismo baseado na comunidade, ONGs (estas providenciam formação e dão apoio necessário às comunidades), património cultural local, parques nacionais e outras áreas protegidas e grupos de recreação em turismo (UNEP, 2005, p. 52).

O desenvolvimento do turismo sustentável requer a participação informada de todas as partes interessadas, bem como uma forte liderança política para garantir ampla participação e construção de consenso. Alcançar o turismo sustentável é um processo contínuo e requer monitoramento constante dos impactos produzidos, onde seriam introduzidas as medidas preventivas e / ou medidas corretivas sempre que fosse necessário. O turismo sustentável deve também manter um alto nível de satisfação dos turistas e garantir uma experiência significativa aos turistas, conscientizando-os sobre questões de sustentabilidade e promoção de práticas de turismo sustentável (UNEP, 2005, p. 11).

1.7.2. Turismo sustentável em África

Em África, o desenvolvimento do turismo sustentável foi identificado pela Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) como um importante veículo para enfrentar os actuais desafios de desenvolvimento enfrentados pelo continente (UNECA, 2008, p.17). Finalmente, o "Relatório do turismo sustentável em África" produzido pela UNECA fez referência ao Plano de Acção do Turismo em 2004, que teve como principal objectivo: "ser motor para o crescimento económico e a integração do sector na economia dos países africanos e contribuir para erradicação da pobreza" (UNEP, 2005, p. 2.). A maioria dos governos africanos incluiu o turismo em suas estratégias nacionais de desenvolvimento adoptando políticas onde as oportunidades são direccionadas para que os pobres obtenham emprego por meio do desenvolvimento do turismo (UNEP, 2005). Para materialização deste objectivo, os países africanos adoptaram o Código Global de Ética para o Turismo como um instrumento para implementação de turismo em seus

países.” O número 1 do Artigo 5, do Código de Ética para o Turismo faz menção o envolvimento das populações e comunidades locais que ao se associarem às actividades turísticas terão uma participação equitativa nos benefícios económicos, sociais e culturais relacionados, especialmente na criação directa e indirecta de emprego local” (*United Nations Economic Commission for África*, 2008, p.17).

É neste âmbito que os países africanos conceberam o turismo como chave para o crescimento económico alocando fundos para o seu desenvolvimento, mas o vazamento financeiro (*leakage*) constitui um dos constrangimentos no sector do turismo porque as ligações locais, (*linkage*) entre os diferentes sectores da economia não satisfazem a demanda turística internacional. Sendo que, um dos desafios ao turismo sustentável é encontrar formas de “superar todos os riscos que impedem e retardam o seu desenvolvimento em África. Sendo, portanto, necessário a identificação de um mercado consumidor, melhorar a qualidade de prestação de serviços e a identificação de parcerias público privadas suportadas por políticas que influenciam o fluxo de benefícios para os pobres. (*United Nations Economic Commission for África*, 2008, p.18).

Percebe-se que o desenvolvimento do turismo sustentável requer o envolvimento de todos os intervenientes no processo, assim como uma monitoria constante sobre os impactos produzidos pelo turismo. O turismo sustentável deve criar a satisfação recreacional máxima aos turistas, maior benefício aos pobres, assim como introdução de práticas sustentáveis. Em África o turismo sustentável encontra barreiras devido ao *leakage* e há um fraco *linkage* local.

1.8.Turismo Baseado na Natureza

Turismo de natureza é desenvolvido no meio natural, com impactos mínimos ambientais. A gestão do turismo de natureza incorpora a componente educacional, práticas de gestão para a flora e fauna, observação de pássaros e interpretação do material local. O turismo de natureza tem um potencial forte para contribuir para a conservação do meio natural (Bruckeley 1998; Mason, 2000). É um turismo virado para o meio ambiente que contribui para a conservação com impactos reduzidos ao ambiente, assim como para as comunidades locais.

O turismo de natureza é parte do sector da *Neat* (natureza, ecoturismo e o turismo de aventura), desenvolvidos no meio natural com uma grande importância económica mundial apesar das associações industriais e os governos apreciarem esta vantagem, o reconhecimento é maior por

parte dos países desenvolvidos (USA e Austrália) assim como para os países em desenvolvimento. O crescimento sobre a *Neat* ocorre nos parques nacionais gerando um impacto nas economias nacionais, (Buckley, 1998; Mason, 2000, p. 439). Este tipo de turismo desenvolve-se em áreas naturais com impactos mínimos ao meio ambiente e a cultura, incentivando a conservação dos parques nacionais.

O turismo de natureza usa os recursos naturais nas formas menos desenvolvidas, inclui espécies, habitats, paisagens, cenários, características das águas frescas e salgadas, descrito como “ecoturismo”. É uma actividade desenvolvida nas áreas rurais com atrações turísticas para o efeito, com benefícios as comunidades locais (Mason, 2000), com impacto mínimo as culturas locais que também são produto turístico natural.

Ecoturismo é uma das formas de turismo baseado na natureza que possui habilidade para beneficiar da conservação e aumentar o conhecimento em relação a sua importância e ao mesmo tempo que gera benefícios económicos “definido” como turismo de natureza com “baixos impactos” o que contribui para a conservação e, indirectamente, através dos rendimentos para as comunidades locais, do mesmo modo, protege o património selvagem como fonte de rendimento (Goodwin, 1996: 288, *cit in* Mason, 2000). Aumentar o conhecimento sobre a conservação nas comunidades sobre o uso do meio natural traz benefícios com transformações de vida locais.

O Ecoturismo contribui para a conservação. O seu potencial para a conservação é maior, em relação as outras formas de turismo e depende da forma como é feito no meio natural (Buckley, 1998; Mason 2000). Uma das formas para contribuir para a conservação é reduzir os impactos nos parques nacionais, travar a pressão de alguns visitantes ao meio ambiente. Para isto acontecer as políticas de turismo sobre o meio ambiente devem orientar para a conservação. O turismo nas florestas e parques pode contribuir na redução dos impactos, através das licenças para áreas florestais com valores altos de conservação com maior significância económica. O turismo pode trazer mudanças nas práticas de gestão de terra, sendo estes os pequenos valores para a conservação do turismo no meio natural (Mason, 2000). Os valores cobrados nas licenças pela actividade florestal permitem a redução da destruição do meio natural, das florestas e aumentam a conservação dos parques, das espécies que constituem uma atração para o turismo.

Ecoturismo faz parte da *Neat* desenvolvido no meio natural como “forma de turismo motivado primeiramente para a história das áreas naturais e da cultura local” Ziffer (1989). Goodwin (1996) simplifica o conceito dizendo que o ecoturismo tem baixo impactos na natureza, o que contribui para a manutenção das espécies e habitats quer directamente através da contribuição para a conservação ou indirectamente através da provisão de receitas para a comunidade local suficientes para valorizar a população local e proteger o seu património cultural como fonte de rendimento (Fennel, 2000).

O ecoturismo é desenvolvido nas áreas protegidas, considerado como um turismo de nova geração regido por um conjunto de condições que superam a prática do turismo convencional de massas que apresenta como características a conservação e educação das comunidades (Molina, 2001). Apresenta-se como sendo uma actividade direccionada para o meio natural com impactos directos e indirectos nas comunidades locais. Os impactos da actividade estão relacionados com o emprego, a renda, os impactos do bem-estar social e os impactos mínimos ao meio ambiente (Synaman 2012, p. 396). O que significa que o ecoturismo tem potencial para oferecer uma alternativa viável e sustentável às comunidades locais assim como para o meio ambiente especialmente no uso do solo e dos recursos naturais nas áreas protegidas. Sendo uma actividade do meio rural, deve garantir benefícios às comunidades que vivem nessas áreas como também interesse pela conservação dos recursos (terra, agricultura, pecuária e a mineração). Para além ser uma actividade direccionada para a conservação e a preservação dos recursos naturais também cria condições para que as comunidades locais se beneficiem da actividade, com impactos mínimos a suas culturas.

Percebe-se que o *Neat* surgiu para oferecer uma opção ao turismo sustentável. É um tipo de turismo direccionado para o meio natural, que está preocupado com a conservação do meio ambiente, com impactos mínimos ao meio natural onde a principal motivação é observar a natureza, produzir efeitos nas culturas das comunidades indígenas de forma reduzida.

1.9. Turismo nas Áreas Protegidas

As áreas protegidas têm o seu marco histórico no Parque Nacional de Yellowstone, criado em 1872, nos Estados Unidos com fins de conservação. O termo “parque nacional” passou a ser disseminado e com o tempo foram surgindo outros ao redor do mundo, também com fins de preservação. Em 1898, surge na África do Sul, o *National Kruger Park*, que tinha como objetivo

proteger espécies ameaçadas pelo desenvolvimento económico. A partir desse momento, as áreas protegidas passaram a ter fins diversificados (Milano, 2002; Maciel, 2011).

As áreas protegidas têm sido vistas como áreas da preservação de espécies da fauna e da flora, como também para a manutenção de suas características genéticas. Além do seu desempenho ecológico, outras funções desempenhadas pelas áreas protegidas podem ser consideradas relevantes, por exemplo sua função cultural, económica e social (Gaston *et al.*, 2008). A gestão das áreas protegidas deve incluir uma legislação como instrumento de controlo que dita que ações devem ser feitas nas áreas do parque e quanto pode ser benéfico ou prejudicial para a conservação e manutenção do meio ambiente. As áreas protegidas constituem espaços geográficos claramente definidos reconhecidos, destinados e geridos por meios legais ou outras alternativas eficientes com o objectivo de conservar, a longo prazo, a natureza, os serviços associados ao ecossistema e os valores culturais (IUCN, 2008).

O turismo desenvolvido nas áreas naturais protegidas é denominado por ecoturismo com impactos mínimos ambientais, as infraestruturas usadas para actividade produzem poucos impactos ambientais, geralmente são de construção local, construída no interior das unidades, no meio natural com objectivo de satisfazer turistas e comunidades locais. É um novo tipo de turismo que surge no início da década 80, onde o turista também é responsável pela conservação do meio ambiente e pela comunidade local visitada, como um conceito diferente, ecoturismo. A OMT (2002) define o ecoturismo como uma forma de turismo em que a motivação principal do turista é a observação, apreciação da natureza, de forma a contribuir para a sua preservação e minimizar os impactos negativos no meio ambiente natural e sócio cultural onde ele é desenvolvido. Neiman (2004) defende a ideia de que o laço homem-ambiente deve ser resgatado, ou seja, para que o discurso de preservação tenha efeito sobre as pessoas, nada melhor do que o ecoturismo, visto que reforça o contacto directo com a natureza e o sentimento de pertença. As vivências de experiências que marcaram durante uma visita numa área protegida podem gerar sentimentos em relação à natureza, e obrigarem as pessoas de forma rápida e espontânea assimilarem o discurso do verde através da simples conscientização.

Percebe-se que as áreas protegidas são paisagens do meio natural usadas para a prática do ecoturismo. É uma estratégia usada para as áreas naturais para que os benefícios para as comunidades locais possam ser direccionados através da promoção do emprego, desde os qualificados, semiquilificados até as mulheres como forma de alívio a pobreza.

1.10. Categorização das áreas protegidas

A União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) propõe uma definição para as Áreas Protegidas, internacionalmente aceite, como sendo “uma superfície de terra e/ou mar especialmente consagrada à protecção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e património cultural associados, e gerida através de meios legais, ou outros eficazes” (IUCN, 2006).

Existem várias classificações de áreas protegidas dependendo da instituição que as propõe. Criadas com objetivos diferentes e designadas pelos mais variados nomes (parque nacional, reserva natural, reserva nacional, etc.) em diferentes países. Seguindo um critério classificatório abrangente, apresentado pelo Instituto de Conservação da Natureza (IUCN, 2006), se consideram cinco grandes tipos de áreas protegidas:

- I. Parque Nacional: área delimitada e dotada de ecossistemas não modificados, ou pouco transformados, pela actividade humana nos quais habitam espécies de reconhecido interesse Ecológico, científico e educacional;
- II. Parque Natural: caracterizado pela existência de paisagens naturais, seminaturais e humanizadas de interesse nacional;
- III. Reserva Natural: área vocacionada para a protecção de habitats de flora e de fauna;
- IV. Paisagem Protegida: área dotada de paisagens naturais, seminaturais e humanizadas de interesse regional ou local;
- V. Monumento Natural: elemento natural dotado de aspectos que, pelas particularidades estéticas e/ou raridade ecológica ou científica, requer conservação e manutenção.

As áreas protegidas têm por vocação a preservação das paisagens, dos ecossistemas e da diversidade biológica, contribuindo para a definição e adopção de estratégias globais, nacionais, regionais e locais de conservação, recorrendo a um sistema flexível de gestão numa perspectiva de longo prazo. Em relação a esta variedade de designação de áreas protegidas, a IUCN classifica as áreas protegidas baseada nos objectivos de gestão. Esse sistema reconhece que enquanto algumas áreas protegidas (por ex: aquelas incluídas nas categorias I e II) são protegidas de forma mais rigorosa das actividades humanas de consumo, outras (por ex: as incluídas nas categorias V) e VI) permitem certas formas de intervenção, como o uso sustentável de recursos naturais. Dois terços das áreas protegidas no mundo foram classificadas de acordo com as categorias de gestão da IUCN, enquanto 33,4% permanecem sem classificação (IUCN, 2006). As áreas protegidas são classificadas de acordo com a sua categoria e servem para diferentes funções, tais como: produção de alimentos, que consiste na agricultura de subsistência, feitas pelas populações, extração de mel, extração de tubérculos, resinas que delas se utilizam para as belezas cênicas, fontes de medicamentos e os produtos que são comercializados em pequena escala pelos seus moradores, constituindo-se assim em fontes de recursos económicos para as populações assim como importantes laboratórios para a pesquisa científica (Aguiar, 2006). Com a Declaração do Milénio (2000), as Nações Unidas reconheceram a contribuição dos parques para a sustentabilidade ambiental como um dos factores fundamentais na prossecução do desenvolvimento, estando contemplado no Sétimo Objectivo que consiste em: Assegurar a Sustentabilidade Ambiental definindo-o como a nova ética na conservação e na promoção de acções ambientais (UNEP, 2007). Este objectivo encontra dificuldades na sua implementação devido a intensa destruição do ambiente, tal é o exemplo da África Subsariana, uma das principais ameaças ambientais, incluindo em zonas de tampão e em contexto de Área Protegida, que resulta da intensa intervenção humana, pondo em causa a sustentabilidade ambiental (IUCN (2006).

Percebe-se que as áreas protegidas estão classificadas de acordo a classificação e designação da IUCN e obdecem a um sistema de gestão que permite formas de intervenção diferenciadas tendo em conta o uso sustentável de recursos naturais.

Em forma de síntese o primeiro capítulo foi mais conceptual trouxe para a abordagem os conceitos de turismo, de sistemas turísticos que podem ser compreendidos como conjunto de elementos ordenados por princípios e regras de mercado, que mantêm por seu turno, relações de intercâmbio com outros sistemas nos destinos turísticos. Nesta análise conceptual o turismo é

um veículo para o desenvolvimento sócio económico principalmente nos países em desenvolvimento, com recursos naturais para o turismo, que constituem a forte atração na obtenção de receitas do turismo internacional e ao crescimento económico destes países. A partir dos anos 90 surge “turismo sustentável” direcionado para a conservação e preservação do meio ambiente onde os recursos devem ser usados pelas presentes gerações assim como as gerações futuras, com destaque para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais. Em África o turismo sustentável teve como principal objectivo: "ser motor para o crescimento económico e a integração do sector na economia dos países africanos e contribuir para erradicação da pobreza

2. Países em Desenvolvimento e o Turismo

2.1. Países em Desenvolvimento

Este capítulo aborda como os recursos turísticos são usados nos países em desenvolvimento, como um sector económico capaz de contribuir para o alívio a pobreza e gerar os efeitos multiplicadores na economia nacional.

Tem-se dito várias vezes em jornadas científicas que versam sobre o desenvolvimento que países em vias de desenvolvimento são todos aqueles que apresentam características económicas e sociais desfavoráveis mas tendentes para um novo estágio de desenvolvimento aceitável, todavia não se encontra uma definição absoluta sobre tal conceito e nem sobre os países incluídos, mas crendo em Silva *et.al.*(2007), geralmente são países que se encontram no continente africano, asiático e americano, regiões que sofrem a ausência do desenvolvimento. A ideia é que estes países estariam apenas «atrasados» face aos países mais desenvolvidos, o que levou a que se julgasse viável a mera transferência de modelos de desenvolvimento para estas regiões.

Nestes países, os recursos turísticos naturais e culturais são usados para o turismo. O turismo tornou-se o sector económico em crescimento que abarca uma multiplicidade de bens e serviços, gerando os efeitos multiplicadores que circulam na economia local (Scheyvens, 2007; Sharpley, 2009, p. 2). O turismo através do seu efeito multiplicador constitui uma das ferramentas para o alívio a pobreza sendo esta, a grande preocupação para muitos países em desenvolvimento (Muganda *et.al* 2010, p. 630). Entende-se por multiplicador quando as vendas de uma firma reque-

rem compras de outras empresas dentro da economia local. Isto significa que as empresas adquirem não apenas insumos básicos, como a força de trabalho e importados, mas agem também como intermediários de bens e serviços produzidos por outros estabelecimentos dentro da economia local (Cooper *et, al.* 2001, p.132). O que significa que qualquer mudança em relação ao desenvolvimento do turismo pode afectar outras empresas dependentes e não gerar o efeito multiplicador desejado.

O turismo surge como uma estratégia para o desenvolvimento (UNWTO 2011:11), representa a fonte para gerar divisas, aumentar o volume da empregabilidade local, atrair o capital para as diversas actividades para o desenvolvimento, promover a independência económica e contribuir para a balança de pagamentos (Sharpley 2004:180). Sendo esta a razão pela qual muitos governos apoiam o desenvolvimento do turismo. A importância do turismo do ponto de vista económico nos países em desenvolvimento deve-se a sua capacidade de gerar divisas e produzir os efeitos multiplicadores.

Nos países em desenvolvimento, o turismo internacional representa uma importante fonte de rendimentos derivadas das trocas monetárias, sendo esta, a principal razão pela qual os governos apoiam o desenvolvimento do turismo assim como a sua contribuição na balança de pagamentos (Sharpley *et, al.* 2002). Consideram-se estes, os impactos económicos do turismo que tem reflexos nos países em desenvolvimento com alívio a pobreza.

Apesar do turismo nos países em desenvolvimento apresentar impactos positivos também associa-se a actividade uma série de impactos económicos negativos. Estes incluem custos de oportunidade (onde os recursos que são usados para o turismo poderiam ter sido usados na agricultura ou na criação de gado). Verifica-se a dependência financeira do turismo, (Telfer & Sharpley, 2008 *cit in* Munro, 2010, p. 665).

Os impactos económicos negativos do turismo relacionam-se com proprietários estrangeiros nas empresas estrangeiras de turismo e vazamento financeiro (*leakage*) porque as ligações (*linkage*) com as economias locais não satisfazem as necessidades dos turistas em termos de bens e serviços, são escassos, Mbaiwa (2005; Munro, 2010, p.665). Isto significa a perda de oportunidades para os residentes locais, perda de receitas de turismo devido à repatriação de valores monetários e conseqüentemente do turismo que pouco contribuem para o alívio da pobreza. Pode-se concluir que o vazamento financeiro incentiva o turismo internacional e cria um distanciamento entre

turistas e as comunidades locais. A separação entre turistas e as comunidades locais cria desigualdades na distribuição de benefícios geralmente resulta em oportunidades restritas para os locais e de turistas poderem se interagirem (Goodwin, 2002; Munro, 2010, p. 665).

Entende-se que nestes países, os recursos turísticos naturais e culturais são usados para o turismo que se tornou o sector económico em crescimento, que abarca uma multiplicidade de bens e serviços, gerando os efeitos multiplicadores que circulam na economia local. Os países em desenvolvimento apresentam muitos atractivos turísticos (naturais, culturais e artificiais) que se têm tornado essenciais para o crescimento do sector assim como da região (Muganda *et al.* 2010, p. 629). A abundância dos recursos naturais e culturais como potencial turístico permite o crescimento do turismo e com este, o alívio a pobreza nos países em desenvolvimento, onde a comunidade local tem no turismo o emprego e outras fontes de rendimento, sendo estes um dos impactos económicos do turismo.

2.2. Turismo e o Alívio a Pobreza

O alívio a pobreza é um processo através do qual o desenvolvimento de actividades que visam reduzir a pobreza quer a nível económico como a nível social acontecem dentro das comunidades locais (Muganda *et al.* 2010, p. 629). Muitas comunidades em África têm como característica fundamental, o alto nível de pobreza, baixo nível de habilidades e educação e alta dependência aos recursos naturais para a sua sobrevivência (Snyman, 2012, p. 395). O turismo continua a ser um dos sectores que aumenta o seu reconhecimento como um instrumento de alívio a pobreza em muitos países em desenvolvimento, tal como a Tanzania (Muganda *et al.* 2010, p. 630). O alívio a pobreza pode encontrar um suporte de redução através do turismo, que ocorre nas áreas remotas com pouco desenvolvimento, mas com oportunidades de emprego para as comunidades locais (Snyman, 2012, p. 395). Os impactos do turismo para o desenvolvimento socioeconómico das comunidades locais, com alívio a pobreza podem ser sentidos em três áreas: trocas monetárias, receitas públicas, emprego e benefícios pela sua participação nos processos decisórios no turismo o que acelera o desenvolvimento económico (Muganda *et al.* 2010, p. 630). O turismo serve como fonte substancial das trocas monetárias e das receitas públicas, contribuindo desta maneira para o desenvolvimento económico dentro da economia local. De seguida, as actividades do turismo são geralmente de trabalho intensivo, pois a expansão destas actividades criam mais oportunidades de emprego para as pessoas com várias habilidades e capacidades incluindo

as mulheres e jovens que são empregues no turismo. Finalmente, o desenvolvimento do turismo cria oportunidades para os residentes locais obter mais benefícios quando estes participam activamente na tomada de decisão e nas actividades privadas do turismo (Muganda *et.al* (2010, p. 630). Percebe-se que os impactos económicos do turismo aceleram o desenvolvimento sócio económico local e contribuem para o alívio a pobreza quando os benefícios locais se tornam expansivos para as pessoas com as mais diversas habilidades, incluindo as mulheres e jovens empregues no turismo.

O turismo constitui uma ferramenta útil para o alívio a pobreza. Organizações como BM, Agências das Nações Unidas e ONGs e governos locais colocam o turismo no topo da agenda para atingir os seguintes objectivos: diversificar os meios de subsistência, habilitar a comunidade local, conduzir o desenvolvimento e o alívio a pobreza (Christie *et al.* 2013 Spenceley & Meyer, 2012; UNWTO, 2013, Dolezal 2015, p. 117). Para tornar estes objectivos realizáveis os ODMs procuram vencer a premissa da pobreza com inclusão do turismo como um dos elementos chave nos países em desenvolvimento.

Para o alcance dos ODMs, as Nações Unidas incluíram o turismo como uma actividade chave na prossecução destes objectivos, com destaque ao alívio a pobreza, um dos primeiros objectivos dos ODMs. A inclusão de turismo no alcance dos ODMs e novos objectivos de desenvolvimento sustentável contribuiu para o posicionamento desta actividade na agenda de desenvolvimento nos países com atractividade turística (UNWTO, 2015b, p.2). O turismo passou a ser visto como a actividade que tem a capacidade de empregar pessoas desde as qualificações mais baixas as qualificações mais altas, contribuindo dessa maneira para a redução da pobreza (OMT, 2005).

Nestes países a centralidade no modelo *Top-down* tinha como característica a concentração de poderes decisórios no topo das decisões. Com a mudança de paradigma, o novo paradigma consiste num modelo conduzido externamente para o desenvolvimento alternativo, participativo e de produção nacional (Potter *et al.* 2008; Dolezal *et al.* 2015, 117). A mudança de paradigma permite que as comunidades locais passem a fazer parte do processo decisório usando para o efeito a estratégia *Botton –up* como um novo paradigma de desenvolvimento alternativo prevalente desde 1980 que reforça a participação local das pessoas (Chambers, 1983; Dolezal 2015, p.117), criando o campo de emergência das formas alternativas de turismo, incluindo o ecoturismo, *pro-poor tourism*, e turismo baseado na comunidade (CBT). O novo modelo de

desenvolvimento possibilita que as comunidades façam as melhores escolhas nas decisões que tomarem como forma delas receberem os benefícios pela actividade.

2.3. O Meio Rural e as formas do turismo alternativo

.As formas do turismo alternativo no meio rural estão direccionadas para gerar mais benefícios para o desenvolvimento das comunidades locais (Dolezal *et al* 2015). Geralmente localizam-se e desenvolvem-se no meio rural traz benefícios para as comunidades locais como o aumento de emprego e as actividades relacionadas que geram renda e a diversificação da economia local, contribuem para a redução dos impactos negativos ao ambiente e maximizam os impactos positivos ao ambiente assim como nas comunidades locais.

No meio rural as formas de turismo alternativo conduzem ao desenvolvimento de um turismo sustentável através de um processo de consulta às comunidades rurais como forma de consciencializá-las no uso sustentável dos recursos, devendo usar para o efeito, actividades e infra-estruturas que minimizam os danos ambientais (Agenda 21, Capítulo, 14, 1992). Este documento faz referência as actividades desenvolvidas no meio rural e que tem implicações sobre a terra, ambiente e sobre as comunidades. Para reverter a situação de degradação do meio ambiente e dos recursos do turismo alternativo há necessidade de melhorar preservação do ambiente através de estratégias e planos de ação de forma a promover o uso sustentável da terra, do ambiente, para que as famílias no meio rural tenham acesso aos recursos e estes sejam geridos de forma sustentável com benefícios no meio rural e para o turismo (WCED, 1987). Todos os intervenientes nas formas do turismo alternativo no meio rural procuram através de políticas, planos de ação como forma de minimizar os danos ambientais sobre o ambiente. Para satisfazer as necessidades dos turistas e visitantes, os operadores turísticos que controlam o mercado mundial através da actividade que desenvolvem, “o turismo alternativo no meio rural”, identificam os potenciais mercados consumidores, que podem consumir o produto turístico usando o termo “sustentável” ou “racional “do ambiente, um bem usufruído por aqueles que já estão em vantagem (os países desenvolvidos, onde se encontram os principais mercados emissores de turismo ou nichos de mercado). Para a efectivação das actividades são feitos os pacotes turísticos que privilegiam

estas formas alternativas de turismo sustentável, consumidos pelo mercado consumidor. As formas do turismo sustentável encontram-se inseridas no denominado turismo alternativo (Mowforth e Munt, 1998).

O turismo alternativo surgiu depois da década de 1950 e abrange uma variedade de categorias que são: o ecoturismo, o agroturismo, o turismo cultural e o turismo comunitário. O objectivo é a integração do turista na vida local, isto é, no desenvolvimento socioeconómico, criando um bem-estar local (Dehoorne e Murat, 2010). Os turistas servem-se de serviços produzidos localmente tais como: acomodação, alimentação, guias turísticos e lembranças tradicionais locais. A integração dos turistas na vida local estimula as economias dos destinos ecoturistas e das suas populações.

Um dos termos usados no turismo alternativo é a participação, significa que as comunidades devem participar nos processos de tomada de decisão, desde a planificação da actividade até a gestão do produto final. As necessidades das comunidades locais devem ser consideradas no processo de planificação de desenvolvimento do turismo. (Dehoorne e Murat, 2010). A participação das comunidades nos processos de tomada de decisão é evidenciada na planificação do turismo onde a expectativa pela participação nos processos decisórios é assegurada pelo benefício do turismo.

Percebe-se que a noção sustentabilidade tem contribuído para o aparecimento do conceito do turismo alternativo com as novas formas de turismo para reverter a actual situação da degradação ambiental criada pelo turismo de massa como forma de criar benefícios económicos para as comunidades locais, onde o termo “participação” é incorporado na planificação de turismo e em todo o processo de tomada de decisão em todo o ciclo de desenvolvimento de turismo. Em África o turismo é considerado um veículo importante para o crescimento das economias africanas assim como para contribuir para o alívio da pobreza. Assim, se destaca nestes países em desenvolvimento como um instrumento de alívio a pobreza, tal que Organizações como BM, Agências das Nações Unidas e ONGs e governos locais colocam o turismo no topo da agenda para atingir os seguintes objectivos: diversificar os meios de subsistência, habilitar a comunidade local, conduzir o desenvolvimento e o alívio a pobreza.

Como síntese deste segundo capítulo, os países em desenvolvimento têm os recursos turísticos naturais e culturais que são usados para o turismo. O turismo tornou-se o sector económico em

crescimento com uma multiplicidade de bens e serviços, que geram os efeitos multiplicadores que circulam na economia local constituindo uma das ferramentas para o alívio a pobreza. O turismo alternativo no meio rural gera mais benefícios para o desenvolvimento das comunidades locais através do emprego e as actividades relacionadas que geram renda e a diversificação da economia local.

3. Turismo em África

3.1. Caracterização do Turismo em África

Este capítulo faz uma abordagem sobre o turismo em África, um continente com potenciais turísticos de valor incalculável, capaz de atrair turistas e visitantes para os meios naturais africanos. Também faz referência aos obstáculos que inviabilizam o turismo no continente africano.

Após a década de 80, os países africanos constituíram-se como Estado-Nação deram continuidade aos processos centrados no desenvolvimento económico. Na década de 90, o turismo em África foi alvo de valorização e incremento significativo pela Organização Mundial de Turismo foi concebido como um sector privilegiado na promoção de mudança social e do crescimento económico. Esta valorização do continente africano deve-se ao seu vasto potencial natural diversificado, vulgarmente conotado com o exotismo das paisagens tropicais, vegetação diferenciada em função das regiões, mais frequentemente marcadas pela densidade, e de fauna abundante. O potencial turístico dos meios naturais africanos ainda preservados é de grande importância começando a despertar a curiosidade e a acolher um interesse crescente por parte da procura internacional (OMT, 2015). Para além destes atractivos naturais, o continente foi identificado por elementos culturais tradicionais específicos, carregados de ancestralidade, evidenciados por tradições, práticas rituais, símbolos identitários, momentos festivos para atrair turistas e visitantes (WTO, 1999; UNWTO, 2016). É neste contexto que o turismo em África está conotado a um potencial natural e cultural ainda por explorar, de grande valor para o turismo.

Turismo em África se refere à sua diversidade étnica, política, religiosa e geográfica onde as diferenças são nítidas e claras, embora existam semelhanças preocupantes em relação a problemas sociais que o turismo pode enfrentar (Campos, 2008, p.121). Daí que o reconhecimento e a valorização de África como destino exótico permitiu que fluxos turistas comessem a visitar o

continente motivados pelo clima de estabilidade política que se manteve na década 80 e melhorado na década 90. Foi assim que África tornou-se o destino privilegiado do turismo internacional, com um crescimento em 2017 de 8%. Em termos de chegadas o continente atingiu um recorde de 62 milhões de turistas internacionais. O turismo no norte da África teve uma forte recuperação, com chegadas de turistas na ordem de 13%, enquanto, na África Subsaariana, as chegadas foram na ordem de 5% (UNWTO, 2018).

Os dados estatísticos acima referenciados, mostram que o continente africano continua a ser um destino privilegiado do turismo internacional, tal como Spencer, (2014) realça a este respeito dizendo que “devido ao potencial turístico existente o continente permanece em grande parte inexplorado” (p. 570). Para responder a demanda internacional, os governos africanos têm incluído o turismo nas suas estratégias de governação para capitalizar as receitas provenientes do turismo como adoptar políticas que beneficiam os pobres ao emprego assim como a preservação do ambiente e das culturas das comunidades locais. (Sanner, 2015, p.10)

O interesse pela África subsahariana deve-se a localização de Moçambique e nele a inserção da Ilha do Ibo, a área de estudo. O turismo encontra-se evidenciado na África subsahariana onde a África do Sul apresenta ser o maior volume de chegadas internacionais, sendo um dos maiores destinos da região, em relação a outros países da região. Devido as novas regras de visto, o volume de receitas tende a baixar. Quênia, Togo, Moçambique e a Serra Leoa são países que também relataram declínios (UNWTO, 2016).

O turismo surge como uma actividade desenvolvida no continente africano onde a contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) mereceu destaque para os países que representam as cinco (5) melhores economias tais como: África do Sul, Botswana, Tunísia, Marrocos e as Ilhas Maurícias (Spencer, 2014, p. 569). O Turismo nestes países conheceu reformas estruturais e institucionais colocando-se como a actividade económica que contribui para o Produto Interno (PIB), para a geração de emprego assim como para a balança de pagamentos (Spencer, *et al.* 2014). Estes países têm o turismo, como uma actividade de destaque para o crescimento económico contribuindo para a melhoria das condições sociais dos seus habitantes, traduzido pelo factor empregabilidade. O desenvolvimento de turismo em alguns países africanos será aqui relatado, com impactos sobre a actividade no seio das comunidades locais.

3.2. Países africanos com destaque no turismo

O crescimento do turismo regional dentro da África Austral é um novo fenómeno importante. Esta região do continente africano tem um potencial de turismo considerável para promover o crescimento da economia a nível regional e contribuir para a redução da pobreza (Niskala, 2015, p. 263). Eis alguns países da África Austral com destaque no turismo:

A África do Sul, é um país do continente africano onde o turismo é fortemente desenvolvido nas áreas protegidas (AP) com benefícios directos às comunidades locais contribuindo significativamente para a economia do país. As contribuições do turismo para as comunidades locais surgiram como estratégia de desenvolvimento de turismo com o potencial de proporcionar grandes benefícios para as comunidades locais, em termos de emprego e geração de receita (Telfer & Sharpley, 2008; Munro, 2010). Os efeitos do turismo nas áreas protegidas nas comunidades locais são complexos. Para além dos impactos positivos do turismo que é desenvolvido nas áreas protegidas existem os impactos negativos ao turismo que podem ser analisados e compreendidos pelas comunidades locais (Plummer & Fennell, 2009; Munro, 2010). O turismo desenvolvido nas áreas protegidas da África do Sul é denominado por ecoturismo.

O ecoturismo é uma actividade direccionada para áreas naturais, reconhecido como sendo um potencial para criação de emprego para semi-qualificados e não qualificados com objectivo de alívio a pobreza assim como para o emprego das mulheres. O emprego pode ser directo (por exemplo em operações do turismo relacionadas com o parque), indirecto nas actividades cuja renda é derivada das empresas ou actividades com base no parque, e emprego induzido que tem com característica as baracas locais de venda de produtos locais à beira da estrada, para os turistas que passam de visita ao parque (Munro, 2010, p.665).

Actualmente, o turismo está a ser desenvolvido na África do Sul com restrições vistas por turistas ocidentais como sendo: a pobreza, o HIV /Sida e os conflitos políticos que podem afectar o número de turistas internacionais que visitam a África do Sul. Relacionadas a estas restrições estão os custos de viagem que também são bastante altos e há limitações no acesso aéreo (PEDTM 2003-2014). Na distribuição de benefícios locais do turismo, a indústria é desafiadora e as limitações podem restringir o turismo estratégico (Niskala, 2015). Apesar dos conflitos,

pobreza e doenças endémicas que podem perigar a vida do turista, a África do Sul continua a ser um potencial para o turismo através do uso sustentável dos recursos naturais, o que torna os parques mais acessíveis para os turistas e para as comunidades locais. Uma maneira chave de direccionar os benefícios para as comunidades é através do seu envolvimento no turismo e na partilha dos benefícios (Munro *et al*, 2010, p. 664).

No Quênia, as áreas protegidas no meio rural são usadas para o ecoturismo. A gestão das áreas protegidas na zona rural é feita em coordenação com a participação da comunidade local que tem como expectativa os benefícios pelo ecoturismo. Para Honey (1999) e Wallace (1996, *cit in* Bruyere, 2008, p.50) vêm a necessidade dos benefícios pela participação da comunidade em planos de ecoturismo para a proteção das áreas protegidas. A participação das comunidades tem a ver com o acesso aos recursos naturais uma vez que elas vivem em áreas protegidas, e lhes são proporcionadas oportunidades para essas comunidades participarem em planos de gestão fornecendo informações sobre a gestão dos recursos existentes em tais áreas. (Wallace 1996 e Bruyere *et al*. 2008, p. 50). Os benefícios conseguidos pelas comunidades devem-se a sua participação na gestão e planificação dos recursos de turismo nas áreas rurais protegidas.

A participação da comunidade local na tomada de decisão nas áreas protegidas para o desenvolvimento do ecoturismo tem sido uma estratégia com benefícios para as próprias comunidades (Bruyere *et al*. 2008, p.50). A participação local permite aos gestores das áreas protegidas alcançar os objectivos planificados, através das informações provenientes das comunidades locais. Posteriormente, as informações obtidas serão usadas na planificação dos recursos existentes nas áreas de conservação como também aumenta a expectativa das comunidades locais sobre os benefícios pela sua participação no ecoturismo. Um exemplo da participação das comunidades locais são os pastores *Maasai* que vivem perto da Área de Conservação de Eselenkai, no Quênia que participam na planificação dos recursos existentes, segundo (Instituto Internacional para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento 2002) (Bruyere *et al*. 2008, p.50). Com participação da comunidade na gestão das áreas protegidas reforça-se o turismo sustentável como uma estratégia de conservação nas áreas naturais.

A Tanzânia é um país da África Austral com potencial rico para o turismo (natural e cultural) que se deve aos activos abundantes de fauna e flora para atrair turistas tornando o turismo um sector de crescimento económico e de alívio a pobreza (Muganda *et al*, 2010). Os impactos de

turismo no desenvolvimento socioeconómico e no alívio a pobreza podem ser sentidos em três áreas:

- 1- Fontes das trocas comerciais e de receitas públicas contribuindo para o desenvolvimento económico (UNCTAD, 2007);
- 2- As actividades de turismo geralmente são de trabalho intensivo e a expansão destas actividades cria oportunidades de emprego para os locais principalmente as mulheres com diferentes capacidades (UNCTAD, 2007);
- 3- O desenvolvimento do turismo gera melhores oportunidades para os residentes obterem mais benefícios, quando participam na tomada de decisões (UNCTAD, 2007).

O turismo é desenvolvido na aldeia de Barabarani, *Mto wa Mbu*-Arusha, que se localiza a 130 km da capital regional da Arusha. *Mto wa Mbu*, que significa rio de mosquitos ou riacho de mosquitos. Tem como atracção principal a Cratera de Ngorongoro e o Parque Nacional Serengeti. A participação da comunidade na tomada de decisão na Tanzania quase não existe continua a ser no modelo *Top-down*, adotado depois da independência e no sistema socialista (Dill, 2010, Muganda, 2010). Novas formas de participação foram introduzidas para os cidadãos participarem que necessitam de mecanismos apropriados. *Mto wa Mbu* refe-se como as comunidades participam na tomada de decisões e na partilha de benefícios pelo desenvolvimento do turismo (Muganda, 2010, p. 85). Para o desenvolvimento do turismo existem cinco (5) pousadas e oito (8) acampamentos, assim como restaurantes. O turismo desenvolvido é cultural e de conservação. O turismo de conservação envolve a comunidade local através da partilha de benefícios turísticos, que tem como objectivo o alívio a pobreza. O turismo cultural encontra o apoio das comunidades étnicas locais como o Programa de Turismo Cultural para atrair turistas e visitantes (Muganda *et al*, 2010).

A Namíbia também um país da África Austral onde os seus habitantes percebem que o desenvolvimento do país é possível através do turismo, como também reconhecem ser o turismo um agente catalisador no crescimento da economia e na construção da nação, segundo o *National Policy on Tourism for Namibia* (NPTN, 2008). O governo reconhece ser o turismo uma actividade económica prioritária e sua contribuição para desenvolvimento nacional. Também reconhece o extenso efeito "multiplicador" do turismo e sua capacidade de gerar empregos e renda bem além das áreas que se beneficiam diretamente do turismo. Gera emprego não apenas em

empresas que fornecem bens e serviços directamente para turistas, mas também nos fornecedores desses bens e serviços e, pelas despesas e de rendimentos decorrentes do turismo. O governo incentiva o estabelecimento do turismo em terras comunitárias como meio de envolver as comunidades do sector do turismo e, assim, contribuir para o alívio da pobreza em terras comunitárias. Com o desenvolvimento do turismo na Namíbia, aumenta a percepção das comunidades locais sobre a importância do turismo na redução da pobreza e empregabilidade local (NPTN, 2008).

O Ghana é um país de África que tem como atracção turística, o Lago Basin, que surgiu a partir de uma cratera como impacto de meteoritos. É totalmente fechado, não tem saída para o mar e com maiores probabilidades de poluição devido algumas das actividades do turismo. Com a introdução de embarcações, para o transporte de passageiros, assim como por navios modernos usados para a pesca surgiram outros problemas como o derramamento de óleo e a descarga de combustível, que eram incomuns no lago, no passado, acabando por poluir o meio ambiente (Amuquandoh, 2010, p. 224). A percepção das comunidades sobre o lago deveu-se as poluições provocadas pelas actividades do turismo. Para Liu, Sheldon; Var 1987; Amuquandoh, 2010), a percepção das comunidades locais na avaliação do impacto ambiental do turismo é geralmente alto uma vez que as actividades do turismo que se desenvolvem no lago poluem o lago, o que pode afectar a vida das próprias comunidades que usam os recursos existentes no lago (Amuquandoh, 2010, p. 224). As comunidades percebem que o turismo pode trazer benefícios, mas os impactos nefastos ao meio ambiente são maiores o que pode afectar as comunidades que dependem e sobrevivem dos recursos existentes no lago.

Percebe-se que tal como a África do Sul outros são os países africanos em que a contribuição do turismo nas áreas protegidas é direccionada para beneficiar as comunidades locais de forma directa ou indirecta, contribuindo para a redução da pobreza através dos benefícios que incluem o emprego, e outras oportunidades geradoras de renda (directa e indirecta), formação, desenvolvimento de habilidades e melhoria do bem-estar social, como também para o desenvolvimento económico nos países onde existem recursos naturais para o efeito. (Jamieson, Goodwin e Edmunds, 2004; Mitchell & Ashley, 2010; Spenceley, 2008; Snyman 2012, p. 396).

As chegadas de turistas internacionais em destinos como Moçambique, África do Sul e Tanzania revelam o seguinte quadro: São países da África subsahariana com as mesmas características em

recursos turísticos, culturais, ambientais e paisagísticos, mas que diferem nas proporções de ordem de chegada assim como de receitas produzidas por destino.

O fluxo do turismo internacional em Moçambique em 2018 foi na ordem de 11.7% com uma produção de receitas de 0.6%. A África de Sul também país da África Subsahariana as chegadas internacionais foram na ordem de 15.6% com receitas fiscais na ordem de 23.3%. A Tanzania é um país com mesmas condições climáticas que Moçambique onde as chegadas internacionais representaram 3.4% com uma produção de receitas na ordem 6.4%. (UNWTO, 2019). O presente quadro revela disparidades nas proporções relacionadas com as chegadas internacionais de turistas por país assim como as receitas provenientes do turismo. Benchmarking é um indicador de sustentabilidade e monitoria que permite verificar o desempenho de sustentabilidade em relação aos destinos comparáveis. Isso pode ajudar a mostrar pontos de fraqueza relativa que precisam ser priorizados. Esse exercício de benchmarking exige que os destinos cooperem no uso de indicadores e processos de monitoria semelhantes. Os governos estão preocupados para facilitar o benchmarking em nível internacional ou nacional. O benchmarking internacional pode ocorrer entre países ou entre tipos de destinos comparáveis que apresentam as mesmas similaridades em atrações e outros recursos. Em nível nacional, exercícios de benchmarking podem ser realizados entre destinos de um país, talvez coordenados por departamentos governamentais nacionais que trabalham com um grupo de autoridades locais (UNEP, 2005, WTO, 2005). Percebe-se que os dados sobre o fluxo de turistas internacionais por país de destino diferem, assim como as receitas provenientes da actividade mostram um desequilíbrio, principalmente porque Moçambique e Tanzania tem as mesmas características para o desenvolvimento do turismo (as praias para mergulho, Ilhas, e parques para safari). África do Sul apesar de ser um país comparável em relação a Moçambique e Tanzania o destaque vai para o turismo de cidade e um turismo natural desenvolvido no Krugger Parque com as seguintes actividades: observação de animais selvagens, safari, pássaros e natureza bravia.

3.3. Obstáculos do turismo em África

O turismo continua a ser uma actividade de destaque em muitos de países africanos. O sector é fonte primária na criação de receitas, emprego e caminho para o desenvolvimento (UNCTD, 2010). A valorização cultural e a existência de atrações turísticas em África tem sido identificada por aqueles que promovem o turismo que passaram a facilitar as viagens, para o continente, um destino preferencial em termos de turismo internacional (OMT, 2015, p. 46).

Apesar do turismo ser um sector promissor em termos de chegadas e receitas no continente africano, a sua contribuição para o desenvolvimento económico pouco se faz sentir nestes países que tem o turismo na sua agenda de desenvolvimento, como fonte de receitas e alívio a pobreza, (Spencer *et al*, 2014, p.570). Muitos são os obstáculos enfrentados pelos países africanos no desenvolvimento do turismo tais como: as infra-estruturas deficientes como as estradas para o acesso aos destinos turísticos, a distribuição deficiente de energia eléctrica que não abrange de forma igualitária para todas as regiões do país, em algumas regiões verificam-se irregularidades no fornecimento de água, os serviços de saúde são insuficientes e finalmente os problemas de segurança resultante da instabilidade política e dos conflitos armados que os países africanos enfrentam (Spencer, *et. al.* 2014, p. 570). Existe outras razões pelas quais o turismo em África não é tão desenvolvido tais como: restrições estruturais e institucionais, renda, ambiente político, capital humano que impedem o continente de alcançar metas específicas de desenvolvimento, incluindo a redução da pobreza, o desenvolvimento social, o crescimento real da renda percapita, melhoria da saúde, distribuição dos recursos e estabilidade política sendo estas as fraquezas que afectam o crescimento do continente, Comissão Económica e Social do Conselho das Nações Unidas para a África (UNECA, 2013).

Para além dos factores aqui relatados, existe um factor negativo importante que afecta o crescimento do turismo no continente é a instabilidade política e social comum para a maioria dos estados africanos. Para tornar o continente estável e melhorar a segurança, os governos desenvolvem estratégias orientadas para melhoria da segurança, e a saúde pública local assim como dos visitantes e turistas ao mesmo tempo, que são desenhadas as ferramentas promocionais mais eficazes para melhorar a imagem do continente na geração de novos mercados, especialmente da Europa, Ásia e América do Norte (Spencer, *et al* 2014, p. 570).

Os obstáculos mencionados podem ser melhorados através das acções do governo na expansão de turismo. Os governos principalmente nos países em desenvolvimento adoptam políticas, planos e regulamentos, assim como a construção de infra-estruturas básicas como as vias de acesso, aeroportos, transporte, telecomunicações, água, e energia para o desenvolvimento do turismo (Inskeep, 1991, p.171). Para incentivar o turismo a nível nacional, os governos providenciam orçamento para o marketing turístico, para promover o turismo, oferecer programas de forma-

ção, incentivar as políticas de investimento para hotéis e outras facilidades turísticas para o desenvolvimento da actividade, (Inskeep, 1991, p.171). As políticas de investimentos são determinadas com base nos incentivos providenciados para projectos de turismo aprovados conforme o plano e o programa desenhado para as áreas que o governo encoraja o desenvolvimento (hotéis de alta qualidade, acomodação em certas áreas consideradas novas para o desenvolvimento do turismo (Inskeep, 1991, p. 423).

Outros constrangimentos foram identificados como sendo: a falta de um ambiente comercial capaz de criar um sistema financeiro adequado para as necessidades especiais de pequenas e médias empresas de turismo em África, tal como um sector privado com pouca experiência no desenvolvimento do turismo nos países em desenvolvimento, pouca experiência no conhecimento sobre o turismo internacional, na identificação e conhecimento das atrações turísticas existentes no país. Associa-se a estes constrangimentos a existência de um quadro legal e institucional fraco que pode afectar o desenvolvimento do turismo no continente, (Spencer, *et. al.* 2014, p. 570). As pequenas e médias empresas locais de turismo devem estar habilitadas para competir com outras empresas, sendo que a legislação e a estrutura institucional nos países africanos devem criar condicionalismos para o efeito.

Tosun (2004) faz referência aos países em desenvolvimento, como sendo aqueles que apresentam uma estrutura deficiente na implementação do turismo nas comunidades. As barreiras estruturais mostram esta deficiência e podem ser agrupadas em três capítulos que são: 1. Características culturais, 2. Características Sócio- económicas, e 3. Características políticas.

1. As características culturais consistem na apatia entre os pobres, baixo nível de escolaridade e condições de vida pobres numa sociedade altamente estratificada.
2. As características económicas consistem no baixo crescimento económico, baixo nível de serviços sociais, aumento das desigualdades de renda em recursos humanos, altas taxas de crescimento populacional, e o desemprego.
3. As características políticas consistem no alto nível de centralização da administração pública, alto nível de favoritismo, uma elite dominante na vida política e alto nível de tensões entre seguidores de diferentes ideologias. Especificando por país, pode-se ter uma concepção do quadro de obstáculos que torna o turismo uma actividade exercida

entre muitas dificuldades. Em Moçambique a existência dos recursos para o desenvolvimento da actividade é inquestionável, mas as barreiras para a sua efectivação são nítidas, havendo regiões que o seu desenvolvimento supera outras, com o mesmo potencial turístico. Isto deve-se a incapacidade de gestão em matérias de recursos naturais para o turismo assim como a aplicação de políticas que salvaguardam os recursos turísticos no meio natural (PEDTM, 2004-2013).

Percebe-se que apesar do turismo ser um veículo para o desenvolvimento e alívio a pobreza nos países africanos, muitos são os obstáculos enfrentados para o seu desenvolvimento, tais como: as infra-estruturas deficientes como as estradas para o acesso aos destinos turísticos, a distribuição deficiente de energia eléctrica, irregularidades no fornecimento de água, os serviços de saúde são insuficientes, baixo nível de escolaridade e condições de vida pobres e finalmente os problemas de segurança resultante da instabilidade política e dos conflitos armados. Estes obstáculos impedem o continente de alcançar o seu crescimento e desenvolvimento. Moçambique é um país inquestionável sobre a existência dos recursos para o desenvolvimento do turismo, mas existem barreiras para a sua efectivação, havendo regiões que o seu desenvolvimento supera outras, com o mesmo potencial turístico. Isto deve-se a incapacidade de gestão em matérias de recursos naturais para o turismo assim como a aplicação de políticas que salvaguardam os recursos turísticos no meio natural com benefícios locais.

Em forma de síntese do terceiro capítulo, a partir da década de 90, o turismo em África foi alvo de valorização e incremento significativo pela Organização Mundial de Turismo. Isto se deveu ao seu vasto potencial natural diversificado como as paisagens tropicais, a vegetação diferenciada em função das regiões, mais frequentemente marcadas pela densidade, e de fauna abundante. Este potencial turístico dos meios naturais africanos ainda preservados de grande importância começou a despertar a curiosidade e a acolher um interesse crescente por parte da procura internacional, fazendo de África um destino turístico internacional. Eis alguns países da África Austral com destaque no turismo: África do Sul, Quênia, Tanzânia, Ghana e Namíbia. Apesar do continente ser alvo da procura internacional são alguns obstáculos que retardam o desenvolvimento do turismo tais como: as infraestruturas deficientes, os problemas de segurança resultante da instabilidade política e os conflitos armados que se podem notar por quase todo o continente africano.

4.Percepção do Turismo pelas Comunidades Locais

4.1.Conceito da Percepção

O capítulo quarto aborda a percepção do turismo nas comunidades locais e os factores que influenciam as percepções. O turismo é uma actividade económica importante que suscita diferentes percepções. Becken & Hay (2007) sugerem que existe um risco dos países em desenvolvimento se tornarem dependentes do turismo na geração de receitas, uma vez que estes têm pouco controlo sobre a demanda turística. A percepção da comunidade residente sobre os impactos do turismo continua a ser um tema importante entre os autores que lidam com o desenvolvimento do turismo (Vadell *et.al* 2013). Isto porque a gestão dos residentes e as suas atitudes em relação ao turismo desempenha um papel crucial na planificação da actividade pelos gestores do destino que são o governo local, as empresas de turismo e outros intervenientes locais, que através dos efeitos negativos e positivos do turismo têm uma ideia sobre a percepção dos residentes, especialmente nas Ilhas onde o espaço geográfico é limitado, com ambientes frágeis, sensíveis e permanentes para o desenvolvimento do turismo.

Sobre a percepção do turismo pelos residentes, Simão (2013, p. 141), afirma que a planificação para o desenvolvimento sustentável do turismo é a condição essencial para uma distribuição justa dos benefícios entre as partes interessadas e para a promoção de recursos ambientais e culturais, que constituem os principais determinantes de atractividade do turismo e competitividade. A planificação do turismo é uma abordagem baseada numa estratégia de longo prazo que envolve múltiplos *stakeholders* que disponibilizam informações sobre o desenvolvimento da actividade e sobre as percepções das populações residentes através da sua participação no turismo.

A percepção do turismo pelas comunidades locais é influenciada pela forma como os impactos são percebidos pelos residentes. Estudos feitos sobre os impactos do turismo demonstraram que os residentes que percebem um maior nível de ganhos económicos provavelmente têm uma percepção mais positiva dos impactos económicos do turismo em relação aos outros residentes que não sofrem a influência da actividade turística (Munhurrin *et al* 2011, p. 46). Para estes autores,

os benefícios económicos são os elementos mais importantes que os residentes locais encontram no desenvolvimento do turismo. Os benefícios incluem o aumento do investimento, das receitas fiscais e melhoria do padrão de vida dos residentes locais. Assim como cria emprego localmente e renda onde as opções são quase restritas aos locais (Munhurrin *et al* 2011, p. 46).

Na percepção dos residentes locais sobre o turismo Harril (2004, p. 2) identificou três factores que determinam a atitude dos residentes: sócio-económicos, espaciais e a dependência económica. Entretanto Sharpley (2014, p. 42) usou factores de destinos, aqueles que estão relacionados com os factores individuais definidos como “factores extrínsecos e intrínsecos para perceber a atitude dos residentes em relação ao turismo. Para distinguir entre os residentes, as suas percepções sobre o turismo foram identificadas variáveis que variam de acordo com o turismo e os seus impactos. As variáveis são testadas para determinar a percepção dos residentes tendo em conta a segmentação das comunidades locais de acordo com nível do turismo” elas são:

- a) Variáveis Extrínsecas- relacionam-se com a extensão e o estágio de desenvolvimento de turismo, natureza e tipo de turismo, densidade de turistas, sazonalidade e estágio nacional de desenvolvimento sustentável de turismo (Sharpley, 2014, p.43).
- b) Variáveis intrínsecas- relacionam-se com a dependência económica no turismo e o emprego, ligação à comunidade, distância da região do turismo, interação com turistas, identidade social/estatuto, social, factores demográficos (idade, ano, género e educação), (Sharpley, 2014, p.43).

A percepção do turismo no destino depende pela forma como os turistas experimentam o turismo que está dependente da interação entre turistas e os que providenciam os serviços no turismo (Sharpley, 2014). As pessoas que estão em contacto directo com os turistas são estas que depende do turismo para viver e serão percecionadas sobre o turismo e os seus impactos. (Brunt and Courtney 1999; Sharpley 2014). Convém aqui mencionar que os impactos produzem uma visão generalizada sobre o turismo nos residentes que vivem e partilham o ambiente, os valores sociais e os recursos turísticos com os turistas com benefícios para ambas as partes. Neste contexto, identificar a percepção do turismo pelas comunidades locais é fundamental para o sucesso do desenvolvimento turístico.

Entende-se:

“Percepção do turismo pelas comunidades locais é a forma como é percebido o turismo nas comunidades locais e como se estabelecem as relações entre empresários privados e públicos com as comunidades locais (intervenientes), no processo de troca de recursos e a forma como os impactos positivos e negativos são vistos pelas comunidades locais com benefícios mútuos nestas relações de troca, Ap (1992, cit in Harril 2004, p. 2)”

A percepção é determinada pela natureza de interação entre turistas e residentes. Geralmente é feita através de uma variedade de factores relacionados com a estrutura pré-estabelecida entre turistas e residentes tendo em conta as distinções sócio-culturais (Sharpley, 2014). Um estudo feito por Lepp (2008) sobre a percepção das comunidades africanas sobre o turismo na comunidade de Bigodi no Uganda, uma aldeia com aproximadamente 385 adultos que desenvolvem a agricultura de subsistência, concluiu que as comunidades percebem que o turismo potencia as comunidades. Bigodi tinha como atração uma grande floresta conhecida por *Magombe Swamp*. O pântano é o lar de uma abundância de aves tropicais e várias espécies de primatas vistos a partir do pântano. A floresta faz fronteira com o Parque Nacional Kibale (KNP) e fica a poucos quilómetros do principal centro turístico do KNP. Este parque é um destino turístico popular porque oferece uma oportunidade única de ver os chimpanzés em estado selvagem. Foi a partir de 1991, que a observação de pássaros e primatas se tornou a inspiração para o turismo. Com estas potencialidades turísticas, a cooperativa local passou gerir o pântano para o turismo, onde os benefícios seriam financiados para o desenvolvimento da comunidade, e melhorar o desenvolvimento da agricultura. No entanto, o suporte para o projeto era muito baixo, pois os moradores não tinham conhecimento sobre o turismo conforme descrito em Lepp (2007, 2008). Os moradores perceberam que o turismo traz benefícios económicos e sociais, tais como melhoria da vida da comunidade e aumento da renda nas famílias.

Percebe-se que a percepção das comunidades depende de uma variedade de factores relacionados como a estrutura pré-estabelecida entre turistas e residentes, onde os benefícios adquiridos com o turismo são direccionados para o desenvolvimento da comunidade na agricultura, assim como para o aumento da renda familiar.

A percepção das comunidades locais também depende do comportamento do turista que é percebido localmente, assim como a proveniência e a nacionalidade, que em alguns casos determina como se manifesta a relação entre este e os residentes locais (Pizam & Sussman, 1995; Sharpley,

2014). A percepção do turismo pelas comunidades pode ser influenciada pelas atitudes pré-existentes ou pelas crenças acerca de um particular tipo de turista, sua proveniência que pela natureza ou pela interação social resulta na pré-concepção dos turistas para com os residentes (Woosnam, 2012; Sharpley, 2014). É importante considerar que a percepção dos residentes no destino está condicionada pelo contacto que se estabelece entre turistas e residentes determinadas pelos comportamentos, proveniência, atitudes e crenças dos turistas percebidos na comunidade.

O objectivo do estudo das percepções é informar aos gestores e planificadores do turismo, aqueles que influenciam a experiência do turista, sobre a necessidade de analisar os impactos que directamente ou indirectamente afectam o turismo. O turismo é a base de desenvolvimento económico porque contribui para o Produto Nacional Bruto (PNB). O turismo também tem impactos negativos tal como as despesas dos turistas que não ficam no destino devido ao “turismo *leakage*”, que significa que a maioria dos lucros retornam para os turistas “país de origem” através das Agências de viagens e pacotes turísticos (Becken & Hay 2007).

Significa que o dinheiro trazido pelos turistas sairá do destino, num processo conhecido por “*leakage*” a título de exemplo, se o destino tem de importar bens de uma região, o dinheiro que sairá do destino servirá para pagar os bens e serviços importados o que reduz o efeito multiplicador no destino local (Coltman, 1989). O *leakage* também pode ser percebido como pagamento de mão-de-obra fora da economia local. Por exemplo, profissionais de turismo que residem fora do país, o desenvolvimento de uma estância turística pode envolver a migração de mão-de-obra rural para áreas urbanas, o que traz implicações económicas para as áreas rurais e urbanas. O primeiro perde uma unidade produtiva de mão-de-obra, implicando pressão adicional de infra-estrutura para a saúde, educação e outros serviços públicos nas áreas urbanas. Na indústria do turismo, atender os turistas exige a transferência de trabalho de uma indústria, como a agricultura ou a pesca para as indústrias que envolvem um custo de oportunidade, muitas vezes ignorado na estimativa do turismo económico. Além disso, se houver escassez de mão-de-obra qualificada, pode ser necessário a importação de mão-de-obra de outros países, o que resultará em vazamento económico adicional, para o pagamento da mão-de-obra importada que poderá ser parte repatriado (Cooper, 1998, p.130-131).

Devido aos impactos negativos citados, o desenvolvimento do turismo exige dos gestores a planificação e participação de todos os (*Stakeholders*) no processo. Entende-se neste conceito por

“*Stakeholder* qualquer grupo ou indivíduo que possa afectar ou seja afectado pela realização dos objectivos da organização” (Freeman, 1984, p. 46).

A planificação do turismo deve estar de acordo com os interesses de todos os intervenientes o que Ruschmann (1997, p. 10) diz que “a planificação é fundamental para o desenvolvimento do turismo equilibrado, em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando assim, que o turismo destrua as bases que o fazem existir”. Williams (1998) considera que a planificação do turismo, deve ser feito em diferentes escalas (nacional, regional e local) e incluir todas as actividades humanas, que se relacionam para o desenvolvimento do turismo, como também incluir a conservação ambiental, que constitui uma ameaça ao desenvolvimento económico e social como parte de um plano integrado do turismo (Williams, 1998).

Mason (2003, p. 66) afirma que a planificação "é uma sequência ordenada de operações e ações projectadas para realizar um único objectivo ou um conjunto de metas inter-relacionadas". Através da planificação nos destinos turísticos são identificadas as necessidades do turismo como forma de minimizar os impactos nocivos ao ambiente.

A planificação do turismo ao nível local como regional deve ser uma ferramenta adequada para levar a cabo políticas públicas, orientando os destinos turísticos de acordo com uma visão da comunidade a longo prazo (OMT, 1993, 2004; Simão *et al.* 2012). Com a planificação da actividade, os interesses dos intervenientes serão acautelados para minimizar os efeitos negativos do turismo nos destinos turísticos e nas comunidades locais. Entende-se por planificação do turismo como uma sequência ordenada de operações e ações concebidas pelo sector público para organizar e controlar o desenvolvimento nas áreas de destino de acordo com os objectivos políticos estabelecidos (Mason, 2003).

A planificação do turismo não só minimiza os efeitos negativos da actividade como também faz uma previsão dos benefícios e custos para o destino e para as comunidades locais. Se as comunidades percebem que os custos do desenvolvimento do turismo são maiores que os benefícios elas podem retirar o seu apoio ao turismo e isso constituir uma ameaça para o sucesso do sector do turismo (Sharpley, 2014). Os impactos do turismo revelam os efeitos da actividade nos destinos turísticos que podem ser reduzidos com a planificação do turismo. A este respeito Fennel (1999) afirmou que a responsabilidade da planificação do turismo é do governo e requer políticas onde os objectivos são enunciados e implementados. A mesma ideia é partilhada por Williams

(1998) e Hall e Jenkins (1995) que sustentam que nas actividades de recreação e o turismo, a planificação envolve cada vez mais órgãos públicos e privados sendo a planificação do turismo um processo meramente político. Percebe-se que a Planificação do turismo é um processo político da responsabilidade do sector público e do sector privado. É uma ferramenta adequada para levar a cabo políticas públicas, nos destinos turísticos de acordo com uma visão da comunidade a longo prazo onde os interesses dos intervenientes serão acautelados para minimizar os efeitos negativos do turismo nos destinos turísticos e nas comunidades locais.

4.2. Impactos do Turismo

Os autores como Liu, Sheldon e Var (1987), Lage & Milone (2000), Lage (2000), Liu, Sheldon e Var, (1987 *cit in* Harril, 2004), Chiziane (2007), Dogan (1989), Ruschmann (1997), Cooper (1998), Andereck (1995), Mason (2003), apontam os impactos do turismo de forma genérica como sendo positivos ou negativos, com efeitos directos e indirectos nas comunidades locais. De forma particular, os impactos de turismo tem sido abordados pelos autores que relatam sobre o turismo no contexto africano. Apesar destes autores tratarem de forma genérica, no continente africano também seguem a mesma perspectiva. África é um continente sobejamente natural onde o turismo tem maior incidência nas áreas protegidas com impactos positivos e negativos que podem ser percebidos pelas comunidades locais. Eis aqui relatados pelos seguintes autores: Plummer & Fennell, (2009), Munro (2008), Sharpley (2009), Munro (2008), Lepp (2008), Amuquandoh (2010), Niskala (2015), Spencer *et al* (2014), Tosun (2004), Munhurrum *et al* (2011), como sendo aqueles que criam expectativas e transformação nas comunidades locais.

Tabela 1: Sobre os Impactos do Turismo

Impactos Positivos	Impactos Negativos
Impactos Económicos	
Emprego, investimentos e rendimentos a nível local, e o efeito multiplicador. Efeitos directos, os efeitos indirectos e induzidos, a contribuição do turismo atingiram 4.2 % do PIB nacional. Aumento de divisas como forma de reduzir o déficite na balança de pagamentos na economia local. Melhorias de infra-estrutura e aumento de receitas.	Subida constante de preços. Inflação: aumento de preços de comida, terra e casa no destino turístico na estação alta. Sazonalidade. Abandono dos sectores tradicionais como a agricultura e a manufactura. Êxodo rural. Perda de rendimentos devido a crises Económicas internas e externas. Aumenta o crime e a vandalização do Parque e dos destinos turísticos.
As comunidades locais beneficiam de uma multiplicidade de serviços, tais como infra-estruturas, novos hotéis, serviços recreacionais mais desenvolvidos, uma grande variedade de restaurantes e <i>resorts</i> .	Imigração de estrangeiros como mão-de-obra nos estabelecimentos turísticos. Custo de segurança para balancear o crime.
Impactos Sócio-Culturais	
Valorização e preservação do património natural e cultural local.	Degeneração da cultura local, devido ao convívio de turistas e locais que se caracteriza pelo fenómeno da aculturação assim como o aumento de trânsito de pessoas e mobilidade populacional.
O turismo possibilita o intercâmbio social e cultural de um povo (línguas, hábitos e rituais). O turismo cria oportunidades de negócio dos produtos locais tais como: artesanato, pequeno comércio local, guias turísticos locais, transporte tradicional (barcos a vela, bicicletas e motorizadas).	O turismo tem efeito nos hábitos, rotinas diárias da vida social, crenças e valores culturais. Declínio das tradições, conflitos sociais, aumento da taxa de crime, perda de valores morais e o êxodo rural.
Impactos Ambientais	
Preservação e restauração de monumentos antigos, lugares e edifícios históricos ex: caso da Fortaleza de São São Sabastião na Ilha do Ibo. Conservação das áreas naturais (parques e reservas nacionais) para o turismo.	Poluição do ar, poluição da água, destruição da vida selvagem desflorestamento, lixo, descarga das águas negras sobre o mar. Uso exagerado do habitat devido ao ecoturismo.

Fonte: Adaptado Smith, (1998, p.100)

4.3. Factores que influenciam as Percepções

Para o estudo das percepções foram identificadas variáveis que medem a satisfação do turismo no destino (sócio-económicos, espaciais e dependência económica) e que também são usadas como instrumentos na planificação da actividade, tendo em conta os interesses dos diferentes intervenientes.

4.3.1. Sócioeconómicos

Os factores socioeconómicos são usados para explicar o uso das seguintes variáveis, como: rendimento, etnia e tempo de permanência, como parte de hipóteses formais sobre atitudes dos residentes em relação ao desenvolvimento do turismo.

Para Perdue *et al.* (1990, *cit in* Harril, 2004, p. 2), os factores sócio económicos desempenham um papel na explicação da variação nas atitudes dos residentes para o desenvolvimento de turismo. Um estudo feito por Brougham e Butler (1981, *cit in* Harril, 2004, p.2) identificou diferenças significativas nas atitudes dos residentes relacionados com o local de residência e nas características das pessoas no contacto com os turistas, tempo de permanência, residência, idade e idioma que podem influenciar na percepção do turismo. Crompton (1987, *cit in* Harril, 2004, p.2) diz que a etnia é um factor de determinação de atitudes em relação ao turismo. Para tal usam-se as seguintes variáveis: ligação à comunidade, ao local de nascimento, a herança e a duração da residência.

Por outro lado, num estudo de Tomljenovic e Faulkner (1999, *cit in* Harril, 2004) e da Austrália *Gold Coast* descobriu que os moradores mais velhos eram mais tolerantes aos turistas internacionais e menos preocupados com os impactos ambientais adversos ao turismo. Um outro estudo feito na Turquia por Cavus e Tanrisevdi (2002 *cit in* Harril, 2004), num estudo sobre o turismo em Kusadai, na Turquia também encontrou uma relação significativa entre a idade e a duração da residência e atitude dos residentes para o desenvolvimento do turismo.

Quanto a equidade de género, Mason e Cheyne (2000), num estudo sobre o meio rural na Nova Zelândia constataram que as mulheres eram contra o desenvolvimento do turismo em relação aos homens devido aos impactos negativos percebidos como o aumento de tráfico, ruído e crime, embora reconheçam que existem benefícios positivos, tais como as instalações para o turismo comunitário e benefícios económicos regionais para as comunidades, mas que não estão a favor do desenvolvimento do turismo. O género também tem sido usado para o estudo das percepções em turismo. Num estudo de Charleston, Carolina do Sul, Harril e Pote (2003, *cit in* Harril, 2004) encontraram no género um prognóstico significativo de percepção de turismo sobre os benefícios económicos com mais mulheres no turismo do que homens dispostos para o trabalho no sector de turismo. A diferença pode ser atribuída ao salário tradicional e as diferenças ocupacionais entre homens e mulheres.

Estudos feitos por Tyrell e Spaulding (1984) em domicílios, empresas e funcionários locais revelaram que a população local de Rhode Island, nos Estados Unidos, teve benefícios através do turismo proveniente da actividade comercial local e emprego. Outras conclusões foram feitas em relação ao congestionamento do tráfego, o alto custo do serviço policial e do lixo foram problemas atribuídos ao turismo. Estudos semelhantes foram conduzidos na mesma década e eles revelaram que outros aspectos, como oportunidades recreativas para a população local livre, e o aumento dos custos de propriedade (Perdue *et al.*, 1987).

Segundo os autores Andriotis y Vaughan (2003); Andereck *et al.*, (2005); Gu e Wong, (2006); Spanou, (2007); Dyer *et al.* (2007); Lepp (2007) concluíram que os impactos sociais do turismo são diversos e dependem em grande parte de vários factores sócio económicos, como o tipo de turistas, o grau de desenvolvimento turístico, económico, sócio-cultural e as políticas da comunidade local (Beeton, 2006). Estes factores determinam as percepções de turismo nos residentes.

Para além dos factores mencionados, outros foram identificados que influenciam as percepções dos residentes como tipo e grau de interação entre residentes e turistas, a importância da indústria do turismo para as comunidades e o nível de envolvimento dos visitantes no sector de turismo (Murphy, 1985). Existem factores considerados mais específicos como o tempo que o turista esteve na comunidade, a idade do turista e o nível educacional do turista (Allen *et al.* 1988). Para além dos factores mencionados, Pizam (1978) identificou o nível de concentração de turismo na comunidade e a distância entre o local de residência e as actividades turísticas (Belize & Hoy, 1980 Sheldon e Var 1984, *cit. in.* Ganizares *et. al.*, 2014).

Os factores sócio económicos que influenciam as percepções foram identificados por Dias e Gutierrez (2010) que são turistas, destino (local da actividade turística) e as características sócio demográficas dos moradores.

O reconhecimento dos benefícios e custos do turismo também foi mantido na primeira década do século XXI. No ano 2000, Fredline e Faulkner publicaram um estudo baseado em uma pesquisa de 350 residentes em Gold Coast, na Austrália. Analisando as percepções dos moradores para o turismo e eventos especiais, foram identificados os benefícios para as comunidades, que são o aumento do orgulho local, a identidade da comunidade e as oportunidades de comércio.

Para além destes benefícios, foram identificados problemas tais como: ruído, lixo, estacionamento limitado, superlotação, congestionamento de tráfego e aumentos de preços percebidos como impactos negativo ao turismo (Harril, 2004, p.3).

Percebe-se que os factores sócio económicos, através das seguintes variáveis: o local de residência, tempo de permanência, residência, sexo, idade, género, idioma aumento do orgulho local, a identidade da comunidade, as oportunidades de comércio assim como o ruído, lixo, estacionamento limitado, superlotação, congestionamento de tráfego e aumentos de preços influenciam na percepção do turismo pelos residentes especialmente com mais benefícios para mulheres em comparação aos homens.

4.3.2. Espaciais

A valorização do espaço para as diversas modalidades de turismo tais como o turismo urbano, o turismo rural, agroturismo, ecoturismo, turismo verde, turismo ecológico-cultural, turismo de aventura, etc foi considerada o ponto crucial das atrações turísticas com uma qualidade ambiental para o turismo. Estabelece-se uma relação entre espaço e as atitudes dos residentes como uma variável determinante na percepção dos residentes nas zonas turísticas. A variável espaço é medida pela distância física entre residentes e turistas. O turismo usa os espaços como os destinos para satisfazer a demanda turística. Segundo Valenzuela (1984, p.48), os espaços são procurados pelos turistas em função dos factores de atracção existentes. São os chamados “factores espaciais de decisão turística,” aqueles que induzem a actividade turística, onde se localizam as atrações. Para este autor “reside nos espaços” a extraordinária capacidade de atracção turística que exercem até hoje, o binómio sol e praia, ou que mais recentemente vem exercendo os espaços rurais e as áreas naturais protegidas como parques e reservas florestais” (Valenzuela, 1984, p.48). Os espaços constituem factores de atracção e influenciam as atitudes dos residentes em relação a percepção do turismo.

O factor espaço é medido a partir das seguintes variáveis: tamanho, distância e localização. Hester (1993, *cit in* Harril, 2004, p.3) num estudo sobre a cidade costeira de Manteo, Carolina do Norte, recorreu aos residentes na definição “Estrutura Sagrada” a comunidade, para denominar os lugares tais como a orla marítima e as lojas particulares considerados espaços importantes para a comunidade.

Para Butler (1986) a localização das actividades turísticas é influenciada por factores económicos e factores não económicos. Os factores económicos (factores espaciais e factores ambientais)

1. Factores espaciais estão relacionados com a distância, custos de transporte, acessibilidade dos mercados, e outras concentrações de actividade económica).
2. Factores ambientais se relacionam com a variação natural. Podem ser factores ambientais naturais e factores ambientais culturais que se manifestam num determinado lugar.
 - Os factores ambientais naturais incluem, o clima, a geologia, a hidrografia, os solos a topografia e a vegetação natural.
 - Os factores ambientais culturais incluem: monumentos históricos, museus, artesanato restos arqueológicos, Folklore e festas.

Os factores espaciais são determinantes na localização das actividades turísticas. Os espaços constituem a base de atracção turística e influenciam os residentes na percepção do turismo. Esta informação é importante para os planificadores que procuram locais apropriados para as instalações turísticas bem como áreas inadequadas para o desenvolvimento do turismo. Pizam (1978, *cit in* Harril, 2004) confirmou que a concentração de intensas instalações de turismo e serviços num destino leva as atitudes negativas em relação ao desenvolvimento do turismo. Harril e Potts (2003, *cit in* Harril, 2004) num estudo sobre Charleston, zona turística da Carolina do Sul, descobriram que o bairro tinha as atitudes negativas em relação ao turismo por se localizar próximo de uma zona turística. Nessa cidade foi localizada um núcleo de turismo que trouxe impactos negativos, enquanto outros bairros que se localizavam mais distantes do núcleo tinham atitudes positivas em relação ao turismo com menos impactos. Esta diferença espacial entre os bairros. Belisle e Hoy (1980, *cit in* Harril, 2004) dizem que a distância da zona de desenvolvimento de turismo aumenta os impactos positivos que são percebidos de forma favorável para os residentes dos destinos turísticos. Entende-se que os factores espaciais têm as seguintes variáveis: tamanho, distância e localização que determinam a atitude e percepção do turismo pelos residentes. Estes factores permitem que os residentes tenham uma imagem sobre destinos turísticos, a partir da percepção do turismo ou dos lugares que são visitados pelos turistas.

4.3.3. Dependência Económica

A dependência económica é um factor chave que exerce influência sobre as percepções nos residentes. Estudos feitos sobre a percepção das comunidades em relação a dependência económica, Harril (2004, p.4) confirmaram que a comunidade depende dos dólares provenientes do turismo. No entanto, nem todos os moradores gozam da mesma opinião. Por exemplo, Cooke (1982 *cit in* Harril, 2004, p.4), num estudo feito entre duas comunidades da British Columbia, descobriu que o potencial “emprego e renda” não eram vistos como significativos para os moradores, que também percebiam o turismo como o aumento do custo de vida.

A dependência económica ao turismo é vista por Cooper (2001, p. 130) como sendo o valor dos gastos realizados pelos turistas, pelas despesas feitas no destino turístico, tal como nos hotéis, restaurantes e táxis que depois flui para o resto da economia. O impacto económico pode ser avaliado em cinco níveis diferentes que são: os efeitos directos, indirecto e induzidos.

- Efeitos directos consistem no valor das despesas feitas pelos turistas em "bens e serviços" no *Front office*. O valor das despesas dos turistas recebido pelos estabelecimentos hoteleiros será usado para aquisição de bens e serviços em outros sectores dentro da economia local, por exemplo, os hotéis poderão comprar material de construção, pagamento aos fornecedores de alimentos e bebidas, eletricidade e água etc.
- Efeitos indirectos e induzidos que se traduzem na compra de fornecedores e novos negócios abertos em função da renda do turismo;
- O “Vazamento” dos gastos locais, como a compra de produtos importados para suprir as necessidades dos turistas a nível local.
- Deslocamento de mão-de-obra e custos de oportunidade, como a atração de empregados de outros sectores para trabalhar no turismo.
- O “efeito multiplicador” também é citado como consequência de forte dependência económica ao turismo referente aos gastos turísticos com benefícios em diferentes sectores da economia.

De acordo com Fletcher (1991, p.132) o conceito do “multiplicador” resulta de uma forte dependência em produtos e serviços de outras firmas, dentro da economia local, ou seja, os sectores

económicos são interdependentes. Isto quer dizer que qualquer mudança que acontecer numa firma pode vir afectar outras dentro da economia local. Devido a existência da dependência dos sectores económicos, no turismo, por ser uma actividade que se relaciona com outros sectores, qualquer mudança que se opere nos gastos dos turistas poderá afectar o nível de produção da economia, em termos de emprego, a subida dos preços da imobiliária, redução do poder de compra das famílias, poderá influenciar na receita arrecadada pelo governo e produzir efeitos na balança de pagamentos.

Outras formas de dependência económica do turismo são relatadas por Tyrell e Spaulding (1984, *cit in* Harril, 2004, p.4), num estudo sobre Rhode Island onde apontam que o turismo é definido por indivíduos que possuem uma melhor posição social e económica para receber os benefícios do turismo, tais como os proprietários de negócios e os funcionários da cidade. Similarmente, Husbands (1989, *cit in* Harril, 2004, p.4) reporta que na área de *Victoria Falls* na Zâmbia os trabalhadores de colarinho branco eram mais favoráveis e dispostos ao turismo do que a classe com nível mais baixo de gestores. Estes estudos ilustram os benefícios do turismo para uma determinada classe de gestores interessadas no crescimento urbano a partir do turismo.

Os residentes percebem os impactos positivos e negativos do turismo como resultados da dependência económica em relação ao turismo. Thomason *et al.* (1979, Harril, 2004) num estudo de Corpus Christi, Texas descobriram que os residentes tinham uma percepção positiva em relação ao turismo de inverno. Num outro estudo sobre a percepção dos residentes na cidade turística de Marmaris, Var *et al.* (1985; Harril, 2004), verificaram que os residentes percebiam que o turismo aumentava os valores de propriedade e os preços de habitação, apesar de saberem que o turismo cria negócios e reduz o desemprego.

A dependência económica ao turismo também está relacionada com os gastos em infra-estrutura devido ao crescimento do fluxo turístico, aumento de preços ocasionados pela maior demanda de produtos e serviços, que não acompanha o aumento de renda da população local, à dependência económica do sector e a sazonalidade do turismo. Por outro lado, a geração de divisas estrangeiras, estimula à economia local, as contribuições para o governo de forma directa e indirecta, a geração de emprego e o estímulo para a melhoria da infraestrutura local. Desta forma, os residentes percebem que os gastos em infraestrutura assim como a dependência do sector e a

sazonalidade, o turismo pode ser um contribuinte para economia local (UNEP, 2007; OMT, 2005; Dantas, 2005; Krippendorf, 2000).

Percebe-se que a dependência económica no turismo se relaciona com os impactos económicos. Existem outros aspectos que se relacionam a dependência do turismo como, os efeitos indirectos e induzidos. Os residentes percebem que o turismo aumenta os preços das propriedades, da habitação, com um aumento do custo de vida e dos preços inflacionários quer para os residentes assim como para os turistas. Os benefícios provenientes do turismo privilegiam uma determinada classe de gestores interessados no crescimento urbano para satisfazer a demanda turística.

4. 4. Teoria explicativa acerca da formação da Percepção em Turismo

A percepção do turismo pelos residentes nos destinos turísticos é evidenciada pelo uso de variáveis que medem a satisfação e a expectativa destes, pelo desenvolvimento do turismo. As teorias analisam os benefícios para os diferentes *Stakeholders* num ambiente de troca que podem ser avaliados por aqueles que recebem. Todas as teorias sugerem que a atitude dos residentes determinam a formação da percepção sobre o turismo como consequência dos impactos, dos conflitos que ocorrem de forma regular em diferentes níveis de interesse pelo turismo. São as seguintes teorias explicativas para a percepção em turismo:

4.4.1. Teoria de Ligação à Comunidade

Segundo McCool e Martin (1994; Andereck *et. al.* 2005) definem comunidade como ligação a “ extensão e padrão de participação social e integração à vida comunitária, e sentimento que pode afectar a comunidade” (p.30). A comunidade também é percebido como um grupo de pessoas situadas na área de influência de uma actividade proposta, e que não se circunscrevem, necessariamente, a uma aldeia ou a um distrito (artigo1, Regulamento sobre Avaliação do impacto ambiental,1998). A vida social e a integração da comunidade, a atitude e os comportamentos dos residentes permitem perceber a ligação destes ao turismo. Crompton (1987) apresenta as variáveis que medem a inserção dos residentes numa comunidade como: residência, local de nascimento, e herança étnica. McCool e Martin (1994; Andereck *et. al.* 2005) examinaram as relações entre o turismo e as comunidades no que diz respeito as seguintes variáveis: atitude, tempo de residência, nível de desenvolvimento do turismo e sentimentos de ligação.

Williams *et. al* (1995) apresentam outras variáveis que tem ligação com a comunidade tais como: residência, idade e renda. Percebe-se que em termos de duração da residência pelo turista na comunidade, local e a idade de nascimento e os benefícios económicos apresentam impactos para a comunidade pelo desenvolvimento do turismo. Do mesmo modo, Williams *et. al* (1995) verificaram que os residentes com níveis mais altos de ligação ao turismo se identificavam com um instrumento que é a medição” feita a partir da identidade regional, que é direccionada para o desenvolvimento do turismo.” A percepção do turismo na comunidades é feita pelos residentes a partir da identidade regional do turista. Para Harril, (2004), os residentes com sentimentos mais fortes em relação à sua comunidade foram favoráveis ao desenvolvimento do turismo e optimistas quanto aos impactos do turismo dentro da sua comunidade.

A Teoria da ligação à comunidade tem em vista melhorar o modelo dentro de uma estrutura integrada que inclui e interliga a outras perspectivas, como a capacidade de carga, o modelo "Irridex" (1975). Estes modelos explicam melhor a atitude dos moradores em relação ao turismo. São considerados complementares e inter-relacionados, e, portanto, analisados holísticamente através de um modelo integrado. Esta teoria é caracterizada por uma atitude ecocêntrica, onde os recursos turísticos são usados pelos residentes dentro da economia local com benefícios percebidos e custos percebidos. Trata-se de um turismo que tem suporte em duas tipologias (atrações culturais e históricas e eventos culturais) Gursoy *et.al* (2002; Andereck, 2005).

Os autores apresentam nesta teoria as variáveis que medem a inserção dos residentes numa comunidade como: residência, local de nascimento, e herança étnica. Assim como as relações entre o turismo e as comunidades no que diz respeito as seguintes variáveis: atitude, tempo de residência, nível de desenvolvimento do turismo e sentimentos de ligação. A ligação da comunidade em relação ao turismo, que se manifesta em termos de duração da residência, local de nascimento e do património com impactos para a comunidade pelo desenvolvimento do turismo.

4.4.2. Teoria das Trocas Sociais

A teoria relevante relacionada com as atitudes dos residentes em relação ao turismo e a percepção resultante dos impactos é a teoria das trocas sociais (SET) (Vall *et al.* 2014). O SET analisa os benefícios do turismo para os diferentes *stakeholders*, para a compreensão das percepções, destacando os benefícios recebidos num ambiente de troca que podem ser avaliados e recebidos

pelos residentes se a motivação para o efeito for maior (Abdollahzadeh *et. al*, 2014, p. 127). O SET também explica e mede o suporte que os residentes dão ao turismo em diferentes circunstâncias, horários, produtos e serviços, assumindo que existe uma troca de recursos e valores entre as diferentes partes interessadas no destino (Vall *et al*. 2014).

A teoria das trocas sociais é usada para explicar os impactos do turismo num particular destino (Harril, 2004). Esta teoria permite a percepção positiva e negativa em relação aos impactos do turismo na comunidade assim como para apoiar o desenvolvimento do turismo que depende da percepção dos custos e benefícios (Andriotis & Vaughan, 2003; Harril, 2004). As trocas sociais trazem benefícios para as partes envolvidas com mudanças nas comunidades onde as trocas acontecem.

Os residentes percebem que os benefícios conseguidos pelo turismo podem melhorar as suas vidas, trazendo entretenimento, exposições históricas e culturais, a identidade cultural, facilitando o intercâmbio cultural e desta maneira continuarão a apoiar o turismo (Liu e Var, 1986 Abdollahzadeh *et. al*, 2014, p. 127). Para os residentes a percepção sobre o turismo depende do que eles conseguem para melhorar as suas vidas, para aqueles que captam directamente os benefícios por estarem a trabalhar na indústria de hospitalidade. Os benefícios também são recebidos por toda a comunidade quando alguns serviços de múltiplo uso como locais de diversão, exposições históricas e guias turísticos aumentam a percepção do turismo entre os residentes a nível local, Cooper, (2001, p.130).

A teoria das trocas sociais (SET) tem sido relevante principalmente quando os residentes percebem que o turismo traz um equilíbrio positivo no seu relacionamento com turistas (Allen *et al*., 1993; Vall *et al*. 2014). Os residentes podem ser favoráveis ao turismo quando se aperceberem que existe uma troca de benefícios a seu favor. Quando esta troca não existir entre residentes e turistas no destino, o turismo não terá apoio da comunidade.

Os estudos em turismo tem utilizado a teoria das trocas sociais para explicar a percepção das comunidades e as reações destas para o desenvolvimento do turismo (Harril, 2004). Por outras palavras a teoria das trocas sociais apoia as comunidades na criação de um sistema de cálculo sobre custos e benefícios que advêm do desenvolvimento do turismo (Andriotis, 2005). O

sistema de cálculo constitui um instrumento para determinar quais são os benefícios que as comunidades recebem pelo turismo.

Percebe-se que as teorias das trocas sociais aplicadas ao turismo conduzem a percepção das comunidades sobre os benefícios do turismo, principalmente aquelas que tem contacto directo com os turistas e apresentam uma base acerca das percepções, motivadas pelas atitudes, comportamentos pela troca de benefícios numa relação que se estabelece entre residentes e turistas. O sucesso do destino, a satisfação dos turistas depende dos que recebem experiências satisfatórias, da natureza da interação entre turistas e aqueles que providenciam os serviços necessários do turismo (Sharpley, 2014). Apesar das percepções do turismo estarem direccionadas às comunidades locais, pode-se considerar uma experiência satisfatória no destino turístico quando os serviços demandados satisfazem as necessidades dos turistas.

Esta teoria tem sido considerada como a que oferece alicerces para o desenvolvimento do turismo e compreensão das comunidades residentes (Ap,1992; Harril, 2004). Tal como o próprio nome diz, a teoria é percebida pela existência de sociedades num sistema de trocas.

A teoria defende que as relações sociais envolvem trocas de recursos entre as partes com benefícios mútuos nas relações de troca. O motivo principal das trocas é a melhoria da qualidade de vida que é medida por uma "balança", quando a troca de recursos for alta ou balanceada significa que os impactos de turismo são vistos positivamente pela comunidade local. Quando for o contrário significa que os impactos são vistos negativamente (Harril, 2004, p.10).

Percebe-se que a teoria das trocas sociais tem como base os impactos e os benefícios do turismo gerados num sistema de troca e a percepção destes pelos diferentes actores no desenvolvimento do turismo. No entanto Ap e Crompton (1998) e Harril, (2004) entendem que os "impactos do turismo" constituem uma importante "ferramenta" para os profissionais, responsáveis pelo planeamento e marketing turístico usarem na tomada de decisões e que pode ser utilizado por um grande número de comunidades que vivem os impactos do turismo. A partir dos impactos e dos benefícios gerados no sistema de troca, os profissionais de diversas áreas ligados ao turismo podem ser susceptíveis a tomada de decisão beneficiando ambas partes envolvidas no processo de troca, com vista a melhoria da qualidade de vida das comunidades.

4.4.3. Teoria de Doxey

Segundo Doxey (1975) explica que o fluxo de turistas provoca irritação nas comunidades locais. O modelo de irritação de Doxey ou índice de irritação (1975) foi um dos primeiros modelos das atitudes dos moradores em relação aos turistas e ao turismo. Esta teoria explica as reações das comunidades pelo desenvolvimento do turismo.

O modelo sugere que as atitudes dos residentes mudam ao longo do tempo, tornando-se mais negativas à medida que o desenvolvimento do turismo e o influxo turístico aumenta. O modelo compreende quatro estágios que explicam as respostas da comunidade hospedeira ao desenvolvimento do turismo: euforia, apatia, irritação, antagonismo (Bramwell, 2003).

A 1ª fase chama-se Euforia é caracterizada por um pequeno número de turistas. As comunidades locais acolhem o turismo; a 2ª fase chama-se Apatia, o número de turistas aumenta e formalizam-se as relações entre turistas e residentes; a 3ª fase chama-se irritação, o número de turistas cresceu significativamente, aumentou-se a concorrência pelo uso dos recursos naturais, os residentes estão preocupados com o desenvolvimento do turismo. A quarta 4ª fase é o Antagonismo que se caracteriza por hostilidades por parte dos residentes contra o desenvolvimento do turismo. Apesar da teoria de Doxey apresentar quatro (4) fases distintas em relação ao desenvolvimento do turismo, esta teoria generaliza a concepção do turismo para todas as comunidades ou destinos onde se verificou o desenvolvimento do turismo, quando os destinos têm especificidades diferentes.

Tal como a Teoria de Doxey, Butler's (1980; Weaver & Lawton, 2002), faz um mapeamento do adiantamento do turismo no destino através de diferentes fases para caracterizar o estágio de desenvolvimento de turismo. Segundo a teoria de Butler's, o desenvolvimento do turismo começa na fase de exploração, segue-se a fase do envolvimento, depois a fase da maturidade e finalmente o declínio. A primeira fase de exploração assemelha-se a primeira etapa da teoria de Doxey's, a chamada fase de 'Euforia' onde o turismo é limitado no destino caracterizado por ser uma fase prematura de desenvolvimento do turismo com um número reduzido de chegadas de turistas (Butler, 1980, *cit in* Weaver & Lawton, 2002).

Percebe-se na teoria de Doxey's ou modelo de irritação que o fluxo de turistas no destino e a percepção destes pelos residentes no turismo é vista em diferentes fases de desenvolvimento, que se assemelha as fases da teoria de Butler sobre o ciclo de vida de destino.

4.4.4. *Growth Machine Theory*

Harril (2004, p.11) define “*Growth machine theory* como uma teoria de grande interesse para os planificadores de turismo. Apesar de existirem outras teorias que examinam o fluxo de capital ou geograficamente atributos como a proximidade e acessos aos recursos, *Growth machine theory* concentra-se nas fações e coligações que apoiam o crescimento urbano”, que segundo Molotch (1976, *cit in*. Harril, 2004, p.11) defendem que:

“Os meios para atingir este incremento, consiste na configuração da cadeia de fenómenos, que constituem a questão central das pessoas sérias que se preocupam com a sua localidade e aqueles que tem recursos para fazer sentirem-se como forças políticas na cidade e se preocupam, com o crescimento das máquinas.”

Para identificar as variáveis que promovem o desenvolvimento económico, deve-se observar particularmente as diferenças que se operam no desenvolvimento das atitudes entre os moradores e as elites. Com o desenvolvimento do turismo cresce o desenvolvimento económico. O incremento das máquinas na indústria do turismo será visto como um centro de atenção para os defensores do turismo, que apoiam o desenvolvimento económico. Judd e Fainstein (1999, *cit in* Harril, 2004) referem-se que as tendências do incremento das máquinas são encontradas nos locais como os Estados Unidos, tal como em cidades que se debatem com a construção de aquários, casinos e estádios desportivos para o turismo. Este quadro conceptual tem sido interessante para perceber como o incremento das máquinas tem sido de interesse para os investigadores no âmbito de turismo. Nota-se que o desenvolvimento do turismo é controlado por interesses urbanos e poderosos a favor do incremento da máquina em relação aos interesses individuais.

Um estudo feito por Martin *et al.* (1998, *cit in* Harril, 2004) verificou que os aposentados na ilha *Head Hilton* na Carolina do Sul não suportam o crescimento continuado do turismo porque traz impactos negativos, mas que suportam o incremento da máquina esperando benefícios económicos do desenvolvimento do turismo. Percebe-se nesta teoria que o desenvolvimento do turismo no meio urbano está condicionado ao incremento da máquina que produz alterações nas atitudes dos moradores e das elites que promovem e facilitam a introdução da tecnologia para a satisfação dos seus interesses.

4.4.5 Teoria dos Conflitos Sociais

O termo conflito é usado para referir as relações sociais e processos no qual dois ou mais indivíduos ou grupos podem ser distinguidos pelos diferentes interesses na solução de problemas. (Coser, 1956). Para o autor conflito pode ser a “forma de socialização,” p.31 e análise dos conflitos em termos de processo de interação (Coser, 1956; Yang, *et al.* 2013). Nas relações entre grupos sociais, os conflitos têm sido motivados devido a interação e aos benefícios conseguidos por estes grupos.

Segundo Jafari (1989; Yang, *et al.* 2013) os conflitos sociais têm sido mencionados em turismo como conflitos de interesse, valor e objectivos entre *stakeholders*. Exemplos de conflitos sociais entre as comunidades indígenas proprietárias de terra e os investidores sobre o desenvolvimento do turismo (Sofield, 1996; Yang, *et al.* 2013), conflitos entre as comunidades étnicas e os empresários estrangeiros sobre os benefícios económicos de turismo (Crystal, 1989; Goering, 1990; Yang, *et al.* 2013), e os conflitos entre turistas e a comunidade local em relação aos recursos limitados (Urbanowicz, 1977). Os conflitos sociais envolvem facções diferentes pelos interesses que estes grupos esperam obter com o turismo.

Os conflitos culturais têm sido um dos temas dos impactos do turismo. De acordo Robinson (1999, p. 7; Yang, *et al.* 2013), conflitos culturais ocorrem de forma regular em diferentes níveis entre diferentes grupos de interesses no turismo. Robinson (1999) apresenta quatro dimensões em que os conflitos culturais acontecem: Conflitos entre turismo e as comunidades anfitriãs, conflitos entre os turistas e as comunidades anfitriãs, conflitos entre o turismo e os turistas e conflitos entre as comunidades anfitriãs. Os determinantes que influenciam os conflitos entre a indústria de turismo e as comunidades anfitriãs são: (1) a natureza e a extensão da mercantilização das culturas anfitriãs; (2) o uso dos recursos naturais e cultural (3) o nível de dependência económica das comunidades anfitriãs em relação ao turismo. Os benefícios económicos têm sido as causas que originam os conflitos nos destinos turísticos trazidos pelo turismo. Entretanto estes benefícios não são distribuídos de forma equitativa para os diferentes grupos intervenientes.

Percebe-se que a teoria dos conflitos também aplicada ao turismo surge no contexto das relações sociais entre diferentes grupos de interesse ‘*stakeholders*’ pelo desenvolvimento do turismo.

4.4.6. Teoria de Ameaça Integrada

Teoria da ameaça integrada foi escolhida devido a sua relevância inerente ao turismo. Foca na percepção dos impactos negativos do turismo como ameaça ao turismo. A teoria da ameaça integrada reconhece que existem quatro ameaças fundamentais: ameaças realistas, ameaças simbólicas, estereótipos negativos e ansiedade entre grupos (Stephan & Stephan, 1996, 2000). Cada uma dessas fases tem mostrado ser importante para perceber as atitudes de diferentes grupos incluindo os emigrantes, as minorias étnicas e os grupos nacionais em relação ao turismo.

Ameaças realistas- incluem a percepção das ameaças e o bem-estar do grupo e dos seus membros. As ameaças podem ser sociais, económicas ou políticas e geralmente envolvem concorrência sobre o uso de recursos limitados (Stephan & Stephan, 1996, 2000).

Ameaças simbólicas- estão associadas com valores, créditos e atitudes e referem-se as ameaças percebidas pelo grupo e por todo o universo. Tanto o realismo assim como as ameaças simbólicas tem sido identificada no turismo em relação aos seguintes factores: multidão, aumento do custo de vida, destruição do ambiente, valores familiares alterados, sexo tolerante e práticas culturais comerciáveis (Brunt & Courtney, 1999; Pérez & Nadal, 2005; Teye *et al.* 2002). Além disso as pesquisas têm mostrado que as percepções sobre os impactos sócio culturais estão directamente ligados na avaliação das ameaças (Berno, 1999, 2003).

Estereótipos negativos têm sido descritos por Stephan, Diaz-Loving, and Duran (2000) como ameaças tácitas porque eles lidam com indivíduos para antecipar consequências de interação entre os grupos. Estereótipos negativos de pessoas de outros países têm sido encontrado para sustentarem atitudes prejudiciais em multinacionais e no cruzamento cultural (Stephan & Stephan, 1996; Stephan *et al.*, 1996). Estereótipos são relacionados em atitudes perante turistas e o desenvolvimento do turismo.

Ansiedade entre grupos- Stephan e os colegas têm discutido que as pessoas sentem-se ameaçadas na relação com a interação cultural, como eles estão sendo rejeitados embarassados, ridicularizados ou explorados devido as suas inabilidades para interagir efectivamente com membros de outro grupo (Stephan & Stephan 1985; Stephan *et al.* 2000).

Percebe-se que a teoria das ameaças integradas procura perceber os impactos negativos do turismo como ameaça ao desenvolvimento do turismo.

Como síntese do quarto capítulo sobre as percepções das do turismo pelas comunidades locais. O turismo é uma actividade económica que suscita diferentes percepções. A percepção da comunidade residente sobre os impactos do turismo desempenha um papel crucial na planificação da actividade pelos gestores do destino, neste caso, o governo local, as empresas de turismo e outros intervenientes locais, que através dos efeitos negativos e positivos do turismo têm uma ideia sobre a percepção dos residentes. Que consiste numa distribuição justa dos benefícios entre as partes interessadas especialmente nas Ilhas onde o espaço geográfico é limitado, com ambientes frágeis, sensíveis e permanentes para o desenvolvimento do turismo. Para o estudo das percepções foram identificadas variáveis que medem a satisfação do turismo no destino (sócio-económicos, espaciais e dependência económica) e que também são usadas como instrumentos na planificação da actividade, tendo em conta os interesses dos diferentes intervenientes. As teorias explicativas acerca da formação da percepção do turismo analisam os benefícios para os diferentes *Stakeholders* num ambiente de troca que podem ser avaliados por aqueles que recebem. Todas as teorias sugerem que a atitude dos residentes determinam a formação da percepção sobre o turismo como consequência dos impactos, em diferentes níveis de interesse pelo turismo. São as seguintes teorias explicativas para a percepção em turismo: teorias das comunidades, teorias das trocas sociais, teoria de Doxey, teoria dos conflitos sociais, teoria de ameaça integrada e Growth machine theory.

5. Participação das Comunidades em iniciativas de Desenvolvimento

Este capítulo faz menção a participação das comunidades no turismo através dos processos decisórios, os benefícios obtidos pela sua participação e as limitações que impedem que as comunidades participem no desenvolvimento do turismo desde o processo da planificação até a sua implementação. As iniciativas de desenvolvimento local têm alcançado sucessos através da participação das comunidades locais. A participação local tem sido um processo através do qual as comunidades defendem os seus interesses e encontram soluções para os problemas locais de forma a alcançar objectivos que satisfaçam a colectividade. Também pode ser entendida como “o processo através do qual as pessoas, e entidades, que têm interesse legítimo em exercer influência, participam no controlo das iniciativas de desenvolvimento e nas decisões e recursos que os afectam” (Monteiro, 2008, p. 73). A noção de participação será evidenciada neste capítulo para perceber como as comunidades locais tem alcançado e defendido os seus interesses em iniciativas de desenvolvimento assim como percepção destas no uso de recursos e na tomada de decisão para o bem da colectividade.

5.1. Conceito da Participação

O termo participação tem como finalidade “integrar os interesses das pessoas e dos segmentos envolvidos, tornando-os agentes de transformação e protagonistas dos processos decisórios” (Barbosa, 2012, p.133). Nesse sentido, reforça-se a ideia de que o modelo de participação influencia o envolvimento dos actores no processo de tomada de decisão (Araújo, 2006). Para Bordenave (1994) a participação pode ser entendida como o convívio, entre os membros que fazem parte de um mesmo grupo para expôr as suas ideias e opiniões. A participação integra os diferentes interesses nos processos decisórios, assim como torna-se um espaço de convívio entre diferentes actores por uma determinada causa. A participação das comunidades proporciona a percepção que estas têm como responsabilidade para com elas e pelos outros, assim como a prontidão de interação e partilha de recursos. (Aref *et al.*, 2011, p. 21). Para o autor a participação da comunidade nos processos decisórios constitui uma condição fundamental para a percepção sobre a sua interação na partilha de recursos e a responsabilidade.

Nota-se que a participação das comunidades se têm tornado um elemento comum em muitas iniciativas de desenvolvimento com programas baseados nas comunidades que assumem métodos participativos promovidos através das organizações de desenvolvimento, com destaque para o Banco Mundial, tal é o exemplo da estratégia *botton up approach*, usada pelas comunidades como um modelo de participação na tomada de decisões. “É um modelo usado pela União Europeia e organizações internacionais e requer atenção especial ao desenvolvimento sustentável das comunidades locais envolvidas na redução da pobreza” (UNEP, 2005). O modelo de participação das comunidades locais no processo decisório tem como objectivo fortalecer as relações entre os diferentes *stakeholders*.

É neste contexto que a abordagem de desenvolvimento é particularmente direccionada para os países em desenvolvimento (Baral e Heinem, 2007) onde as iniciativas de desenvolvimento facilitam a participação de todos os *stakeholders* ao nível local, não pela causa, eficiência e ação do programa, mas pelo nível dos doadores e pela demanda das comunidades locais assim como pela sustentabilidade dos programas nestas iniciativas (Ribot, 2004). A questão de participação social também é defendida por Freire (2014) que sustenta a integração gradual dos sectores marginalizados nas esferas da decisão política, ou seja, a importância dessas pessoas para se inteirarem das questões ligadas à sua realidade social. Também considera Freire que o desenvolvimento de um povo como objecto a ser alcançado a partir da sua transformação consciente dentro da sociedade, está associada à sua participação na transformação da estrutura social.

Em suma Freire (2014) reclama que a questão da participação encontra suporte na educação que através da conscientização, é possível que os problemas locais e os conflitos locais, as pessoas possam construir entendimentos e sociabilidades resistentes ao poder dominante na hierarquização de saberes, procurando envolver-se participando como forma de incutir na consciência humana a aceitação das contradições existentes no meio social. A questão de participação é defendida por Freire como a integração gradual das pessoas na vida social, mas que os conflitos sociais e os problemas locais podem ser ultrapassados a partir de entendimentos resistentes numa comunidade.

A participação significa projectar o desenvolvimento de tal forma que os beneficiários projectados são encorajados a tomar as coisas pelas suas próprias mãos, para participarem do seu próprio desenvolvimento através da mobilização de recursos próprios, a partir das “suas

próprias necessidades e das suas próprias decisões”(Stone, 1989, p. 207). A participação da comunidade surge como uma estratégia de desenvolvimento baseada na comunidade com recursos próprios e habilidades para a satisfação das necessidades locais.

5.2. Participação Local no Turismo

A participação das comunidades no processo de desenvolvimento de turismo pode ser feita através da cultura local, das tradições, conhecimentos e capacidades locais que cria um orgulho para a comunidade, pela valorização do seu património cultural (Lacy *et.al*, 2002, p. 15). A participação local no turismo significa o envolvimento da comunidade local, governo no desenvolvimento do turismo. Para tal estabelecem-se parcerias e programas com o envolvimento dos *stakeholders* no turismo. Com a participação da comunidade no turismo melhora-se a comunicação entre os diferentes *stakeholders* que tem interesses em facilitar os processos de tomada de decisão com vista a um desenvolvimento sustentável. Por isso a fraca participação e o envolvimento da comunidade no processo de tomada de decisão no desenvolvimento de turismo, pode resultar num fracasso no desenvolvimento da comunidade (Miranda, 2007). A participação das comunidades nos processos decisórios contribui para melhorar a planificação do turismo nos destinos turísticos.

Para Lea; (1988) e Murphy; (1985) a participação local no turismo é feita pelas comunidades que vivem em áreas de destinos turísticos; que participam na planificação e nas decisões relativas ao desenvolvimento do turismo. Pois os efeitos do turismo tem sido vividos pelas comunidades, como a actividade que acontece nos destinos turísticos e a participação das comunidades tem sido destacada como fundamental no processo de desenvolvimento de turismo. Para Blank, (1989, p.4) “as comunidades são o destino da maioria dos viajantes e onde o turismo acontece. Por causa disso, o desenvolvimento e a gestão da indústria do turismo também devem ser suportados pelas comunidades.” Para Beeton (2006; Wijesundara, 2016, p. 58) o turismo é o principal agente de transformação nos destinos turísticos. A participação local no turismo cria condições para que as comunidades tenham uma percepção sobre os destinos turísticos. É essencial mencionar que o envolvimento da comunidade se torna um factor decisivo para o desenvolvimento sustentável da indústria do turismo, não somente pela proximidade das comunidades locais como anfitriãs, mas por serem nos destinos turísticos onde o turismo acontece, com benefícios as comunidades locais (Blank, 1989; Wijesundara, 2016, p. 58).

Nas comunidades atribui-se parcialmente o facto de que muitos recursos do turismo que se localizam nos destinos turísticos exigem a participação das comunidades nas iniciativas de desenvolvimento (Havel, 1996; Songorwa, 1999). As comunidades locais participam como intervenientes no processo de desenvolvimento de turismo, o que lhes confere a habilidade delas poderem agir por si próprias e colherem benefícios pela sua participação. Isto requer um investimento no capital humano, em instituições de nível local como a educação e a saúde por forma a estabelecer os processos de participação assim como apoiar o desenvolvimento do turismo baseado na comunidade onde os esforços são planeados e implementados a partir da base, tal como a “Estratégia *Botton up Approache*” (Havel, 1996, p. 145).

Percebe-se que a participação das comunidades no turismo constitui uma abordagem direcionada para os países em desenvolvimento e contribui para melhorar a planificação do turismo principalmente nas comunidades onde os impactos do turismo são visíveis e a necessidade das consultas e participação comunitárias são desenvolvidas com benefício locais.

Prentice (1993, p. 218) diz que o envolvimento das comunidades nos processos decisórios através da participação no desenvolvimento do turismo tem sido a ideologia da planificação do turismo. Para o autor as abordagens baseadas nas comunidades para o desenvolvimento do turismo são um pré-requisito para a sustentabilidade. A participação facilita a manutenção e estabelecimento das condições culturais desejáveis, talvez a mais importante na gestão de crescimento nos destinos turísticos.

Ryan and Montgomery (1994, p. 369) afirmam que as comunidades precisam de ser educadas acerca do seu envolvimento nas boas técnicas de gestão de visitantes assim como dos benefícios do turismo e a forma que deverá ser usada para solucionar os problemas nos destinos turísticos. Simmons (1994, p. 99) tem dito que o envolvimento das comunidades nos processos de desenvolvimento do turismo é vital se a região deseja oferecer experiências de turismo que visam garantir a satisfação dos visitantes e os benefícios em curso para os moradores de áreas de destino.

Hall (1994) afirmou que satisfazer as necessidades locais, pode também ser possível satisfazer as necessidades do turista, que é um dos componentes-chave da noção de participação da comu-

nidade nos processos de desenvolvimento de turismo. As necessidades locais podem ser satisfeitas quando através do turismo se consegue encontrar a solução de um problema local, como a construção de uma via de acesso que pode vir satisfazer a necessidade do turista pelo uso das infra-estruturas encontradas para os principais problemas do turismo nos países em desenvolvimento. Para o autor, a participação deverá ser feita através de uma distribuição mais equitativa dos benefícios, de forma a desencorajar antidemocrática tomada de decisão e atender às necessidades da comunidade local da melhor maneira. A interação entre turistas e as comunidades pelo turismo para além de trazer benefícios locais permite que os projectos turísticos sejam geridos de forma sustentável, tais são os projectos de turismo baseados na comunidade. Mowforth e Munt (1998) defendem que um dos critérios frequentemente aceites como essenciais para alcançar a sustentabilidade em qualquer novo projecto de turismo é a participação da população local. Esta ideia é também defendida por Pretty (1995, p. 4) que faz uma alusão a participação das comunidades nos projetos de desenvolvimento de turismo onde dois termos considerados fundamentais são aqui enunciados:

Os termos '*people participation*' and '*popular participation*' são os mais comuns para perceber como as comunidades tem participado no desenvolvimento do turismo. Estes termos também são usados pelas agências de desenvolvimento. Pretty (1995, p. 4) apresenta um modelo de tipologias para a participação das comunidades em projectos de turismo, que são: Participação manipulativa, participação passiva, participação através de incentivos e material, participação através de consultas, participação funcional, participação interactiva, e auto-mobilização. As tipologias de Pretty compartilham ideias comuns quanto à extensão ou ao grau em que os membros da comunidade têm a oportunidade ou são capazes de decidir por si mesmos sobre um determinado assunto na comunidade.

O modelo de participação das comunidades no turismo é inevitável e essencial porque as atrações turísticas encontram-se localizadas dentro das comunidades locais ou nos arredores, tornando a participação local parte do processo de turismo. Os benefícios dependem do tipo de participação onde as comunidades estão envolvidas. O sucesso das comunidades também depende da sua participação no turismo assim como das parcerias que são feitas com o sector público. Um dos mecanismos do envolvimento activo, das comunidades é a sua participação na tomada de decisão e representação na estrutura da comunidade (Aref *et al.* 2011, p. 21). Localmente as

comunidades estão representadas através de uma estrutura local que decide o que deve ser feito e como deve ser feito dentro da comunidade.

Para perceber como o turismo é desenvolvido a nível local são estabelecidas parcerias com outros actores locais que influenciam e dinamizam a actividade a nível local. Havendo a necessidade do conhecimento sobre os impactos negativos de turismo pelas comunidades locais, estes devem ser identificados antes que tenham efeitos para as comunidades, sendo estas parte do produto turístico (Tosun, 2000; Scheyvens, 2002; Li, 2005; Beeton, 2006; Wijesundara, 2016, p. 59). As comunidades como parte do produto turístico devem decidir pela sua participação, no desenvolvimento do turismo que pode ser feito em duas formas: Participação das comunidades através da tomada de decisão e pela partilha dos benefícios (Wijesundara, 2016, p. 59). As tipologias de participação no turismo identificam os benefícios aceites pela participação das comunidades locais tornando a participação local parte do processo de turismo.

Percebe-se que as comunidades fazem parte do produto turístico e a sua participação no turismo torna-se imprescindível, uma vez que os benefícios também são direccionados para este grupo social. As duas formas explicam como as comunidades obtêm os benefícios pela sua participação no turismo.

5.3. Participação da comunidade através da tomada de decisão

Localmente as comunidades decidem sobre o tipo de turismo a ser desenvolvido na região. É um determinante importante para certificar quais são os benefícios que as comunidades locais esperam receber do turismo assim como o modo de vida que lhes espera e os valores locais a serem respeitados (Tosun, 2000; Li, 2005). No entanto Tosun (2006) diz que as comunidades locais devem fazer parte dos processos decisórios através das consultas por eleição apontadas pelas agências do governo local ou através das comunidades eleitas através do público especialmente para o desenvolvimento e gestão das questões de turismo.

A maximização dos benefícios sócio-económicos do turismo nas comunidades locais é importante ao mesmo tempo que os impactos negativos ao turismo são conhecidos devem ser minimizados (Li, 2004; Wijesudara, 2016, p. 59). Os benefícios pelo turismo podem ser alcançados pelas comunidades locais se estas participarem na tomada de decisão. Para isso é necessário que

sejam identificados benefícios sócio-económicos trazidos pelo turismo enquanto os impactos negativos são minimizados.

A participação da comunidade na tomada de decisão deve ser um processo partilhado em todos os níveis dos programas, como por exemplo: no estabelecimento de metas, na formulação de políticas, na planificação e na implementação de acções (Butler, Hall e Jenkins, 1998) assim como um alto grau de controlo ou propriedade das actividades turísticas e recursos (Hall e Page, 1999: 195; Saarinen, 2006: 113). Dizem haver necessidade de considerar a participação local nas actividades do turismo. Pois o sucesso ou o fracasso do desenvolvimento do turismo rural dependem das comunidades locais que decidem o tipo de turismo a ser desenvolvido numa região, onde participam na planificação assim como decidem como será feita a implementação através de acções que devem ser desenvolvidas.

Para Lakaota, (2016) a planificação turística com vista a um desenvolvimento do turismo sustentável, envolve a colaboração dos residentes locais e vários interessados na tomada de decisão em questões de turismo. O envolvimento de locais na tomada de decisão melhora a imagem do turismo, uma vez que os residentes locais fazem parte do processo de planificação do turismo desde o estabelecimento de metas, formulação dos planos e políticas, implementação dos planos propostos através de acções que são desenhadas de forma conjunta.

5.4. Benefícios das Comunidades Locais pela Participação no Turismo

A partilha e ganhos produzidos pelo turismo constituem um dos aspectos importantes da participação da comunidade local no turismo (Timothy, 1999; Tosun, 2000; Li 2004). A população local espera receber do turismo benefícios pela sua participação nos diferentes sectores de actividade. Turismo aparece como um sector que se interliga a outras áreas com muitas oportunidades de emprego tais como: acomodação, transporte, comércio, comunicação, educação, infraestrutura, segurança, saúde, bancos e migração (Wijesundara *et. al.* 2016, p. 59). Isto significa que o desenvolvimento do turismo nestas áreas providencia benefícios económicos directos e indirectos às comunidades locais que pode ser através do emprego, renda pela sua participação no turismo. A partilha de benefícios pelas comunidades locais pode ser vista como o uso de bens e serviços locais destinados a satisfazer as necessidades dos turistas e locais, Cooper (1998, p.104) usou a designação de “uso múltiplos” para designar o uso de bens e serviços que no destino são usados por turistas e residentes locais durante todo o ano. Perante esta partilha de

benefícios as comunidades locais nos destinos turísticos colocam uma grande expectativa sobre o turismo devido aos benefícios económicos que podem melhorar a qualidade de vida das comunidades principalmente nos países em desenvolvimento. No entanto, Tosun (2000) e Li (2004) afirmam que se as comunidades locais esperam receber benefícios provenientes do turismo eles devem estar envolvidos activamente e integradas no processo de tomada de decisão.

Os benefícios advindos do turismo podem ser económicos, socioculturais e ambientais. Mowforth e Munt (2009; Wijesundara, 2016, p. 59) apontam os benefícios económicos como sendo as oportunidades de trabalho, para os jovens que pela primeira vez mostram talentos necessários para o turismo Makame e Boon, (2004). Os recém-graduados, funcionários mais velhos encontram trabalho devido aos benefícios provenientes do turismo como: emprego, a flexibilidade no período sazonal, trabalho disponível na indústria de turismo, funções de gestão administração e supervisão que são bem compensados. Para além dos benefícios económicos, os benefícios sócios- culturais permitem que as comunidades se beneficiem dos serviços e instalações existentes na comunidade desenhadas para satisfazer o crescimento em número e no tamanho de negócios e opções de serviços para as comunidades locais (Chok e Macbeth, 2007; Wijesundara, 2016). Para os benefícios ambientais a maior preocupação vai para a preservação e protecção dos recursos naturais (Hawkins, 2006; Wijesundara, 2016) que se encontram no ambiente.

Percebe-se que a partilha de benefícios pelas comunidades locais pode ser feita de forma directa e indirecta através da sua participação no turismo. Os benefícios sócio-ecónomicos podem ser maximizados e são traduzidos pelas oportunidades de emprego em diferentes áreas do turismo. Os benefícios sócios culturais são traduzidos pelo uso de serviços e instalações existentes na comunidade que servem aos turistas assim como as comunidades locais e os benefícios ambientais se traduzem pela conservação do ambiente.

5.5. Limitações da Participação Local no Turismo

Em países com recursos turísticos para o turismo, as comunidades participam localmente para maximizar os benefícios do turismo e tomarem conhecimento dos impactos que acontecem pelo desenvolvimento da actividade. A participação local no turismo constitui uma estratégia de envolvimento das comunidades no processo de tomada de decisão, apesar de muitos países que tem o turismo como actividade não cumprirem com esta cláusula. A participação da comunidade

é um dos componentes chave para o desenvolvimento do turismo nos destinos turísticos (Tosun 2000; Ushantha 2016, p.87).

Uma das características do turismo em muitos países em desenvolvimento tem sido uma actividade controlada pelos operadores turísticos e pelas organizações multinacionais que não estão preocupadas com as condições económicas e pelas condições sócio- culturais locais. É neste contexto que Timothy e Loannidas (2002) e Ushantha, (2016), consideram o turismo como uma actividade controlada pelos operadores turísticos e pelas organizações multinacionais que geralmente toma a forma destas organizações e decidem por tudo quanto deve ser feito no turismo sem a participação local.

Os autores acima referenciados, também afirmam que a perspectiva de sobrevivência do turismo por um longo período tempo torna-se impossível porque não prioriza a participação local, verificando-se uma relação de dependência às multinacionais que operam no turismo e decidem o que deve ser feito localmente. Existem algumas dificuldades associadas à participação de membros da comunidade no processo de planificação nos países em desenvolvimento. A participação da comunidade no turismo tem desafios, como o acesso as informações sobre o equipamento operacional necessário para o turismo, já que as instruções de uso deste equipamento vêm escrito em inglês ou em outras línguas que não são do domínio local. Relacionado a isto, Nyaupane *et al.* (2006: 1374; Lekaota, 2016, p. 3) identificaram algumas limitações da participação comunitária na gestão do turismo que são (i) as comunidades locais podem não ter o capital de investimento necessário aos projectos de turismo, o *know-how* e as infra-estruturas necessárias para tomar a iniciativa no desenvolvimento de turismo, (ii) as comunidades locais podem ter limitações culturais no envolvimento da planificação e gestão do turismo, (iii) o turismo pode ser um conceito difícil de entender pelas pessoas que vivem em comunidades rurais isoladas, e (iv) membros das regiões de acolhimento apresentam dificuldades nas iniciativas de planificação. Além disso, Hall e Page (1999: 252; Lekaota, 2016, p. 3) identificaram os impedimentos que incorporam a participação pública na planificação turística, como sendo: o público nem sempre está ciente ou não compreende o processo de tomada de decisão; pode haver dificuldade em obter e manter representantes no processo de tomada de decisão; o processo de tomada de decisão seria prolongado e poderia ter efeitos adversos na eficiência da tomada de decisão. A participação da comunidade no processo de tomada de decisão requer um público ciente, que compreende o processo de forma a manter os representantes por um período longo de tempo.

Tosum (2000; Ushantha 2016, p.87) aponta as razões que limitam as comunidades locais no envolvimento e participação na tomada de decisão nos países em desenvolvimento. Elas são: Limitações operacionais, limitações estruturais e limitações culturais. As limitações operacionais podem ser divididas em três segmentos: a) Centralização das instituições de turismo, b) Escassez de informação e c) Falta de coordenação entre os diferentes sectores. Nas limitações estruturais estão agrupadas as seguintes: a) atitude dos profissionais de turismo, b) classe de elite dominante, c) falta de perícia e habilidade no sector de turismo a nível local, d) a falta de pessoas formadas na área de turismo, e) a falta de um sistema legal forte, f) falta de recursos financeiros e finalmente g) altos custos para a participação da comunidade. Nas limitações culturais estão agrupadas: a) limitação nas capacidades e habilidades das comunidades locais, b) falta de conhecimento dentro das comunidades locais. Percebe-se que estas três limitantes na estrutura local limitam a participação local nos ganhos e benefícios a nível económico, social e político como também limitam o nível de desenvolvimento de turismo (Dogra and Gupta 2012; Ushantha 2016, p.87).

Para além destas limitações, os países em desenvolvimento sofrem devido a uma barreira estrutural que pode ser agrupada em: a) características culturais, b) características sócioeconómicas, c) características políticas. Nas características culturais temos falta de uma educação e condições de vida pobres numa sociedade altamente estratificada. Nas características socioeconómicas podemos encontrar baixo nível de vida, falta de serviços num estado de providência, valor *per capita* nacional baixo, crescimento económico baixo, altas taxas de crescimento populacional, aumento nas disparidades de renda e aumento de desemprego. Características políticas podem ser: centralização da administração pública, uma elite dominante na vida política e alto nível de favoritismo (Tosum, 2004; Ushantha 2016). Difícilmente as comunidades locais participam nos processos de decisão considerando os aspectos que aqui foram enunciados. Percebe-se que a participação das comunidades locais no turismo encontra limitações de ordem operacional, estrutural e cultural assim como as características políticas, sócio económicas e culturais destes países, caracterizadas por um crescimento económico baixo, taxas elevadas de crescimento populacional, centralização política com uma elite dominante no poder e um nível de vida deficitária para os seus habitantes, caracterizada por uma pobreza na sua população.

Como síntese do quinto capítulo a participação local no turismo significa o envolvimento da comunidade local, governo no desenvolvimento do turismo. Para tal participação estabelecem-

se parcerias e programas com o envolvimento de todos os *stakeholders* no turismo. Isto permite melhorar a comunicação entre os diferentes *stakeholders* facilitando os processos de tomada de decisão com vista a um desenvolvimento do turismo sustentável. A participação das comunidades nos processos decisórios contribui para melhorar a planificação do turismo nos destinos turísticos e decidir sobre o tipo de turismo a ser desenvolvido na região, assim como certificar os benefícios que as comunidades esperam receber do turismo e os valores locais a serem respeitados. Os benefícios das comunidades locais pela sua participação no turismo podem ser económicos, socioculturais e ambientais. Os benefícios económicos podem ser as oportunidades de trabalho, para os jovens, recém-graduados e funcionários mais velhos que encontram trabalho disponível na indústria de turismo, nas funções de gestão, administração e supervisão e são bem compensados. Para além dos benefícios económicos, os benefícios sócio- culturais permitem que as comunidades se beneficiem dos serviços e instalações existentes na comunidade desenhadas para satisfazer o crescimento em número e no tamanho de negócios e opções de serviços para as comunidades locais. Para os benefícios ambientais a maior preocupação vai para a preservação e protecção dos recursos naturais que se encontram no ambiente.

Apesar dos benefícios para as comunidades locais serem visíveis, devido à sua participação, existem limitações da participação local em muitos países em desenvolvimento. Uma das limitações é a exclusão da participação local. O turismo tem sido controlado pelos operadores turísticos e pelas organizações multinacionais que não estão preocupadas com as condições económicas e sócio- culturais locais. Toma a forma destas organizações e decidem tudo quanto deve ser feito no turismo sem a participação local. Existe uma relação de dependência às multinacionais que operam no turismo e decidem o que deve ser feito localmente. Outras limitações das comunidades locais no envolvimento e participação na tomada de decisão nos países em desenvolvimento são: limitações operacionais, limitações estruturais e limitações culturais.

6. Turismo Cultural

Este capítulo aborda o turismo cultural um dos segmentos mais importantes do turismo (Richards, 2013). É aqui mencionado para responder as inquietações das comunidades locais do Ibo que tem aspectos culturais fortemente desenvolvidos que resultam de uma mistura de diferentes povos que desde o século VII aportaram a Ilha do Ibo para estabelecerem relações comerciais com os nativos locais.

O turismo cultural é destacado por apresentar atractivos da cultura humana, que se relacionam com a vida e cultura de um determinado povo que tem como finalidade a valorização da cultura local quer por parte dos visitantes e dos visitados (Barreto, 2000). A definição de turismo cultural é complexa, fundamentalmente por se associar a dois conceitos, também eles complexos que são turismo e cultura (Richards, 2005).

O turismo cultural é reconhecido como uma forma de turismo, onde a cultura constitui a base para atrair turistas, ou seja, constitui a motivação para muitos turistas e/ou visitantes culturais viajarem. Significa isto que, podemos encontrar pessoas que são fortemente motivadas pelo turismo cultural e outras que têm sentimentos emocionais para aprender mais sobre a cultura de um povo, mas que não constitui o principal motivo para visitar um destino (Isaac, 2008). Os turistas e visitantes que visitam os destinos turísticos encontram nos valores culturais locais como danças, música local, comida local, os monumentos históricos um significado cultural na vida de um povo que contribui para a valorização destes edifícios tais como, Fortalezas, palácios, fortins e locais históricos que são os elementos que caracterizam a cultura de um povo (Marujo, 2015).

O turismo cultural é “uma ‘boa forma’ de turismo para os destinos que evitam muitos dos elementos convencionais do turismo oferecendo benefícios adicionais para a cultura local (Richards, 2007:2). É neste âmbito que o turismo cultural é concebido como “noção de turismo cultural” é aplicada para visitas a uma grande variedade de lugares de interesse cultural e objectos, independentemente da natureza do interesse do visitante nas atracções. A natureza destes lugares é de tal ordem que as actividades fundamentalmente diferentes e as experiências são incluídas no estudo do turismo cultural. A diversidade de interesses turísticos e experiências é consubstanciada na abrangência da designação de turismo cultural. Para além disso, a confusão surgiu porque todos os turistas em atracções culturais e locais são muitas vezes considerados como turistas culturais” (Isaac, 2008:99). Percebe-se que o turismo cultural está relacionado com

as visitas que os turistas fazem aos destinos turísticos consumindo valores culturais locais, oferecendo benefícios adicionais para a cultura local.

A motivação para visitar locais com interesse histórico quer seja para adoração ou para apreciar o património histórico-cultural constitui a tipicidade do turismo cultural que constitui uma das formas de turismo usada para a preservação da cultura local, para atrair turistas culturais como uma das estratégias mais comuns de muitos países e regiões para conservar as suas culturas tradicionais, criar uma imagem cultural e desenvolver novos recursos culturais (Richards, 2009). Para além constituir uma estratégia usada para conservar as culturas locais, também é usado para impulsionar o desenvolvimento local (Zanirato, 2014).

Turismo cultural resulta da experiência humana, sendo então um fenómeno social, responsável por fortalecer relações sociais entre indivíduos e entre grupos sociais, quer estes pertencentes à mesma cultura quer sejam de diferentes culturas (Goulart e Santos 1998: 19).

Percebe-se que a motivação para visitar locais com interesse histórico constitui uma forma de turismo cultural onde os valores culturais são evidenciados e utilizados para atrair turistas e visitantes, sendo este o principal motivo das viagens para os destinos turísticos. Nestes destinos, o turista consome valores culturais locais que têm significado cultural na vida de um povo contribuindo para a valorização cultural e para a cultura local.

6.1. Valorização do Património Cultural

O conceito de património cultural é apresentado de forma diferenciado dependendo de país para país e dos objetivos pretendidos com esses monumentos. Recentemente o conceito de património passou a abarcar não apenas monumentos isolados, mas essencialmente conjuntos urbanísticos, sítios, paisagens naturais e culturais, ou ainda territórios na sua globalidade (UNESCO, 1972). As principais iniciativas para a definição e salvaguarda do património cultural surgiram por iniciativa da ONU, através da UNESCO que em 1972 na Convenção para a Protecção do Património Cultural e Natural, agregaram o património cultural como sendo conjuntos urbanísticos, sítios, paisagens naturais e culturais, ou ainda territórios na sua globalidade, sendo descritos como:

“Monumentos- obras arquitectónicas, esculturas, ou pinturas monumentais, incluindo grutas e inscrições, assim como os elementos, grupos de elementos, ou estruturas de especial valor do ponto de vista arqueológico, histórico, artístico ou científico.”

“Conjuntos- grupos de construções isoladas ou reunidas que pela sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm um valor especial do ponto de vista da história, arte ou ciência.”

“Sítios ou locais de interesse-zonas topográficas obras conjugadas do Homem e da Natureza que têm valor especial devido à sua beleza ou ao seu interesse do ponto de vista arqueológico, histórico, etnológico ou antropológico.” (UNESCO,1972). Para salvaguardar o património não tangível a UNESCO, em 1982 foi constituído o “Comité de Peritos para a Salvaguarda do Folclore” e foi criada a “Secção do Património Não Tangível”. Estas diligências resultaram na adopção, em 1989, da Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore (UNESCO 1989), que criou um importante precedente para o reconhecimento do folclore e da cultura tradicional, que incentivou a cooperação internacional, e apontou caminhos que foram seguidos por alguns Estados na elaboração de medidas legislativas ou administrativas para a identificação, preservação, disseminação e protecção do património cultural imaterial, uma vez que mencionava já a necessidade de criar sistemas de identificação e registo deste património imaterial (Bouchenaki 2003).

A primeira proclamação das Obras-primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade viria a ser realizada em 2001, com impacto e resultados significativos e imediatos, garantindo a atenção do público e incentivando os governos a desenvolverem acções de salvaguarda (Kurin 2004: 69).

A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial foi finalmente adoptada a 17 de Outubro de 2003 durante a 32ª Conferência Geral, sem oposição, mas com as abstenções da Austrália, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, Nova Zelândia, Rússia e Suíça (UNESCO 2003b).

Em 2003 o conceito de património cultural foi alargado aos domínios do intangível e do imaterial. Em consequência desse alargamento passam a constituir parcela do património cultural imaterial:

“As tradições e expressões orais, incluindo a linguagem como veículo de herança cultural imaterial”

“As artes de palco”

“As práticas sociais, rituais e eventos festivos”

“Os conhecimentos e práticas relacionadas com a Natureza e com o Universo”

“As aptidões ligadas ao artesanato” (UNESCO,2003). É neste contexto que estes elementos patrimoniais são valorizados como símbolo identitário de um povo, aumentando-lhes a atractividade local contribuindo desta maneira para o desenvolvimento socioeconómico local. Desenvolvimento social significa que o património cultural constitui uma herança comum que é partilhado representando como um elemento de coesão social, permitindo a fixação da população nos territórios localizados que devido a sua atractividade aumenta também o interesse da participação local na sua gestão e conservação. E desenvolvimento económico, na medida em que seguindo a tendência emergente de um mercado turístico relacionado com a história e com a memória, o património cultural representa um factor de fomento económico. Sendo capaz que gerar receitas que conduzam ao desenvolvimento local (Praça, 2014). O que significa que podem ser desenvolvidas ações de valorização do património cultural conferido-lhes uma atractividade do local para o desenvolvimento do turismo nos locais onde se encontram inseridos.

6.2. Património Cultural e Turismo

Para Moçambique, o conceito de Património cultural está evidenciado no n°1, do artigo 3, do capítulo II da lei n° 10/88, como sendo o conjunto de bens materiais e imateriais criados e integrados pelo povo moçambicano ao longo da sua história, com relevância para a identidade cultural moçambicana. A protecção dos valores patrimoniais está evidenciada no artigo 4, do Capítulo III, sobre a responsabilidade da protecção e valorização do património cultural, que se refere ser da responsabilidade do Estado a incentivação da criação de instituições científicas e técnicas (museus, bibliotecas e oficinas de conservação e restauro) necessárias à protecção e a valorização do Património cultural, através dos órgãos locais. Assim como estimular os órgãos de comunicação social para a educação dos cidadãos sobre a importância do Património cultural e a necessidade da sua protecção (Lei n° 10/88, do Património Cultural).

O património cultural é entendido como um conjunto de edifícios com valor histórico-cultural de um povo, reconhecido pela UNESCO, como entidade responsável pela salvaguarda dos bens tangíveis e intangíveis. Tal é o caso do folclore e da cultura tradicional incentivada pela UNESCO na cooperação internacional, assim como a participação de alguns Estados na elaboração de

medidas legislativas ou administrativas para a identificação, preservação, disseminação e protecção do património cultural material e imaterial que contribui para atrair turistas e visitantes assim como para o desenvolvimento socioeconómico local e que a sua protecção para além de ser da responsabilidade do Estado também é da responsabilidade do cidadão. O património cultural exerce uma grande influência sobre os atrativos turísticos. Existem dois factores para explicar este posicionamento: o primeiro a crescente importância do património natural e cultural têm na atualidade e, segundo factor, o património vem adquirindo um especial interesse na formação do atrativo turístico, especialmente no quadro das modalidades denominadas como turismo alternativo (Bertoncello, 2008). Considera-se este tipo de turismo onde os benefícios são direccionados para os residentes locais.

O património histórico-cultural abrange todos os atrativos- histórico culturais de uma comunidade podendo ser bens culturais intangíveis e bens culturais de carácter tangível.

Segundo Beni (2001) os atrativos histórico-culturais, se classificam como:

[...] as manifestações sustentadas por elementos materiais que se apresentam sob a forma de bens imóveis ou móveis. Para os bens imóveis deverão ser considerados apenas aqueles ditos fixos, entendendo-se por bens móveis fixos aqueles pertencentes ou não a coleções ou acervos, que estejam em exposições permanentes no mesmo local. (Beni, 2001, p. 302).

Para Beni os atractivos históricos- culturais podem ser divididos da seguinte maneira:

- Monumentos;
- Sítios;
- Instituições culturais de estudo, pesquisa e lazer.

Os atractivos históricos- culturais constituem os elementos fundamentais de atracção turística nas comunidades locais. Sendo que, estes atractivos contribuem para o incremento do turismo cultural passando a ser a base de atractividade para turistas interessados em locais de interesses histórico e natural.

Para autores como Goldner; Ritchie; McIntosh; (2003, p. 192), as atrações culturais de um país devem ser apresentadas de forma inteligente e criativa. Havendo à necessidade de estímulo à diversidade cultural. Estilos arquitetónicos e técnicas de construção características e as manifestações artísticas podem ser usadas para criar uma expressão de originalidade em todas as partes do mundo. Percebe-se que o património histórico-cultural abrange todos os atrativos- histórico culturais de uma comunidade podendo ser bens culturais intangíveis e bens culturais de carácter

tangível, sendo que estes bens constituem os valores culturais para atrair turistas interessados em locais de interesse histórico-cultural e natural.

Como síntese do sexto capítulo, considera ser o turismo cultural como uma forma de turismo, onde a cultura constitui a base para atrair turistas, ou seja, a motivação para muitos turistas e/ou visitantes culturais viajarem. Significa que pessoas são fortemente motivadas pela cultura de um povo, valores culturais locais como danças, música local, comida local, monumentos históricos tem um significado cultural na vida de um povo que contribui para a valorização do seu património cultural, tais como: Fortalezas, palácios, fortins e locais históricos que são os elementos que caracterizam a cultura de um povo. É neste contexto, que o património cultural passou a ser alvo de interesse turístico. Considera-se património cultural monumentos isolados, mas essencialmente conjuntos urbanísticos, sítios, paisagens naturais e culturais, ou ainda territórios que na sua globalidade despertam um interesse crescente aos turistas e visitantes cuja a motivação é a cultura. As principais iniciativas para a definição e salvaguarda do património cultural surgiram por iniciativa da ONU, através da UNESCO em 1972 na Convenção para a Protecção do Património Cultural e Natural. O património cultural e cultural exercem uma grande influência sobre os atrativos turísticos na atualidade e, de interesse constante nas modalidades denominadas de turismo alternativo onde os benefícios são direccionados para as comunidades locais.

7. Turismo em Moçambique

Este capítulo faz uma abordagem sobre o turismo em Moçambique, as principais potencialidades turísticas que se estendem desde a costa para o interior. Moçambique é País da África Austral rico em recursos naturais. As principais atracções estão ao longo da linha costeira de Moçambique com 2.700 Km com praias de palmeiras, lagoas e ilhas, incluindo os arquipélagos de Bazaruto e das Quirimbas, com extensos recifes de coral, parques nacionais e reservas que estão sendo repovoados com uma variedade de fauna bravia. Possui um mosaico cultural único que reflete uma fusão Africana-Portuguesa-Asiática-Árabe; Áreas de conservação da natureza, tais como Parques e Reservas Nacionais e Áreas Marinhas Protegidas; proximidade do maior centro de entrada aérea da África Austral (Joanesburgo) e proximidade aos mercados regionais de turismo de relevo. O turismo é uma actividade usada como mecanismo para a diversificação e crescimento da economia nacional proporciona muitos benefícios, incluindo o aumento das receitas fiscais, criação de empregos, oportunidades para pequenas e médias empresas, desenvolvimento de competências, a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento económico local, em especial, quando os bens e serviços são produzidos localmente (PEDTM, 2016-2025).

O sector de turismo em Moçambique apresenta desafios tais como a falta de recursos financeiros, humanos e materiais que se traduzem pela fraca capacidade de implementação das políticas e programas aprovados pelo governo; o fraco nível de planificação e de administração integrada; falta de mão-de-obra qualificada, fraco nível de parcerias entre o sector público, privado e as comunidades, excessiva burocracia e fraca capacidade de planificação no sector. Apesar dos desafios que o sector enfrenta, Moçambique mantém a sua posição estratégica devido a vastidão de recursos naturais para o turismo o que lhe possibilita um lugar de destaque a nível do continente africano (PEDTM-2004-2013). Moçambique foi considerado um dos destinos turísticos de primeira classe em África e este sector jogava um papel importante na economia do país. Devido a esta posição estratégica e a existência de recursos naturais e culturais para o turismo, em 1973, Moçambique recebeu cerca de 400.000 turistas provenientes principalmente da África do Sul, Zimbabwe e Portugal. (PEDTM-2004-2013, p.19).

Os recursos turísticos colocam Moçambique numa posição privilegiada de entre os países da África Austral. Apesar da existência destes recursos, o País tem uma classificação baixa particularmente no que respeita a qualidade de recursos humanos (138°), saúde e higiene (136°), disponibilidade de mão-de-obra qualificada (135°), transporte terrestre (134°) e Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) (133°) (PEDTM 2016-2025, p.10), sendo estes os obstáculos ao turismo no país. Outros obstáculos relacionam-se com o custo das passagens aéreas nacionais. Moçambique continua a ser um destino de turismo caro em termos de custo de turismo comparado aos seus concorrentes regionais. As tarifas de transporte aéreo intercontinentais a partir dos principais mercados emissores da Ásia, Europa e EUA para Maputo são 1,8 a 2,2 vezes mais caras do que as tarifas mais baratas para concorrentes regionais de Moçambique. Os preços por quilómetro de Johannesburg-Moçambique são 2 a 4,6 vezes mais caros por quilómetro do que os voos dentro da África do Sul (PEDTM 2016-2025, p. 10).

Os obstáculos enunciados constituem desafios para o sector de turismo, retardam o desenvolvimento do sector e a disponibilização no mercado do produto turístico existente em Moçambique. Para além destes constrangimentos, outros poderão ser vistos pelo sector privado que apoia o turismo na exploração dos recursos existentes capitalizando-os para oferecer aos turistas um ambiente favorável de recreação, lazer e tranquilidade. O sector privado é considerado o motor principal para o crescimento económico, e está estreitamente ligada ao aumento de emprego e alívio à pobreza. Apresenta muitas deficiências tais como: os procedimentos com investimento, distribuição e difícil acesso à terra e a falta de disponibilidade de infra-estruturas, serviços básicos, a falta de envolvimento da população local, particularmente em termos de propriedade, emprego, investimento, e no desenvolvimento de Pequenas e Médias empresas locais (PEDTM, 2004-2013, p.17). A inexperiência no sector de turismo é vista como uma limitante para o sector privado que está interessada em investir em Moçambique, criar empregos directos e indirectos assim como aumentar e diversificar os investimentos no turismo.

7.1. Áreas Protegidas em Moçambique

Em Moçambique, os Parques e Reservas Nacionais cobrem cerca de 12.6% da superfície total do país, mas essa cobertura aumenta aproximadamente para, 15% quando se incluem as coutadas. Porém, a maior parte das áreas de conservação em Moçambique apresenta números de populações de animais reduzidos devido aos conflitos armados internos prolongados antes e depois da independência e a caça descontrolada (PEDTM, 2004-2013). As áreas de conservação em Moçambique constituem locais com recursos naturais para o desenvolvimento do ecoturismo. É uma actividade que contribui para o turismo sustentável, sendo para isso necessário o envolvimento de todos os *stakeholders*, para alcançar os efeitos desejados e criar um bem-estar nas comunidades locais. Constitui um sector de actividade direccionado para as áreas naturais com objectivos à conservação e a preservação do ambiente assim como contribuir para o desenvolvimento económico local com destaque para as comunidades que vivem dentro dos parques, tal como o Parque Nacional das Quirimbas.

Uma das características das áreas protegidas em Moçambique é apresentar nos seus interiores assentamentos humanos que dificultam a gestão destas áreas devido as actividades por eles desenvolvidas que são: agricultura itinerante, a caça, a pesca, o corte de madeira e a queima de carvão que tem impactos sobre a biodiversidade e turismo. Apesar de a legislação (Lei de Terra de 1997 e a Lei de Florestas e Fauna Bravia de 1999) não permitir assentamentos humanos dentro das áreas de conservação designadas como totalmente protegidas (Parques Nacionais e Reservas Nacionais), a realidade é que há um número significativo de comunidades que vivem dentro destas áreas protegidas. A existência de comunidades locais nos parques e reservas constitui um desafio considerável à gestão destas áreas, dando origem a geração de conflitos (homem-animal) e degradação de recursos (destruição de habitats e abate indiscriminado de animais) (PEDTM, 2004-2013).

As áreas protegidas têm sido de uso para diferentes fins, sendo os safaris a grande atractividade para os turistas. Constitui uma estratégia de conservação, o que permite um investimento do sector privado no desenvolvimento de novas instalações e serviços de turismo nestas áreas, à medida que estas são formadas ou reabilitadas (PEDTM, 2004-2013). A existência do produto

turístico constituído por recursos e cultura nas áreas protegidas torna o turismo como a actividade de destaque que se beneficia destes recursos para a criação de novos investimentos como para o melhoramento das infra-estruturas para providenciar serviços para o turismo, assim como para o investimento privado. Percebe-se que as áreas protegidas em Mocambique são para vários fins sendo, o ecoturismo uma estratégia usada para a conservação e investimento privado com benefícios para as comunidades locais.

7.2. Parque Nacional das Quirimbas

O Parque Nacional é uma área protegida destinada a proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para estas e futuras gerações, impedir a exploração e ocupação contrária aos propósitos da criação da área e fornecer uma base para oportunidades espirituais, científicas, educacionais, recreacionais e de lazer as quais devem ser compatíveis ambiental e culturalmente (IUCN, 2003). A IUCN apresenta categorias específicas para a classificação dos Parques. O Parque Nacional encontra-se na categoria II da IUCN que conceptualiza o Parque como sendo ‘uma área de conservação de ecossistemas e fins de recreio’ (IUCN, 2003)

O Parque Nacional das Quirimbas (PNQ) foi criado em 2002 através do Decreto nº 4/2002, de 6 de Junho, representando assim a segunda, em ordem temporal, das cinco áreas de conservação criada pelo Governo da República de Moçambique após a independência em 1975. O Arquipélago das Quirimbas em Cabo Delgado é uma cadeia de 28 ilhas, que se estendem ao longo de quase 400 km. As 11 Ilhas na parte meridional constituem uma extensa zona de floresta e mata-gal no continente, incluídas no PNQ que tem uma área total de 9.130 km², dos quais 1.185 km² constituem a parte marinha e 7.945 km² a parte terrestre. É definida também a Zona Tampão do parque como uma faixa de 10 km ao longo dos limites do parque com uma extensão de 5.704 km². O Parque Nacional das Quirimbas (PNQ) abrange seis distritos centrais da Província de Cabo Delgado na zona Norte de Moçambique. A parte marinha do Parque encontra-se o Arquipélago das Quirimbas, com as Ilhas (Ibo, Matemo, Quisiwe e Quirimba) que têm uma longa história de ocupação humana permanente, sendo a Ilha do Ibo onde os valores históricos e culturais se identificaram no passado (Plano de Maneio 2011-2021, p.1).

No Parque Nacional das Quirimbas, o turismo continua a ser o maior recurso económico desenvolvido, sendo assim uma das principais fontes potenciais de receitas nesta área de conservação,

bem como para o desenvolvimento da população local esta última, uma das finalidades da criação do Parque. Uma das grandes vantagens que o PNQ tem é representada pela possibilidade de conjugar três grandes produtos turísticos: a) o mar e as praias; b) a vida selvagem no continente; c) os locais de grande valor histórico e cultural, de forma que este parque representa uma potencialidade única em Moçambique (Plano de Maneio 2011-2021, p. 60).

O turismo no PNQ é desenvolvido com base num Plano de Desenvolvimento de Turismo (PDT), que foi elaborado por uma equipa de especialistas da *Leeds Metropolitan University* do Reino Unido que apresentam as potencialidades existentes no PNQ e nas Ilhas, úteis para o desenvolvimento do turismo (Plano de Maneio 2011-2021, p. 60). O PNQ oferece aquilo que um número crescente de viajantes internacionais pretende: um destino de ecoturismo “novo,” remoto, não deteriorado, que oferece uma variedade notável de experiências. A combinação de fauna terrestre, as paisagens, a fauna marinha, as praias, as oportunidades de mergulho de nível mundial e a pesca desportiva, tudo isso enquadrado numa cultura invulgar que combina heranças africanas, árabes e portuguesas, representa uma mistura arrebatadora que atrai turistas e viajantes (MITUR, 2009, Plano de Maneio 2011-2021, p. 60).

O Plano de Desenvolvimento de Turismo realça o envolvimento das comunidades locais no desenvolvimento do turismo, razão pela qual foi criado o PNQ para beneficiar as comunidades locais seja em termos de gestão, como em termos de aproveitamentos dos benefícios (Plano de Maneio 2011-2021, p. 65). As medidas para materialização dos benefícios para as comunidades locais são estabelecidas através de acordos entre investidores e comunidades locais e a atribuição de uma parte das receitas das taxas de entrada e de utilização pagáveis ao PNQ aos Fundos de Desenvolvimento Comunitário. Os benefícios devem ser formalizados através do estabelecimento de acordos ou contratos formais, com força legal, entre comunidades e investidores/operadores turísticos, que também apoiam este princípio. Conforme ao PDT o acordo escrito entre comunidades e sector privado deverá ser parte integrante dos novos requerimentos de Licença Especial no PNQ (Plano de Maneio 2011-2021, p. 65).

Percebe-se que o turismo no PNQ é desenvolvido com base num Plano de Desenvolvimento de Turismo (PDT). O desenvolvimento do turismo é feito na parte continental onde os safaris, a observação de pássaros e o passeio pela selva são as actividades com maior afluência assim

como na parte insular onde se encontram as vinte e oito Ilhas que fazem parte do Arquipélago das Quirimbas. A Ilha do Ibo pelos seus feitos históricos é considerada propícia para o turismo natural e cultural com as actividades de mergulho, observação de baleias, passeios de barco, aspectos cénicos da cultura local e pesca em alto mar com impactos locais. As actividades turísticas desenvolvidas no PNQ têm um carácter de preservação e conservação dos recursos existentes. A principal estratégia do desenvolvimento turístico é de manter a característica de um destino exclusivo para o Arquipélago das Quirimbas e o PNQ como “uma parte especial de África” (Plano de Maneio 2011-2021, p. 61).

A lei moçambicana, sobre a conservação da biodiversidade no seu número 1, do artigo 16, da Lei nº16/2014 de 20 de Junho conceptualiza o parque nacional como sendo uma área de conservação total, de domínio público do Estado, delimitada, destinada a propagação, protecção, conservação, preservação, maneio da flora e fauna bravias bem como à protecção de locais, paisagens ou formações geológicas de particular valor científico, cultural ou estético, no interesse e para recreação pública, representativos do património nacional (Lei nº 16/2014).

Nas áreas de conservação são autorizadas o exercício das actividades de acordo com os seus objectivos que incluem: Concessão para o exercício da actividade turística, concessões para a prática de exercício cinegético, caça, pesca e exploração de recurso florestal, captura de animais vivos e apanha de ovos, apicultura, investigação científica e outros afins (lei nº16/2014). Entende-se nesta lei que as áreas de conservação são de domínio público com valor científico para exercício de actividades turísticas e exploração de recursos florestais.

A Ilha do Ibo faz parte do Parque Nacional das Quirimbas pelas razões citadas no Plano de Maneio, que podem ser destacadas como: “a diversidade dos habitats”; “a floresta de mangal do Ibo, a Baía de Montepuez e o recife de coral de franja” como “locais chave para a conservação da biodiversidade marinha”; o bom estado do recife de coral, na sua parte virada para o mar, que apresenta “condições de mergulho e ‘*snorkelling*’ de nível mundial”; a “grande diversidade de espécies de peixe, mangal, ervas marinha, moluscos e macro-algas”; a importância como “zona de alimento e nidificação de várias espécies de tartaruga marinha; a existência de “dugongos, assim como golfinhos e algumas espécies de tubarões”, bem como de “baleias e suas crias que visitam a área anualmente”; a importância da área do Parque como “local de alimento e nidificação de diversas espécies de aves de rapina em perigo de extinção”; a existência de “vários

tipos importantes de floresta e matas costeiras com alto nível de diversidade de plantas e endemismo”; a importância “do ponto de vista histórico e cultural” da área como zona de contacto de culturas; a existência de “habitats ainda no seu estado primitivo, com mares limpos e ambiente não poluído” (Plano de Maneio 2003-2008). No Parque Nacional das Quirimbas desenvolvem-se várias actividades como: a produção de alimentos, a extração de mel e frutos selvagens que fazem parte do pequeno negócio das comunidades locais a extração de raízes e folhas como fontes de medicamentos, a existência de população com uma diversidade cultural que constitui atractivos turísticos fortes para quem visite a Ilha do Ibo parte integrante do Parque Nacional das Quirimbas.

O PEDTM (2016-2025) reconhece a importância das condições destacadas como propícias para o turismo nas comunidades locais, do Parque Nacional das Quirimbas, daí que reforça a facilitação das parcerias entre as comunidades locais e os investidores privados para criar um ambiente que produza benefícios para que as comunidades participem no desenvolvimento do turismo nas coutadas, através da alocação de uma parte das receitas para que tais comunidades sejam apoiadas pelas autoridades turísticas locais. Apesar das parcerias produzirem benefícios aos parceiros envolvidos, existem actividades que constituem a ameaça mais grave à integridade dos ambientes marinhos dentro do PNQ e nas Ilhas. Trata-se da sobre pesca que usa as artes e práticas destrutivas recentes que são:

a) Uso de redes de malha pequena; b) uso de rede de tubarão (rede choque, de emalhar) capaz de capturar tubarões, mantas, tartarugas e dugongos; c) arrasto para a praia, provoca especialmente danos às camas de ervas marinhas e corais e captura peixe muito pequeno; d) uso de redes sobre os fundos de coral associado a batimento do coral; e) uso de artes de arpão na pesca artesanal f) pesca de camarão com redes de malha pequena. Tradicionalmente, a pesca de camarão era feita com o uso de gamboas (i.e., armadilhas com braços compridos de ambos os lados para conduzir o camarão para dentro da gaiola) e a g) destruição de coral com martelos para ter acesso aos recursos escondidos. As consequências da pesca excessiva têm estado a resultar em danos no ambiente, que resultam na diminuição do pescado e assim como a redução do nível de vida dos pescadores como também representa um dos problemas para a conservação dos recursos marinhos. A pesca é exercida localmente por pescadores residentes e migratórios vindos, estes últimos, especialmente da província de Nampula e Nacala, mas também de países vizinhos como a Tanzânia. Os pescadores locais pescam para consumo doméstico e para venda, e geralmente

não estão tão bem equipados como os pescadores migratórios, que pescam quase exclusivamente para o mercado. Nas Ilhas, os pescadores migratórios munidos de recursos pesqueiros, excedem o volume de pescado (MITUR, 2004, p. 11).

Percebe-se que a Ilha do Ibo é uma combinação entre as potencialidades existentes como a fauna terrestre, as paisagens, a fauna marinha, as praias, que oferecem oportunidades de mergulho de nível mundial e a pesca desportiva assim como os aspectos culturais locais. A conservação das espécies marinhas tem sido inviabilizada pelo uso de técnicas destrutivas e pela presença de pescadores furtivos que pescam para o mercado em volumes superiores aos pescadores nacionais colocando em risco a conservação de espécies marinhas. A Ilha do Ibo é considerada um destino de ecoturismo que oferece uma variedade de experiências para turistas e viajantes que visitam a Ilha.

7.3. Caracterização da Área em Estudo

A Ilha do Ibo está situada no Arquipélago das Quirimbas. Está separada a 375 m do continente, no seu ponto mais próximo. Rodeiam-na recifes de coral no quadrante nordeste/sudoeste e grandes manchas de mangal a sul e sudoeste. É uma das maiores, a quarta em extensão, segundo Carlos Bento e será a maior se considerar a aérea periodicamente inundada pelas marés. Localiza-se entre os paralelos 12° 19' 28" e 12° 24' 24" Sul e os meridianos 40° 32' 40" e 40° 37' 32" Leste (Inventário e diagnóstico, 2008, p.19).

A superfície da Ilha do Ibo vem referida com números diferentes conforme os autores, variando de 10 km² a 15 km² de acordo com Bento (1989). Tem uma população estimada em 11 mil habitantes. As chuvas por vezes caem com força, alagando as zonas baixas da Ilha, inundando as casas, devido aos solos calcários e impermeáveis. A Ilha sofre a influência de duas monções anuais, a de nordeste e a de sudoeste, e dos ventos locais. No fim da monção de nordeste ocorrem, com frequência, ciclones, com prejuízos na agricultura e na navegação. A vegetação das Ilhas Quirimbas enquadra-se na zona de brenhas costeiras que caracterizam o litoral de Cabo Delgado, na qual predomina o mangal. As características da flora nativa da Ilha do Ibo apresentam comuns à das restantes Ilhas das Quirimbas povoadas. Dentre as espécies arbóreas nativas ou exóticas ocorrem os embondeiros, as casuarinas, as acácias amarelas e rubras, as maçaniquieras, as seringueiras, figueiras exóticas e as amendoeiras da Índia, bem como árvores e arbustos apreciados pelos seus frutos, nomeadamente coqueiros, mangueiras, cajueiros, tamarindeiros,

jambaloeiros, cafezeiros, ateiras, bananeiras, romãzeiras. No centro da Ilha, a Leste e Nordeste do aeroporto existem algumas áreas muito restritas de matagal, onde a população desenvolve a agricultura, com culturas de sequeiro e sazonais, principalmente o arroz, a batata-doce a mandioca e bananeiras. Quanto à fauna, pode-se encontrar na Ilha do Ibo diversas espécies de roedores e répteis e animais de pequeno porte. A população da Ilha introduziu ao longo do tempo animais domésticos, utilizados na sua dieta alimentar, dentre os quais destacam-se: os caprinos, as aves de capoeira e o gado bovino. Não se aconselha a criação de gado bovino mesmo no que respeita ao aumento deste tipo de animais, por falta de pastagens, para além de danos ecológicos que tal significaria para o ambiente da Ilha. Por causa disso o número de bovinos reduziu-se na Ilha do Ibo (Inventário e Diagnóstico, 2008, p. 24).

7.4. Breves Apontamentos Históricos sobre a Ilha do Ibo

A vila do Ibo foi fundada, pela coroa portuguesa em 1761. A partir de 1764, a Ilha do Ibo foi a capital dos governos subalternos e de distrito até mais de 160 anos quando em 1929 a capital foi transferida para a cidade de Porto Amélia. Como entreposto comercial, as Ilhas Quirimbas ganharam importância pela procura de marfim, arroz, milho, carapaças de tartaruga, maná, urzela, caurim e âmbar na Ilha do Ibo. Os portugueses reconheceram que as ilhas Quirimbas se tinham transformado em importantes centros de comércio *independente* conduzido pelos muçulmanos. Uma enorme expedição portuguesa atacou Quirimba em 1522, tendo reduzido a cidade existente na ilha a cinzas (Inventário e Diagnóstico, 2008, p. 8).

Em 1570 a coroa portuguesa enuncia a abolição da escravatura. Mas só em 1836 é que se proíbe a exportação de escravos, sendo o fim da escravatura decretada só em 1858, devendo os escravos ser declarados livres a partir de 1878. Este factor afectou o desenvolvimento da Ilha do Ibo, porque reduziu o número de embarcações que vinha ao porto da Ilha para transportar escravos. Para acelerar o povoamento da Ilha e para trabalharem nas repartições do governo colonial assim como para dar educação aos filhos de colonos brancos chegaram em 1834 à Ilha, os primeiros professores e funcionários portugueses. A Ilha do Ibo revestiu-se de uma grande importância na primeira metade do século XX como porto intermédio de partida e de chegada das expedições para o reconhecimento do interior; com um sistema de defesa da Ilha constituída por três fortificações (Inventário e Diagnóstico, 2008, p. 9).

A Ilha do Ibo tinha uma administração relativamente consolidada, onde funcionava a sede do Governo do Distrito de Cabo Delgado. Com serviços públicos e privados e equipamentos sociais fundamentais, tais como: Administração do Conselho, a sede da Comarca de Cabo Delgado, a Direcção de saúde, serviços alfandegários, a Fazenda, a sede dos Correios e Telégrafos do Distrito, a Delegação Marítima, os serviços meteorológicos, a sede do Banco Nacional Ultramarino (BNU), agências de seguros e estabelecimentos de exportação e importação, bem como uma rede significativa de instalações comerciais, mercado e matadouro público; uma casa do farol em Mujaca; a Ilha do Ibo era um centro religioso cristão e muçulmano; possuía uma indústria

de dimensões pequenas nomeadamente de óleos e sabões, de processamento de castanha de caju, de descasque de arroz, de tabaco; e a pesca e a secagem de holotúria, que era concentrada e exportada a partir da Ilha do Ibo feita por uma comunidade chinesa, que fora autorizada a emigrar para a Ilha em 1895 (Inventário e Diagnóstico, 2008, p. 10).

A Ilha do Ibo tem uma densidade populacional aproximada de 146 hab/ km² prevê-se que o distrito venha a atingir em 2020 os 13.450 habitantes (Ministério de Administração Estatal, 2012, p. 2). Faz parte de um conjunto 36 ilhas do Arquipélago das Quirimbas, das quais 12 encontram-se integradas no Parque Nacional das Quirimbas (PNQ). Estas Ilhas estão rodeadas de recifes de coral com características extraordinárias para o mergulho e a observação da vida marinha. São caracterizadas por uma vasta biodiversidade, com extensas áreas de floresta costeira, mangais, florestas de miombo e savanas orientais. Para o interior pode-se encontrar enormes monólitos de granito (inselbergs) (Mitur, 2004b, p. 6). A penetração estrangeira na Ilha do Ibo começou no século VII por árabes, que se dedicavam ao comércio de escravos.

A população da Ilha do Ibo descende dos filhos de escravos e de outra gente livre. Quase todos adoptaram um misto de usos e costumes de origem islâmico/cristã, praticando os costumes da terra, nomeadamente, a magia dos batuques e a forma dos casamentos que obedecem rituais islâmicos. Desta miscigenação nasceu o povo e cultura Mwani. O aumento da população Mwani, na Ilha do Ibo e em todo o litoral de Cabo Delgado deveu-se ao apogeu da expansão comercial estrangeira que remota final do século XVII e princípios do século XVIII, como resultado da proliferação, em larga escala, do tráfico de escravos, para o qual contribuíram as Ilhas do Arquipélago das Quirimbas, sobretudo a Ilha do Ibo e de Quissiva, onde foram montados entrepostos comerciais do chamado negócio negro (Ministério de Administração Estatal, 2012, p. 6). Em 1860, a Administração colonial do Ibo registou uma população de 20.339 habitantes falantes de Kimwani, língua usada pelos povos de Quissanga à Mocímboa da Praia. O domínio e a prática destas línguas estendem-se por todo o litoral da província de Cabo Delgado (Ministério de Administração Estatal, 2012, p. 5).

Segundo o Inventário e Diagnóstico (2008, p. 41) são as principais manifestações passíveis de serem exploradas e desenvolvidas na Ilha do Ibo, num novo contexto de revitalização económica que se distribuem pelos seguintes domínios:

- A valorização de profissões e técnicas tradicionalmente exercidas e conhecidas, que se destacam a construção de alvenarias, a ourivesaria, a carpintaria, a latoaria, a fundição artesanal, a construção naval.
- A prática da culinária, nomeadamente no que se refere às práticas de conserva tradicional e doméstica de mariscos (conhecidos localmente pelas designações de macasa, mbareh, nhamata e outros), de pescado (maragaio), de palmito (quiréreh), em escala adequada e, eventualmente, a produção de compotas (de manga, de goiaba, de maçanica), de frutas secas (banana, manga, maçanica) e o aproveitamento de sumos e bebidas locais (a água de coco, a sura);
- A pesca (peixe e crustáceos);
- A agricultura, designadamente o incentivo à reabilitação da prática tradicional de cultura e produção do café;
- A cultura local destaca-se a valorização do edificado, da música, da dança, das cerimónias tradicionais, dos produtos da cosmética e higiene tradicionais (m'siro, mussuáqui, mulala e outros a seleccionar). O património cultural da Ilha do Ibo é constituído por um conjunto edifícios particulares que se destacaram até ao fim do séc. XIX, como entreposto comercial e centro administrativo e cultural. No âmbito da arquitectura, o património apresenta singularidades que tornam particular o conjunto urbano e que reflectem uma profunda interacção entre povos africanos e de outras culturas, próximas, no Oceano Índico, na Arábia e Pérsia assim como distantes, na Europa e no Oriente. Esta interacção manifestou-se igualmente em todos os aspectos da cultura, permitindo a valorização e preservação destes valores culturais até aos séculos que se seguiram (Plano de Urbanização da Vila do Ibo, 2008, p. 41).

O conjunto urbano da Ilha do Ibo tem um núcleo histórico interessante, de que fazem parte uma igreja, um forte (São João Baptista) e dois fortins, todos do século XVIII (Bento, 1993), também existem evidências de achados arqueológicos pré europeus importantes na Ilha do Ibo, e nas Ilhas Matemo, Quilálea e Quissiva. Este património insular, tangível e intangível, faz parte do património do Ibo a preservar no quadro da UNESCO (Ministério de Administração Estatal, 2012).

Em Janeiro de 1902, a Companhia do Niassa transferiu a sede da sua gestão da Ilha do Ibo para Porto Amélia³, embora continuando na Ilha alguns serviços que só em 1929 passaram para a cidade de Porto Amélia. A Ilha do Ibo começou a perder a sua hegemonia, quando as últimas repartições foram transferidas para a cidade de Porto Amélia. Em 1950 do séc. XX a Ilha do Ibo era praticamente uma povoação morta, e todo o comércio passou a ser feito na vila de Porto Amélia, deixando a Ilha em ruínas, (Costa, 2017).

O acesso à Ilha é difícil, sendo feita por via terrestre até Tanganhangue. No período chuvoso as estradas não apresentam boas condições de transitabilidade devido a queda de pequenas pontecas ao longo da estrada e depois segue-se a travessia de barco que pode levar entre 30 minutos a 40 minutos dependendo da maré. Também pode-se chegar a Ilha através de voos fretados (*charters flights*) de operadores turísticos, que operam na rota Pemba – Ilhas e são considerados extremamente importantes, porque as vias de acesso encontram em difícil estado de transitabilidade (Ministério de Administração Estatal, 2012, p.34).

7.5. Economia e Serviços

Até ao fim do Séc. XIX uma das importantes bases económicas da ilha do Ibo foi o tráfico de escravos. Depois dos anos trinta do século XX, e até à independência de Moçambique em 1975, As Ilhas Quirimbas (Ilha do Ibo) tinham como base económica e de subsistência a pesca, com a captura de grande variedade de espécies aquáticas, destacando-se, pelo seu valor económico, as ostras e variados moluscos, nomeadamente as holotúrias; a agricultura, na qual se incluía a plantação de coqueiros, de cafezeiros, para além de das culturas de mandioca, batata-doce, e árvores fruteiras como citrinos, papaieiras, bananeiras, mangueiras, goiabeiras, ateiras, romãzeiras, a criação de gado bovino, caprino e arietino e de aves domésticas como galinhas e patos; a navegação e algum comércio. No estudo elaborado por Célia Lorena, João Donato e Henrik Overballe em 1986 refere-se também como actividades económicas relevantes a produção de copra e o turismo, bem como a actividade artesanal diversificada, desenvolvidas pelas populações da

³ Nome de Porto Amélia foi denominado por portaria de 22 de Novembro de 1899, assinada pelo então Ministro da Marinha e do Ultramar, Conselheiro Eduardo Vilaça, em homenagem a Sua Majestade, a Rainha de Portugal

Ilha (Inventário e Diagnóstico, 2008, p. 34). Estas actividades contribuíram para o desenvolvimento da Ilha do Ibo, na criação de empregos, renda, assim como para melhorar e diversificar a dieta das populações locais.

7.6. O Turismo na Ilha do Ibo

O turismo é desenvolvido na Ilha do Ibo tendo em conta o Plano de Desenvolvimento de Turismo, criado em 2009 por uma equipa de consultores do Reino Unido para o turismo no PNQ. Este plano tinha como objectivo o desenvolvimento do turismo no parque e na zona tampão, como também facilitar o processo de investimento em turismo. Para isso, o Plano foi discutido com parceiros do sector público e privado e aprovado a vários níveis. A implementação deste Plano priorizou as seguintes áreas: a identificação dos locais para o desenvolvimento turístico, o desenvolvimento do produto turístico, a assistência no cumprimento dos regulamentos ambientais, a educação do investidor acerca das normas de interacção com as comunidades locais, a educação dos visitantes e responsabilidades dos investidores com as comunidades locais, a facilitação e supervisão das interacções comunidade e investidor, a autorização dos projectos turísticos somente em locais designadas para turismo (locais aprovados pelas estruturas administrativas do PNQ e pelo Plano Geral de Maneio), a aprovação dos projectos turísticos no Conselho de Gestão do PNQ, a certificação de que cada local turístico esteja ligado à comunidade através de contratos entre as operações turísticas e as comunidades locais, a certificação do estabelecimento de mecanismos e momentos para a supervisão das relações investidor-comunidade e finalmente os locais de interesse turístico que devem ser devidamente assinalados e a produção do material promocional em parceria com os operadores turísticos (Plano de Maneio, 2012-2021, p.75).

Para responder a demanda da procura dos serviços em hotelaria, existem na Ilha do Ibo seis (6) estabelecimentos turísticos que são: João Baptista, casa Janina, Ibo *Island*, casa de férias da TDM, *Lodge Guessner* e o complexo turístico Quilálea. Destes estabelecimentos turísticos, dois (2) são *resorts integrados*, duas (2) *casas de hospitalidade*, dois (2) *restaurantes* (Ministério de Administração Estatal, 2012, p. 37). Do total de estabelecimentos mencionados, três instalações hoteleiras institucionais encontram-se registados e operacionais, com um total de 44 camas. Existe também, no âmbito do turismo de habitação, uma oferta limitada de seis camas em casas

de habitação. Os dados acima referidos representam uma oferta de alojamento que em determinadas circunstâncias não corresponde às necessidades da procura na estação de pico sazonal, ou quando se trata de eventos como seminários, conferências e recepção de grupos alargados de visitantes. Nas três instalações hoteleiras referidas o nível de alojamento é diferenciado quanto aos serviços prestados, verificando-se casos de limitações notáveis, relativamente à disponibilidade de energia eléctrica, abastecimento de água e qualidade de instalações sanitárias. Nestes estabelecimentos turísticos, a capacidade de alojamento na Ilha não ultrapassa as 50 pessoas para um total de 22 quartos institucionais e 3 quartos em regime de alojamento em habitações privadas (Inventário e Diagnóstico, 2008, p. 76).

O estabelecimento de algumas destas unidades hoteleiras especialmente em Ilhas anteriormente utilizadas por pescadores locais, nem sempre foi bem aceite por estes, já que tiveram, em vários casos, que abandonar praias onde tinham os seus acampamentos e as suas embarcações, sobrepondo outros locais para onde tiveram que migrar (Martins, 2011). A ocupação dos locais que antes fora pertença dos pescadores, levou a resistência destes acabando por se retirarem para o estabelecimento de zonas de protecção de pesca em áreas junto a novos projectos hoteleiros para dar lugar a construção de santuários para promover o uso sustentável dos recursos marinhos. Esta acção foi feita pela WWF na Ilha do Ibo e em todo Parque Nacional das Quirimbas como forma de transferir as responsabilidades para os locais. A ideia é que os santuários seriam pertencentes as comunidades locais para promover o uso sustentável dos recursos marinhos e fortalecer a ligação entre os locais e os seus recursos. Apesar de não ter sido bem acolhida pelas populações teve um forte argumento da sustentabilidade da reprodução das espécies, especialmente dentro dos limites do PNQ, que se tem esforçado por aproximar os turistas das comunidades, e por fomentar, com sucesso em algumas unidades, o apoio dos operadores turísticos às comunidades (Martins, 2011). O turismo na Ilha do Ibo tem uma forte atracção, a zona de corais como os locais ideais para o mergulho de garrafa (*scuba diving*) (Plano de Maneio, 2011-2021, p. 60).

A zona de recifes de corais das Quirimbas é o prolongamento de uma vasta faixa litoral englobando áreas costeiras do Quénia, Tanzânia e Norte de Moçambique. Esta faixa litoral é caracterizada pela existência de recifes e bancos de corais bem desenvolvidos, bem como por relativamente extensas manchas de mangal, sendo a mais importante a que se localiza em Moçambique.

Pela sua complexa biodiversidade estes recifes de corais constituem um importante recurso biológico e são uma base para a pesca e para o ecoturismo marinho. No caso das ilhas e das terras firmes da costa Norte de Moçambique eles representam um dos mais importantes recursos costeiros em que se baseiam não apenas as comunidades locais, mas também uma crescente indústria de turismo (Inventário e diagnóstico, 2008, p. 26).

Segundo o Plano de Urbanização da Ilha do Ibo (2008, p. 99) o desenvolvimento do turismo no arquipélago das Quirimbas tem as seguintes características.

- “Área com grandes possibilidades turísticas baseadas na reutilização das residências de origem portuguesa da cidade de Ibo como casas de hospitalidade.
- Turismo de sol e praia desenvolvida em determinadas Ilhas como Mefunvo, nas proximidades da Ilha do Ibo.
- Turismo naturalista e fotográfico.”

As potencialidades de turismo balnear e cinegético, ou a sua combinação, continuam a ser a principal motivação dos investidores do sector do turismo. Com combinação destes factores estão criadas as condições para o aproveitamento turístico na Ilha do Ibo, com destaque para um turismo de alta gama, sendo no entanto necessário considerar um segundo plano de turismo de habitação, de valência comunitária, dirigido a camadas populacionais e grupos de médio rendimento, como forma de propiciar as potencialidades educativas e contemplativas dos patrimónios tangível e intangível da Ilha (Plano de Urbanização da Ilha do Ibo 2008, p. 99). Estas potencialidades e actividades representam claramente uma mais-valia, mas também um desafio para assegurar um desenvolvimento turístico que seja ecologicamente e socialmente sustentável. Desta forma são identificadas as seguintes responsabilidades para a conservação do PNQ para o desenvolvimento do turismo, com destaque ao Arquipélago das Quirimbas (MITUR, 2009, Plano de Maneio, 2011-2021, p. 61):

- Desenvolver o turismo de forma sustentável para que contribua para a conservação da natureza e para o desenvolvimento económico e social das comunidades locais;
- Regulamentar e gerir o turismo para maximizar o rendimento, garantir a sustentabilidade e manter o equilíbrio entre os objectivos do turismo, conservação e desenvolvimento humano;

- Estabelecer parcerias efectivas entre as comunidades e as empresas turísticas;
- Promover um alto nível de satisfação dos visitantes com as experiencias do turismo no PNQ, bem como a segurança dos turistas;
- Manter e valorizar a reputação do PNQ e do Arquipélago das Quirimbas como um dos destinos mais exclusivos e intactos do mundo, Plano de Maneio (2011-2021, p. 61).

A principal estratégia para a conservação do desenvolvimento turístico é de manter a característica de um destino exclusivo para o Arquipélago das Quirimbas e o PNQ como “uma parte especial de África,” sendo que os recursos de turismo existentes na Ilha do Ibo constituem condições para a sua exploração. Mas o fraco desenvolvimento em infra-estruturas, dos serviços e da administração local faz com que o turismo na Ilha do Ibo encontre dificuldades na sua viabilidade. Outros obstáculos do turismo na Ilha do Ibo estão relacionados com a capacidade da administração local no domínio em matérias de turismo, nas áreas de intervenção dos investidores e na capacidade e intenções duvidosas praticadas por investidores nacionais e estrangeiros (Plano e Regulamento, 2008). Dai que os investidores que investem em turismo na Ilha do Ibo deslocam-se a Pemba para informações sobre os investimentos, a legalização, sobre a actividade, na Direção Provincial de Turismo ou no Balcão de atendimento único (Baú). Os benefícios do turismo na Ilha do Ibo são pouco notáveis limitando-se a existência de parcerias entre a população local e os investidores que fazem parte do processo de desenvolvimento de turismo e os ganhos para estas comunidades são garantidos. Muitas comunidades locais estão satisfeitas com a recepção dos 20% que o estado canaliza aos comités de gestão comunitária como resultado do desenvolvimento do turismo no PNQ (Plano de Maneio 2011-2021, p.25).

Percebe-se que o turismo na Ilha do Ibo é desenvolvido em torno de um número reduzido de *resorts* e casas de hóspedes, mas que, no entanto, existe uma combinação de atractivos a partir dos recursos existentes, com destaque a um turismo de praia e cultural onde todas as camadas populacionais e grupos de médio rendimento desfrutam das potencialidades turísticas, educativas sobre o património existente na Ilha do Ibo. O turismo na Ilha do Ibo apesar de ser uma actividade de prestígio apresenta obstáculos que se relacionam com a fraca capacidade dos gestores locais na gestão das potencialidades turísticas.

7.6.1. Conservação do património natural e cultural da Ilha do Ibo

A pressão sobre os recursos naturais e culturais existentes na Ilha do Ibo aumentam o número de conflitos, motivados pela falta de conhecimento das regras de conservação nas comunidades locais, falta de hospitalidade por parte dos investidores que querem investir em turismo e falta de coordenação entre as partes envolvidas (sector público e o sector privado). Existem factores que dificultam ou freiam a materialização dos investimentos turísticos são os elevados custos do investimento inicial conexos como a fragilidade das redes infraestruturais por um lado e, por outro lado uma insuficiente atenção especializada, instituída disponível, imprescindível para regular as intervenções em áreas caracterizadas pela grande fragilidade dos ecossistemas. (Plano de Urbanização da vila do Ibo, 2008, p.96).

Não existem representações específicas locais na área do turismo, para a conservação do património natural, cultural e ambiental na Ilha do Ibo, devendo as solitações dos investidores serem feitas a partir das direcções de tutela (turismo, cultura e ambiente) em Pemba. Na área do turismo os principais instrumentos legais específicos usados para a conservação do património cultural são:

- O Regulamento da Indústria Hoteleira e similar, aprovado pelo Decreto do Conselho de Ministros n° 69/99, de 5 de Outubro.
- A Resolução 14/2003 de 4 de Abril - que estabelece os objectivos gerais do governo integrando uma política nacional de turismo e onde também se definem os aspectos principais da sua estratégia de implementação;
- A Lei 4/2004, de 17 de junho - Lei do Turismo - que substituiu o Decreto-Lei n°49399 de 1969, de 24 de Novembro, em vigor no período colonial e que, tendo funcionado teoricamente até 2004, revelava-se bastante ultrapassado no actual contexto político. A ressurgência do fenómeno do turismo no país, principalmente depois da assinatura dos Acordos de Roma em 1994, determinou a necessidade da sua actualização;
- O Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo, de 2004 a 2013 – aprovado em Outubro de 2004 - que substitui o anterior que foi elaborado antes de 1994 e, portanto, durante o período da guerra.
- O Decreto n° 12 de 2002, pelo qual o Conselho de Ministros de Moçambique criou o Parque Nacional das Quirimbas. Este Decreto estabelece os princípios, o zoneamento, as modalidades e os limites de gestão visando a protecção e a preservação do Arquipélago

das Quirimbas, da zona costeira adjacente, bem como de uma importante área marinha de grande importância ecológica, ao largo das Ilhas do Parque, o Banco de São Lázaro (Plano de urbanização da vila do Ibo, 2008, p. 46).

No domínio da cultura os principais instrumentos legais usados para a conservação da Ilha do Ibo são:

- A Lei n° 10 de 22 de Dezembro de 1988 - Lei do Património Cultural que se aplica a todos os bens do património cultural em geral, quer estejam na posse do Estado e dos organismos de direito público.

O Inventário Nacional de Monumentos, Conjuntos e Sítios, elaborado em 2003 pelo Departamento de Monumentos da Direcção Nacional do Património Cultural do Ministério da Cultura, e a proposta de Normas para a conservação e critérios de classificação de monumentos, conjuntos e sítios (Plano de urbanização da vila do Ibo, 2008, p. 47).

Existem valores culturais que devem ser preservados e conservados e são parte da atracção turística. A língua, a cultura, os monumentos históricos são património da sua população e outros ultrapassam as fronteiras nacionais. A miscigenação secular de saberes e sabores diversos são oriundos de vários continentes e de ambientes longínquos, como a Ásia, a Europa e as Américas. (Plano de Urbanização da Vila do Ibo, 2008, p. 41). Embora a riqueza biológica esteja a atrair o turismo, a riqueza cultural ainda não está a atrair o turismo. Acções devem ser orientadas para o conhecimento da história e cultura local, bem como a sua protecção e valorização. Mas também é necessário dar um valor acrescentado ao turismo (Plano de Maneio, 2011-2021, p. 27).

Ruschmann (1997) ressalta que é impossível desconsiderar a cultura de um povo como uma das mais importantes motivações das viagens turísticas. Singer, citado por Ruschmann (1997: p.50), conceitua cultura de um povo como:

“[...] os padrões explícitos ou implícitos do comportamento, adquiridos ou transmitidos por símbolos, que constituem o património de grupos humanos, inclusive sua materialização em artefactos. O aspecto mais importante de uma cultura reside nas ideias tradicionais - de origem e selecção histórica - e, principalmente, no de significado”.

A cultura de um povo constitui um vector ao desenvolvimento turístico que não pode ser esquecida. Conforme Ruschmann (1997), o turismo favorece o intercâmbio cultural, estimula a conservação e a preservação do património histórico e cultural, desperta maior interesse pela arte e artesanato local e ajuda a recuperar antigas manifestações culturais, valorizando tradições e cos-

tumes. Os aspectos positivos relacionados com impactos culturais contribuem para o desenvolvimento do turismo e devem ser conservados e preservados. Percebe-se que os impactos sócio culturais criados pelo desenvolvimento do turismo, melhoram a qualidade e vida das comunidades através do estímulo à conservação e à preservação do património histórico e cultural, desperta maior interesse pela arte e artesanato local e ajuda a recuperar antigas manifestações culturais, valorizando tradições e costumes locais.

Na área do ambiente existe um acervo de legislação importante e abrange os seguintes instrumentos legais para diferentes áreas, conexas com problemáticas particulares do ambiente, nomeadamente, a das águas marinhas e interiores, a das florestas e fauna bravia, a dos recursos minerais e energéticos, a das pescas, a dos resíduos, a da saúde pública, para além do que está consignado no código penal relativamente aos crimes ambientais. Os principais instrumentos legais são:

- A Lei n° 20 – Lei do Ambiente, a qual estabelece como seu objecto geral a definição das bases para uma utilização e gestão correctas do ambiente e seus componentes, com vista à materialização de um sistema de desenvolvimento sustentável.
- A Resolução n° 5/95, de 3 de Agosto de 1995, que aprova a Política Nacional do Ambiente, e a Resolução n° 4/2000, de 22 de Março de 2000 que aprova o Plano Quinquenal do Governo para 2000 – 2004. Para além destes instrumentos existem aqueles que definem os órgãos com competência ambiental. (Plano de urbanização da vila do Ibo, 2008, p. 47).

Com estes instrumentos legais percebe-se a fraca capacidade de gestão própria do poder local em relação a estas três importantes áreas de trabalho, que se reflecte na quase inexistência de recursos e competências técnicas e administrativas locais para contribuir para uma correcta gestão, quer das iniciativas turísticas quer das iniciativas que envolvam o património cultural. É neste âmbito que devido a inexistência destas competências locais, os investidores deslocam-se a Pemba para solucionar os problemas nas áreas de investimento no turismo numa distância de 300Km por via terrestre e cerca de 30 a 40 minutos para travessia de barco.

Para a protecção do património natural, o PNQ estabeleceu como medida importante o zoneamento para reduzir a destruição ambiental. Representa uma ferramenta essencial na gestão de

uma área de conservação. A Ilha do Ibo faz parte do PNQ e também é abrangida pelo zoneamento e pertence a zona de desenvolvimento comunitário. Zonear uma área de conservação (assim como outras áreas com diferentes tipos de usos) é providenciar vários níveis de protecção bem como permitir níveis de utilização dos recursos naturais. Outras medidas são: actividades reguladas através de instrumentos próprios como, o Plano de Maneio e Plano de Desenvolvimento de Turismo. As actividades são licenciadas pelas autoridades do PNQ ou outras autoridades governamentais relevantes (exemplo, Ministérios ou Direcções Provinciais), sendo, neste último caso, vinculativo o parecer do parque. Exemplos de actividades licenciadas são os empreendimentos turísticos, através de licenças especiais, a pesquisa científica através de Credencial de Pesquisa, mas também actividades extractivas tais como o uso de recursos madeireiros para carpintaria pelas comunidades locais. (Plano de Maneio, 2011-2021, p.36). Depois temos actividades não permitidas pela lei, são totalmente proibidas, especialmente aquelas ligadas ao uso industrial e semi-industrial dos recursos e que prevêm a utilização de métodos destrutivos e poluentes do meio-ambiente (Plano de Maneio, 2011-2021, p.42). Estas medidas permitem que os recursos naturais do PNQ, assim como da Ilha do Ibo sejam usados de forma sustentável.

7.6.2. Estratégias de protecção, conservação e restauro da Ilha do Ibo

Considerando o acentuado estado de degradação do edificado na Ilha do Ibo, o governo tomou medidas de conservação e reabilitação que devem ser seguidas em várias etapas de actuação, nomeadamente de emergência, de consolidação, de reabilitação, de restauro, e de recomposição (Plano de Urbanização da Ilha do Ibo, 2008, p. 46).

Estas etapas podem ser realizadas uma a seguir à outra ou de preferência de uma forma combinada e simultânea, dependendo das disponibilidades técnicas e financeiras:

- A fase de emergência visa impedir o desmoronamento completo de edifícios em elementos estruturais que se encontram em estado avançado de ruína;
- A fase de consolidação significa consolidar os elementos estruturais dos edifícios para evitar que eles entrem num processo grave de destruição que exija grandes acções de reconstrução de fundo;
- A fase de reabilitação é aquela em que se procede as reparações dos edifícios para os manter em bom estado de utilização, com a sua imagem e equipamentos repostos;

- A fase de recomposição visa repor a malha e o tecido urbano, repondo a atmosfera singular do conjunto urbano da vila, sendo realizada ao longo do tempo e conforme as intenções de investimento que forem surgindo;
- A fase de restauro, que pode ser pontual visa repor, com rigor, o desenho, os materiais, as tecnologias, as funcionalidades e outros elementos que caracterizavam inicialmente o edifício em causa. Esta última fase tem funções pedagógicas e de demonstração de opções singulares e de referência que se considere importante manter para a posteridade, com vista à compreensão do cerne das opções tecnológicas e desenho que presidiram ao desenvolvimento do edificado da Ilha.

Estas medidas visam travar a degradação, por ruína devido ao abandono, à predação e ao roubo, nomeadamente dos elementos estruturais, paredes, elementos de decoração, e outros elementos ainda recuperáveis, ganhando-se tempo e espaço para ulteriores acções de maior envergadura e exigência tecnológica (Plano de Urbanização da Ilha do Ibo, 2008, p. 46).

Percebe-se que o turismo na Ilha do Ibo foi concebido através do Plano de Desenvolvimento de Turismo, criado em 2009. O Plano priorizou as seguintes áreas: a identificação dos locais para o desenvolvimento turístico, o desenvolvimento do produto turístico, a assistência no cumprimento dos regulamentos ambientais, a educação do investidor acerca das normas de interacção com as comunidades locais, a autorização dos projectos turísticos somente em locais designadas para turismo com benefícios às comunidades locais, geralmente são locais aprovados pelas estruturas administrativas do PNQ e pelo Plano Geral de Maneio. Apesar das áreas serem identificadas e priorizadas no Plano de desenvolvimento de Turismo para a Ilha de Ibo existem factores que dificultam ou freiam a materialização dos investimentos turísticos são os elevados custos do investimento inicial conexos como a fragilidade das redes infraestruturais por um lado e, por outro lado uma insuficiente atenção especializada para regular as intervenções em áreas caracterizadas pela grande fragilidade dos ecossistemas, como por exemplo áreas de desova das tartarugas, zonas extensas de mangal. Isto se deve à falta de uma representação específica local na área do turismo, para a conservação do património natural, cultural e ambiental. Todas as inquietações e solitações dos investidores são feitas a partir das direcções de tutela (turismo, cultura e ambiente) que se localizam em Pemba. Para responder algumas inquietações na área

de turismo os principais instrumentos legais específicos quer na área de turismo como para a conservação do património cultural devem ser do conhecimento e domínio do investidor.

Em forma de síntese a sétima parte versa sobre o turismo em Moçambique, um país da África Austral rico em recursos naturais. As principais atracções turísticas estão ao longo da linha costeira de Moçambique com 2.700 Km com praias de palmeiras, lagoas e ilhas, incluindo os Arquipélagos de Bazaruto e das Quirimbas. O turismo é uma actividade usada como mecanismo para a diversificação e crescimento da economia nacional proporciona muitos benefícios, incluindo o aumento das receitas fiscais, criação de empregos, oportunidades para pequenas e médias empresas, desenvolvimento de competências, a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento económico local, em especial, quando os bens e serviços são produzidos localmente. O turismo é desenvolvido na Ilha do Ibo tendo em conta o Plano de Desenvolvimento de Turismo, criado em 2009 por uma equipa de consultores do Reino Unido para o turismo no PNQ. Este plano tinha como objectivo o desenvolvimento do turismo no parque e na zona tampão, como também facilitar o processo de investimento em turismo, a aprovação dos projectos turísticos nos conselhos de gestão do PNQ, a certificação de que cada local turístico esteja ligado à comunidade através de contratos entre as operações turísticas e as comunidades locais, a certificação do estabelecimento de mecanismos e momentos para a supervisão das relações investidor-comunidade e finalmente os locais de interesse turístico que devem ser devidamente assinalados e a produção do material promocional em parceria com os operadores turísticos.

Aqui também se destaca a pressão sobre os recursos naturais e culturais existentes na Ilha do Ibo com o aumento de número de conflitos, motivados pela falta de conhecimento das regras de conservação nas comunidades locais, falta de hospitalidade por parte dos investidores que querem investir em turismo e falta de coordenação entre as partes envolvidas (sector público e o sector privado). Para regular a actividade existem instrumentos legais específicos usados para a conservação do património natural e cultural são: regulamento da Indústria Hoteleira e similar, aprovado pelo Decreto do Conselho de Ministros n° 69/99, de 5 de Outubro, a Resolução 14/2003 de 4 de Abril - que estabelece os objectivos gerais do governo integrando uma política nacional de turismo e onde também se definem os aspectos principais da sua estratégia de implementação; A Lei 4/2004, de 17 de junho - Lei do Turismo, o Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo, de 2004 a 2013, o Decreto n° 12 de 2002, que cria o Parque Nacional das Quirimbas.

Parte II: Metodologia

8: Metodologia

A “Percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo” teve como paradigma “interpretativo”, que se inscreve nas correntes do idealismo, fenomenologia e hermenêutica (UCM, 2015, p.10). Guba (1990:17; Flick, 2005) considera o paradigma, ou esquema interpretativo, “um conjunto de crenças que orientam a acção”. Esta fase inicia-se com uma abordagem clara do âmbito da realidade a pesquisar, os objectivos do estudo, à informação adequada às questões específicas da pesquisa e as estratégias mais adequadas para obter a informação necessária à pesquisa são abordadas neste paradigma (Aires, 2015).

É neste contexto que todo o processo investigativo que compreende as práticas que foram usadas pela investigadora como as linhas que orientaram à investigação se relacionam com os paradigmas teóricos, as estratégias de pesquisa aplicadas assim como os métodos que foram usados na recolha do material impirico foram orientadas com base no paradigma interpretativo, em que está inserida esta pesquisa.

8.1. Estratégia Metodológica

A pesquisa teve como objectivo estudar as percepções das comunidades na Ilha do Ibo, sobre o desenvolvimento do turismo. Para compreender este fenómeno foi usada a pesquisa qualitativa que tem como características específicas as interações sociais, podendo ser descritas e analisadas fora dos contextos estatísticos e quantitativos. Kirk e Miller, (1986 *cit in*, Creswell,2007) enfatizam que o paradigma da pesquisa qualitativa tem as suas raízes na antropologia cultural e na sociologia norte-americana. É técnica em que o investigador sempre faz alegações de conhecimento com base principalmente ou em perspectivas construtivistas (ou seja, significados múltiplos das experiências individuais, significados sociais e historicamente construídos, com o objectivo de desenvolver uma teoria ou um padrão) ou em perspectivas reivindicatórias/ participatórias (ou seja, políticas, orientadas para a questão ou colaborativas, orientadas para a mudança) ou em ambos os casos (Creswell, 2007, p.35).

O objetivo da pesquisa qualitativa é entender determinada situação social, facto, papel, grupo ou interação (Locke, Spirduso e Silverman, 1987 *cit in* Creswell, 2007). Através da pesquisa qualitativa, o pesquisador gradualmente vai compreendendo o fenómeno social que ocorre num determinado meio permitindo contrastar, comparar, reproduzir, catalogar e classificar o objecto do estudo (Miles e Huberman, 1984 *cit in* Creswell 2007). Para perceber o fenómeno social os pesquisadores qualitativos interagem com os informantes de forma contínua procurando perspectivas, percepções e significados dos fenómenos com maior profundidade e de forma detalhada para daí se terem as conclusões sobre o objecto em estudo. Ao mesmo tempo, a pesquisa qualitativa muitas vezes não se restringe à produção de conhecimento ou a descobertas com propósitos científicos. Com frequência, a intenção é mudar a questão em estudo ou produzir conhecimento relevante em termos práticos, ou seja, produzir ou promover soluções para problemas concretos. As abordagens de pesquisa participativa ou pesquisa-ação envolvem pessoas (ou instituições) no planeamento e, às vezes, na condução de pesquisas que pretendem produzir resultados relevantes a pesquisa (Flick, 2009, p. 21).

A pesquisa qualitativa é a pesquisa *não* quantificada ou *não* padronizada, com características próprias. Usa o texto como material empírico (em vez de números), parte da noção da construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia-a-dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo (Denzin e Lincoln, 2005). Isto significa que a pesquisa qualitativa está preocupada com o que dizem as pessoas em relação ao conhecimento sobre a área em estudo, assim como explora as relações, valores culturais e realidades sociais que não podem ser quantificáveis.

Minayo (2001, p. 14) afirma que a pesquisa qualitativa responde às questões muito particulares que acontecem numa determinada realidade que não podem ser limitadas ao uso de variáveis. Nas ciências sociais, a pesquisa qualitativa assume um nível de realidade que não pode ser quantificada. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenómenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Percebe-se que os procedimentos a usar devem ser mais abertos de modo a captar maior número de informações em relação ao fenómeno em estudo. Denzin e Lincoln (2005a, p. 3, *cit in* Flick, 2006, p.16) definem a pesquisa qualitativa como sendo:

“Uma actividade situada que posiciona o observador no mundo. Ela consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível. Essas práticas transformam o mundo, fazendo dele uma série de representações, incluindo notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e anotações pessoais. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma postura interpretativa e naturalística diante do mundo. Isso significa que os pesquisadores desse campo estudam as coisas em seus contextos naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos sentidos que as pessoas lhes atribuem”.

Os autores, acima citados reafirmam que a pesquisa qualitativa se preocupa com a posição do observador perante o fenômeno por ele descrito visíveis ao mundo, que não podem ser quantificáveis, mas percebidas de forma natural. Na pesquisa sobre as percepções o observador fará uso das seguintes práticas: notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e anotações pessoais para perceber o fenômeno num contexto natural visto pelo pesquisador. Um outro posicionamento sobre a pesquisa qualitativa é aqui apresentado como sendo:

“A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adoptam a abordagem qualitativa opõe-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa” (Goldenberg, 1997, p. 34 *cit in* Gerhardt &Silveira, 2009).

A pesquisa sobre as percepções das comunidades locais em relação ao turismo na Ilha do Ibo visa a compreensão aprofundada deste grupo social, em relação ao fenômeno em estudo, usando para este efeito a abordagem qualitativa, como uma metodologia própria, que difere das correntes positivistas que tem um enfoque baseado na medição numérica, recusada pelos pesquisadores qualitativos quando aplicado ao estudo da vida social. Através da pesquisa qualitativa, os dados obtidos dos informantes darão para perceber como o fenômeno em estudo tem impacto nas comunidades locais do Ibo.

Para Flick (2009, p.16), o perfil da pesquisa qualitativa “usa o texto como material empírico (ao invés de números) parte da noção da construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia-a-dia e em seu conhecimento cotidiano em relação ao estudo”. A autora dá ênfase ao uso das informações trazidas pelos participantes sobre o conhecimento do fenômeno. Para isso a pesquisa terá como base o material empírico sobre as realidades que se vivem na Ilha do Ibo a partir do desenvolvimento do turismo e as

implicações que acontecem na vida social das comunidades locais. A pesquisadora nesta pesquisa é o sujeito principal, que está em contacto com o objecto de estudo, o que Merriam (1998, p. 4) indica, que dentre o conjunto de atributos da pesquisa qualitativa destaca o pesquisador como principal instrumento de colecta de dados e de sua análise; esta abordagem usualmente envolve a pesquisa de campo empírico; onde o investigador despende um longo período de tempo no campo em contacto com o objecto investigado, sendo esta uma das características da pesquisa qualitativa.

8.2. Amostragem

As metodologias qualitativas caracterizam-se pela sua falta de representatividade estatística. Não se designa por “amostra” os universos de análise qualitativa, apesar de ser essa a opção da maioria dos autores que utiliza a noção de “amostra” num sentido não probabilístico (Guerra, 2006 *cit.in.* Maiela, 2012, p. 52). Trata-se de uma análise de carácter social, desassociada dos contextos numéricos “De facto não tem muito sentido falar de amostragem, pois nas metodologias qualitativas não se procura uma representatividade estatística, mas sim uma “representatividade social” (Guerra, 2006, p.39 *cit. in* Maiela, 2012, p. 53).

O estudo sobre “Percepções das comunidades locais sobre o turismo na Ilha do Ibo” teve como amostra não probabilística, que se enquadra nas metodologias qualitativas. De facto, as características da análise qualitativa não facilitam uma definição *a priori* do universo de análise, porque, em primeiro lugar, a pesquisa qualitativa é muito maleável, o objecto evolui, e amostra pode alterar ao longo do percurso. Por outro lado, é “impossível definir uma amostra para as análises qualitativas, dada a diversidade de objectos e métodos” (Guerra, 2006, p.43). Na pesquisa sobre as percepções, o objecto pode estender-se a outras comunidades na Ilha, assim como nos arredores para perceber como os impactos do turismo são percebidos pelas comunidades locais da Ilha do Ibo.

Para Gil (2008, p. 94) a amostragem não probabilística por conveniência e acessibilidade constitui o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Por isso mesmo é destituída de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos

exploratórios ou qualitativos onde não é requerido elevado nível de precisão. Nas pesquisas qualitativas dado a exclusão de dados numéricos e ser caracterizada por uma representação social, o termo “participantes” será o mais adequado. Envolve uma participação activa e sensibilidade dos participantes ao estudo.

Aires (2011, p. 22) faz referência as principais modalidades de amostragem na investigação qualitativa que também foram usadas nesta pesquisa que são:

- *Amostragem opiniática* – onde o investigador selecciona os sujeitos em função de um critério estratégico pessoal - os sujeitos que possuem um *conhecimento mais profundo* do problema a estudar, os que são mais facilmente abordáveis (para poupar recursos humanos e materiais) ou os que voluntariamente se mostram disponíveis para colaborar com o investigador (Aires, 2011, p. 22).
- *Amostragem teórica* - este tipo de amostragem utiliza-se para gerar uma teoria. O investigador coleciona, codifica e analisa a informação de que dispõe e decide, depois, quais são os materiais empíricos que necessita recolher e onde os deve encontrar, tendo em vista o desenvolvimento dessa mesma teoria. A amostragem teórica não termina enquanto não se alcança o nível de saturação pretendido, ou seja, deixam de aparecer novos conceitos e categorias (Aires, 2011, p. 23).

Os participantes na pesquisa sobre “Percepções das comunidades locais sobre o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo” serão aqueles que detêm a informação privilegiada sobre o fenómeno em estudo. Nesta pesquisa foram entrevistados trinta e cinco (35) participantes, dos quais um (1) administrador do distrito, um (1) secretário permanente do distrito, quatro (4) gestores de instituições que respondem pelo turismo na Ilha do Ibo, entre eles: um (1) director provincial de turismo, um (1) gestor da WWF na Ilha do Ibo, um (1) gestor do PNQ um (1) gestor da Oikos, sete (7) gestores de *lodges* que são os locais de acomodação e lazer para turistas e visitantes entre eles: um (1) gestor da Miti Mwiri, um (1) gestor da Ulani lodge, um (1) gestor das Cinco portas, um (1) gestor da *Mwani House* na Ilha do Ibo, um (1) gestor da Casa das Garças, um (1) gestor da *Ibo Islands*, um (1) gestor da Karibuni comunitária. Foram quatro (4) Chefes de postos representantes das comunidades locais onde o turismo é desenvolvido entre eles: um (1) Chefe de posto do bairro de Cimento, um (1) chefe de posto de Querimba, um (1)

chefe de posto de Rituto, um (1) chefe de posto de Kumuamba. Também foram entrevistados dezoito (18) trabalhadores dos *lodges* e das casas comunitárias que vivem na Ilha do Ibo.

8.3. Estudo de Caso

Segundo Yin (2005, p. 32), o uso do estudo de caso é adequado quando se pretende investigar o como e o porquê de um conjunto de eventos contemporâneos. O autor assevera que o estudo de caso é uma investigação empírica que permite o estudo de um fenómeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos. Para situações em que se pretende aprofundar mais sobre o fenómeno, o método de estudo de caso constitui a opção certa. O estudo de caso centra-se em alguns propósitos sem os quais a compreensão do fenómeno seria difícil.

Gil (2009, p.57) aponta alguns propósitos dos estudos de caso: 1) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; 2) preservar o carácter unitário do objeto estudado; 3) descrever a situação do contexto em que está sendo feita uma determinada investigação; 4) formular hipóteses ou desenvolver teorias e 5) explicar as variáveis causais de determinado fenómeno em situações complexas que não permitam o uso de levantamentos e experiências.

Para Aires (2011, p. 21) o estudo de caso é um dos métodos mais comuns na investigação qualitativa consiste num exame detalhado de uma situação, sujeito ou acontecimento. Para a autora o estudo de caso assenta-se nas diversas modalidades que se distinguem pelas suas características e procedimentos que forem adoptados. Para esta pesquisa foi escolhida uma das modalidades do estudo de caso, que se refere ao “*estudo de comunidades*” por ela se identificar com o estudo sobre a percepção que as comunidades têm sobre o turismo na Ilha do Ibo. Consiste na descrição e compreensão de uma determinada comunidade suas características específicas e a relação destas com o fenómeno em estudo (Colás, 1992b:252).

Percebe-se que o estudo de caso constitui uma técnica de pesquisa que permite reunir diversidade de informações que permitem compreender sobre um determinado fenómeno. As percepções das comunidades locais sobre o turismo na Ilha do Ibo tiveram como enfoque um estudo de caso, porque trata-se de um caso específico que procura ser percebido num contexto local que ocorre na Ilha do Ibo um destino turístico com aspectos cénicos e culturais que acolhe turistas e visitantes, havendo a necessidade de perceber como o impacto desta actividade tem repercussão

nas comunidades locais. O estudo de caso constitui uma estratégia de pesquisa abrangente desde o método, as técnicas de colecta de dados e a sua análise (Yin, 2005, p.33)

8.4. Técnicas de Recolha de Dados

Para Creswell (2007), a pesquisa qualitativa usa métodos múltiplos na colecta de dados, que são interactivos e humanísticos. Envolvem a participação activa dos participantes ao estudo. Os pesquisadores qualitativos buscam o envolvimento dos participantes na colecta de dados e tentam estabelecer harmonia e credibilidade com as pessoas no estudo. Os métodos reais de colecta de dados, tradicionalmente são baseados em observações abertas, entrevistas e documentos, agora também incluem um vasto leque de materiais, como sons, *e-mails*, álbum de recortes e outras formas emergentes. Os dados colectados envolvem dados em texto (ou palavras) e dados em imagem (ou fotos).

Para a colecta de dados no estudo sobre as “Percepções das comunidades locais sobre o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo” foram usadas as seguintes técnicas: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e as entrevistas semi-estruturadas.

8.4.1. Pesquisa Bibliográfica

É considerada como uma técnica de colecta de dados baseada em livros, artigos que tenham sido tratados previamente sobre o tema em estudo. Na pesquisa sobre as “Percepções das comunidades locais sobre o turismo na Ilha do Ibo”, a pesquisa bibliográfica é sustentada através de teorias para perceber em outros contextos, o que se têm dito e feito sobre as percepções locais em relação ao fenómeno em estudo. Gil (2008, p.50) diz ser a pesquisa bibliográfica desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos sejam exigidos algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

8.4.2. Pesquisa Documental

Trata-se de materiais que não foram tratados, como os documentos institucionais, dados estatísticos, planos estratégicos entre outros. A pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os

objetivos da pesquisa (Gil, 2008, p.51). Para além de ser uma técnica usada nas pesquisas, constituem fontes de dados para perceber o fenómeno em questão no meio local, de forma mais detalhada.

A pesquisa documental constitui-se uma valiosa técnica de abordagem de dados qualitativos, podendo ser utilizada para complementar as informações obtidas em outras fontes. Estão relacionados com a temática em estudo. É uma estratégia básica no estudo de casos (Yin, 2000, *cit. in.* Maiela 2012, p. 55). Na pesquisa sobre as “Percepção das comunidades locais sobre o turismo na Ilha do Ibo” serão analisados os documentos institucionais do Parque Nacional das Quirimbas, com destaque a Ilha do Ibo, Plano estratégico do Ministério de Turismo, Plano estratégico da província de Cabo Delgado, Plano de Maneio, assim como documentos referentes as estatísticas locais e Planos quinquenais do governo a nível local para perceber como são programadas e desenvolvidas as actividades, na Ilha do Ibo, assim como a valorização sócio cultural das comunidades locais. Creswell (2007) diz que durante o processo de pesquisa, o investigador qualitativo pode coletar *documentos*, que podem ser documentos públicos (por exemplo, jornais, actas de reunião, relatórios oficiais) ou documentos privados (por exemplo, registros pessoais e diários, cartas, e-mails), que se relacionam aos factos pesquisados, para à sua análise. Percebe-se que a pesquisa documental é baseada fundamentalmente em documentos que trazem uma relação com o fenómeno a pesquisar, neste caso sobre “Percepção das comunidades locais sobre o turismo na Ilha do Ibo”.

8.4.3. Entrevista Semi- Estruturada

Uma das técnicas de colecta de dados usada nas pesquisas qualitativas foram as entrevistas. Podem ser estruturadas ou padronizadas ou semi- estruturadas. Para esta pesquisa sobre as “Percepções das comunidades locais sobre o turismo na Ilha do Ibo” usou-se a entrevista semi-estruturada que permitiu obter do entrevistado os aspectos mais relevantes do problema tais como: o desenvolvimento das actividades turísticas, a percepção do turismo pelas comunidades locais e a participação local no turismo. A entrevista semi-estruturada procura saber o quê, como e porquê algo ocorre, em lugar de determinar a frequência de certas ocorrências, nas quais a pesquisadora acredita. (Richardson, 1989). Está preocupada como a explicação do fenómeno onde os entrevistados falam livremente sobre o assunto.

Para Flick (2004, p. 89) as entrevistas semi-estruturadas em particular, têm atraído interesse e são de utilização frequentes “os entrevistados expressam seu interesse de forma relativamente aberta do que uma entrevista padrão ou num questionário”. A entrevista semi-estruturada não sugere uma ordem pré-estabelecida na formulação das perguntas. A elaboração das questões tem a ver com a possibilidade de resposta por parte do grupo social em relação ao fenómeno em estudo. Como também abre espaço para que o entrevistado possa falar livremente sobre o assunto em questão. A mesma opinião é defendida por Gil (1999, p. 120) que explica na entrevista semi-estruturada “o entrevistador permite ao entrevistado que fale livremente sobre o assunto colocado, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para trazê-lo de volta”. O que significa que se deve focalizar no tema colocado, evitando desvios. O entrevistador tem por isso, decidir na entrevista, que perguntas fazer e quando e que ordem devem ser feitas (Flick, 2005).

Apesar das entrevistas semi-estruturadas terem sido feitas e focalizadas no tema, elas obedeceram uma ordem definida pela pesquisadora tendo em conta a temática da pesquisa e os entrevistados.

Nesta pesquisa sobre a “Percepção do turismo pelas comunidades locais da Ilha do Ibo” foram entrevistados os gestores dos lodges, por serem estes que empregam a maior parte de trabalhadores locais, com um nível de qualificação baixa. Ao representante do WWF, para perceber como a melhoria das técnicas da pesca e a construção dos santuários de pesca constituem uma forma de gestão para a conservação de espécies marinhas e melhoramento das condições de vida dos pescadores, através do aumento da renda e fornecimento de pescado aos proprietários dos *lodges* e *resorts* turísticos. Aos chefes de posto porque são os representantes das comunidades locais conhecem e vivem os problemas locais, principalmente aqueles que estão relacionados com o turismo e a conservação da biodiversidade marinha. Aos trabalhadores porque são eles os beneficiários do emprego do turismo, na interação com os turistas avaliam a grau de satisfação dos turistas pelos serviços prestados. Foram abordadas as seguintes temáticas nas entrevistas: o turismo na Ilha do Ibo, os benefícios de turismo na Ilha do Ibo para as comunidades locais, a percepção do turismo pelas comunidades locais, sendo o turismo a segunda actividade de relevo depois da pesca, assim como perceber como é feita a participação local na tomada de decisões sobre o desenvolvimento de turismo e como os benefícios do turismo são usufruídos pelas comunidades locais do Ibo.

Para a realização das entrevistas, os entrevistados, gestores dos *lodges* e *resorts* foram contactados pessoalmente nos seus locais de actividade turística, assim como o administrador do distrito da Ilha do Ibo e os chefes de posto foram contactados na administração do distrito. O gestor da WWF, gestor do turismo, gestor da Oikos e o gestor do Parque Nacional das Quirimbas foram contactados nos seus gabinetes de trabalho. Os entrevistados foram informados sobre o teor das entrevistas e aceitaram colaborar. Alguns aceitaram serem gravados, outros preferiram o anonimato com receio de represálias por parte dos seus hierárquicos superiores. As gravações feitas e as fotografias tiradas só se destinam a esta pesquisa e não para outros fins, esta foi a chamada de atenção feita pela pesquisadora. Dos trinta e cinco (35) entrevistados, apenas trinta e dois (32) falam a língua portuguesa. Para os três (3) entrevistados foi necessário a ajuda de dois (2) estudantes falantes da língua *Kimwani* que traduzido significa língua da praia para fazer a tradução. É neste contexto que Selltiz *et al* (1987) diz que na entrevista aberta e semiestruturada tem vantagem de ser entrevistadas pessoas que não saibam ler nem escrever, no caso vertente trata-se de pessoas que não são alfabetizadas em língua portuguesa, mas que tem uma opinião sobre o fenómeno em estudo. É relevante a inclusão destes entrevistados porque apesar destes não se expressarem em língua portuguesa, eles conhecem e fazem parte do fenómeno. Estamos numa província onde a taxa de analfabetismo se situa em 66% (INE, 2017) e com um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,373 o mais baixo do País (PNUD, 2016 & INE, 2017). Esta foi uma das razões que tornou difícil encontrar em todos os participantes, pessoas que falam a língua portuguesa. A similaridade das respostas dadas pelos entrevistados que falam a língua portuguesa e a tradução trazida pelos estudantes convenceu-nos da veracidade do facto. Foi elaborado um guião de entrevistas com diferentes anexos, para cada grupo de entrevistado dependendo das matérias a tratar e foram seleccionadas as questões que se adequaram a cada grupo para a obtenção de informações necessárias à pesquisa. As entrevistas foram feitas na Ilha do Ibo, onde tivemos que nos deslocar para a recolha de dados. Fizemos em duas viagens, com estadia de 16 dias nos meses de Agosto e Setembro de 2018 para junto dos chefes de postos representantes das comunidades locais, trabalhadores, gestores da Oikos, Gestor da WWF, obtermos a informação necessária à pesquisa. A gestora de turismo que responde sobre o sector de turismo em toda a província de Cabo Delgado foi contactada na cidade de Pemba. Foi feita uma entrevista piloto para identificar os possíveis erros que seriam susceptíveis de modificações e correções das questões que seriam direccionadas aos entrevistados. Todas as

entrevistas foram semi-estruturadas dando a possibilidade de os entrevistados falarem abertamente sobre as temáticas colocadas sem se desviar do foco central das entrevistas. Todas as entrevistas decorreram em forma de conversa. E as entrevistas para além de serem gravadas foram transcritas para depois serem tratadas e analisadas.

8.4.4. Limitações da Pesquisa

As entrevistas foram feitas na Ilha do Ibo, nos bairros de Kumuamba, Rituto, Cimento e Querimba, áreas de pesquisa para junto das comunidades locais onde se recolheu informações sobre como o turismo está a ser desenvolvido na Ilha do Ibo, qual é a percepção dos diferentes intervenientes no processo. Os habitantes da Ilha são falantes do *Kimwuani* e *Swahili* (mistura do macua, língua local e palavras árabes). A pesquisadora não tem o domínio das línguas locais. Como estratégia para tornar o diálogo perceptível, a pesquisadora fez-se acompanhar de dois estudantes naturais de Ibo e de Pemba que percebem a língua local que foram facilitadores nos três casos dos entrevistados não falantes da língua portuguesa. As entrevistas foram traduzidas de português para *Kimwuani* para facilitar a comunicação entre os estudantes e os entrevistados que não percebiam e nem se expressavam na língua portuguesa. Neste caso, assumimos que a tradução foi vantajosa para melhorar a comunicação e tornar o ambiente mais acolhedor e de confiança por um lado e por outro, aparece a desvantagem na medida em que a pesquisadora se torna dependente da tradução de outrem, o que não significa que haja desconfiança da tradução, pois as questões das entrevistas foram as mesmas para todos, nisto, podemos notar que as respostas dadas pelos entrevistados que percebiam e falavam a língua portuguesa coincidem com a tradução feita pelos estudantes.

A internet para ter acesso as bibliografias recomendadas e comunicação com os orientadores nem sempre se apresentou em bom estado de uso. Algumas vezes oscilava e outras vezes a comunicação era péssima.

A outra limitante esteve relacionada com o alto custo de vida na Ilha do Ibo, como local para hospedar, os preços aplicados para turistas, uma vez que também fomos considerados turistas, assim como no local onde tivemos as refeições.

8.5. Análise de Conteúdo

Berelson (1952 *cit in* Valá, 1981, p. 103) definiu a análise de conteúdo como uma técnica de investigação que permite “a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação.” Adoptando esta mesma definição Cartwright (1953 *cit in* Valá, 1981, p. 103) alargou o âmbito da análise de conteúdo e propõe a sua extensão a: todo o comportamento simbólico” Krippendorff (1980) definiu análise de conteúdo como “uma técnica de investigação que permite fazer inferências válidas e replicáveis dos dados para o seu contexto.

A interpretação de dados é a espinha dorsal do procedimento empírico, que, no entanto, engloba métodos explícitos de colecta de dados (Flick, 2005). Na pesquisa qualitativa, a análise de conteúdo é um dos procedimentos clássicos de análise do material escrito, independentemente da sua origem. Vai desde os dados das entrevistas até aos produtos das Mídias. Um dos traços essenciais é a utilização das categorias, derivadas frequentemente dos modelos teóricos: as categorias são aplicadas ao material empírico, não são necessariamente extraídas dele, embora sejam repetidamente confrontadas com ele e, se necessário podem ser modificadas (Flick, 2005).

Para a análise de dados qualitativos, o processo consiste em extrair sentido dos dados do texto e da imagem. Envolve preparar os dados para análise, conduzir análises diferentes, aprofundar-se cada vez mais no entendimento dos dados, fazer representação dos dados e fazer uma interpretação do significado mais amplo dos dados (Creswell, 2007).

Os dados obtidos nas entrevistas semiestruturadas foram analisados através de uma análise de conteúdo, onde foram formuladas as categorias e aplicadas ao material que se pretende analisar. Todo o material recolhido numa pesquisa qualitativa é geralmente sujeito a uma análise de conteúdo, mas esta não constitui, no entanto, um procedimento neutro decorrendo o seu accionamento e a sua forma de tratamento do material do enquadramento paradigmático de referência que constitui um procedimento neutro, decorrendo na forma de tratamento de material paradigmático de referência (Guerra, 2006 *cit. in* Maiela, 2012, p.56). Os dados obtidos serão analisados através de uma análise de conteúdo que será estruturada em categorias.

A análise de conteúdo visa estruturar e organizar o material recolhido, a partir da formulação de categoria e sub-categorias de análise partindo do quadro teórico produzido mediante a revisão da literatura (Guerra, 2006, *cit in* Maiela, 2012, p.56).

A análise de conteúdo, de acordo com Minayo (1994, p. 14), é a expressão mais comumente usada para representar o tratamento dos dados de uma pesquisa qualitativa. A análise de conteúdo, segundo Bardin, pode ser definida como um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (1979, p. 42).

Para Flick (2009), a análise de conteúdo, além de realizar a interpretação após a colecta dos dados, desenvolve-se por meio de técnicas mais ou menos refinadas. É neste contexto que a análise de conteúdo constitui uma técnica de análise das comunicações que consistem na redução de informação obtida dos informantes.

Percebe-se que a análise de conteúdo como uma técnica cuja finalidade é decifrar as mensagens das comunicações trazidas pelos informantes através das entrevistas semiestruturadas feitas e efectuar deduções lógicas para obter procedimentos sistemáticos e objectivos dos conteúdos destas mensagens.

8.6. Codificação

Codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados em símbolos que possam ser tabulados. A codificação pode ser feita anterior ou posteriormente à colecta dos dados. (Gil, 2008, p.158). Nesta pesquisa foram atribuídos os códigos aos entrevistados para facilitar o processo de identificação na descrição dos dados.

- Administrador do distrito da Ilha do Ibo-Código (Abdul)
- Secretário permanente do Distrito da Ilha do Ibo (Abdala)
- Gestores do Turismo (Gildo), Gestor do PNQ (Gogo), Gestor da Oikos (Gizé) e Gestor da WWF (Geness)
- Gestores dos *lodges e resorts- Mwani House* (Assane), gestor de Cinco Portas (yassine), Gestor *Ulani Lodge* (Ulani), Gestor Miti Mwiri (Mwiti), Ibo Islands (Ismael), Gestor casa das Garcas (Graça) e Gestora do Karibuni (Kristina).
- Chefes de posto da zona de Cimento (Cimento), chefe de posto de Kumuamba (Kumu-amba) Chefe de posto de Querimba (Querimba), Chefe de posto de Rituto (Rituto)

- Trabalhadores –João, Sidia, Berta, Lopes, Mariamo, Assuate, Abdul, Amisse, José, Lemos, Joana, Maria, Caniua, Amina, Zurra, Teresa, Cassamo, Selemane e Abdala.

8.7. Estabelecimento das Categorias

Para o estabelecimento das categorias Santos, (2004, p. 4) refere a “categorização como agrupamento de dados segundo a sua similitude” segundo o autor as categorias são estabelecidas a partir dos dados obtidos e devem obedecer os seguintes critérios: validade, exaustividade e homogeneidade. Categorias válidas referem-se as categorias que são condizentes aos objectivos da pesquisa, ou seja, são pertinentes e úteis ao trabalho de pesquisa. Categorias exaustivas significam que abarcam todas as unidades pré-seleccionadas, nenhum dado deve ficar de fora da análise. Categorias homogêneas significam que as categorias são formuladas a partir dos temas e não de palavras e de frases. Formuladas as categorias é feita a descrição das mensagens, a transmissão de forma compreensiva e aprofundada do conteúdo usando a interpretação da informação disponibilizada pelos informantes entrevistados no processo de recolha de dados.

Na pesquisa sobre a “Percepção das comunidades acerca do desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo” foram estabelecidas quatro categorias tendo em conta os objectivos específicos que nortearam esta pesquisa, que classificaremos por categorias A, B, C, D. Para além destas categorias de análise, outras unidades de análise foram formuladas tendo em conta as linhas primordiais que traçaram a revisão da literatura que designaremos por: E, F como categorias homogêneas que foram obtidas a partir dos temas tratados (Santos, 2004, p. 4).

As categorias em referência são:

- A- Desenvolvimento do turismo
- B- Percepção das comunidades locais sobre o desenvolvimento turístico na Ilha do Ibo
- C- Participação das comunidades locais através da tomada de decisão no desenvolvimento turístico na Ilha do Ibo
- D- Expectativas das comunidades locais acerca do desenvolvimento turístico na Ilha do Ibo.

Estas categorias foram analisadas segundo os objectivos que nortearam esta pesquisa para responder cada objectivo aqui formulado. Para além destas categorias, outras foram criadas (E, F)

tendo em conta as temáticas que se relacionam com o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo, que são:

- E- Dependência económica ao turismo
- F- Valorização cultural como atractivo para o turismo sustentável.

Para a sustentabilidade dos resultados da pesquisa transcritos nestas categorias, se usou o critério de validade que se refere à capacidade que os métodos utilizados numa pesquisa propiciam à consecução fidedigna de seus objetivos. Na tradição qualitativa a validade tende a ser observada nos seguintes aspectos: validade aparente, que se refere a quando um método de pesquisa produz o tipo de informação desejado ou esperado; validade instrumental, que procura a combinação entre os dados fornecidos por um método de pesquisa e aqueles gerados por algum procedimento alternativo, que é aceite como válido (Kirk; Miller, 1986). Nesta pesquisa sobre " Percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo" para a sustentabilidade dos resultados foi usada a validade aparente, onde o método qualitativo produziu a informação que se esperava a partir das entrevistas feitas aos participantes. Na validade instrumental, a sustentabilidade da pesquisa consistiu na combinação entre os dados fornecidos nas categorias de análise formuladas através dos objetivos da pesquisa e dos dados fornecidos pelas categorias formuladas tendo em conta as grandes temáticas abordadas durante o processo de recolha de dados.

Parte III: Resultados e Discussão

9. Resultados e discussão

9.1. Modelo conceptual

Neste capítulo serão apresentados por categoria os resultados da recolha do material impírico aos entrevistados e analisados segundo as concepções teóricas apresentadas pelos diferentes autores sobre as temáticas aqui discutidas. O modelo conceptual apresenta os resultados da pesquisa sobre o tema: *Percepção do turismo pelas comunidades locais da Ilha do Ibo*. Os dados foram recolhidos através dos diferentes intervenientes relacionados com o turismo na Ilha do Ibo. Os resultados das entrevistas apresentam um cenário dos índices de turismo na Ilha do Ibo, nas seguintes temáticas: a) Desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo; b) Percepção das comunidades locais sobre o turismo na Ilha do Ibo; c) Participação das comunidades locais em iniciativas de desenvolvimento; d) Expectativa das comunidades locais sobre o desenvolvimento do turismo, f) Dependência económica relativamente ao turismo; g) Valorização do Património Cultural como incentivo ao turismo cultural.

9.2. Desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo

Pretende-se com esta categoria perceber como é que o turismo é desenvolvido na Ilha do Ibo. A Ilha do Ibo é a parte insular do Parque Nacional das Quirimbas, com um conjunto de atrações e actividades existentes e actividades desenvolvidas pelos turistas que visitam a Ilha. Foi considerada a capital da província de Cabo Delgado e mosaico de cruzamento das culturas árabe, portuguesa e macua. Para a percepção desta categoria foram criadas as subcategorias que serão aqui apresentadas seguidas dos indicadores que as compõem, isto é, que levaram à sua criação.

9.2.1. Actividade turística na Ilha do Ibo

A Ilha do Ibo faz parte do Arquipélago das Quirimbas onde a principal actividade é a pesca. O turismo aparece como outra actividade que identifica o distrito na arrecadação de receitas para a gestão da Área de Conservação, bem como para o desenvolvimento social da população local esta última, uma das finalidades da criação do parque (Plano de Maneio, 2011-2021)

...” O turismo é a segunda actividade que identifica o distrito depois da pesca” (...) (Abdul).

Segundo o Plano de Maneio (2011-2021, p.60) as actividades ecoturísticas não extractivas, desenvolvidas no Parque Nacional das Quirimbas são: safari a pé, safari de carro, observação de aves (*bird-watching*), fotografia, natação, navegação, mergulho (*scuba-diving* e *snorkeling*) desenvolvidas para o turismo. A Ilha do Ibo faz parte do PNQ como também faz parte das vinte e oito Ilhas que compõem o Arquipélago das Quirimbas. Desenvolve também a pesca artesanal usando as artes recomendadas e respeitando as espécies protegidas na legislação aplicável e no presente plano de maneio.

...” A actividade principal na Ilha é o turismo. Os operadores turísticos precisam de fazer maior esforço para divulgação dos potenciais turísticos da Ilha. Os turistas chegam a Ilha de carro e depois de barco ou em pequenas avionetas a partir de Pemba (...) (Ismael).

As potencialidades e actividades turísticas representam claramente uma mais valia, mas também um desafio para assegurar um desenvolvimento turístico que seja ecologicamente e socialmente sustentável. Desta forma são identificadas as seguintes responsabilidades principais do PNQ para o desenvolvimento do turismo (Mitur, 2009, p.63): desenvolver o turismo de forma sustentável para que contribua para a conservação da natureza e para o desenvolvimento económico e social das comunidades locais; regulamentar e gerir o turismo para maximizar o rendimento, garantir a sustentabilidade e manter o equilíbrio entre os objectivos do turismo, conservação e desenvolvimento humano.

...” O projecto de turismo na Ilha do Ibo deve ser feito com parceiros portugueses do Porto interessados no turismo que se desenvolve na Ilha” (...) (Abdul)

Uma das responsabilidades do PNQ para o desenvolvimento do turismo é estabelecer parcerias efectivas entre as comunidades e as empresas turísticas assim como outros parceiros internacionais (Plano de Maneio, p.61).

...” A actividade turística na Ilha é feita duma forma coordenada entre o Governo como promotor do turismo, os gestores dos empreendimentos turísticos e as comunidades locais” (...) (Gildo).

Percebe-se que a coordenação entre o governo e os gestores dos empreendimentos turísticos é feita através das parcerias públicas e privadas (PPP). Isto significa que as PPP são definidas como uma relação por um prazo determinado entre duas ou mais organizações – uma ou mais

de natureza pública e uma ou mais de natureza privada ou social – baseada em expectativas e valores mútuos, com o objectivo de alcançar objectivos negociais específicos, através da maximização da eficácia dos recursos de ambas as partes. As PPP são, portanto, caracterizadas pelo facto de partilharem investimento, risco, responsabilidade e resultados (Santos *et al.* 2008, p. 195). Um outro factor importante que está a trazer mudanças na Ilha é a chegada de muitos turistas para lazer e recreação.

...” A nossa bandeira é a pesca, mas com a vinda de muitos turistas para a Ilha, a nossa bandeira poderá vir ser o turismo (...) (Cimento).

...” O turismo é feito com base no Plano de Desenvolvimento de Turismo que vem estruturado a capacidade de turismo que não pode exceder o número de turistas que visitam o PNQ e nos *lodges* com menos impactos ao meio ambiente” (...) (Gogo).

Torna-se fundamental que o crescimento do turismo seja efectivamente adequado de forma a não o inflacionar. Isto é, não exceder o número de turistas que visitam a Ilha do Ibo, uma componente importante do PNQ, onde desenvolvimento do turismo tem que ser planeado e gerido de uma forma que reflita no crescimento provável da procura e tomando em consideração factores de acessibilidade aos locais turísticos que são muitas vezes difíceis assim como planear tendo em conta a acomodação já existentes. Assim a oferta de camas tem que ser regulamentada para manter um equilíbrio entre a procura e a oferta, e particularmente para impedir o desenvolvimento de uma capacidade excessiva em relação à procura, já que isso acarretaria o risco de arruinar seja economicamente como numa perspectiva de mercado, o êxito do turismo nesta área a médio ou longo prazo.

...” A Oikos é a organização que trabalha na área de turismo na Ilha do Ibo com o objectivo de desenvolver o turismo comunitário, por isso, no âmbito do projecto Redis Ibo apoia o turismo comunitário na Ilha do Ibo, Ilha de Matemo Quirimbas, com a construção de campos de lazer “campismo” com restaurantes apetrechados com mesas e cadeiras, utensílios para cozinha e equipamentos para servir, pequenas infraestruturas que normalmente são bangalós com dois quartos e casa de banho privativa e uma esplanada para refeições. Todos estes componentes são essenciais sobretudo para criar uma rede entre todos os membros do turismo comunitário (...) (Gilé).

O turismo é uma actividade que ocupa um lugar de destaque depois da pesca e identifica a Ilha do Ibo quer no que diz respeito as atrações turísticas quer no que concerne às fontes de receitas para os operadores turísticos e para o PNQ. Mais um aspecto que está claramente definido no PDT e que também é importante realçar é o envolvimento das comunidades locais no desenvol-

vimento do turismo, seja em termos de gestão, como em termos de aproveitamentos dos benefícios. A OMT (2015, p.54) considera o turismo como um veículo para o desenvolvimento e catalisador para atrair mais investimentos, principalmente nos países em desenvolvimento (Sharpley, 2009, p.334). A atração de investimentos constitui uma das razões da adopção do turismo como estratégia de desenvolvimento local ou nacional devido à sua contribuição para a economia nacional. A OMT (2015) reconhece que o potencial turístico dos meios naturais africanos ainda preservados é de grande importância e começa a despertar a curiosidade e a acolher um interesse crescente por parte da procura internacional. Na Ilha do Ibo o turismo é desenvolvido com base num Plano de desenvolvimento de turismo, um destino de ecoturismo novo, uma combinação entre as potencialidades existentes no Parque, as praias, oportunidades de mergulho de nível mundial e a pesca desportiva, tudo enquadrado numa cultura invulgar que combina heranças africanas, árabes e portuguesas e que representa uma mistura arrebatadora que atrai turistas e viajantes, para um destino de ecoturismo “novo,” remoto, não deteriorado e que oferece uma variedade notável de experiências (Mitur, 2009, Plano de Maneio 2011-2021, p. 60).

...” O turismo pode vir ser a nossa bandeira. Os turistas quando vêm a Ilha do Ibo praticam mais o turismo desportivo, ou seja, o *Scuba Diving*, natação, passeio de barco e visita aos locais históricos de grande interesse turístico” (...) (Cimento).

Sharpley (2009, p. 6) define o turismo como um conjunto de "actividades desenvolvidas pelos turistas e aqueles que atendem a demanda turística", distinguindo imediatamente o turismo como fenómeno social (isto é, o movimento e as actividades das pessoas que participam no turismo) e a chamada "Indústria do turismo." Para Muganda *et, al* (2010, p.630), o turismo continua a ser um dos sectores que aumenta o seu reconhecimento como um instrumento de alívio da pobreza em muitos países em desenvolvimento, tal como a Tanzânia. Nos países em desenvolvimento, o turismo internacional é fonte de rendimentos derivados das trocas monetárias, sendo esta, a principal razão pela qual os governos apoiam o desenvolvimento do turismo assim como a sua contribuição na balança de pagamentos (Sharpley *et, al.* 2002). Para o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo a planificação é feita entre o sector publico, sector privado, de modo a satisfazer as necessidades dos turistas e das comunidades locais. A Ilha é um destino turístico em crescimento, mas que apresenta, contudo, um estado de degradação.

“...A Ilha está a degradar-se, a administração do distrito não tem orçamento para reabilitar a Ilha assim como para iluminar todas as artérias da vila. Para isso desenvolveu algumas parcerias para revitalizar a Ilha através de uma planificação integrada para o

melhoramento de infraestruturas, asfaltagem das estradas assim como elevar o nível de ensino para os ilheús com estabelecimento de uma escola do ensino superior de preferência de turismo ou de ciências biológicas (...) (Abdul).

A este respeito Ruschmann (1997, p. 10) faz referência “à planificação como sendo fundamental para o desenvolvimento do turismo equilibrado, em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando assim, que o turismo destrua as bases que o fazem existir.” Williams (1998) considera que a planificação do turismo, deve ser feita em diferentes escalas (nacional, regional e local) e incluir todas as actividades humanas, que se relacionam com o desenvolvimento do turismo, assim como incluir a conservação ambiental, que cuja ausência constitui uma ameaça ao desenvolvimento económico e social. Mason (2003, p. 66) afirma que a planificação “é uma sequência ordenada de operações e ações projectadas para realizar um único objectivo ou um conjunto de metas inter-relacionadas.” Através da planificação dos destinos, são identificadas as necessidades do turismo o que representa uma forma de minimizar os impactos nocivos ao ambiente e são também projectadas as infra estruturas necessárias ao desenvolvimento do turismo.

9.2.2. Atrações turísticas na Ilha do Ibo

As atrações turísticas, as vias de acesso nos destinos turísticos, as facilidades e os serviços para satisfazer as necessidades dos turistas constituem a amálgama para fazer do turismo uma fonte de atração para os visitantes dos locais de lazer e recreação. A este respeito os entrevistados disseram que:

...” As atracões turísticas são as praias, banco de areia, observação de golfinhos, os monumentos históricos, a cultura local, passeio de barco e observação das tartarugas e baleias” (...) (Abdul).

...” Visita aos monumentos históricos e prática de actividades de mergulho” (...) (Abdala).

...” A Ilha de Ibo tem um forte atractivo turísticos sobretudo por ser uma Ilha com valores históricos fortes, os turistas visitam mais as ruínas da antiga civilização árabe e portuguesa como é o caso das fortalezas São João Baptista, os fortins São José e São António, Banco de areia (areia branca)” (...) (Cimento).

...” A Ilha do Ibo oferece como atracções: o conjunto arquitectónico que constitui o mosaico histórico-cultural da Ilha do Ibo, as ricas tradições das comunidades locais, através das danças tradicionais, os hábitos e costumes, a gastronomia típica, a arte que resultam da integração da rota Costa Shawili, ligando as experiências costeiras de Moçambique e da Tanzânia” (...) (Gildo).

...” As atrações turísticas que a Ilha do Ibo oferece são: o património histórico-cultural as praias de Matemo, Quirimbas, pesca desportiva *Snorkelling* e o mergulho” (...) (Gogo).

...” A Ilha oferece atrações que são: as praias, visitas aos monumentos históricos, passeios de barco, a cultura local.” (...) (Geness).

...” A Ilha do Ibo oferece as seguintes atrações, o safari no Parque Nacional das Quirimbas envolvendo conhecer mais sobre a cultura local, visitas nas ruínas e passeios na comunidade” (...)” (Ulani)

...” A história da Ilha do Ibo foi capital da província de Cabo Delgado, todo o quartel-general da colónia portuguesa estava no Ibo, as infraestruturas que existem ainda hoje têm um grande estilo árabe e português. A cultura de Ibo está baseada em princípios árabes e Europeus” (...) (Ismael).

Para esta análise, Sharpley (2009, p. 334) afirma que a predominância dos recursos naturais (atrações naturais, históricas e culturais, urbanas e rurais) nos países em desenvolvimento constitui um factor fundamental na obtenção de receitas do turismo internacional. Os recursos turísticos naturais e culturais constituem fontes para o turismo tornando-se este o sector um sector económico em crescimento que abarca uma multiplicidade de bens e serviços, gerando efeitos multiplicadores que circulam na economia local (Scheyvens, 2007; Sharpley, 2009). Os recursos turísticos na Ilha do Ibo são “a reutilização das residências de origem portuguesa da cidade de Ibo como casas de hospitalidade, turismo de sol e praia desenvolvida nas proximidades da Ilha do Ibo um turismo naturalista e fotográfico e o turismo cultural.” (Plano de Urbanização da Ilha do Ibo (2008, p.99). As potencialidades de turismo balnear e cinegético, ou a sua combinação, continuam a ser a principal motivação dos investidores do sector do turismo. Os recursos de turismo existentes na Ilha do Ibo constituem condições para o desenvolvimento do turismo mas o fraco desenvolvimento em infraestruturas, dos serviços e da administração local faz com que o turismo na Ilha do Ibo encontre dificuldades na sua viabilidade as quais se devem, como se referiu, à fraca capacidade da administração local no domínio do turismo, nas áreas de intervenção dos investidores e na capacidade para regular as intenções duvidosas praticadas por investidores nacionais e estrangeiros (Plano e Regulamento, 2008)

9.2.3. Desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo

Neste subcapítulo foi abordado o desenvolvimento de turismo na Ilha do Ibo feito com base no Plano elaborado por especialistas em turismo nas áreas de conservação.

...” O turismo na Ilha do Ibo é desenvolvido tendo em conta o Plano de Desenvolvimento de Turismo, que foi elaborado por uma equipa de especialistas da *Leeds Metropolitan University* do Reino Unido em Setembro de 2011. O plano indica quais são as principais atrações turísticas existentes na Ilha do Ibo e como devem ser usadas para o turismo” (...) (Abdul).

...” A Ilha do Ibo oferece o farol, observação de golfinhos, banco de areia, ir Quirimbas a pé, *tour* histórico do Ibo, *Ibo by bike* e *Ibo today*. *Ibo today* é um novo *tour* com o objectivo, cada guia tenha uma especialização em cada *tour*, criou-se o *Ibo today* que está em fase de desenvolvimento que tem como objectivo a visão quotidiana da Ilha do Ibo, no sentido ir a casa das pessoas, ver as danças locais o mussiro, o café do Ibo e experimentar a gastronomia local como forma do turista entrar em contacto com a comunidade” (...) (Gizé).

...” Com a existência dos santuários estes impulsionam as actividades de turismo como mergulho para as zonas de corais. Constitui um atractivo para turistas que visitam a Ilha para apreciar a beleza natural. Existe uma certa dificuldade de efectividade dos santuários porque a fiscalização não é constante” (...) (Geness).

Entende-se por Plano de Desenvolvimento de Turismo o documento que tinha como objectivo facilitar o processo de investimento em turismo. Para isso foi discutido entre os parceiros do sector público e do sector privado e foi aprovado a vários níveis. O Plano priorizou as seguintes áreas: a identificação dos locais para o desenvolvimento turístico, o desenvolvimento do produto turístico, os procedimentos de interação entre o investidor e as comunidades locais, a autorização dos projectos turísticos em locais designadas para turismo (locais aprovados pelas estruturas administrativas do PNQ e pelo Plano Geral de Maneio) e finalmente os locais de interesse turístico que devem ser devidamente assinalados e a produção do material promocional em parceria com os operadores turísticos (Plano de Maneio, 2012-2021, p.75).

Para além da informação acima referenciada, existe a informação proveniente dos gestores da Oikos e do PNQ referentes ao desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo, que fazem referência as actividades que são desenvolvidas para o turismo.

...” Oikos diz que, os santuários impulsionam as actividades de turismo, como o mergulho. Os turistas visitam a Ilha para apreciar a beleza natural. Existe uma certa dificuldade de efectividade dos santuários porque a fiscalização não é constante” (...) (Gizé).

...”. Temos o mergulho (dive), *Snorking*, *Dhow Safari* é uma actividade que os turistas saem de barco e ficam acampados nas Ilhas de Quirimba e Matemo permanecendo no máximo 4 noites, outra actividade que feita é o caiaque dentro do mangal. Passeio para observação de passarinhos (*Bird Watching*) de madrugada, *Set Cruise* em que as pessoas vão passeando de barco no alto mar enquanto vão contemplando o pôr do sol. *Dolphin* tem um sítio apropriado para observar golfinhos no período da manhã (...) (Ismael).

É neste contexto que o turismo desempenha um papel catalisador no desenvolvimento económico, funcionando como uma estratégia para captar rendimentos e atrair mais investimentos, principalmente nos países em desenvolvimento onde o sector industrial é limitado, com poucos recursos e dependentes da ajuda internacional (Sharpley, 2009, p.334). Esta constitui uma das razões da adopção do turismo como estratégia de desenvolvimento local ou nacional importante para a economia nacional. Tal como já acima referido, o turismo representa a principal fonte de rendimento, trocas monetárias, emprego e de produção de receitas para os governos assim como para a balança de pagamentos (Sharpley, 2009, p. 333). Jenkins e Henry (2000, p. 375-397) apostam na relevância do turismo para o desenvolvimento económico dos países em desenvolvimento e incentivam a intervenção do governo para alcançá-lo. Apesar do desenvolvimento do turismo nas nações em desenvolvimento gerar os efeitos multiplicadores, estes não respondem às necessidades do ponto de vista dos países em vias de desenvolvimento. Com efeito os modelos de dependência constituem bases para explorar o desenvolvimento do turismo de uma forma global, principalmente, entre o centro e a periferia, refletindo a planificação e as políticas do turismo o modelo das nações ricas industrializadas sobre os países em vias de desenvolvimento (Sharpley *et.al*, 2009, p.42). O desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo e em todo o PNQ tem como base o Plano de Desenvolvimento de Turismo que é uma combinação entre as potencialidades existentes no Parque, (a biodiversidade, o mergulho e os santuários marinhos) e a facilitação do processo de investimento em turismo (MITUR, 2009, Plano de Maneio 2012-2021, p. 60). A Ilha do Ibo pela sua dimensão histórica, é considerada propícia para o turismo natural e cultural com as actividades de mergulho, observação de baleias, passeios de barco, aspectos cénicos da cultura local e pesca em alto mar com impactos locais. A principal estratégia do desenvolvimento turístico é de manter a Ilha do Ibo como um destino exclusivo para o Arquipélago das Quirimbas e o PNQ como “uma parte especial de África” (Plano de Maneio 2012-2021, p. 61).

9.2.4. Facilidades turísticas existentes na Ilha do Ibo

Neste subcapítulo foram mencionadas as facilidades turísticas usadas pelos turistas quando chegam a Ilha do Ibo.

...” Os turistas quando chegam na Ilha do Ibo ficam hospedados nas estâncias turísticas, como é o caso mitimwiri, cinco portas, Ibo *lodge*, residencial Quirimbas entre outras estâncias que existem” (...) (Abdala).

...” Os turistas quando chegam a Ilha do Ibo ficam acomodados nos *lodges*, *resorts*, nas casas de hóspedes das comunidades e nos campismos comunitários. Alguns Parques de campismos estão situados na Ilha do Matemo e a sua gestão é da responsabilidade do PNQ” (...) (Cimento).

...” As facilidades que existem para o turismo na Ilha do Ibo são o mosaico histórico-cultural, o mar, a hospitalidade das comunidades locais, os monumentos, os templos, a gastronomia típica e a arte local” (...) (Gildo).

...” Temos facilidades turísticas como alojamento e restauração, turismo comunitário com preços mais baixos, bangalós, facilidades de locomoção, guias turísticos, bicicletas para passeio ex; a Casa Sakata, tem roteiro turístico desenhado pela Oikos. Os preços são altos, mas temos descontos de 25% para os parceiros do PNQ” (...) (Gogo).

...” Formação contínua de grupos de guias turísticos, criação da plataforma *on-line* sobre a informação turística da Ilha do Ibo” (...) (Gizé).

As facilidades turísticas que na Ilha do Ibo complementam o desenvolvimento do turismo para a recreação e lazer são: Casa de hóspede João Baptista casa Janina, Ibo *Island*, casa de férias da TDM, *Lodge Guessner* e o complexo turístico Quilálea. Destes estabelecimentos turísticos, dois (2) são *resorts integrados*, duas (2) *casas de hospitalidade*, dois (2) *restaurantes* (Ministério de Administração Estatal, 2012). Para além dos estabelecimentos aqui mencionados foram edificadas outras facilidades turísticas para satisfazer a demanda de turistas que visitam a Ilha do Ibo: trata-se dos *lodges* Mwani House, Ulani *lodge*, casa das Garças, e as casas de turismo comunitário desenvolvidas nas comunidades com benefícios locais. Nestes estabelecimentos turísticos, a capacidade de alojamento na Ilha não ultrapassa as 50 pessoas para um total de 22 quartos institucionais e 3 quartos em regime de alojamento em habitações privadas (Inventário e Diagnóstico, 2008, p.76). A Oikos a organização responsável pelo desenvolvimento do turismo está a trabalhar na criação de uma plataforma *on-line* com toda a informação sobre os aspectos culturais, sócioeconómicos e ambientais da Ilha do Ibo, o que vai permitir orientar os turistas nas melhores opções sobre o tipo de turismo a praticar na Ilha do Ibo.

9.2.5 Acessibilidade à Ilha do Ibo

Neste subcapítulo foram abordadas as vias de acesso que são usadas por turistas e comunidades para chegarem a Ilha do Ibo. Geralmente tem sido através de embarcação a motor para facilitar a travessia de Tanganhangue à Ilha do Ibo.

...” Na Ilha não existe um banco comercial para facilitar as transações comerciais locais. O governo está preocupado com isso, mas não depende somente dele. Disse ter muitos Projectos em carteira para tornar o turismo sustentável na Ilha, como uma embarcação a motor de tamanho maior para facilitar a travessia de “Tanganhangue à Ilha do Ibo” e substituir as pequenas embarcações à vela usadas para transportar as populações e turistas que levam 1h 20 minutos na travessia, numa distância de 375m” (...) (Abdul)

...” Os turistas chegam a Ilha do Ibo por via marítima ou aérea” (...) (Gildo).

...”. Os turistas chegam a Ilha por via terrestre, via aérea e por via marítima. A sua Excelência, o senhor Presidente da República ofereceu um barco para transporte de turistas que começa a operar em Janeiro de 2019. Também fará o transporte de mercadorias” (...) (Gogo).

...”. Viajar para a Ilha do Ibo é muito mais caro que viajar para Lisboa. De Pemba ao Ibo são 265 dólares” (...) (Yassine).

...”. Os turistas chegam a Ilha através dos transportes aéreos nesse caso voos da LAM até Pemba. E seguem por via terrestre até Tanganhangue e de lá para Ilha vêm de barco (...) (Ulani)

...”. Os turistas chegam a Ilha do Ibo via terrestre e aéreo. Para chegar a Ibo é muito caro, e no período chuvoso a via de acesso de Pemba a Tanganhangue é intransitável. Alugar um carro custa muito caro e a viagem de avioneta é muito mais elevada, o acesso é muito difícil e isto compromete o turismo. Ibo não é muito conhecida, a ideia de criar um Website contendo informações da história do Ibo, sua cultura, claramente com a salvaguarda da Unesco vai dar mais visibilidade da própria Ilha” (...) (Graça).

Moçambique continua a ser um destino de turismo caro se comparado com os seus concorrentes regionais. As tarifas de transporte aéreo intercontinentais para Maputo a partir dos principais mercados emissores da Ásia, Europa e EUA para Maputo são 1,8 a 2,2 vezes mais caras do que as tarifas mais baratas para concorrentes próximos de Moçambique (PEDTM, 2016-2025, p.10). Os preços por quilómetro de Johannesburg a Moçambique são 2 a 4,6 vezes mais caros por quilómetro do que os voos dentro da África do Sul (PEDTM 2016-2025). Neste aspecto, Inskoop (1991, p.171) refere que os obstáculos mencionados podem ser melhorados através das acções do governo na expansão de turismo principalmente nos países em desenvolvimento. Para tal os

governos adoptam políticas, planos e regulamentos, assim como a construção de infraestruturas básicas como as vias de acesso, aeroportos, telecomunicações, água, e energia para o desenvolvimento do turismo (Inskeep, 1991, p.171). As regiões periféricas são caracterizadas de alguma forma pela falta de experiência no exercício da actividade turística própria dos destinos turísticos, tal como se pode verificar ao nível da planificação do sector e, de forma específica, nos *resorts* e *lodges*, no desenho das políticas e no marketing para o turismo. Estas regiões estão dependentes do interesse do investidor e da proveniência do investimento (Lepp, 2008).

9.2.6. Dificuldades enfrentadas pelos gestores dos lodges para o desenvolvimento do turismo.

Neste subcapítulo foram apontadas as dificuldades enfrentadas pelos gestores dos lodges para o desenvolvimento do turismo relacionadas com as cobranças de taxas aos turistas que entram para o PNQ. A Ilha do Ibo é parte insular do Parque.

...” As dificuldades são muitas, mas o que nos deixa mais indignados são as taxas aumentadas de 450mtn para 950 mtn por pessoa para entrada no PNQ para a visita e excursão no parque, enquanto outros países reduzem as taxas para promover mais o turismo aqui é o contrário, as taxas são elevadíssimas e querem mais turistas e isso vai contra a demanda procura e oferta, outra é o custo das passagens aéreas para Ibo que são muito caras até em comparação com voos de Pemba à Maputo, outra dificuldade é baixa qualificação de mão-de-obra local e assim como a dificuldade que a polícia de migração impõe para os vistos de passaporte dos turistas” (...) (Ulani).

...” As dificuldades com o turismo em si não temos muitas, mas existe a falta de conhecimento do turismo interno que se desenvolve na Ilha do Ibo. A outra dificuldade prende-se com a difícil logística dos *lodges* no Ibo porque há falta de algumas facilidades como é o caso das empresas de refrigeração, distribuidoras de bebidas e alimentos que possam chegar a Ilha do Ibo (...) (Assane).

Em relação a este aspecto, Spencer (2014) afirma que foram identificados vários constrangimentos quanto ao desenvolvimento do turismo em África. Entre eles figuram: a falta de um ambiente comercial capaz de criar um sistema financeiro adequado para as necessidades especiais de pequenas e médias empresas de turismo, um sector privado com pouca experiência no desenvolvimento do turismo nos países em desenvolvimento e pouca experiência quanto ao turismo internacional e à identificação e conhecimento das atrações turísticas existentes no país. Associa--se a estes constrangimentos a existência de um quadro legal e institucional fraco que pode afectar o desenvolvimento do turismo no continente, (Spencer, *et. al.* 2014, p.570). Para além dos constrangimentos aqui referidos, os gestores dos *lodges* na Ilha do Ibo encontram um problema que

se prende com o aumento das taxas aplicadas por turista que visitam o PNQ. O aumento das taxas de 450 para 950 meticais por turista que visita o PNQ pode decrescer o turismo na Ilha do Ibo e inviabilizar o investimento dos operadores turísticos que acreditaram no desenvolvimento do turístico da Ilha do Ibo. Sendo o turismo a actividade de destaque na Ilha do Ibo, o aumento das taxas por turista deveria ser do consenso de todos os intervenientes, de modo a salvaguardar os benefícios adquiridos pelo desenvolvimento do turismo.

Torna-se fundamental que o crescimento do turismo seja efectivamente adequado de forma a não o inflacionar. Isto é não exceder o número de turistas que visitam a Ilha do Ibo, uma componente importante do PNQ, onde desenvolvimento do turismo tem que ser planeado e gerido de uma forma que reflita no crescimento provável da procura e tomando em consideração factores de acessibilidade aos locais turísticos que são muitas vezes difíceis assim como planear tendo em conta a acomodação já existentes.

Desta categoria sobre o desenvolvimento do turismo pode-se concluir que o turismo é uma das actividades desenvolvidas na Ilha do Ibo, tal como a pesca. Para tal, os operadores turísticos precisam de fazer maior esforço para divulgação dos potenciais turísticos existentes na Ilha do Ibo. Os turistas chegam à Ilha de carro e depois de barco ou em pequenas avionetas a partir de Pemba. O turismo é feito com base no Plano de Desenvolvimento de Turismo que observa a capacidade de turismo que a Ilha pode acolher nos *lodges* com menos impactos ao meio ambiente. Apesar do desenvolvimento do turismo ser promissor, os turistas enfrentam dificuldades no que diz respeito ao pagamento das taxas impostas pelo PNQ.

9.3 Percepção das comunidades locais sobre o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo.

Nesta categoria, pretende-se perceber de que forma a percepção das comunidades locais sobre o turismo é influenciada pelos impactos sócioeconómicos e ambientais na Ilha do Ibo. Para isso foram formuladas pequenas subcategorias para conseguir uma melhor compreensão do fenómeno.

9.3.1. Benefícios sócioeconómicos do turismo na vida das comunidades locais na Ilha do Ibo.

Neste subcapítulo foram mencionados os benefícios sócio económicos do turismo na vida das comunidades locais na Ilha do Ibo.

...” O turismo beneficia a comunidade através do emprego e da contribuição dos 20% das receitas vindas dos operadores turísticos no PNQ a nível da província de Cabo Delgado. A Ilha do Ibo pode estar em primeiro lugar de ponto de vista turístico. Diariamente a Ilha recebe duas ou três avionetas que trazem turistas. Os turistas quando visitam os bairros, apreciam a gastronomia local, a comunidade aproveita vender os seus produtos, não só, há pessoas que possuem triciclos turistas alugam para a sua locomoção neste aspecto trazem receitas para a comunidade” (...) (Abdala).

...” Os benefícios são recebidos pela comunidade a partir do 20% das receitas colhidas pelo PNQ, referente as taxas que são pagas pelas estâncias turísticas que por sua vez esses valores são distribuídos nas comunidades através de comités de gestão comunitárias existentes, que passam a distribuição dos valores segundo as necessidades das comunidades por meio de projectos, capitalizados em associações existentes na Ilha” (...) (Cimento)

...” Os benefícios sócios económicos do turismo na vida das comunidades locais são: O emprego das comunidades nos vários empreendimentos turísticos existentes na Ilha, receita proveniente das visitas a vários pontos turísticos que a Ilha oferece, o prestígio que a Ilha possui pelo legado histórico – cultural” (...) (Gildo).

...” O principal benefício é o emprego, mas existem benefícios como os 20% das receitas provenientes das taxas que os operadores turísticos pagam ao parque das Quirimbas. As receitas colectadas durante todo o ano são canalizadas as finanças, preenche-se o modelo 11 e o modelo B. O modelo 11 vai para o Estado e o B para a comunidade. Seria 20% para o Estado, 20% para a comunidade e 60% para o Parque” (...) (Gogo).

...” Um dos benefícios para as comunidades é a reserva marinha. Temos os santuários estão dentro do PNQ e envolvem a participação comunitária com a gestão da WWF, que actualmente é parceiro na planificação de Maneio. Os santuários existem há 13 anos. Foram estabelecidos como espaços de reprodução de espécies marinhas” (...) (Geness)

...” Ter mais turistas no nosso dia-a-dia é bom. O turismo foi um dos grandes impulsores para a vinda da corrente eléctrica aqui na Ilha do Ibo” (...) (Graça).

...” Os benefícios para as comunidades locais provêm de turismo e da pesca. As comunidades contribuem para o turismo” ... o turismo emprega pessoas da comunidade com formação. Está vocacionada para trabalhar nas comunidades, emprega trabalhadores jovens formados. São projectos de turismo, projectos de desenvolvimento comunitário, campismo comunitário em Quirimbas e 21 dias em Matemo” (...) (Kristina).

Os benefícios conseguidos pelas comunidades locais provêm do turismo, mas a empregabilidade das pessoas da comunidade depende da formação. Com a absorção de trabalhadores sem formação e sem habilidades, existe uma oportunidade enorme para o desenvolvimento dos recursos

humanos através da formação e aperfeiçoamento de habilidades e capacidades (PEDTM, 2004-2013, p.16). Geralmente são as estâncias turísticas as responsáveis pela formação dos seus trabalhadores tendo em conta o padrão de serviços desenvolvidos. A formação é realizada sem qualquer material de formação ou programa de apoio, e muitas vezes por “formadores que não possuem habilidades técnicas ou de formação em si” (PEDTM, 2016-2020, p.75). Por esta mesma razão, se existisse uma formação de maior qualidade e em conformidade com as exigências do turismo, não só a empregabilidade da comunidade local poderia aumentar como a qualidade traria certamente muitos benefícios ao desenvolvimento turístico.

9.3.2. Percepção da população em relação ao turismo na Ilha do Ibo.

Este subcapítulo aborda sobre a percepção que a população da Ilha do Ibo tem sobre o turismo que é desenvolvido e os benefícios resultantes desta actividade.

...” Menos da metade da população que percebe os benefícios do turismo são os que estão nos comités de gestão comunitária, que sabem a importância dos santuários. A maior parte da população ainda não percebe o valor do turismo. Esforços estão a ser feitos pela autoridade local através dos parceiros (WWF e OIKOS)” (...) (Ulani).

Entende-se por comités de gestão como sendo a representatividade territorial específica onde estão inseridos e legalizados para responderem aos anseios das comunidades, de forma participativa e inclusiva, como é o caso do comité de gestão da Fortaleza de São João Baptista do Ibo, CGRN do PNQ (Plano de Maneio 2012-2021, p.17). Para além desta percepção outros gestores explicam como é percebido o turismo na população da Ilha do Ibo.

...” As comunidades percebem o turismo como uma fonte de criação de oportunidades de emprego, como guias turísticos em troca de um valor monetário” (...) (Gizé).

...” As comunidades locais da Ilha do Ibo percebem que o turismo trás benefícios económicos sobretudo o emprego a nível local e incentiva algumas actividades como é o caso do comércio local” (...) (Abdala).

...” Sim as comunidades percebem hoje os benefícios do turismo tanto económico como outros benefícios, por essa razão quando os turistas chegam de barco há muita concorrência de guias turísticos em receber e acompanhá-los aos sítios de acomodação e no fim do *tour* ou excursão são pagos” (...) (Cimento).

O turismo é uma actividade que pode gerar divisas, aumentar a empregabilidade local, atrair o capital para o desenvolvimento, promover a independência económica (Sharpley 2014:180), A importância do turismo do ponto de vista económico nos países em desenvolvimento deve-se à

sua capacidade de gerar divisas e produzir efeitos multiplicadores. Também foi dito que “o prestígio que a Ilha possui pelo legado histórico-cultural” contribui para trazer benefícios locais através do entretenimento, exposições históricas e culturais, de identidade cultural, facilitando o intercâmbio cultural e incentivando o turismo (Liu e Var, 1986 & Abdollahzadeh *et. al*, 2014, p.127). Os benefícios também são recebidos por toda a comunidade quando alguns serviços de múltiplo uso como locais de diversão, exposições históricas e guias turísticos são colocados à disposição dos residentes locais, aumentando a percepção positiva do turismo entre os residentes a nível local, Cooper (2001, p.104). A teoria das trocas sociais também analisa os benefícios do turismo para os diferentes *stakeholders*. Para a compreensão das percepções, destacam-se os benefícios recebidos neste processo de troca que podem ser avaliados e recebidos pelos residentes se a motivação para o efeito for maior (Abdollahzadeh *et. al*, 2014, p. 124). Os benefícios do turismo na Ilha do Ibo são pouco notórios limitando-se a existência de parcerias entre a população local e os investidores que fazem parte do processo de desenvolvimento de turismo onde os ganhos para estas comunidades são garantidos. Muitas comunidades locais estão satisfeitas com a recepção dos 20% que o Estado canaliza para os comités de gestão comunitária como resultado do desenvolvimento do turismo no PNQ (Plano de Maneio 2012-2021, p. 25). As medidas para materialização destes benefícios para as comunidades locais são estabelecidas através de acordos entre investidores e comunidades locais e a atribuição de uma parte das receitas das taxas de entrada e de utilização ao PNQ aos Fundos de Desenvolvimento Comunitário. Os benefícios devem ser formalizados através do estabelecimento de acordos ou contratos formais, com força legal, entre comunidades e investidores/operadores turísticos, que também apoiam este princípio. Conforme ao PDT o acordo escrito entre comunidades e sector privado deverá ser parte integrante dos novos requerimentos de Licença Especial no PNQ (Plano de Maneio 2012-2021, p. 65).

Apesar dos benefícios serem garantidos às comunidades locais do Ibo, os níveis baixos de escolaridade e a fraca formação profissional no sector impedem que um número maior da população local alcance benefícios tangíveis e duradouros através do turismo.

A percepção do turismo pelas comunidades locais é influenciada pela forma como os impactos são percebidos pelos residentes (Munhurrin *et al* 2011, p.46). Para estes autores, os benefícios económicos são os mais importantes para os residentes locais perceberem o desenvolvimento do turismo. Os benefícios incluem o aumento do investimento e das receitas fiscais e a melhoria do

padrão de vida dos residentes locais, bem como a criação de emprego e de renda restritas aos locais (Munhurrun *et al* 2011, p.46). A percepção também é determinada pela natureza de interação entre turistas e residentes. Geralmente é influenciada por uma variedade de factores relacionados com a estrutura pré-estabelecida entre turistas e residentes tendo em conta as distinções sócio-culturais (Sharpley, 2014). A percepção das comunidades locais também depende do comportamento do turista que é percebido localmente, assim como da sua proveniência e a nacionalidade, que em alguns casos determina como se manifesta a relação entre turistas e residentes locais (Pizam & Sussman, 1995; Sharpley, 2014). Existem factores considerados mais específicos que influenciam a percepção do turismo pelas comunidades como o tempo que o turista esteve na comunidade, como a idade e o nível educacional do turista (Allen *et. Al.* 1988). Para além dos factores mencionados, Pizam (1978) identificou como influentes o nível de concentração de turismo na comunidade e a distância entre o local de residência e as actividades turísticas (Belize & Hoy, 1980 Sheldom e Var 1984, *cit. in.* Ganizares *et. al*, 2014). A percepção do turismo para as comunidades da Ilha do Ibo está associada aos impactos sócio-económicos da actividade, como o emprego, a geração de renda através de venda de utensílios de adorno, produtos de artesanato e gastronomia local. Outros factores determinam a percepção das comunidades como o investimento em turismo, comportamento e a proveniência do turista.

9.3.3. Satisfação das comunidades com a chegada de turistas na Ilha do Ibo.

Neste subcapítulo foi mencionado como os benefícios recebidos pelas comunidades locais pode criar um indicador de satisfação no seio das comunidades.

...” A satisfação pode ser medida através dos benefícios que as comunidades locais recebem pelo desenvolvimento do turismo. Os turistas sentem-se em casa acarinhados pela comunidade, (isto significa a hospitalidade em acolher turistas e de poder servi-los) razão pela qual a comunidade serve de guia ao turista mesmo sem fins lucrativos e passeiam a qualquer lugar sem nenhum abuso da comunidade. Isso mostra que a comunidade esta satisfeita com a chegada de turistas à Ilha do Ibo até porque a comunidade olha para os turistas como um sinónimo de reconhecimento e desenvolvimento da Ilha” (...) (Cimento).

... “A satisfação também pode ser medida através dos rendimentos que a comunidade ganha com o turismo. Não é muito, mas vale a pena do que ficar em casa. O ambiente está a mudar na Ilha por causa da presença dos turistas que compram produtos locais. Os jovens estão a trabalhar nos *lodges*, os investidores incentivam a cultura local como cestaria feita de palha, artigos de capulana assim como aumentam os seus conhecimentos sobre o turismo para atrair turistas com potencialidades locais (...) (Querimba).

...” A satisfação das comunidades locais com a chegada dos turistas pode se medir pela melhoria de vida das comunidades através do emprego, melhoria das condições de saúde, água e saneamento do meio, energia eléctrica, vias de acesso e o prestígio que a Ilha do Ibo tem sobre a sua história e cultura” (...) (Gildo).

...” A satisfação mede-se pela atitude da comunidade que apoia o turismo por causa do emprego” (...) (Gogo)

...” Nem toda a comunidade estão satisfeitas com a chegada dos turistas, devido a sua forma de vestir que influencia nos jovens a imitar a cultura do turista, e algumas crianças pedem dinheiro ao turista que origina a ausência destas crianças na escola” (...) (Gizé).

A satisfação das comunidades afere-se através da partilha e dos ganhos produzidos pelo turismo que constituem aspectos importantes da participação da comunidade local no turismo (Timothy, 1999; Tosun, 2000; Li 2004). A população local espera receber do turismo benefícios pela sua participação nos diferentes sectores de actividade. O turismo aparece como um sector que se interliga a outras áreas com muitas oportunidades de emprego tais como: acomodação, transporte, comércio, comunicação, educação, infraestruturas, segurança, saúde, bancos e migração (Wijesundara *et. al.* 2016, p. 59). Isto significa que o desenvolvimento do turismo nestas áreas providencia benefícios económicos directos e indirectos às comunidades locais os quais se podem manifestar através do emprego e de rendas derivadas da sua participação no turismo. A partilha de benefícios pelas comunidades locais pode ser vista como o uso de bens e serviços locais destinados a satisfazer as necessidades dos turistas e locais (Cooper 1998, p.104). Apesar do turismo trazer benefícios às comunidades locais que vivem na Ilha do Ibo, ele interfere nos valores culturais na medida em que por vezes entra em choque com os hábitos e valores culturais locais da Ilha do Ibo.

...” Nem toda a comunidade está satisfeita com a chegada dos turistas, devido a sua forma de vestir que influencia nos nossos jovens que imitam a cultura do turista, e algumas crianças pedem dinheiro ao turista que origina a ausência na escola” (...) (Gizé).

É neste contexto que Cooper (1998, p.185-198) afirma que, quando os moradores do destino não aceitam mais turistas por estes destruírem o meio, agredirem a cultura local e trazerem novos hábitos que não são aceites pela população local, esta rejeita o turismo, surgindo placas com a expressão “*tourist go home.*” Para minimizar os conflitos culturais entre turistas e locais, o governo da Ilha do Ibo aprovou:

... “Código de conduta para turista na Ilha do Ibo com mensagens da comunidade que transmitem aos turistas como estes devem se comportar na Ilha do Ibo. Por exemplo: não comer em frente da comunidade durante o período do ramadão, e como o turista deve se vestir respeitando os usos e costumes locais” (...) (Gizé).

Consiste num instrumento voluntário elaborado pelo governo local para minimizar os impactos às culturas locais e continuar a conservar os valores culturais locais.

9.3.4. Relação entre o espaço (local onde se desenvolve o turismo e as zonas habitacionais das comunidades locais).

Neste subcapítulo será discutido a questão de espaço para o desenvolvimento do turismo, que não se distancia do espaço que as comunidades locais vivem e desenvolvem às suas actividades que também são visitadas por turistas.

...” A comunidade tem acesso no local onde se desenvolve o turismo, mais é extremamente proibido desenvolver actividades que podem vir prejudicar a biodiversidade e o turismo” (...) (Abdul).

...” Os espaços estão bem delineados. As comunidades têm o seu espaço e os turistas tem os *lodges*, só que eles passeiam para conhecer a Ilha e acabam entrando nos bairros comunitários para verem onde vive a comunidade e apreciar a cultura e a gastronomia local, beber a água de lanho muita apreciada e saborosa” (...) (Cimento).

...” Os turistas passeiam nos bairros. O turismo comunitário acontece nos bairros porque o turista vai ao bairro para delicia-se da comida tradicional. A comunidade sabe qual é a importância da presença dos turistas por isso são recebidos com boa hospitalidade” (...) (Gogo).

...” O objectivo do turismo é sensibilizar a comunidade para que fiquem preparados como acolher turistas, nos seus bairros” (...) (Gizé).

O turismo usa os espaços como destinos para satisfazer a demanda turística. Os espaços constituem a base de atracção turística e influenciam os residentes na percepção do turismo. Através da informação sobre os espaços os planificadores do turismo procuram locais apropriados para as instalações turísticas bem como assinalar áreas inadequadas para o desenvolvimento do turismo. Para Valenzuela (1984), os espaços são procurados pelos turistas em função dos factores de atracção existentes. Os espaços constituem a base de atracção turística e influenciam os residentes na percepção do turismo. A informação sobre os espaços é importante para aqueles que planificam o turismo, que procuram locais apropriados para as instalações turísticas bem como para sinalizar as áreas inadequadas para o desenvolvimento do turismo. Pizam (1978, *cit in* Harriil, 2004) confirmou que a concentração intensa de instalações de turismo e serviços num destino leva as atitudes negativas em relação ao desenvolvimento do turismo. Para o turismo na Ilha do

Ibo, os espaços têm sido incorporados na planificação do turismo como áreas identificadas para a construção de infra- estruturas turísticas.

9.3.5. Atitude dos residentes em relação ao tempo de permanência dos turistas, idade, residência e idioma.

Este subcapítulo faz uma abordagem sobre a percepção que as comunidades têm sobre o tempo de estadia na Ilha e os benefícios colhidos por esta comunidades receptora.

...” Quanto ao tempo de permanência dos turistas na Ilha do Ibo, a comunidade fica satisfeita porque quanto maior for o tempo de permanência do turista mais desenvolvimento de turismo e isso acaba beneficiando a comunidade local. De tal maneira que a comunidade gosta de ver turistas na Ilha do Ibo por um período longo.” (...) (Cimento).

...” A permanência mais longa de turistas é motivo de satisfação para os guias turísticos, para os pescadores que tem barcos e levam os turistas a passear no alto mar. São turistas com faixa etária de 25 anos para diante” (...) (Gogo).

...” Para Oikos, tudo depende da atitude do turista, se tem respeito com comunidade ou não. A maior parte dos turistas que visitam a Ilha do Ibo varia numa faixa etária de 25 a 60 anos. São jovens e adultos provenientes do continente Europeu e falam inglês, francês, espanhol e italiano” (...) (Gizé).

Em relação ao tempo de permanência, Brougham e Butler (1981, *cit in* Harril, 2004) identificaram diferenças significativas nas atitudes dos residentes, relacionadas com o local de residência e as características das pessoas em contacto com os turistas, tendo em conta o tempo de permanência, a residência, a idade e o idioma. Estes são fatores que podem influenciar na percepção do turismo pelos residentes. Para compreender a atitude dos residentes em relação ao tempo de permanência dos turistas, usam-se as seguintes variáveis: ligação à comunidade, local de nascimento, herança étnica e duração da residência do turista (Crompton 1987). Williams *et. al* (1995) apresentaram outras variáveis que têm ligação com a comunidade e determinam a atitude dos residentes em relação ao tempo de permanência, tais como: residência, idade e renda. McCool e Martin (1994; Andereck *et. al.* 2005) examinaram as relações entre o turismo e as comunidades no que diz respeito as seguintes variáveis: atitude, tempo de residência, nível de desenvolvimento do turismo e sentimentos de ligação. O tempo de permanência, a idade e o idioma constituem variáveis que aumentam a percepção dos residentes sobre o turismo que é desenvolvido na Ilha do Ibo.

9.3.6. Contribuição do turismo para a conservação da Ilha do Ibo

Neste subscapítulo é feita uma abordagem sobre a contribuição do turismo na conservação da Ilha do Ibo. O que significa continuar a manter a Ilha conservada com todos os aspectos cénicos como forma de atrair turistas e contribuir para o desenvolvimento do turismo.

...” Com o turismo somos obrigados a manter a Ilha limpa e os monumentos bem cuidados” (...) (Cimento)

...” O turismo sendo uma actividade que acontece no meio ambiente contribui para a conservação da Ilha com práticas boas para o meio ambiente” (...) (Gildo).

...” Os turistas que visitam a Ilha do Ibo são amantes do ambiente. Eles acreditam na mundança da Ilha. A Oikos já produziu um Manual do Ambiente em coordenação com o ministério da Educação sobre a conservação do ambiente na Ilha do Ibo, o que motiva as pessoas a conservarem a Ilha” (...) (Gogo).

...”O Projecto Redis Ibo também se concentra no respeito e na conservação do meio ambiente, mas isto depende do desenvolvimento da comunidade no processo do turismo sustentável, por isso, o projecto realiza campanhas de limpeza, construção de latrinas, e coloca latas de recolha de lixo.” (...) (Gizé).

Entende-se por Projecto Redis Ibo como uma iniciativa da Oikos que tem como objectivo valorizar a cultura local através da participação local nos grupos culturais, artesanato local que apresentam uma particularidade diferenciada e que pode ser atractivo para os turistas e visitantes, assim como gerar benefícios para as comunidades locais. O projecto também está empenhado na sensibilização das comunidades para o saneamento do meio. Para isso estão a ser produzidos Manuais que serão usados nas escolas como instrumento de aprendizagem para conservação do meio ambiente.

Para a conservação da Ilha do Ibo foram identificadas as principais responsabilidades do PNQ (sendo que a Ilha é parte do PNQ): desenvolver o turismo de forma sustentável de modo a contribuir para a conservação da natureza e para o desenvolvimento económico e social das comunidades locais. Entende-se por “turismo sustentável como um modelo de desenvolvimento económico concebido para melhorar a qualidade de vida das comunidades receptoras, e proporcionar ao visitante uma experiência de elevada qualidade e simultaneamente manter a qualidade do meio ambiente de que dependem a comunidade anfitriã e os visitantes” (UNEP, 2005, p.11). Para a conservação e preservação da Ilha do Ibo, o Plano de Maneio (2011-2021, p.61) estabe-

lece o princípio da limitação genérica da actividade de novas construções no perímetro do chamado Bairro Cimento, ou seja, em toda a parte “monumental” da vila do Ibo. Nesta parte da vila apenas se preconizam acções de reabilitação das ruínas e das construções existentes (Plano de urbanização da vila do Ibo, 2008, p.94). A Ilha do Ibo é parte integrante do PNQ e tem actividades de ecoturismo. Este é considerado como um turismo de nova geração, regido por um conjunto de condições que superam a prática do turismo convencional de massas e que apresenta como características a conservação e a educação das comunidades (Molina, 2001). O ecoturismo contribui para a conservação. O seu potencial para a conservação é maior relativamente às outras formas de turismo e depende do modo como é feito no meio natural (Buckley, 1998; Mason 2000). Uma das formas de contribuir para a conservação da Ilha do Ibo é reduzir os impactos no parque nacional das Quirimbas e travar a pressão de alguns visitantes sobre a meio ambiente. Para isto acontecer as políticas de turismo sobre o meio ambiente devem orientar para a conservação.

9.3.7. Cumprimento da legislação ambiental por parte dos empreendimentos turísticos

Para o desenvolvimento do turismo se torna necessário que os operadores turísticos observem a legislação ambiental como forma de conservação do meio ambiente.

...” Os empreendimentos turísticos observam a legislação ambiental conservando o ambiente limpo e o lixo deitado em locais próprios” (...) (Cimento).

...” Os empreendimentos turísticos que se encontram instalados na Ilha do Ibo observam a legislação ambiental através de uma orientação no acto da implementação do projecto e a manutenção no cumprimento da legislação” (...) (Gildo).

...” Para o cumprimento da legislação ambiental as estâncias turísticas encaixotam o lixo e deitam no continente ou reciclam no Mussomuco, zona costeira do continente” (...) (Gogo).

A partir dos anos 90 surgiu uma nova forma de turismo relacionada com a conservação do meio ambiente, o “turismo sustentável”, direccionado para a conservação e preservação do meio ambiente. Tal significa usar os recursos que o ambiente dispõe para o turismo, devendo estes ser usados e conservados para outras gerações. A OMT (2003, p. 24) define o turismo sustentável como sendo aquele que “atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro.” Por outras palavras,

significa um turismo desenvolvido no meio natural, com impactos mínimos sobre o meio ambiente, que atende às necessidades das regiões receptoras no sentido da melhoria da qualidade de vida das comunidades indígenas a nível económico, social e cultural, conservando os recursos ambientais existentes na região e contribuindo para a satisfação dos turistas e visitantes de maneira a que a actividade possa continuar indefinidamente a proporcionar os benefícios propostos (UNEP, 2003); (OMT, 2003), (WWF, 2005).

É neste contexto que a legislação ambiental constitui um instrumento de protecção das espécies relativamente aos empreendimentos turísticos em diferentes áreas do ambiente, nomeadamente de águas marinhas, interiores das florestas, fauna bravia, recursos minerais e energéticos, pescas, resíduos, saúde pública, para além do que está consignado no código penal relativamente aos crimes ambientais. Os principais instrumentos legais observados pelos operadores turísticos constam na Lei n° 20 – Lei do Ambiente, a qual estabelece como seu objecto geral a definição das bases para uma utilização e gestão correctas do ambiente e dos seus componentes, com vista ao desenvolvimento sustentável. Existem políticas governamentais no domínio do ambiente, nomeadamente a Política Nacional do Ambiente e os instrumentos de prevenção ambiental como:

- Decreto n° 76/98, de 29 de Dezembro de 1998, que regula o processo de avaliação de impacto ambiental;
- Decreto n° 32/2003, de 12 de Agosto, que regula o processo de auditoria ambiental;
- Decreto n° 44/98, de 9 de Setembro de 1998, que regula o Licenciamento da Actividade Industrial.

Esta legislação deve ser observada pelos operadores turísticos no acto da implementação do projecto turístico segundo a orientação dos serviços de turismo e do meio ambiente. (Plano de Maneio 2011-2021).

9.3.8. Destruição das espécies marinhas existentes no PNQ (Ilha Ibo) para o desenvolvimento de turismo.

Neste subcapítulo a abordagem é feita tendo em conta a destruição das espécies marinhas raras que são atractivos para o turismo. Sendo que a lei de conservação penaliza a quem for encontrado a pescar, comprar e consumir produtos de tais espécies.

...”. As comunidades destroem as espécies existentes no PNQ através da pesca. No passado tivemos pescadores que vinham de Nacala para fazer a pesca cá na Ilha e levavam todo o pescado que era vendido em Nampula⁴ agora temos os santuários marinhos, uma ferramenta de gestão para a conservação de espécies marinhas e melhoramento das condições de vida dos pescadores (...) (Cimento).

...”A lei de Conservação penaliza quem for encontrado a pescar, a comprar e a consumir a tartaruga marinha. Estão presos quatro (4) pescadores que apanharam uma tartaruga quando esta ia fazer a desova. A pena varia de 8 a 16 anos de prisão. A pena foi instituída em 2014. Temos três casos de pescadores que encontraram tartarugas perdidas, quando iam fazer a desova e devolveram ao mar” (...) (Gogo).

...” As comunidades destroem as espécies marinhas para o turismo, existe a pesca ilegal que pode levar a carência de espécies tudo isto é por falta de conhecimento, a comunidade dedica-se a venda de mariscos nos *logdes*” (...) (Gizé).

Relacionado a este aspecto a sobre-pesca é talvez a ameaça mais grave à integridade dos ambientes marinhos dentro do PNQ e nas Ilhas.

As consequências da pesca excessiva têm estado a resultar em danos no ambiente, que resultam na diminuição do pescado, assim como na redução do nível de vida dos pescadores; representa, também, um problema para a conservação dos recursos marinhos. A pesca é exercida localmente por pescadores residentes e migratórios, vindos, estes últimos, especialmente da província de Nampula e Nacala, mas também de países vizinhos como a Tanzânia. Os pescadores locais pescam para consumo doméstico e para venda e geralmente não estão tão bem equipados como os pescadores migratórios, que pescam quase exclusivamente para o mercado. Nas Ilhas, os pescadores migratórios, munidos de recursos pesqueiros, excedem o volume de pescado (MITUR, 2004, p.11). Para além de exceder o volume de pescado, os danos ao ambiente são visíveis com as rupturas do *stock* de pesca.

9.3.9. Espécies locais existentes na parte insular (Ilha do Ibo) comercializadas pelas comunidades locais, fontes de atracção para o turismo.

Neste subcapítulo a abordagem é feita sobre as espécies locais existentes, fonte de atracção turística na Ilha do Ibo que são comercializadas pelas comunidades locais.

...”. As espécies locais existentes na parte insular comercializadas pelas comunidades locais que são atracção para o turismo são as tartarugas marinhas, os corais, as estrelas-

⁴ Nampula é uma província que se localiza a sul da província de Cabo Delgado e Nacala é um dos distritos costeiros da província de Nampula.

do-mar e os peixes para aquários. São proibidas a sua comercialização como também as lembranças e presentes derivados destes produtos” (...) (Cimento).

...” As espécies locais que são comercializadas pelos pescadores fontes de atração turística são as tartarugas, mas que essa prática vem sendo abandonada porque as penalizações são duras” (...) (Gogo).

...” São os golfinhos, as baleias e principalmente a tartaruga marinha que já não se encontram porque a comunidade acaba comercializando” (...) (Gizé).

A este respeito refira-se que o “turismo sustentável constitui um modelo de desenvolvimento económico, concebido para melhorar a qualidade de vida das comunidades receptoras, proporcionar ao visitante uma experiência de elevada qualidade e, simultaneamente, manter a qualidade do meio ambiente de que dependem a comunidade anfitriã e os visitantes” (UNEP, 2005, p.11). A principal fonte de atração para o turismo na Ilha do Ibo são as espécies marinhas: a baleia, a tartaruga marinha e o golfinho, que são comercializadas pelas comunidades locais. A pesca artesanal no PNQ é a principal actividade das populações locais que vivem ao longo da costa e especialmente nas ilhas. Esta actividade é permitida (regulada) na Zona de Desenvolvimento Comunitário (ZDC) marinha do parque, utilizando de preferência as artes recomendadas pelo PNQ e pelas autoridades da Direcção Provincial das Pescas (DPP). Aplicam-se normas de interdição de pesca através das artes e práticas destrutivas e nocivas ao ambiente, tais como o uso de redes de malha pequena, uso de rede de tubarão (rede choque, rede de emalhar) mata tubarões, tartarugas e dugongo e todas espécies em perigo de extinção. Para minimizar a extinção de espécies que são atractividade para o turismo, os pescadores residentes devem apresentar às autoridades do PNQ prova de residência quando lhes for solicitada. Os pescadores não-residentes devem possuir uma credencial para pesca, emitida pelas autoridades locais, carimbada e assinada pelo Administrador do Parque (Plano de Maneio, 2011-2021, p.44).

A pesca constitui a principal actividade da população da Ilha, mas o uso de práticas nocivas ao ambiente compromete a existência das reservas de pesca assim como espécies proibidas por lei que constituem atrativos para o turismo.

9.3.10. Medidas tomadas para a conservação da Ilha do Ibo

Neste subcapítulo serão mencionadas as medidas seguidas pela comunidade da Ilha para a conservação da Ilha do Ibo.

...” Para a conservação da Ilha temos um programa de palestras nas comunidades para educar as comunidades a fazer a limpeza em redor da sua casa, no bairro e nas ruas assim como conservar as ruínas” (...) (Cimento).

...” As medidas de conservação do PNQ e Ilha do Ibo de forma particular são: 1. divulgação da lei, o que deve ser feito, 2. Sensibilização das comunidades no cumprimento da lei, 3. Conservação olhando na premissa sustentabilidade, 4. Proteger e fiscalizar, 5. Infracção e penalização. Depois temos actos administrativos que consistem 5.1 pagamento das multas e 5.2 repor a degradação que feita, repor o habitat destruído” (...) (Gogo).

...” O Projecto Redis Ibo tem como objectivo valorizar a cultura (grupos culturais e de artesanato etc) que tem uma particularidade e que pode serem atractivos para os turistas e gerar ganhos e ainda sensibilizar a comunidade local sobre o saneamento do meio ambiente através de trabalhos nas escolas assim como a produção de manuais escolares” (...) (Gizé).

...” O papel da WWF é criar um espaço para as comunidades aderirem as iniciativas de conservação de recursos marinhos dentro do PNQ, área que engloba a Ilha do Ibo” (...) (Geness).

Tendo em conta as informações aqui prestadas, a protecção dos valores patrimoniais está evidenciada no artigo 4 do Capítulo III, sobre a responsabilidade da protecção e valorização do património cultural, que refere ser da responsabilidade do Estado a incentivação da criação de instituições científicas e técnicas (museus, bibliotecas e oficinas de conservação e restauro) necessárias à protecção e a valorização do património cultural, através dos órgãos locais. Considerando o acentuado estado de degradação do edificado na Ilha do Ibo foram tomadas medidas de conservação e reabilitação que devem ser seguidas em várias etapas de actuação, nomeadamente de emergência, de consolidação, de reabilitação, de restauro e de recomposição.

Estas etapas podem ser realizadas uma a seguir à outra ou, de preferência, de uma forma combinada e simultânea, dependendo das disponibilidades técnicas e financeiras:

- A fase de emergência visa impedir o desmoronamento completo de edifícios com elementos estruturais em estado avançado de ruína;
- A fase de consolidação significa consolidar os elementos estruturais dos edifícios para evitar que eles entrem num processo grave de destruição que exija grandes acções de reconstrução de fundo;
- A fase de reabilitação é aquela em que se procede às reparações dos edifícios para os manter em bom estado de utilização, com a sua imagem e equipamentos repostos;

- A fase de recomposição visa repor a malha e o tecido urbano, repondo a atmosfera singular do conjunto urbano da vila, sendo realizada ao longo do tempo e conforme as intenções de investimento que forem surgindo;
- A fase de restauro, que pode ser pontual visa repor, com rigor, o desenho, os materiais, as tecnologias, as funcionalidades e outros elementos que caracterizavam inicialmente o edifício em causa. Esta última fase tem funções pedagógicas e de demonstração de opções singulares e de referência que se considere importante manter para a posteridade, com vista à compreensão do cerne das opções tecnológicas e desenho que presidiram ao desenvolvimento do edificado da Ilha.

Estas medidas visam travar a degradação, por ruína devido ao abandono, à predação e ao roubo, nomeadamente dos elementos estruturais, paredes, elementos de decoração e outros elementos ainda recuperáveis, ganhando-se tempo e espaço para ulteriores acções de maior envergadura e exigência tecnológica (Plano de Urbanização da Ilha do Ibo, 2008, p.47). Outra medida que está a gerar impacto na Ilha do Ibo sobre as comunidades locais é a sensibilização destas sobre o saneamento do meio ambiente através de programas de limpezas na zona da praia, das ruínas e dos espaços vazios, assim como acções de sensibilização para a limpeza da praia nas escolas das crianças. A produção de manuais sobre a conservação do ambiente na Ilha do Ibo está sob a responsabilidade da Oikos.

A percepção das comunidades locais sobre o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo se deve aos benefícios que estas recebem através do emprego e da contribuição dos 20% provenientes das receitas dos operadores turísticos que operam no PNQ a nível da província de Cabo Delgado. A Ilha do Ibo pode estar em primeiro lugar de ponto de vista turístico na província de Cabo Delgado. Foi aprovado o Código de conduta para turista na Ilha do Ibo com o objectivo minimizar os conflitos culturais entre turistas e locais no que diz respeito aos usos e costumes locais. A pesca artesanal na Ilha do Ibo é a principal actividade das populações locais. Entretanto as comunidades locais fazem a comercialização das espécies locais existentes na parte insular que são atracção para o turismo é o caso das tartarugas marinhas, os corais, as estrelas-do-mar e os peixes para aquários. Estas espécies são proibidas a sua comercialização assim como todos os objectos de adorno e seus derivados.

9.4. Participação das comunidades locais através da tomada de decisão no desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo

Nesta categoria é evidenciada a participação das comunidades locais nos processos decisórios em relação ao turismo na Ilha do Ibo. A participação das comunidades através da tomada de decisão contribui para melhorar a planificação do turismo assim como decidir sobre os benefícios que as comunidades esperam receber, num ambiente de troca, pelo desenvolvimento do turismo.

9.4.1. Percepção das comunidades locais sobre a destruição da vida selvagem, para satisfazer as necessidades dos turistas. Ex: a construção de *lodges*.

Neste subcapítulo é feita a abordagem sobre o que é percebido pelas comunidades locais sobre a destruição da vida selvagem para satisfazer as necessidades dos lodges, bangalós com as cortes do mangal, caniço e lalacacas que aumentam a beleza exterior destas construções e tornam o ambiente mais fresco e convidativo para lazer e recreação.

...” Para a construção dos *lodges*, as comunidades da Ilha usam material local como bambu, palha, lalacacas extraídas do mangal e caniço, são raras as vezes que não fazem o uso deste material porque a beleza dos *lodges* vem da construção com material local” (...) (Cimento).

...” Há uma maior disseminação da mensagem sobre a destruição da vida selvagem, e hoje a comunidade percebe, porque a uma parte da Ilha sofreu a erosão. A comunidade adere a essa mensagem e sempre que vem uma pessoa a derrubar mangal ou outro tipo de tronco em áreas preservadas ou zonas identificadas de risco a comunidade denuncia as entidades competentes” (...) (Querimba).

...” Não devem destruir o meio ambiente, totalmente proibido” (...) (Gogo)

...” A culpa maior não é o turismo, se a comunidade destrói a vida selvagem e desflorestamento para a construção de suas residências ou lodges, elas têm o conhecimento do perigo que causam ao ambiente, apenas não seguem as regras” (...) (Gizé).

A necessidade de satisfazer os turistas recorrendo à construção de *lodges* e residências, tem resultado na destruição da vida selvagem e no desflorestamento no meio natural, produzindo danos ambientais que podem levar à destruição da floresta do mangal. Para minimizar os impactos da destruição da vida selvagem, as formas de turismo alternativo podem ser a solução viável. O turismo alternativo encontra suporte no turismo sustentável através do qual se evidencia um

processo de consulta às comunidades rurais como forma de consciencializá-las no uso sustentável dos recursos, devendo estas usar, para o efeito, actividades e infra-estruturas que minimizam os danos ambientais (Agenda 21, Capítulo, 14, 1992). Para reverter a situação de degradação do meio ambiente e dos recursos do turismo alternativo há necessidade de melhorar a preservação do ambiente através de estratégias e planos de ação de forma a promover o uso sustentável da terra e do ambiente, para que as famílias no meio rural tenham acesso aos recursos e estes sejam geridos de forma sustentável com benefícios para elas e para o turismo (WCED, 1987). Para preservar os recursos naturais do turismo, o ecoturismo é a melhor opção. A OMT (2002) define o ecoturismo como uma forma de turismo sustentável no qual a motivação principal do turista é a observação e a apreciação da natureza, de forma a contribuir para a sua preservação e minimizar os impactos negativos no meio ambiente natural e sociocultural onde ele é desenvolvido. Neiman (2004) defende que o laço homem-ambiente deve ser resgatado; para que o discurso de preservação tenha efeito sobre as pessoas, nada melhor do que o ecoturismo, visto que este reforça o contacto directo com a natureza e incrementa o sentimento de pertença da comunidade local (Plano de Maneio, 2011-2021). Para minimizar o impacto ambiental da destruição ambiental, a sensibilização e a consciencialização sobre os efeitos nefastos tem sido a estratégia do governo local, sendo implementada através da exibição de filmes às comunidades, filmes nos quais se mostra a destruição do mangal (antes e depois da destruição). Também existem cortes de pequenas quantidades de madeira que é feita pela população local para a construção das habitações tradicionais e para a carpintaria. Esta actividade não parece representar um grande problema para a conservação dos recursos florestais do PNQ (Plano de Maneio, 2011-2021).

9.4.2. Percepção local sobre os turistas que visitam a Ilha do Ibo

Neste subcapítulo se pretende perceber localmente sobre os benefícios adquiridos através dos turistas que visitam a Ilha do Ibo em termos de fonte de rendimento e de receitas. Estes benefícios contribuem para a construção de infraestruturas sociais para aumentar a qualidade de vida da comunidade local, assim como aumentar a empregabilidade local.

...” A comunidade percebe que os turistas que visitam a Ilha do Ibo constituem uma fonte de rendimento e de receitas para a Ilha, que se traduz no aumento de infraestruturas

sociais como escolas, hospitais para benefício destas comunidades. Como também percebem que a empregabilidade local só pode existir se turistas continuarem a visitar a Ilha. A relação tem sido boa, pois nunca registamos conflito entre turistas e a comunidade (...) (Mwani).

...”. Percebem como uma fonte de criação de oportunidades de emprego como guias turísticos” (...) (Karibuni).

...”. Os turistas que visitam a Ilha são percebidos pelas comunidades locais como pessoas que vem passear, lazer, visitar a Ilha e conhecer a história da Ilha” (...) (Cimento).

...”. Os turistas que visitam a Ilha do Ibo são percebidos como pessoas de boa-fé que vem para conhecer de perto a história e a cultura perante as comunidades locais.” (Gildo).

...”. As comunidades percebem que diferentes turistas podem contribuir para o aumento de emprego e receitas quando pequenos negócios desenvolvidos pelas comunidades locais são consumidos por turistas como comida tradicional assim como a a comodação nos *lodges* comunitários” (...) (Gogo).

Para perceber como os turistas são percebidos localmente, Hall (1994) afirmou que a satisfação das necessidades locais pode ser também a das necessidades dos turistas, sendo esta reciprocidade uma das componentes-chave da noção de participação da comunidade nos processos de desenvolvimento de turismo. As necessidades locais podem ser satisfeitas quando, através do turismo, se conseguem encontrar soluções para os problemas locais. Assim, a construção de uma via de acesso que pode satisfazer a necessidade do turista em ter disponíveis infraestruturas (que é um dos principais problemas do turismo nos países em desenvolvimento) e ao mesmo tempo beneficia a comunidade local. Para o autor, a participação deverá ser feita através de uma distribuição mais equitativa dos benefícios, de forma a desencorajar tomadas de decisão antidemocráticas e atender às necessidades da comunidade local da melhor maneira. A interação entre os turistas e as comunidades, para além de trazer benefícios locais, permite que os projectos turísticos sejam geridos de forma sustentável, pois são projectos de turismo baseados na comunidade.

9.4.3. Participação das comunidades locais no turismo.

Neste subcapítulo a participação local no turismo é evidenciada de várias formas: como mergulhadores que acompanham os turistas a fazer mergulho e apreciar a beleza marinha e os corais, como guias turísticos, cozinheiros, serventes, guardas, artesãos, cozinheiros, marinheiros etc.

...”. Através de guias turísticos, venda de objectos de arte como cestaria, roupa africana, gastronomia local, colares, pulseiras e objectos de adorno” (...) (Cimento).

...” A participação local no turismo é feita através dos membros da comunidade que acompanham os turistas nas actividades de mergulho são mergulhadores, guias turísticos que passeiam com turistas indicando os lugares históricos, gastronomia local que é servida aos turistas para diversificação da alimentação.” (...) (Gogo)

...” A participação local é feita através das feiras, como forma de promover o turismo. São feitos painéis para turistas no idioma inglês e português para explicar o processo das artes, valorização da cultura local. Trabalhamos com cada sector (artesanato, dança e música). O apoio concedido a cada sector é diferente porque cada um deles tem suas necessidades todos são activos na promoção e visibilidade para o negócio de turismo. Além disso os resultados são visíveis, uma vez por mês ou duas vezes, estes grupos de artesanato, canto dança e música acompanham o administrador da Ilha do Ibo nas feiras para a exposição de seus produtos” (...) (Gizé).

Para Lea, (1988) e Murphy, (1985) a participação local no turismo é feita pelas comunidades que vivem em áreas de destinos turísticos e que participam na planificação e nas decisões relativas ao desenvolvimento do turismo. Para Blank, (1989, p. 4) “as comunidades são o destino da maioria dos viajantes e onde o turismo acontece. Por causa disso, o desenvolvimento e a gestão da indústria do turismo também devem ser suportados pelas comunidades.” Ryan e Montgomery (1994, p. 369) afirmam que as comunidades precisam de ser educadas acerca do seu envolvimento nas boas técnicas de gestão de visitantes assim como dos benefícios do turismo e a forma que deverão ser usados para solucionar os problemas nos destinos turísticos. Simmons (1994, p. 99) tem dito que o envolvimento das comunidades nos processos de desenvolvimento do turismo é vital se a região deseja oferecer experiências de turismo que visam garantir a satisfação dos visitantes e os benefícios em curso para os moradores de áreas de destino. Por via disso Beeton e Wijesundara (Beeton 2006; Wijesundara, 2016, p. 86) defendem que o turismo é o principal agente de transformação nos destinos turísticos, onde a participação local no turismo cria condições para que as comunidades tenham uma percepção sobre os destinos turísticos e os benefícios conseguidos através do turismo (Blank, 1989; Wijesundara, 2016, p. 86).

9.4.4. Participação local no turismo através das consultas comunitárias.

Neste subcapítulo a abordagem é evidenciada a participação das comunidades locais através das consultas comunitárias que devem decidir sobre o tipo de turismo a ser desenvolvido por causa dos benefícios que são adquiridos pelas comunidades locais.

...” As comunidades locais são consultadas sobre o turismo, através dos conselhos comunitários, sobre um projecto em turismo. As comunidades podem aceitar ou não aceitar. Mas sempre acabam aceitando. É onde as comunidades decidem o que deve ser feito para o seu próprio benefício. Mas nem sempre os investidores honram com os seus compromissos.” (...) (Cimento).

...” As comunidades locais devem decidir sobre o tipo de turismo por causa dos benefícios. Eles conhecem os produtos e conhecem a realidades locais de cada zona, o tipo de turismo a ser praticado por isso são envolvidos na definição do tipo de turismo que deve ser feito na Ilha do Ibo” (...) (Gogo).

...” São convidados todos intervenientes comunitários de cada sector para participar nos encontros representados por uma pessoa para criar estratégias sustentáveis do turismo na Ilha” (...) (Gizé).

A percepção das comunidades sobre o turismo é resultante dos impactos que está evidenciada na teoria das trocas sociais (SET) (Vall *et al.* 2014). O SET analisa os benefícios do turismo para os diferentes *stakeholders*, destacando que os benefícios recebidos num ambiente de troca podem ser avaliados pelos residentes (Abdollahzadeh *et. al.*, 2014, p. 127). Os benefícios dependem do tipo de participação nas quais as comunidades estão envolvidas. O sucesso das comunidades também depende da sua participação no turismo assim como das parcerias que são feitas com o sector público. Um dos mecanismos do envolvimento activo, das comunidades é a sua participação na tomada de decisão e representação na estrutura da comunidade (Aref *et al.* 2011, p. 21). No entanto, Tosun (2006) diz que as comunidades locais devem fazer parte dos processos decisórios através das consultas por eleições apontadas pelas agências do governo local, ou através das comunidades eleitas através do público, especialmente orientadas para o desenvolvimento e gestão das questões de turismo.

9.4.5. Participação das comunidades locais na tomada de decisão sobre o tipo de turismo na Ilha do Ibo

Este subcapítulo faz menção a tomada de decisão sobre o tipo de turismo a ser desenvolvido pelas comunidades locais por causa dos benefícios por eles adquiridos.

...” As comunidades locais devem decidir sobre o tipo turismo porque os benefícios do turismo revertem a favor das comunidades” (...) (Cimento).

...” As comunidades devem decidir sobre o tipo de turismo a ser desenvolvido na Ilha do Ibo, porque há maior envolvimento destas comunidades na prática do turismo cultural na Ilha do Ibo” (...) (Gildo).

...” As comunidades devem participar na tomada de decisão por causa dos benefícios e das receitas provenientes do turismo” (...) (Gogo).

A participação das comunidades no processo de desenvolvimento de turismo pode ser feita através da cultura local, das tradições, conhecimentos e capacidades locais, que cria um orgulho para a comunidade pela valorização dada ao seu património cultural (Lacy *et.al*, 2002, p. 15). A participação local no turismo significa o envolvimento da comunidade local e seu governo no desenvolvimento do turismo. Para tal estabelecem-se parcerias e programas com o envolvimento dos *stakeholders* no turismo. Com a participação da comunidade no turismo melhora-se a comunicação entre os diferentes *stakeholders* que tem interesse em facilitar os processos de tomada de decisão com vista a um desenvolvimento sustentável. Por isso a fraca participação e envolvimento da comunidade no processo de tomada de decisão no desenvolvimento de turismo pode resultar num fracasso no desenvolvimento da comunidade (Miranda, 2007). A participação da comunidade na tomada de decisão deve ser um processo partilhado em todos os níveis dos programas, como por exemplo: no estabelecimento de metas, na formulação de políticas, na planificação e na implementação de acções (Butler, Hall e Jenkins, 1998). Este envolvimento da comunidade local em todas as fases do programa ou projecto permite o conhecimento e a sua integração nas diferentes decisões sobre o turismo local, assim como um alto grau de controlo ou de propriedade das actividades turísticas e recursos (Hall e Page, 1999: 195; Saarinen, 2006: 113). Na Ilha do Ibo, os valores culturais locais estimulam o envolvimento da comunidade no turismo. É neste contexto que Lacy *et. al*, (2002) afirmam que a participação das comunidades no processo de desenvolvimento de turismo pode ser feita através da cultura local, das tradições, conhecimentos e capacidades locais, gerando orgulho para a comunidade pela valorização conferida ao seu património cultural.

9.4.6. Participação local na tomada de decisão.

Este subcapítulo faz menção a participação das comunidades locais através da tomada de decisão. As decisões feitas a nível local permitem melhorar o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo porque as comunidades têm noção dos benefícios que serão conseguidos pela sua participação no turismo.

...” A participação local no turismo é importante porque o turismo é um dos vectores para o desenvolvimento sócioeconómico da Ilha do Ibo. A comunidade participa no turismo, porque eles também têm benefícios pelo desenvolvimento da actividade. É uma

actividade desenvolvida que tem como foco as comunidades locais e o desenvolvimento da Ilha. (...) (Mwani).

...” A participação das comunidades locais na tomada de decisão é importante porque as comunidades decidem como podem melhorar o desenvolvimento da Ilha através do turismo. Tal é o caso das vias de acesso, dos serviços sociais assim como da empregabilidade local” (...) (Cimento).

...” “A participação local na tomada de decisão sobre o turismo na Ilha do Ibo é importante porque permite criar um bom ambiente entre as comunidades locais, operadores turísticos e turistas que visitam a Ilha do Ibo assim como perceber como é desenvolvido o turismo na Ilha. O projecto Redis Ibo fortalece esta união entre os diferentes intervenientes e a sociedade civil” (...) (Gogo).

...” As comunidades locais devem decidir sobre o tipo de turismo porque os benefícios como emprego, valorização da cultura também são recebidos pelas comunidades” (...) (Quirimba).

A participação das comunidades sobre o tipo de turismo a ser desenvolvido na região é um determinante importante para certificar quais são os benefícios que as comunidades locais esperam receber do turismo, assim como o modo de vida que lhes espera, sendo os valores locais respeitados e revitalizados (Tosun, 2000; Li, 2005). Os benefícios do turismo podem ser alcançados pelas comunidades locais se estas participarem na tomada de decisão. Para isso se torna necessário que sejam identificados os benefícios socioeconómicos trazidos pelo turismo, enquanto que os impactos negativos são minimizados.

9.4.7. Dificuldades das comunidades locais na tomada de decisão em relação ao turismo na Ilha do Ibo.

Neste subcapítulo serão mencionadas as dificuldades ou as limitantes que impedem as comunidades locais de participarem na tomada de decisão sobre o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo.

...” As dificuldades das comunidades locais na tomada de decisão em relação ao turismo devem-se a falta de conhecimento das leis sobre o turismo, seu funcionamento e como os benefícios devem chegar as comunidades para além dos benefícios relacionados com o emprego directo nos *lodges turísticos*” (...) (Rituto).

...” As dificuldades das comunidades na tomada de decisão é a falta de domínio da língua portuguesa assim como da língua inglesa. Para a compreensão das comunidades deixa-se a legislação em seu poder, para que as comunidades possam ler e seguir” (...) (Gogo)

...” Não existem obstáculos que impedem a participação das comunidades no processo de tomada de decisão, apesar do turismo ser muito fraco eles claramente perdem a motivação porque os benefícios são poucos.” (...) (Gizé).

A participação da comunidade no turismo tem desafios, como o acesso às informações sobre o equipamento operacional necessário para o turismo, já que as instruções de uso deste equipamento vêm escrito em inglês ou em outras línguas que não são do domínio local. Por essa razão a participação da comunidade é um dos componentes chave para o desenvolvimento do turismo nos destinos turísticos (Tosun 2000; Ushantha 2016, p.87). O turismo pode ser um conceito difícil de entender pelas pessoas que vivem em comunidades rurais isoladas e se os membros das regiões de acolhimento apresentarem dificuldades nas iniciativas de planificação. Hall e Page (1999: 252; Lakaota, 2016) identificaram os impedimentos para incorporar a participação pública na planificação turística, destacando os seguintes: o público nem sempre está ciente ou não compreende o processo de tomada de decisão; pode haver dificuldade em obter e manter representantes no processo de tomada de decisão; o processo de tomada de decisão seria prolongado e poderia ter efeitos adversos na eficiência da tomada de decisão. A participação da comunidade no processo de tomada de decisão requer um público ciente, que compreende o processo, de forma a manter os representantes por um período longo de tempo.

9.4.8. Discussão dos problemas da Ilha do Ibo entre os diferentes actores.

Neste subcapítulo a relevância consiste na percepção sobre os diferentes intervenientes locais na discussão dos problemas existentes na Ilha Ibo para melhorar a sua participação local no turismo.

...” Os problemas da Ilha são discutidos entre os diferentes actores como (Oikos) que tem a responsabilidade de gestão do PNQ” (...) (Rituto).

...” O código de conduta de turista foi aprovado e é resultado de toda as estruturas da Ilha do Ibo, liderança e as comunidades” (...) (Cimento)

...” O departamento de turismo e cultura tem na sua agenda as actividades planeadas para os próximos meses. Cada representante dos diferentes sectores (arte, canto, dança, gastronomia e guias turísticos) deve transmitir a informação do seu sector e os problemas que tem ao departamento de turismo de cultura onde estão representados o sector público, privado e a própria comunidade” (...) (Gizé).

A participação local no turismo significa o envolvimento das pessoas locais e seu governo no desenvolvimento do turismo. Para tal estabelecem-se parcerias e programas com o envolvimento dos *stakeholders* no turismo. Com a participação da comunidade no turismo melhora-se a comunicação entre os diferentes *stakeholders* que tem interesses em facilitar os processos de tomada

de decisão com vista a um desenvolvimento sustentável. Os diferentes intervenientes (*stakeholders*) que beneficiam-se do turismo sustentável são os seguintes (UNEP, 2005, P. 3): as empresas de turismo buscam a rentabilidade num período longo de tempo; as comunidades locais estão preocupadas em aumentar prosperidade local, mas sem explorar ou prejudicar a sua própria qualidade de vida; os ambientalistas estão preocupados com os impactos nocivos do turismo, mas também vêem o turismo como fonte valiosa de rendimentos para a conservação ambiental; os turistas buscam um turismo de alta qualidade, com experiências em ambientes atractivos que oferecem segurança para o lazer e estão atentos aos impactos que acontecem nas suas viagens. Existe um envolvimento de todos os actores no turismo.

Para um turismo sustentável, os governos reconhecem a existência das diferentes posições e motivações dos diferentes *stakeholders* como forma de atingir os objectivos comuns (UNEP, 2005, p.3). O governo assume-se como líder na gestão dos impactos do turismo, usando instrumentos no exercício do seu poder para reforçar a sua sustentabilidade através de regulamentos, incentivos económicos e boas práticas para a sustentabilidade com objectivo de alcançar os benefícios económicos do turismo, reforçados por políticas e acções com benefícios para o turismo sustentável (UNEP, 2005, p.71).

9.4.9. Participação das comunidades locais na gestão e conservação da Ilha do Ibo.

Neste subcapítulo se destaca a participação das comunidades locais na gestão e conservação da Ilha do Ibo. Um local de atração turística onde algumas práticas nocivas ao ambiente como o corte de mangal e a falta de saneamento de meio são aqui destacadas e devem ser melhoradas para tornar a Ilha um local de atração turística.

...” As comunidades participam na gestão da Ilha como, evitando algumas práticas nocivas ao turismo como a falta de saneamento do meio e a destruição do mangal” (...) (Cimento).

...” As comunidades locais participam na gestão da Ilha com outros intervenientes locais através dos conselhos comunitários” (...) (Gogo)

...” No geral a gestão e conservação da Ilha do Ibo é criada pela componente da comunidade” (...) (Gizé).

A participação das comunidades locais na gestão e conservação da Ilha é ainda discutível porque as comunidades exercem pressão sobre os recursos naturais e culturais, aumentando os conflitos

motivados pela falta de conhecimento das regras de conservação pelas comunidades locais e também pela falta de coordenação entre as partes envolvidas (sector público e o sector privado) interessadas no desenvolvimento do turismo. (Plano de Urbanização da vila do Ibo, 2008, p. 96).

9.4.10. Medidas para a redução da destruição ambiental que põe em causa o desenvolvimento do turismo.

Neste subcapítulo são anunciadas as medidas que são tomadas para reduzir a destruição ambiental, o aspecto cénico fundamental para o desenvolvimento do turismo assim como para a protecção da Ilha contra os ventos fortes.

...” As medidas de conservação do PNQ e Ilha do Ibo de forma particular são: 1. divulgação da lei, o que deve ser, 2. Sensibilização das comunidades no cumprimento da lei, 3. Conservação olhando na premissa sustentabilidade, 4. Proteger e fiscalizar, 5. Infracção e penalização. Depois temos actos administrativos que consistem 5.1 pagamento das multas e 5.2 repor a degradação que fez, repor o seu habitat” (...) (Gogo).

...” Com a orientação do PNQ e WWF, tem havido palestras de sensibilização nas comunidades e nas escolas no sentido de parar com a destruição do mangal, fazendo ver a comunidade a desvantagem de destruir a floresta. Para isso fazemos projecção de filmes do mangal que foi destruído o que acontece com as mudanças climáticas e do mangal que não foi destruído. Só são permitidos os cortes de mangais para a construção de barcos reparação e construção de casas” (...) (Cimento).

...” Os conselhos comunitários de pesca (CCPs) tem como tarefa organizar e sensibilizar às comunidades para abandonarem as práticas que destroem o meio ambiente. Também fazem a fiscalização só que não de forma constante por falta de barcos e fiscais suficientes” (...) (Rituto)

Uma das medidas tomadas para reduzir a destruição ambiental é zoneamento. Representa uma ferramenta essencial na gestão de uma área de conservação. A Ilha do Ibo faz parte do PNQ e também é abrangida pelo zoneamento, pertencendo à zona de desenvolvimento comunitário. Zonear uma área de conservação (assim como outras áreas com diferentes tipos de usos) é providenciar vários níveis de protecção, bem como regular os níveis de utilização dos recursos naturais. Outras medidas são: actividades reguladas através de instrumentos próprios, como o Plano de Maneio e o Plano de Desenvolvimento de Turismo; actividades licenciadas pelas autoridades do PNQ ou outras autoridades governamentais relevantes (exemplo, Ministérios ou Direcções Provinciais), sendo, neste último caso, vinculativo o parecer do parque. Exemplos de actividades licenciadas são os empreendimentos turísticos feitos através de licenças especiais, a

pesquisa científica através de Credencial de Pesquisa e, também, actividades extractivas tais como o uso de recursos madeireiros para carpintaria por parte das comunidades locais. (Plano de Maneio, 2011-2021, p.36). Depois temos actividades não permitidas pela lei, totalmente proibidas, especialmente aquelas que estão ligadas ao uso industrial e semi-industrial dos recursos e que prevêm a utilização de métodos destrutivos e poluentes do meio-ambiente (Plano de Maneio, 2011-2021, p. 42). Para reverter a situação de degradação do meio ambiente e dos recursos do turismo alternativo há necessidade de melhorar a preservação do ambiente através de estratégias e planos de acção de forma a promover o uso sustentável da terra, do ambiente, de modo a que as famílias no meio rural tenham acesso aos recursos e estes sejam geridos de forma sustentável com benefícios para o meio rural e para o turismo (WCED, 1987).

9.4.11. Participação das comunidades locais na gestão da Ilha do Ibo com os outros intervenientes locais.

Neste subcapítulo se aborda a participação local com outros intervenientes locais sobre a gestão da Ilha do Ibo.

...”. As comunidades participam na gestão da Ilha do Ibo através dos conselhos comunitários. Onde as comunidades tomam decisões sobre a gestão da Ilha do Ibo” (...) (Cimento).

...” O actual lodge “*Ulani*” era uma ruína. Tive que comprar aos donos e depois reabilitar. Algum material de construção veio todo de Pemba, depois transportada via barco, o resto é local” (...) (Gizé).

Para além dos benefícios económicos que são recebidos pelas comunidades devido à sua participação no turismo, existem benefícios sócios-culturais que permitem o acesso a serviços e instalações, existentes na comunidade, desenhadas para satisfazer o crescimento em número, volume de negócios e opções de serviços das comunidades locais (Chok e Macbeth, 2007; Wijesundara, 2016, p. 59). No que diz respeito aos benefícios ambientais a maior preocupação vai para a preservação e protecção dos recursos naturais que se encontram no ambiente (Hawkins, 2006; Wijesundara, 2016, p. 60). Sendo os recursos naturais o ambiente onde o turismo é desenvolvido, há a necessidade da sua protecção e conservação

Percebe-se que a participação local é feita através da tomada de decisão nos conselhos comunitários e da participação em actividades nos lodges turísticos como guardas, mergulhadores, cozinheiros, serventes, jardineiros, o que contribui para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais. A planificação do turismo permite perceber que os benefícios locais como

(receitas, renda) contribuem para a construção de novas infraestruturas para beneficiarem turistas e residentes locais.

9.5. Expectativas das comunidades locais acerca do desenvolvimento turístico na Ilha do Ibo.

Nesta categoria pretende-se saber o que é que as comunidades locais do Ibo gostariam de alcançar com o turismo, ou melhor, como é que gostariam de ver satisfeitas as suas ansiedades de modo a continuarem a optar pelo turismo como actividade que pode dar resposta a muitos dos seus anseios.

9.5.1. Necessidades das comunidades com o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo.

Neste subcapítulo serão evidenciadas as necessidades das comunidades locais com o desenvolvimento do turismo. Tal é o caso de escola de ensino médio com nível de 12^a classe, uma escola de formação média em saúde e uma escola em formação média em turismo e hotelaria.

...". Com o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo as Comunidades gostariam que a Ilha do Ibo se tornasse um destino turístico cultural reconhecido internacionalmente." (...). (Gildo).

..."Com o desenvolvimento do turismo as comunidades gostariam de ter uma escola até 12^a classe, uma escola de formação média em turismo, uma escola de formação média em saúde para ajudar as comunidades das Ilhas, ruas pavimentadas, toda a cidade iluminada, ter um banco comercial e um transporte marítimo em condições para a travessia do porto de Tanganhangue ao porto da Ilha do Ibo e para as Ilhotas adjacentes, um posto de saúde em condições e melhorar a via de acesso para impulsionar o desenvolvimento socioeconómico na Ilha." (...). (Gogo).

..."A comunidade ainda não tem ideia acerca dos benefícios que o turismo pode trazer, pensa mais em dinheiro, não consegue ver os resultados de forma ampla porque o turismo ainda está na fase de iniciação" (...). (Gizé).

As expectativas das comunidades podem ser satisfeitas quando estas participarem no processo de planificação dos projectos do turismo a todos os níveis. Mason (2003, p. 66) afirma que a planificação "é uma sequência ordenada de operações e ações projectadas para realizar um único objectivo ou um conjunto de metas inter-relacionadas". Através da planificação dos destinos turísticos são identificadas as suas necessidades, o que permite minimizar os impactos nocivos

sobre o ambiente. A planificação do turismo, tanto ao nível local como ao nível regional deve ser uma ferramenta adequada para levar a cabo políticas públicas, orientando os destinos turísticos de acordo com uma visão de comunidade a longo prazo (OMT, 1993, 2004; Simão *et al.* 2012). Com a planificação da actividade, os interesses dos intervenientes serão acautelados e os efeitos negativos do turismo nos destinos turísticos e nas comunidades locais são minimizados. É neste contexto que Broughman (1996) tem defendido a participação das comunidades como uma ferramenta encontrada para os principais problemas do turismo nos países em desenvolvimento. Para o autor, a participação deverá ser feita através de uma distribuição mais equitativa dos benefícios, de forma a desencorajar formas antidemocráticas de tomada de decisão e atender às necessidades da comunidade local da melhor maneira.

9.5.2. Turismo como alternativa de sobrevivência para as comunidades locais na Ilha do Ibo

Neste subcapítulo é evidenciado o turismo como actividade alternativa às comunidades locais na Ilha do Ibo. Com o crescimento de número de turistas, aumenta a atracção para novos investimentos assim como para nova oferta de serviços turísticos.

...” O turismo pode ser uma alternativa de sobrevivência para as comunidades locais na Ilha do Ibo, com a entrada de número maior de turistas, isto contribuiu para atracção de investimentos como forma de alavancar os serviços turísticos para uma concorrência dos provedores de serviços e providenciar a entrada de receitas.” (...) (Gildo).

...” Emprego em todas as vertentes, como marinheiros, guias turísticos, cozinheiros, jardineiros e guardas nas estâncias turísticas” (...) (Gogo)

...” O turismo pode ser uma fonte de sobrevivência das comunidades, através do emprego aos jovens (homens e mulheres) mas com a pesca ilegal pode diminuir a esperança das comunidades porque reduz o pescado e as espécies marinhas de atracção para do turismo” (...) (Gizé).

O turismo deve ser desenvolvido de forma sustentável para contribuir para a conservação da natureza e para o desenvolvimento económico e social das comunidades locais (Plano de Maneio, 2011-2021, p.61). Pode ser uma alternativa de sobrevivência para as comunidades locais na Ilha do Ibo, nomeadamente através do ecoturismo, durante um longo período tempo, se for priorizada a participação local. É uma forma de turismo onde se enfatiza o turismo comunitário que se apropria do ambiente local, social e cultural como forma de reduzir os impactos negativos para as comunidades locais, optimizando os benefícios em termos de controlo de recursos e reforçando a economia local, (Hidalgo, 2000). Neste tipo de turismo deve-se garantir que as

receitas obtidas sejam distribuídas de forma equitativa, especialmente entre aqueles que têm baixa renda, e garantir também a sustentabilidade ambiental e patrimonial, através da imposição de limites de acesso aos destinos mais saturados e da concretização de todas as ações necessárias "num contexto de sustentabilidade cultural que assegure a sobrevivência dos valores que formam a essência da história da região" (Hidalgo, 2000, p.19). Na Ilha do Ibo o turismo cultural constitui a chave primordial do desenvolvimento do turismo, que deve ser preservado de modo a que os benefícios sejam distribuídos de forma equitativa pela comunidade. O recurso turístico existe e está ao alcance das comunidades, mas requer destas comunidades a capacidade de planificação e gestão.

Percebe-se que as expectativas das comunidades locais pelo desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo são várias, entre elas se destacam a construção de escola do nível médio, uma escola para curso médio em saúde, e uma escola do nível médio para cursos de turismo e hotelaria. Também constitui expectativa das comunidades locais a sua empregabilidade nestes empreendimentos turísticos como guardas, cozinheiros, serventes, mergulhadores e guias turísticos devido às qualificações mais baixas que ostenta.

9.6. Dependência económica ao turismo

Esta categoria constitui um dos subtemas tratados a partir do tema sobre "Factores que influenciam as Percepções", tratado na revisão bibliográfica. A dependência económica do turismo é um factor-chave que exerce influência sobre as percepções nos residentes que tem o turismo como actividade principal

9.6.1. Actividades desenvolvidas pelas comunidades locais para aumentar a renda

Neste subcapítulo serão abordadas as actividades desenvolvidas pelas comunidades locais na Ilha do Ibo

..." Pesca, turismo e venda de produtos. Como a Ilha não tem estabelecimentos comerciais essa actividade é feita por pequenos comerciantes" (...) (Abdul).

...As actividades são a pesca, a agricultura de pequena escala, cultivo de arroz e hortas, e agora o turismo" (...) (Abdala).

..." As actividades que as comunidades desenvolvem para aumentar a renda são; pesca, turismo, agricultura e o pequeno comércio" (...) (Cimento).

...” Pesca, turismo e pequeno comércio” (...) (Querimba).

...” Pesca, turismo, vendas de produtos nas barracas” (...) (Rituto)

...” As comunidades fazem a pesca, a agricultura, pequeno comércio e trabalham nos hotéis” (...) (Gildo).

...” As comunidades têm a pesca como primeira actividade depois o turismo e venda de produtos nas baracas, que são comprados em Pemba e depois trazidos para a Ilha” (...) (Gogo).

A população desenvolve a agricultura, com culturas de sequeiro e sazonais, principalmente o arroz, a batata-doce, a mandioca e as bananeiras. A população da Ilha introduziu, ao longo do tempo, animais domésticos, utilizados na sua dieta alimentar, dentre os quais se destacam: os caprinos, as aves de capoeira e o gado bovino. Não se aconselha a criação de gado bovino mesmo no que respeita ao aumento deste tipo de animais, por falta de pastagens, para além de danos ecológicos que tal significaria para o ambiente da Ilha. Por causa disso, o número de bovinos reduziu-se na Ilha do Ibo (Inventário e Diagnóstico, 2008, p. 24). A partir dos meados do século XX os habitantes das Ilhas desenvolveram outras actividades como: a pesca e a agricultura de subsistência, o que lhes permitiu diversificar a dieta alimentar (Carrilho, 2005, p. 64).

Para além das actividades mencionadas, na segunda metade do século XX, a Ilha do Ibo começou a desenvolver o turismo através de um conjunto de potencialidades existentes, tais como o local do berçário de baleias, que permite a observação destas pelos turistas, locais de alimentação e desova das tartarugas marinhas, um complexo de recifes com grande diversidade de corais, um recurso biológico para a pesca e para o ecoturismo marinho e um mosaico cultural forte resultante da cultura entre árabes e locais, que tornaram o turismo a actividade de maior relevância na Ilha do Ibo (Carrilho, 2005, p. 65).

9.6.2. Pressão sobre a Ilha do Ibo com o desenvolvimento do turismo.

Neste subcapítulo se evidencia a pronta resposta que a Ilha do Ibo deve dar pelo desenvolvimento do turismo, como por exemplo melhoramento de infraestruturas sociais, conservação do mangal recurso importante para a reprodução dos crustáceos, assim como fonte de atracção para turistas.

...”. Queremos iluminar todas as artérias da Ilha como aconteceu em 1815 toda a cidade estava iluminada, os candeeiros vinham de Goa. Administração não tem dinheiro, gostaríamos de melhorar algumas infraestruturas como o hospital e requalificarmos a Ilha, construir escolas de nível superior e técnicas para dar habilidades aos nossos jovens” (...) (Abdul).

...” A lei do ambiente proíbe o uso do mangal para qualquer tipo de actividade porque é lá onde se reproduz o camarão, o caranguejo e outros crustáceos. Mas a lei de Conservação permite o corte de madeira, o corte de mangal. A Ilha do Ibo tem uma floresta do mangal apreciada pelos turistas e uma das melhores do continente africano” (...) (Gogo).

...” O turismo sendo uma actividade que acontece no meio ambiente contribui para a conservação da Ilha com práticas boas para o meio ambiente” (...) (Gizé).

...” O projecto Reddis organiza campanhas de limpeza nas praias, campanhas de saneamento do meio, limpeza nas ruínas, por uma Ilha mais limpa para o turismo” (...) (Gness).

Os governos, principalmente nos países em desenvolvimento, adoptam políticas, planos e regulamentos para o desenvolvimento do turismo, assim como a construção de infraestruturas básicas, como vias de acesso, aeroportos, transportes, telecomunicações, água e energia (Inskeep, 1991, p.171). A este respeito Fennel (1999) afirmou que a responsabilidade da planificação do turismo é do governo e requer políticas que permitam que os objectivos enunciados sejam implementados. A mesma ideia é partilhada por Williams (1998) e Hall e Jenkins (1995) que sustentam que nas actividades de recreação e turismo, a planificação envolve cada vez mais órgãos públicos e privados, constituindo um processo meramente político.

9.6.3. Custo de vida na Ilha do Ibo como resultado da presença dos turistas.

Neste subcapítulo se pretende saber se existe uma relação entre o custo da vida e a presença de turistas que se deve ao turismo na Ilha do Ibo.

...” Os locais pensam que os turistas têm muito dinheiro. Por isso o peixe é muito caro assim como os produtos alimentícios” (...) (Cimento).

...” A presença dos turistas aumenta o custo de vida na Ilha do Ibo quando a procura é maior que a oferta” (...) (Gildo).

...” Os custos operacionais na Ilha são elevados. A Ilha não produz quase nada. Toda a mercadoria que entra na Ilha vem de carro ou de barco, o que torna o custo de vida muito elevado” (...) (Gogo).

...” É difícil os turistas comprarem comida na barraca, geralmente quando os turistas chegam permanecem nos *lodges* ou restaurantes comunitários, o custo de vida da comunidade residente no Ibo não mudou” (...) (Gizé).

A dependência económica para satisfazer a demanda turística está relacionada com os gastos em infraestruturas e equipamentos. O crescimento do fluxo turístico tem reflexos no aumento de preços ocasionados pela maior demanda de produtos e serviços, os quais não acompanham o aumento de renda da população local, havendo dependência económica do sector em relação a sazonalidade do turismo. Autores como Var *et al.* (1985; Harril, 2004) estudaram a percepção dos residentes e verificaram que eles tinham consciência de que o turismo aumentava os valores de propriedade e os preços de habitação, apesar de saberem também que o turismo cria negócios e reduz o desemprego a nível local. O custo de vida na Ilha do Ibo é bastante elevado. Isso deve-se porque a Ilha não produz o suficiente para alimentar a sua população. Os produtos alimentares chegam à Ilha do Ibo vindos da cidade de Pemba, por via terrestre, e depois segue-se a travessia de barco. Devido a esta trajectória, tendo em conta o custo de transporte, os produtos alimentares chegam a custar duas vezes mais do que na cidade de Pemba, tornando o custo de vida muito elevado para os ilheús que reclamam por estabelecimentos comerciais credíveis e onde a aplicação de preços obedeça ao estipulado para o comércio interno.

9.6.4. As comunidades locais e o desenvolvimento do turismo face à crise que se vive no país

Este subcapítulo aborda o turismo que está a ser desenvolvido na Ilha do Ibo com muitas retrições devido a crise o país atravessa relacionada com os conflitos armados que criam um clima de instabilidade e incerteza quer para os turistas como também para os locais que esperam que esta situação seja ultrapassada o mais rápido possível.

...” Com a crise que se vive no País verifica-se a diminuição do número de turistas e visitantes a Ilha do Ibo. As comunidades locais querem ver ultrapassada a situação de crise e o retomar o número de turistas que visita a Ilha.” (...) (Gildo).

...” Com o aumento das taxas no parque há dificuldade de acesso da Ilha, mas a tendência é de aumentar o número de turistas e visitantes. A expectativa da comunidade é de conseguir dinheiro e melhores condições de vida” (...) (Gizé).

...” Para a comunidade a crise significa perda de estabilidade, perda de oportunidades de fazer negócio, significa perda de salário e mais outras perdas razão pela qual falando

de nós, *Mwani House* tivemos que rescindir contrato de alguns trabalhadores por falta de turistas devido a esta crise e ataques na estrada Metuge a Tanganhangue” (...) (Gogo).

A crise que se vive no país constitui um factor negativo que afecta o crescimento do turismo. A instabilidade política e social é comum à maioria dos estados africanos e continua a ser um entrave para o desenvolvimento do turismo. Para tornar o continente estável e melhorar a segurança, os governos desenvolvem estratégias orientadas para a melhoria da segurança e da saúde pública local, assim como dos visitantes e turistas, estratégias que são desenhadas através das ferramentas promocionais mais eficazes para melhorar a imagem do continente gerarem e atrair novos mercados, especialmente da Europa, Ásia e América do Norte (Spencer, *et al* 2014, p. 570).

Percebe-se que a dependência económica ao turismo continua a ser um entrave para o desenvolvimento local uma vez que o turismo apesar de ser segunda actividade económica a ser desenvolvida encontra obstáculos relacionados com a instabilidade política principalmente nas vias de acesso à Ilha do Ibo, impedindo que turistas e viajantes cheguem a Ilha com segurança. Isto reflete no volume de receitas como também a contribuição do turismo para o desenvolvimento local assim como para PIB.

9.7. Valorização cultural local como atractivo para o turismo cultural

A Ilha do Ibo é parte insular do PNQ. A área onde se situa o PNQ é rica e diversa culturalmente. Teme-se que com o aumento da actividade turística nesta área haja a descaracterização cultural. A língua, a cultura, os monumentos históricos são património da população e outros ultrapassam as fronteiras moçambicanas. Embora a riqueza biológica esteja a atrair o turismo, a riqueza cultural ainda não está a ser usada como um produto turístico que mereça aqui um real destaque (Plano de Maneio do PNQ, 2011-2021, p.27).

Nesta categoria pretende-se identificar os valores culturais da Ilha do Ibo e perceber como estes valores podem ser valorizados para o turismo cultural. A Ilha do Ibo é rica em recursos culturais como a dança, a cultura, a língua e o património cultural local, que deve ser conservado, preservado e valorizado para o turismo. É importante fazer da Ilha um destino cultural, não só natural e biológico, mas também um destino que permita desfrutar a cultura local com benefícios locais

9.7.1. Valores culturais locais que identificam as comunidades da Ilha do Ibo

Neste subcapítulo se destacam os valores culturais existentes na Ilha do Ibo que se identificam com as comunidades locais e constituem um contributo adicional para o turismo, os bens tangíveis e intangíveis que são apreciados pelos turistas constituindo os valores culturais locais.

...” Os valores culturais que identificam as comunidades da Ilha do Ibo são: a fortaleza São João Baptista, os Fortins, a 1ª igreja antiga, o reduto de Santo António, a história local, os cânticos tradicionais e a comida típica da Ilha do Ibo” (...) (Cimento)

...” A comunidade aprendeu a valorizar a cultura local usando a capulana, o mussiro, participando mais nas danças e cantos tradicionais. Nos locais de acolhimento aos turistas servindo mais a comida típica local” (...) (Querimba).

...” Danças, cânticos, a nossa história estamos a pintar as fortalezas queremos equipar com a história do Ibo, os nossos rituais, o mussiro, a capulana e a gastronomia local” (...) (Gogo)

...” os valores culturais que identificam as comunidades da Ilha do Ibo são: dança, o cântico, o mussiro, a capulana, as tradições, as cerimónias e os rituais” (...) (Rituto).

Os valores culturais fazem parte do património cultural intangível e imaterial que podem ser caracterizados por:

“As tradições e expressões orais, incluindo a linguagem como veículo de herança cultural imaterial, as artes de palco, as práticas sociais, rituais e eventos festivos, os conhecimentos e práticas relacionadas com a Natureza e com o Universo, as aptidões ligadas ao artesanato” (UNESCO,2003). É neste contexto que estes elementos patrimoniais são valorizados como símbolo identitário de um povo, aumentando-lhes a atractividade local e contribuindo desta maneira para o desenvolvimento local. É nesse sentido que o turismo cultural surge como uma alternativa ao modelo convencional de turismo, capaz de contribuir positivamente para a proteção do património cultural local com uma política de valorização que inclua o uso mais adequado desse património e que considere as necessidades da comunidade de forma participativa e democrática, tendo em vista a conservação e o uso social do património cultural associados ao desenvolvimento do turismo de base local (Zanirato, 2014). De ponto de vista social, o património cultural constitui uma herança comum que é partilhada, representando um elemento de coesão social, permitindo a fixação da população nos territórios localizados, o que, devido a sua atractividade aumenta também o interesse da participação local na sua gestão e conservação. De ponto de

vista económico, o património contribui para a geração de receitas que contribuem para o desenvolvimento local (Praça, 2014). Para além destes atractivos naturais, o continente Africano foi identificado por elementos culturais tradicionais específicos, carregados de ancestralidade, evidenciados por tradições, práticas rituais, símbolos identitários, momentos festivos para atrair turistas e visitantes (WTO,1999; UNWTO, 2016). É neste contexto que o turismo em África é conotado com um potencial natural e cultural ainda por explorar, de grande valor para o turismo.

9.7.2. Valorização cultural local para o turismo na Ilha do Ibo

Neste subcapítulo faz menção a valorização cultural local muito apreciada por turistas e visitantes que visitam a Ilha do Ibo.

...” Usar os trajes locais (a capulana, os cofiós), pintar o mussiro na cara para manter a cara lisa e bonita. Melhorar as danças e os cânticos” (Rituto).

...” Reequipar a fortaleza de toda a história da Ilha do Ibo, criar um local na comunidade para os turistas comerem a comida típica da Ilha do Ibo e vender artigos como capulanas, cestarias, chaveiros, objectos de arte maconde para o turista levar como lembrança” (...) (Cimento)

...” Através de programas nas escolas, nas comunidades que devem transmitir o valor da nossa cultura” (...) (Gildo)

...” Os valores culturais podem ser valorizados na comunidade quando existe espaço para as comunidades exibirem as suas danças nas cerimónias, nos locais turísticos e nas escolas” (...) (Gizé).

...” Temos dias de festas da Ilha onde a comunidade é convidada a exhibir as danças tradicionais e muitos turistas tem ido assistir. Só que não é sempre. Talvez uma vez por semana de exibição de danças, cânticos e mussiro, viriam muitos turistas para assistir” (...) (Gogo)

Um dos pilares do turismo sustentável é: respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs, preservar os recursos naturais, patrimoniais e culturais bem como todos os valores tradicionais, contribuindo para o intercâmbio e tolerância intercultural (UNEP, 2005, p.11);

9.7.3. Estratégia para incentivar o turismo cultural na Ilha do Ibo.

Neste subcapítulo estão evidenciadas estratégias que devem ser seguidas pela comunidade para incentivar o turismo cultural na Ilha do Ibo como forma de dar resposta ao desenvolvimento do turismo.

...” Reequipar a fortaleza de toda a história da Ilha do Ibo, criar um local na comunidade para os turistas comerem a comida típica da Ilha do Ibo e vender artigos como capulanas, cestarias, chaveiros, objectos de arte maconde para o turista levar como lembrança” (...) (Cimento).

...” Valorizar a nossa cultura, haver mais dias para mostrar aos turistas as nossas danças” (...) (Querimba)

...” Criar programas nas escolas nas comunidades para explicar a importância da nossa cultura quando ela é exibida aos turistas. A imagem cultural da Ilha do Ibo que os turistas levam consigo” (...) (Gildo).

...” Incentivar os dançarinos a participarem nos dias festivos para mostrarmos aos turistas a nossa dança, “o *tufo*” os cânticos ao som dos batuques, explicar o uso do mussiro, creme para amaciar a pele e ficar mais leve, feito a partir de caule de uma planta” (...) (Ritito).

A língua, a cultura, os monumentos históricos são património da sua população; outros ultrapassam as fronteiras nacionais: a miscigenação secular de saberes e sabores diversos são oriundos de vários continentes e de ambientes longínquos, como a Ásia, a Europa e as Américas. (Plano de Urbanização da Vila do Ibo, 2008, p. 41). Embora a riqueza biológica esteja a atrair o turismo, a riqueza cultural ainda não está a atrair o turismo. Acções devem ser orientadas para o conhecimento da história e cultura local, bem como a sua protecção e valorização, pois isso confere um valor acrescentado ao turismo (Plano de Maneio, 2011-2021, p. 27).

A cultura da Ilha do Ibo se destaca pela valorização do edificado, da música, da dança, das cerimónias tradicionais, dos produtos de cosmética e higiene tradicionais (m’siro, mussuáqui, mulala e outros a seleccionar). O património cultural da Ilha do Ibo é constituído por um conjunto edifícios particulares que se destacaram até ao fim do séc. XIX, como o entreposto comercial e o centro administrativo e cultural. No âmbito da arquitectura, o património apresenta singularidades que tornam particular o conjunto urbano e que reflectem uma profunda interacção entre povos africanos e de outras culturas, próximas, no Oceano Índico, na Árabia e Pérsia, assim

como distantes, na Europa e no Oriente. Esta interacção manifestou-se igualmente em todos os aspectos da cultura, permitindo a valorização e preservação destes valores culturais até aos séculos que se seguiram (Plano de Urbanização da Vila do Ibo, 2008, p. 41).

Ruschmann (1997) ressalta que é impossível desconsiderar a cultura de um povo como uma das mais importantes motivações das viagens turísticas. Singer, citado por Ruschmann (1997: p.50), conceitua cultura de um povo como:

“[...] os padrões explícitos ou implícitos do comportamento, adquiridos ou transmitidos por símbolos, que constituem o património de grupos humanos, inclusive sua materialização em artefactos. O aspecto mais importante de uma cultura reside nas ideias tradicionais - de origem e selecção histórica - e, principalmente, no de significado”.

A cultura de um povo constitui um vector de desenvolvimento turístico que não pode ser esquecido. Conforme Ruschmann (1997), o turismo favorece o intercâmbio cultural, estimula a conservação e a preservação do património histórico e cultural, desperta maior interesse pela arte e artesanato local e ajuda a recuperar antigas manifestações culturais, valorizando tradições e costumes. Os aspectos positivos relacionados com impactos culturais contribuem para o desenvolvimento do turismo e devem ser preservados.

10. Conclusão

Neste capítulo é apresentada a conclusão da tese, tendo em conta os principais resultados da pesquisa sobre “A percepção das comunidades locais sobre o turismo na Ilha do Ibo”. A conclusão será aqui apresentada com base nos objectivos e nas questões de investigação propostas na parte introdutória desta tese. A parte I do presente trabalho fez referência à revisão da literatura, onde os principais conceitos foram destacados tendo em conta o quadro teórico. A parte II desta pesquisa refere-se ao capítulo da metodologia, onde foram abordadas diferentes estratégias metodológicas para perceber como os participantes foram seleccionados e os instrumentos de recolha de dados usados para a investigação. Para a análise e interpretação de dados foi usada uma grelha de análise de conteúdo, contendo categorias, subcategorias e unidades de registo onde se procurou transcrever todas as informações dos entrevistados relacionados com o fenómeno pesquisado. Na parte III foi feita a discussão de resultados tendo em conta as temáticas desenvolvidas pelos autores na revisão da literatura.

O estudo teve lugar na Ilha do Ibo, uma Ilha com valores sócio-culturais fortes, resultado de uma miscigenação cultural diversa de povos (tribos macuas do interior, árabes, indianos, persas, chineses e portugueses), que visitaram a Ilha entre os séculos VII e XV. Todos os intervenientes foram considerados importantes no processo de recolha de dados. Eles foram contactados previamente para acederem a ser entrevistados fornecendo a informação necessária para a pesquisa. Todos os intervenientes têm uma estreita relação com as comunidades locais e são membros da comunidade local do Ibo com ligação no desenvolvimento do turismo.

O estudo sobre as percepções das comunidades locais sobre o turismo teve um total de 35 participantes obtidos através da amostragem *por acessibilidade ou por conveniência*, destituída de qualquer rigor estatístico. A pesquisadora seleccionou os elementos a que teve acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo da pesquisa. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão. Os participantes no estudo foram: o administrador do distrito da Ilha do Ibo, o secretário permanente, os gestores do turismo, WWF, Oikos, PNQ, gestores dos *lodges* que operam na Ilha do Ibo, chefes de postos representantes das comunidades locais e trabalhadores dos *lodges*. O turismo na Ilha do Ibo desenvolve-se em torno das principais atrações turísticas, como

visitas aos monumentos históricos, passeio de barco, mergulho, cultura local, praias, observação de baleias, golfinhos e tartarugas, banco de areia e pesca desportiva.

10.1. Conclusões da investigação

O estudo sobre as percepções do turismo pelas comunidades locais foi desenvolvido junto dos gestores de turismo, gestores dos *lodges*, dos residentes representados pelos chefes de postos e trabalhadores dos *lodges* na Ilha do Ibo. Teve como objectivo a “Percepção das comunidades locais sobre o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo”. Para prossecução deste objectivo formularam-se os objectivos específicos e através deles se construíram as categorias válidas. Formularam-se as categorias homogéneas a partir dos temas tratados na revisão bibliográfica. Na análise feita sobre os dados obtidos foi possível fazer a relação entre os dados apresentados pelos entrevistados e os dados extraídos da parte teórica relativa à revisão da literatura.

As conclusões da tese vão seguir a mesma sequência das categorias formuladas. Começamos pela primeira categoria: o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo.

Segundo o Plano de Maneio do PNQ (2011-2021) o turismo representa, provavelmente, o maior recurso económico a ser desenvolvido no PNQ (e na região), sendo assim uma das principais fontes potenciais de receitas para a gestão desta AC, bem como para o desenvolvimento da população local. A Ilha do Ibo para além de fazer parte do PNQ é um destino turístico visitado por turistas interessados pela história, cultura e atratividade da Ilha. A actividade é feita de forma coordenada entre o governo, como promotor de turismo, os gestores dos empreendimentos turísticos e as comunidades locais. A Oikos é a organização que superentende o turismo na Ilha do Ibo com o objectivo de desenvolver o turismo comunitário. O turismo internacional é a fonte de rendimento, gerando trocas monetárias, mas o actual estágio de degradação da Ilha compromete este objectivo. A Ilha está a degradar-se e a administração do distrito carece de orçamento para a reabilitação da vila. Para isso foram feitas algumas parcerias para revitalizar a Ilha através duma planificação integrada para o melhoramento das infra-estruturas, assim como uma tentativa para elevar o nível de ensino médio e superior em turismo e ciências biológicas. As principais atrações turísticas são a cultura local, visitas aos monumentos históricos, passeios de barco,

passeios na comunidade, praias, observação de tartarugas, de baleias e de golfinhos. É um turismo cultural desenvolvido de forma sustentável. As dificuldades do turismo na Ilha do Ibo prendem-se com o aumento das taxas de 450 mts para 960 mts por visitante e excursionistas que visitam o PNQ. A outra dificuldade é a baixa qualificação de mão- de-obra local que afecta a qualidade dos serviços prestados.

Vejamus a segunda categoria: a percepção das comunidades locais sobre o desenvolvimento de turismo na Ilha do Ibo. Os chefes de posto representantes das comunidades locais percebem que os benefícios socioeconómicos que provêm do turismo contribuem para a melhoria das condições de vida, em níveis como: o emprego derivado dos vários empreendimentos turísticos existentes na Ilha, o aumento do volume das receitas provenientes das visitas a vários pontos turísticos que a Ilha oferece (derivado do prestígio da Ilha pelo legado histórico-cultural). Associado a este legado histórico, os turistas, quando visitam os bairros, apreciam a gastronomia local e os produtos vendidos contribuem para o aumento de receitas para a comunidade. Menos da metade da população percebe os benefícios do turismo; geralmente são membros da comunidade que estão nos comités de gestão comunitária e nos Conselhos comunitários de pesca (CCPs). Para além de perceberem a importância do turismo, também percebem a importância dos santuários (entende-se por santuários certas reservas e ferramentas de gestão viáveis para a conservação de espécies marinhas e o melhoramento das condições de vida dos pescadores).

A maioria da população ainda não percebe o valor do turismo. Esforços estão a ser feitos pela autoridade local, através dos parceiros, para que as comunidades percebam a importância do turismo como uma fonte de criação de oportunidades de emprego nos *lodges* turísticos, de guias turísticos e de artesãos fabricantes de artefactos diversos para o turista comprar e levar como lembrança. Para além destes benefícios existem os 20% que são consignados às comunidades, resultantes das receitas provenientes das taxas que os operadores turísticos pagam ao Parque Nacional das Quirimbas.

O ambiente está a mudar na Ilha do Ibo por causa da presença dos turistas que compram os produtos locais. A satisfação das comunidades locais com a chegada dos turistas pode ser medida através da melhoria das suas condições de vida, que se traduzem através do emprego, saúde, água e saneamento do meio, energia eléctrica, vias de acesso e o prestígio que a Ilha do Ibo tem por causa da sua história e cultura.

Apesar de haver satisfação das comunidades locais pelo desenvolvimento do turismo, o custo de vida na Ilha do Ibo é elevado, o que tem impacto sobre a vida das comunidades, considerando que as fontes de rendimento são baixas. Os locais pensam que os “turistas têm muito dinheiro”. O tempo de permanência do turista é um determinante para a satisfação das comunidades: quanto maior for o tempo de permanência do turista, maior é o desenvolvimento de turismo e isso acaba beneficiando as próprias comunidades locais. Devido ao desenvolvimento do turismo há necessidade de conservar a Ilha com práticas sustentáveis para o meio ambiente como por exemplo o *Projecto Redis Ibo* que, em coordenação com as comunidades, desenvolve campanhas de limpeza, construção de latrinas e recolha de lixo como forma de manter o ambiente limpo para o turismo. Há também necessidade de conservar as fontes de atracção para o turismo, como é o caso das tartarugas marinhas, dos corais, das estrelas-do-mar e dos peixes para aquários, que podem vir a desaparecer porque são comercializadas pelas comunidades locais, pondo em risco o desenvolvimento do turismo.

Sob a orientação do PNQ e do WWF foram tomadas medidas para a conservação da Ilha do Ibo de modo a reduzir a destruição ambiental. Por exemplo, organizaram-se palestras de sensibilização nas comunidades e nas escolas para reduzir a destruição do mangal, pois este faz parte da biodiversidade da Ilha, muito apreciada pelos turistas.

Para esta sensibilização são feitas projecções de filmes do mangal destruído devido a acção do Homem e das mudanças climáticas e do mangal que não foi destruído, permitindo isso que as comunidades locais tenham um conhecimento do impacto que a destruição pode causar ao meio ambiente. Só são permitidos os cortes de mangais para a construção de barcos, reparação e construção de casas, mas sob controlo e conhecimento das autoridades locais.

No que diz respeito à terceira categoria, sobre a participação das comunidades locais através da tomada de decisão para o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo, as comunidades foram optimistas, dizendo que são consultadas sobre o desenvolvimento do turismo através dos conselhos comunitários, que os introduzem nos projectos de turismo. As comunidades podem aceitar ou não aceitar, dependendo dos objectivos do projecto. Mas sempre acabam aceitando. Cabe às comunidades decidir sobre o que deve ser feito para o seu próprio benefício. Mas nem sempre os investidores honram com os seus compromissos. A Oikos reforça a ideia de que todos os

intervenientes por sector são convidados a participar no processo de desenvolvimento do turismo, por forma a criar estratégias sustentáveis para o turismo na Ilha. Apesar das comunidades locais estarem motivadas a participar no turismo, existem dificuldades de estas participarem na tomada de decisão dada a falta de conhecimento sobre a legislação do turismo, seu funcionamento e de como os benefícios devem recair nas comunidades, para além dos benefícios relacionados com o emprego directo nos *lodges*. Para a Oikos, responsável pelo desenvolvimento do turismo, um dos obstáculos na tomada de decisão das comunidades reside no fraco desenvolvimento do turismo nos primeiros meses do ano 2018, motivado pelos conflitos internos que tiveram impactos na participação local.

A quarta categoria refere-se às expectativas das comunidades sobre o desenvolvimento do turismo. As comunidades referiram que gostariam que a Ilha do Ibo fosse um destino cultural reconhecido internacionalmente. A Oikos diz que as comunidades não têm ideia dos benefícios que o turismo pode trazer porque o turismo ainda está numa fase inicial e os ganhos levarão o seu tempo a ser percebidos pelas comunidades do Ibo. A Oikos reforça a ideia de que as comunidades só podem ter expectativas quando participarem no processo de planificação dos projectos de turismo desenvolvidos na Ilha do Ibo.

A quinta categoria refere-se à dependência económica do turismo no sentido de satisfazer a demanda turística e está relacionada com os gastos em infraestruturas e equipamentos necessários devido ao crescimento do fluxo turístico, tem reflexos no aumento de preços ocasionados pela maior demanda de procura de produtos e serviços, o qual não acompanha o aumento da renda da população local. Os governos, principalmente nos países em desenvolvimento, adoptam políticas, planos e regulamentos, assim como a construção de infraestruturas básicas, como vias de acesso, aeroportos, transportes, telecomunicações, água e energia para o desenvolvimento do turismo (Inskeep, 1991, p.171). A responsabilidade da planificação do turismo é do governo e requer políticas onde os objectivos enunciados visem a implementação de infra-estruturas para satisfazer o fluxo turístico.

A sexta categoria foi obtida através das temáticas que se encontram na revisão da literatura e refere-se à valorização da identidade cultural. A cultura da Ilha do Ibo denominada por cultura “*Mwani*”, é rica em recursos culturais como a dança, a cultura, a língua e património cultural

local, produtos locais de beleza “m’siro” e produtos tradicionais de higiene “m’ssuáqui e a mulala”; esta cultura é resultante do cruzamento de diferentes culturas e constitui a identidade de um povo que sofreu uma miscigenação secular que deve ser conservada, preservada e valorizada para o turismo.

10.2. Recomendações

O turismo desenvolvido na Ilha do Ibo surge como a segunda actividade de rendimento para as comunidades locais. As comunidades locais ainda têm dúvidas sobre os benefícios, que devem ser distribuídos de forma equitativa e justa. Para tal recomenda-se.

O melhoramento das infra-estruturas de acesso à Ilha do Ibo, por via terrestre, desde o distrito de Pemba-Metuge, ao ponto cais de Tanganhangue no distrito de Quissanga, que ainda se encontra em terra batida, de forma a tornar o percurso da viagem menos cansativo e demorado. No tempo chuvoso a via torna-se intransitável, devido a destruição de pequenas pontes ao longo da via.

O melhoramento do tipo de embarcação usado na travessia Tanganhangue-Ilha do Ibo, de modo a facilitar o transporte de pessoas e mercadorias, assim como de turistas que visitam a Ilha, tornando esta travessia mais cómoda e agradável.

O melhoramento da imagem da Ilha do Ibo em termos de infraestruturas, como por exemplo a pintura das casas, a conservação das ruínas, a preservação do *design* arquitectónico dos edifícios que fazem parte da história da Ilha, a melhoria da distribuição da energia eléctrica nas vias públicas e nos bairros de forma a criar segurança ao turista e às comunidades residentes.

A integração das comunidades locais e sua participação no turismo comunitário como empreendedores, aumentando-lhes o conhecimento sobre os benefícios do turismo através de palestras, seminários, *workshops*, eventos sobre o turismo, feiras de arte e gastronomia local e campanhas de sensibilização para a limpeza das praias e do saneamento do meio.

O aumento da oferta de serviços, tais como: bancos comerciais, restaurantes, casas de jogos e divertimentos; e, também, a profissionalização dos grupos comunitários culturais e de arte, a edificação de uma casa de cultura para criar aos turistas um ambiente de lazer e recreação, acrescentando ao que já existe na Ilha do Ibo.

O melhoramento no contacto dos turistas com as comunidades locais através da comunicação e na forma de apresentação, que acaba por imitar a forma de vestir do turista, perdendo os jovens locais a sua identidade cultural em detrimento de outros valores. Os turistas devem evitar dar dinheiro às crianças, que depois abandonam a escola e se tornam mendigos. Para isso foi elaborado o código de conduta do turista, faltando, no entanto, a sua divulgação por todos os membros da sociedade.

A elevação do nível de competitividade entre o empresariado local pode contribuir para a redução do custo de vida na Ilha. Os produtos alimentícios chegam à Ilha em pequenas embarcações, havendo necessidade de existir navios com produtos alimentares, material de construção e outros bens que no futuro possam atracar no porto da Ilha, como aconteceu no passado, quando a Ilha era a capital da província para o abastecimento em víveres e tornar, assim, o custo de vida mais acessível para os habitantes da Ilha do Ibo.

O aumento do conhecimento sobre a conservação do meio ambiente nas comunidades locais da Ilha, como por exemplo a conservação das praias, do mangal, dos corais (atração principal para turistas e visitantes), assim como a redução do comércio das espécies marinhas proibidas por lei, tais como: as tartarugas, os golfinhos e as baleias (atração forte para o turismo de que dependem grande parte dos investimentos em turismo). O PNQ, em parceria com as comunidades locais deve melhorar o sistema de fiscalização em todo perímetro da exploração turística.

O aumento da participação da comunidade local nas decisões sobre o turismo para permitir a gestão e conservação dos recursos naturais e culturais existentes da Ilha do Ibo, de modo a tornar a Ilha um destino de turismo natural e cultural reconhecido internacionalmente.

Aumentar a participação das comunidades em projectos de turismo sustentáveis e envolvê-los em todo o processo, desde a planificação de projectos, para que elas tenham conhecimento sobre os benefícios que o turismo produz nas suas comunidades.

A redução das limitações da participação comunitária através do incremento do nível de ensino na Ilha do Ibo, com escolas secundárias, de nível médio, com também do aumento das formações em turismo para elevar o nível de conhecimento e as capacidades de provisão de serviços nos *lodges* turísticos e nas casas de turismo comunitário.

A revisão das taxas aplicadas para a entrada de turistas e visitantes na Ilha do Ibo, devendo esta ser aplicada de forma diferenciada, mas privilegiando igualmente o incremento do turismo a nível nacional pelas entidades competentes do governo.

A Fortaleza deve constituir um monumento de interpretação histórica para a reconstituição do acervo bibliográfico da Ilha do Ibo, com história da Ilha, desde a penetração asiática até a chegada dos portugueses, à comercialização dos escravos, às relações com a capital da província de Cabo Delgado, com a capital da Companhia majestática do Niassa, que operou com capitais ingleses e franceses sobretudo no cultivo das culturas de algodão, sisal e tabaco. Todo este manancial histórico deve estar patente na Fortaleza para conhecimento dos turistas e visitantes.

A importância sobre o conhecimento dos valores culturais nas comunidades locais da Ilha de Ibo (o m'siro, a gastronomia local, os artesãos da prata, as vestes tradicionais, as danças tradicionais) através de programas nas escolas, nas comunidades, apreciados pelos turistas, deve ser o motivo principal da visita à Ilha do Ibo, tornando a Ilha um destino onde os valores culturais são conservados e considerados atractivos para o turismo.

O conhecimento sobre a identidade cultural local através de festivais de cultura local, onde todos os valores devem ser evidenciados, com maior participação local, como forma de manter prestígio e orgulho de um povo que durante séculos soube relacionar-se com diferentes culturas e criar a sua própria cultura. Uma cultura reconhecida a nível nacional e internacional.

Desenvolvimento de um roteiro turístico integrado entre a parte insular e a parte continental, incluindo a parte histórica da Ilha do Ibo, no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Província de Cabo Delgado 2018-2027.

10.3. Relevância do estudo

Este é o primeiro estudo a ser feito na Ilha do Ibo quanto às percepções das comunidades locais sobre o desenvolvimento do turismo. Sendo o primeiro estudo, ele irá despertar interesse para as pessoas estudarem mais sobre a Ilha do Ibo, um potencial natural, histórico e cultural para o desenvolvimento do turismo cultural e uma motivação muito forte para aqueles que se interessam por heranças culturais que resultam de uma miscigenação cultural de povos que outrora

cruzaram o oceano Índico e aportaram na Ilha do Ibo como destino para trocas comerciais e, hoje, o tomam como um destino turístico de destaque internacional.

10.4. Contributo da tese

A partir do momento em que as pessoas sabem que o turismo na Ilha do Ibo melhora a qualidade de vida das comunidades locais através do desenvolvimento socioeconómico e contribui para a conservação do património cultural, esforços serão feitos por todos os intervenientes para que mais turistas possam visitar a Ilha do Ibo com o intuito de lazer e recreação. Apesar de ter séculos de existência, a Ilha continua a ser um potencial forte em atractivos turísticos (naturais, patrimoniais e culturais), sendo considerada destino de turismo de classe mundial. É neste sentido que a tese estuda as percepções das comunidades locais sobre o desenvolvimento do turismo, o que vai ajudar a compreender melhor os benefícios esperados com o desenvolvimento desta actividade. Com esta tese pretende-se melhorar o turismo na Ilha do Ibo com destaque para os projectos de base comunitária de turismo, onde os benefícios para os locais serão visíveis em termos de formação e melhoria de qualidade de vida que será traduzida para mais emprego e renda, investimentos na educação, saúde e nas vias de acesso. Como também incentivar as comunidades locais na conservação do património cultural que constitui uma atracção forte para o turismo na Ilha do Ibo. Esta tese pode ser um documento orientador de futuros planos estratégicos de desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo.

10.5. Linhas de Investigação

A Ilha do Ibo foi visitada a partir do século VII por árabes, chineses, persas, indianos e portugueses. O resultado desta miscigenação cultural fez com que a influência cultural da Ilha fosse forte e muito característica, contribuindo para que, do ponto de vista turístico, haja apreço pelas danças, música local, comida típica dos ilheús, etc., tudo isso constituindo um motivo de visita à Ilha do Ibo. Estudos posteriores deverão incidir sobre o turismo cultural como forma de valorização da identidade cultural, foco principal de atracção turística na Ilha do Ibo.

A segunda linha de pesquisa deverá incidir sobre o turismo comunitário na Ilha do Ibo, que é desenvolvido pelas comunidades locais, ainda em pequena escala, mas que incentiva a participação local em todo o processo de desenvolvimento de turismo, desde a planificação à implementação das actividades com benefícios para as próprias comunidades locais.

Referências Bibliográficas

1. Documentos institucionais

Instituto Nacional de Estatística – *Anuário Estatístico 2016- Moçambique/Statistical Yearbook 2016 – Mozambique.*

Mitur (2004). *Plano de Maneio do Parque Nacional das Quirimbas 2004-2009.* República de Moçambique, Ministério do Turismo, Maputo, Moçambique.

Mitur (2009). *Plano de Desenvolvimento do Turismo para o Parque Nacional das Quirimbas, Volume 1: Plano de Desenvolvimento do Turismo; Volume 2: Directrizes para o Turismo no PNQ.* República de Moçambique, Ministério do Turismo, Maputo, Moçambique.

Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique [PEDTM] (2004-2013) aprovada na 15ª sessão ordinária do Conselho de Ministros de 12 de outubro de 2004, Moçambique.

Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique [PEDTM] (2016-2025), aprovado pela 48ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, 8 de Dezembro de 2015 Moçambique.

Plano e o seu Regulamento (2008) UEM- Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Habitat, Moçambique

Plano de Urbanização da Ilha do Ibo, (2008) *Inventário e Diagnóstico*, UEM- Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Habitat, Moçambique.

República de Moçambique, “*Plano Estratégico da Província de Cabo Delgado*” (2010-2014).

República de Moçambique, “*Plano Estratégico da Província de Cabo Delgado*” (2018-2027).

República de Moçambique, Ministério de Turismo, “*Plano de Maneio do Parque*”, (2004-2008), Parque Nacional das Quirimbas, Moçambique

República de Moçambique, Ministério de Turismo, “*Plano de Maneio do Parque*”, (2012-2021), Parque Nacional das Quirimbas, Moçambique

2. Referências Bibliográficas relevantes à Tese

Abdollahzadeh, G. and Sharifzadeh, A. (2012) *Rural Residents' Perceptions toward Tourism Development: a Study from Iran.* Faculty of Agricultural Management, Gorgan University of Agricultural Sciences and Natural Resources, Gorgan, Iran

Abranja, Nuno. (2005) *O Ecoturismo como Alicerce do Turismo Sustentável.* Revista de Investigação e Intervenção Social – Espaço S, 9, 47-56. Odivelas: Instituto Superior de Ciências Educativas.

- Aires, L. (2015) *Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional*, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal.
- Amuquandoh, F. E., (2010) *Residents' perceptions of the environmental impacts of tourism in the Lake Bosomtwe Basin, Ghana*, *Journal of Sustainable Tourism*, 18:2
- Andereck, K. L., Valentine, K. M., Knopf, R. C., & Vogt, C. A. (2005). *Residents' perceptions of community tourism impacts*. *Annals of Tourism Research*, 32, 1056–1076.
- Andriotis, K. (2005). *Community Groups' Perceptions of and Preferences for Tourism Development: Evidence from Crete*. *Journal of Hospitality & Tourism Research*, 29 (1), 67-90.
- Aref, F (2011) *Sense of Community and Participation for Tourism Development*. *Life Science Journal*; 8 (1):20-25. (ISSN: 1097-8135).
- Barbosa, A. L. (2012) *Relações organizacionais para o desenvolvimento regional do turismo*. In: Beni, M.C. (Org.). *Turismo – Planejamento Estratégico e Capacidade de Gestão – Desenvolvimento Regional, Rede de Produção e Clusters*. São Paulo: Manole.
- Barreto, M. (2000) *Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento*. Campinas, SP: Papirus.
- Bertalanffy, L. V. (1995) *Teoria General de los Sistemas* 10^a ed. México: FCE,
- Becken S, Hay J. (2007). *Tourism and climate change: risks and opportunities*. UK: Channel Vile Publications
- Beeton, S. (2006) *Community development through tourism*, Collingwood: Landlinks Press. 256 p. ISBN 9780643069626
- Beni, M.C. (2001) *Análise Estrutural do Turismo*. 5.ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo.
- Berno, T. (1999). *When is a guest a guest? Cook Islanders conceptualize tourism*. *Annals of Tourism Research*, 26(3), 565–675.
- Berno, T. (2003) *Local control and the sustainability of tourism in the Pacific*. In D. Harrison (Ed.), *Pacific island tourism* (pp. 94–109). London: Cognizant Publications.
- Bertoncello, R. (2008). *Turismo, cultura y patrimonio. La ciudad-colonia San José (Entre Ríos)*. In: Bertoncello, R. (Org). *Turismo y Geografía; lugares y patrimonio natural-cultural de la Argentina*. Buenos Aires: Ciccus.
- Bordenave, J. E. D. (1994) *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense.
- Bouchenaki, M. (2003) “*Atuações da UNESCO na conservação e recuperação do património*”, in *Informe Mundial sobre a Cultura 2000*, São Paulo: UNESCO/Editora Moderna Lda, 152-158.
- Bramwell, B. e Lane, B (1993) *Sustainable Tourism: An Evolving Global Approach*. *Journal of Sustainable Tourism*.
- Britton, S. G. (1982). *The political economy of tourism in the Third World*. *Annals of Tourism Research*, 9(3), 331–358.

- Britton, S. (1996). *Tourism, dependency and development: A mode of analysis*. In Y. Apostolopoulos, S. Leivadi, & A. Yiannakis (Eds.), *The sociology of tourism: Theoretical and empirical investigations* (pp. 155–173). New York: Routledge Press
- Brohman, J. (1996) *New directions in tourism for third world development*. *Annals of Tourism Research*, 23(1), 48}70.
- Broughman, J. E., and R.W. Butler. (1981). *A segmentation analysis of resident attitudes to the social impact of tourism*. *Annals of Tourism Research* 8, 4: 569-90
- Bull, A. (1995). *The economics of travel and tourism*. 2^a ed. Melbourne, Longman
- Butler, R. (1980). *The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources*. *Canadian Geographers*, 24, pp5-12.
- Butler, J.H. (1986) *Geografia Económica*. Aspectos Espaciales y Ecológicos de la Actividad Económica. Ed. Limusa, México.
- Bruyere, B.L. Beth A.W. Lelengula, G (2008) *Differences in perceptions of communities in tourism benefits and management issues in a protected area of rural Kenia*, Published in 8 of September 2008, Springer Science Business Media LLC.
- Campos, Marcus V. (2008) “Turismo na África: A actividade turística como perspectiva de alternativa futura ao continente” *Pasos- Revista de Turismo y Patrimonio Cultural* Vol.6, nº1, 121-127.
- Cañizares, S. María, S. Tabales, N. García, F. Fernando J. (2014) *Local residents' attitudes towards the impact of tourism development in Cape Verde*: *Tourism & Management Studies*, vol. 10, núm. 1, pp. 87-96, Universidade do Algarve, Faro, Portugal.
- Carrilho, J (2005) *Arquitectura e Ambiente: Preexistências, transformações e desenvolvimento sustentável. O caso da Ilha do Ibo*. Tese de Doutoramento. XIII Ciclo: Novembro 2002-Outubro 2005, Università Degli Studi di Roma “La Sapienza.”
- Castro, C.A.P. (2002) *Sociologia Aplicada ao Turismo*, São Paulo, Atlas, p.3
- Chiziane, E. (2007), *Turismo e Desenvolvimento Local*; UEM- Faculdade de Direito, Maputo.
- Cooper, Fletcher, Gilbert, Wanhill, Sherpherd (1998) *Turismo: Princípios e Prática*, 2ªEdição, Prentice.
- Cooper, C. John, F. Gilbert, D. and Wanhill, S. (2001) *Tourism Principles and Practice*. Melbourne, Australia: Longman, 1993. _____. *Turismo Princípios e Práticas*. São Paulo: Bookman.
- Coser, L. A. (1956). *The functions of social conflict*. London, England: Routledge & Kegan Paul.
- Creswell, J.W.(2007) *Projecto de pesquisa Social*, 2ed, Porto Alegre. Arned.
- Crystal, E. (1989). *Tourism in Toraja (Sulawesi Indonesia)*. In V. L. Smith (Ed.), *Hosts and guests: The anthropology of tourism* (2nd). (pp. 139e168) Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press.

- De La Torre, Oscar (1997), *El turismo:fenómeno social*.2ed. México:1ed.Fundo de cultura económica.
- Denzin, N. and Lincoln, Y.S. (2000a) *Handbook of Qualitative Research*, (second edition) London: Sage
- Denzin, N. and Lincoln, Y. S. (eds.) (2005b) *The Sage handbook of qualitative research*, 3.ed. London: Sage.
- Dolezal, C., & Trupp, A. (2015). *Tourism and development in Southeast Asia*. ASEAS – Austrian Journal of South-East Asian Studies, 8(2), 117-124.
- Doxey, G. (1975). “A Causation Theory of Visitor- resident Irritants: Methodology and Research Inferences”, *Travel and Tourism Research Associations Sixth Annual Conference Proceedings*.TTRA, San Diego.
- Faria, D.M.C.P. (2012) *Desenvolvimneto e turismo: uma abordagem conceitual*. Cedeplar, Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR
- Fennell, D. (1999). *Ecotourism: An Introduction*. London, Routledge
- Fernandes, F (2015) O estudo dos sistemas turísticos e a antropologia. Madeira: um estudo de caso Universidade de Lisboa (Portugal) Pasos, *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. Special Issue Vol. 13 N.o 2. Págs. 425-434.
- Fletcher, J. E; Archer, B.H (1991) *The development and aplication of multiplier analysis*. In: Cooper, C. P. *Progress in Tourism, Recreation and Hospitality Management*. London: Belhaven, v.1.
- Flick, U. (2004) *Uma Introdução á pesquisa qualitativa*. 2.ed. Porto Alegre: Bookman
- Flick, U. (2005) *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, 1ª Edição, Monitor, Lisboa-Portugal
- Flick, U. (2009) *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Fonseca, J. J. S. (2002) *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, Apostila
- Freeman, R.E (1984) *Strategic Management: A Stakeholder Approach*, Pitman, Boston.
- Frank, A. G. (1967) *Capitalism and underdevelopment in Latin America*. Nova Iorque: Monthly Review Press.
- Freire, Paulo (2014) *Pedagogia do oprimido*. 57ª Edição. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra.
- Gerhardt & Silveira (2009) *Métodos de Pesquisa* 1ª edição Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Gil, A. C. (1994), *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. Ed. São Paulo: Atlas,
- Gil, A. C. (1999) *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

_____. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. Ed. São Paulo: Atlas.

Goulart, M. & Santos, R. I. D. (1998). *Uma abordagem histórico-cultural do Turismo*. Revista Turismo: Visão e Ação. 1:19-29.

Goldner, C.R.; Ritchie, J.R.; McIntosh, R. (2003) *Turismo: princípios, práticas e filosofias*. [tradução: Roberto Cataldo Costa]. 8.ed. Porto Alegre: Bookman, . 478p.

Guerra, Carvalho, I. (2006) *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo- sentido e formas de uso, princípio*, estoril. 1ª edição.

Guba, E.G. (1990): “*The alternative paradigm dialogue*”. In E.G. Guba (Ed.), *The paradigm dialog*. Newbury Park, CA: Sage, pp.17-30.

Hall, C. M. (1994). *Tourism and politics: Policy, power and place*. Chichester: Wiley

Harrill, R. (2004). *Residents' Attitudes toward Tourism Development: A Literature Review with Implications for Tourism Planning*. Journal of Planning Literature, 18, 251-266.

Harrill, Rich, and Thomas D. Potts. (2003). *Tourism planning in historic districts: Attitudes toward tourism development in Charleston*. Journal of the American Planning Association 69, 3: 233-44.

Hidalgo, M. M. (2008) *Introducción a las teorías del desarrollo*. En: Piqueras, A.I. *et al.* (Coords.). *Desarrollo y cooperación: un análisis crítico*. Valencia: Tirant Lo Blanch. P.91-112.

Ignarra, L. R. (2003). *Fundamentos do Turismo*, 2ª. Ed. Rivista e Ampliada. Brasil: Pioneira Thomson Learning Lda.

Inskip, E. (1991) *Tourism Planning: An Integrated and Sustainable Development Approach: Canada*

Isaac, R. (2008): “*Understanding the behaviour of cultural tourists: towards a classification of Dutch cultural tourists*”. NHTV International Higher Education Breda, Netherlands.

IUCN (2002), “*IUCN Category V Protected Areas Protected Landscapes/Seascapes*”, IUCN - Commission on National Parks and Protected Areas, Gland, Switzerland

IUCN (2003), “*United Nations List of Protected Areas*” IUCN - Commission on National Parks and Protected Areas, Gland, Switzerland.

IUCN (2006), “*As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza*”? Oportunidades e limitações, União Mundial para a Natureza, Suíça.

Kirk, J.; Miller, M. L. (1986) *Reliability and validity in qualitative research*. Thousand Oaks: Sage Publications.

Kurin, R. (2004), “*Intangible Cultural Heritage in the 2003 UNESCO Convention*”, in Museum International: Views and Visions of the Intangible, UNESCO, UK: Blackwell Publishing, 221-222 (56), 67-76.

- Lacy, T. D., Battig, M., Moore, S., & Noakes, S. (2002). Public / Private Partnerships for Sustainable Tourism. In *delivering a sustainability strategy for tourism destinations: Asia Pacific Economic Cooperation Apec Tourism Working Group*.
- Lakaota, L. (2016) *Rural Communities participation in the Planning and Management of Tourism development: A case study from Lesotho: Journal of Hospitality, Tourism and Leisure* Vol. 5 (4) - (2016): South Africa.
- Lage, B. Milone, P. (2000), *Turismo: Teorias e Práticas*, São Paulo: Atlas, Brasil
- Lage, B. H. G. e Milone, P. C. (2001) *Economia do turismo*. 7.ed. São Paulo: Atlas
- Lago, André. A. C. (2013) *Conferência de Desenvolvimento Sustentável: Fundação Alexandre de Gusmão; Funag; Brasília*
- Lei n°16/2014 de 20 de Junho a Conservação da Biodiversidade*
- Lei n°10/88 de 22 de Dezembro de 1988, sobre a Protecção Legal dos Bens Materiais e Imateriais do Património Cultural Moçambicano, I Série, número 51, Moçambique*
- Leininger, M. M. (1985), *Qualitative research methods in nursing*. Orlando: Grune & Stratton, Inc
- Lepp, A. (2007) *Residents' attitudes towards tourism in Bigodi village, Uganda*. *Tourism Management*, (28): 876-885. ISSN 0261-5177
- Lepp, A. (2008) *Attitudes towards initial tourism development in a community with no prior tourism experience: The case of Bigodi, Uganda*. *Journal of Sustainable Tourism*, 16(1), 5–22.
- Lima, C., (1997). *Angola no contexto da turistificação do mundo: Análise de um processo*. Dissertação para a obtenção de grau de Mestre. Lisboa: ISCTE.
- Maiela, A. (2012) *Turismo como Factor de Desenvolvimento Social: Dissertação de Mestrado*. Universidade Católica de Moçambique, Faculdade de Gestão de Turismo e Informática, Pemba, Moçambique
- Mason, P. and Cheyne, J. (2000), *Residents attitudes to proposed tourism development*. *Annals of Tourism Research* 27, 2: 391-411.
- Mason P. (2003), *Tourism Impacts, Planning and Management*. Elsevier: Oxford.
- Mathieson, A. and Wall. G. (1982), *Tourism Economic Physical and Social Impacts*, Longman, England
- Mathieson, A. and Wall. G. (1990). *Tourism: economic, physical and social impacts*. Harlow: Longman Scientific & Technical Editora
- Mbaiwa, J. E. (2005). Enclave tourism and its socio-economic impacts in the Okavango Delta, Botswana. *Tourism Management*, 26, 157–172.
- Merriam, S. B. (1998) *Qualitative research and case study applications in education*. São Francisco (CA): Jossey-Bass,

- Mill, R. C. and Alastair M. Morrison (2002). *The Tourism System: An Introductory Text* 3rd Ed. Kendal/Hunt Publishing.
- Minayo, S. (2001) *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis: Vozes, p.80
- Ministry of Environment and tourism “*National Policy on Tourism for Namibia*”04 December (2008).
- Morreira & Crespo (2012) *Economia do Desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento*, Revista de Economia, v. 38, n. 2 (ano 36), Editora UFPR, Portugal
- Mowforth, M. and Munt, I. (1998) *Tourism and Sustainability: Development and New Tourism in the Third World*, London: Routledge.
- Muganda, et, al. (2010) 'Tourism's contribution to poverty alleviation: A community perspective from Tanzania', Development Southern Africa, 27: 5, 629 — 646
- Munhurrun, P.R. (2011) *Residents Attitudes towards Perceived Tourist Benefits*. University of Technology Mauritius
- Munro et al (2010) The impacts of tourism on two communities adjacent to the Kruger National Park, South Africa, Development Southern Africa, 27:5 National Policy on Tourism for Namibia (NPTN) 2008.
- Niskala, M. (2015) *Encountering the Other: The Ovahimba Culture and People in Namibian Tourism Promotion*, *Nordic Journal of African Studies* 24(3&4): 259–278
- OMT (1999d) - *Guía para Administraciones Locales: Desarrollo Turístico Sostenible*. Madrid, Organización Mundial del Turismo
- OMT (2003). *Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável*. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman.
- OMT (2003) *Turismo internacional: uma perspectiva global*. 2. Ed. São Paulo: Bookman.
- OMT (2005) Mundial de Turismo. *Programa ST-EP: Turismo Sostenible – Eliminación de la Pobreza*. Madrid.
- Organização Mundial do Turismo [OMT] (2013). *International Tourism*. Madrid.
- Organização Mundial do Turismo [OMT] (2014), *Caracterização do turismo Global*. Madrid.
- Organização Mundial do Turismo [OMT] (2016), *Caracterização do turismo Global*, Madrid.
- Organização Mundial do Turismo [OMT] (2017), *UNWTO, World Tourism Barometer*, Madrid.
- Perdue, Richard R., Patrick T. Long, and Lawrence Allen. (1990). *Resident support for tourism development*. *Annals of Tourism Research* 17, 4: 586-99. 1987. *Rural resident tourism perceptions and attitudes*. *Annals of Tourism Research* 14:420-29.
- Pizam, Abraham. (1978), *Tourism's impacts: The social costs of the destination community as perceived by its residents*. *Journal of Travel Research* 16, 4: 8-12.
- Praça, M. (2014) *A Valorização do Património na Gestão do Território*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; Universidade Nova de Lisboa.

- Pretty, J. (1995). *The many interpretations of participation*, *Tourism in Focus*, 16, 4–5.
- Prentice, R. (1993). *Community-driven tourism planning and residents' preferences*. *Tourism Management*, 14 (3), 218-227.
- Richards, G. (2007) *Cultural tourism: global and local perspective*. Haworth Hospitality Press, New York and London.
- Richards, G. (2009): “*The impact of culture on tourism*”. OECD, Paris.
- Richards, G. (2013): “*Cultural Tourism*”. In Blackshaw, T. (ed.) *Routledge Handbook of Leisure Studies*. Routledge, London, pp. 483-492.
- Richardson, R.J. (1998). *Pesquisa Social*. 3ª Edição, São Paulo, Editoras Atlas.
- Robinson, M. (1999). *Cultural conflicts in tourism: inevitability and inequality*. In M. Robinson & P. Boniface (Eds.), *Tourism and cultural conflicts* (pp. 1e32). Oxford, England: CABI Publishing.
- Ruschmann, Doris. (1997) *Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas, SP: Papirus.
- Ryan, C. and D. Montgomery (1994). “*The Attitudes of Bakewell Residents to Tourism and Issues in Community Responsive Tourism*”, *Tourism Management*. 15(5): 358-369.
- Santos, J. R. et al (2004) *Análise de Conteúdo: Pesquisa Qualitativa no âmbito da Geografia Agraria*. In: XXIV Encontro Estadual de Geografia. Santa Cruz do Sul. RS. UNISC
- Santos, S. Pedro, B. e Bártolo, T. (2009) *Turismo Sustentável e a sua importância para o sector em Portugal*, Sustentare, Consultoria em sustentabilidade, Lda Portugal.
- Sanner, R. Yiu, L. & Filadoro, M. (2015) *Tourism Development in Least Developed Countries: Challenges and Opportunities*, *Published in Angelo A. Camillo (editor) “Handbook of Research on Global Hospitality and Tourism Management”, IGI Global Publ., Hershey, Penn. 2015, chapt. 13, pp 234-261*
- Sharpley, R. (2000) *Tourism and sustainable development: exploring the theoretical divide*. *Journal of Sustainable Tourism*, Clevedon, v. 8, n. 1, p.1-19.
- Sharpley, R. and Telfer, David J. (2002) *Tourism and development*, Channel View Publications.
- Sharpley, R. (2009) *Tourism development and the environment: beyond sustainability?* London: Earthscan
- Sharpley, R. (2014) *Host perceptions of tourism: A review of the research* University of Central Lancashire, Preston Pr1 2he, UK
- Selltiz, C. et al (1987). *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira, 2ª Edicao, São Paulo EPU.
- Silva, C.S. & Filho, B. H. (2007) *Desenvolvimento e Económico e Local: Problemas desafios e Possibilidades*. França, SP.

Simão, J & Partidário, M. (2012) *How Does Tourism Planning Contribute to Sustainable Development?* CIEO – Research Centre for Spatial and Organizational Dynamics, Universidade Aberta – Portugal.

Simão & Mosso (2013) *Residents perceptions Towards Tourism Development*. The case of Sal Island. Department of Social Sciences and Management, Universidade Aberta and CIEO – Research Centre for Spatial and Organizational Dynamics, Lisboa, Portugal, and Direção -Geral do Ambiente, *Cape Verde*.

Sinclair, M. T. Stabler, M. (2009) *Aspectos económicos do turismo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Simmons, D. G. (1994). *Community participation in tourism planning*. *Tourism Management*, 15 (2), 98-108

Snyman, Susana Lynne (2012) *The role of tourism employment in poverty Reduction and community perceptions of conservation and tourism in southern Africa*, *Journal of Sustainable Tourism*, 20:3, 395-416

Spencer, J. P., Safari, E. & Dakora, E.A.N. (2014). *An evaluation of the tourism value-chain as an alternative to socio-economic development in Rwanda*, Africa. *African Journal for Physical, Health Education, Recreation and Dance*, 20(2:1), 569-583.

Stephan, W. G., & Stephan, C. W. (1996). *Intergroup relations*. Boulder, CO: Westview Press

Stephan, W. G., Diaz-Loving, R., & Duran, A. (2000). *Integrated threat theory and intercultural attitudes: Mexico and the United States*. *Journal of Cross-cultural Psychology*, 31, 240–249.

Tosun, C. (2000). *Limits to Community Participation in the Tourism Development Process in Developing Countries*. *Tourism Management*, 21(6), 613-633.

Tosun, C. (2006) *Expected nature of community participation in tourism development*. *Tourism Management*, v. 27, p. 493-504.

Tyrell, Timothy J., and Irving A. Spaulding. (1984) *A survey of attitudes toward tourism growth in Rhode Island*. *Hospitality Education and Research Journal* 8, 2: 22-33.

UNEP (2007) — *Millennium Development Goals. Indicator 26: Protected Areas Report*. World Conservation Monitoring Centre.

UNESCO, (1972) *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*, Decreto n.º 49/79 de 6 de Junho, Diário da República, I, 130.

UNESCO, (1989) *Recommendation on the Safeguarding of Traditional Culture and Folklore*, Consultado em 2009-12-16,

UNESCO (2003a) *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, Decreto n.º 28/2008 de 26 de Março, Diário da República n.º 60, 1685-1704.

UNESCO (2003b) *Preliminary Draft International Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage* and Report by the Director-General on the situation calling for standard-setting and on the possible scope of such standard-setting, [32 C/26],

United Nations Economic and Social Council Economic Commission for Africa [UNECA] (2013), *Industrialisation for an Emerging Africa. Issues Paper. Abidjan, Cote d'Ivoire.*

United Nations Environment Program and World Tourism Organization (2005) *Make tourism more sustainable: A Guide for Policy makers; France, Madrid Spain.*

Ushantha, et. al. (2016) *Barriers to Community Participation in Tourism Businesses: A Case Study of Local Community Inarugam-Ba.*

Vadell1, J.B.G. Armas, R.D. Tano, D.G (2013) *Residents' Perceptions of Tourism Impacts on Island Destinations: A Comparative analysis.* Universitat illes balears, spain, Universidad de la laguna, tenerife, spain

Valenzuela, M. El (1984) *Uso recreativo de los espacios naturales de calidad.* Una reflexión sobre el caso Español. Revista Estudios Turísticos, (04), pp. 03-15.

Weaver, D. B. (1998). *Ecotourism in the less developed world.* New York: CAB International

Williams, Daniel R., Cary D. McDonald, Carla M. Riden, and Muzaffer Uysal. (1995), *Community attachment, regional identity and resident attitudes toward tourism development.* 26th annual conference proceedings of the Travel and Tourism Research Association. Acapulco, Mexico: Travel and Tourism Research Association, 424-31.

Williams, S. (1998). *Tourism Geography.* London, Routledge

Wijesundara, (2016) *Community Participation in Tourism Benefits Sharing Schemes of Sri Lanka: A Case Study of Arugam Bay Destination.* Clomson, South Carolina. USA

Woodley, A. (1993) *Tourism and sustainable development: The community perspective.* In J.G. Nelson, R. Butler and G. Wall (ed) *Tourism and Sustainable Development: Monitoring, Planning, and Managing* (pp.135–47). Canada: Heritage Resources Centre, University of Waterloo

World Commission on Environment and Development (1987) *Our Common Future.* Oxford University Press, Oxford, UK

World Travel & Tourism Council, (2013). *Travel & Tourism Economic Impact.* Londres, Reino Unido.

World Travel & Tourism Council, (2015). *Travel & Tourism Economic Impact.* Londres, Reino Unido.

World Tourism Organization [UNWTO] (2015), *Tourism highlights*, Madrid,

World Tourism Organization [UNWTO] (2016), *Tourism highlights*, Madrid.

World Tourism Organization [UNWTO] (2018), *Tourism highlights*, Madrid.

Yang, J.-J., Ryan, C., & Zhang, L.-Y. (2013) *Social Conflict in Community Impacted by Tourism*, Beijing, China

Zanirato, S. H. (2009) *Usos sociais do patrimônio cultural e natural*. Patrimônio e Memória, v.5, n. 1, p. 137-152.

Ziffer, K. (1989). *Ecotourism: The Uneasy Alliance*. Washington, DC: Wildlife Conservation International and Ernest & Young.

Apêndice

Tabela de participantes nas entrevistas semiestruturadas sobre a “Percepção das comunidades acerca do turismo na Ilha do Ibo.”

Nº	Nome	Função/ Cargo / Estatuto social	Observação
1	Issa Tarmamade	Administrador do distrito da Ilha	Entidade máxima do distrito
2	Saide Amade	Secretário Permanente	Responde por todos os sectores de economia no Ibo
3	Iolanda da Mercês de Almeida	Directora de Turismo da Provincia de Cabo Delgado	Responde pelo turismo em Cabo Delgado.
4	Naungi Jonas Cosme Ntave	Director Adjunto do PNQ	Responde pelas actividades dentro do PNQ (Ilha do Ibo)
5	*	Directora da OIKOS	Responde pelo turismo no PNQ
6	Egidio Gobo	Oficial do Programa	Responde pela reserva marinha “Santuários” na Ilha do Ibo- PNQ.
3	Monteiro Rachide	Chefe de posto do bairro Cimento	Responde pela população do bairro de Cimento.
4	Jamal Mussa	Secretário do Bairro de Rituto	Responde pela comunidade de Rituto
5	Rabal Amade	Secretário do Bairro de Cumuamba	Responde pela comunidade de Cumuamba
6	Mariane Abdlremane	Chefe de posto de Querimba	Responde pela comunidade de Querimba
7	Mussa Juma	Especialista de desenvolvimento Comunitario	Trabalha no lodge comunitario da Ilha
8	Zaqui Ali Momade	Facilitador Comunitario do Projecto Redis-Ibo	Trabalha no projecto Redis-Ibo
9	Margarida Jose	Voluntaria do Projecto Redis _Ibo	Trabalha no Projecto Redis-Ibo
10	Velez Antonio	Administrador do Resort Ibo- island	Entidade maxima do resort
11	Ali Somar	Guia turístico do Ibo island	Trabalha para o Ibo Island
12	Juma Suncar	Mergulhador e marinheiro no Ibo island	Trabalha para o Ibo Island

13	Fernando Maquina	Gestor de comidas e bebidas no Ibo island	Trabalha para o Ibo Island
14	Assane Omar	Bar man- Ibo island	Trabalha para o Ibo Island
15	Ana Rodrigues Perez	Gestora do Mwani House Lodge	Entidade maxima, responde pelo lodge
15	Carolina Armando	Recepcao e andares e quartos	Trabalha para Mwani House
16	Ruquia Assane	Empregada de mesa (restaurante e bar) Mwani House lodge	Trabalha para Mwani House
17	Khris	Gestor do Lodge “ Cinco portas”	Lodge em actividade há mais de cinco anos
18	Castelo Branco	Gestor do Ulani Lodge	Proprietário do Ulani lodge recém aberto.
19	*	Gestor do “Miti Mwiri Lodge”	Lodge em actividade há mais de cinco anos
20	*	Gestora da Casa da Garças “ turismo comunitário”	Tourismo Comunitário
21	*	Karibuni House “ Turismo Comunitario”	Turismo Comunitário
22	*	Casa sakata “ Arte Local”	Vendas de presentes e lembranças em capulana e palha para turistas e visitantes
23	Faque Assane	Empregado de mesa (restaurante bar Mwani House)	Trabalhador do Mwani House
24	Ângela Teodora	Cozinheira Mwani House lodge	Trabalhador do Mwani House
25	Selemane Abdul	Trabalhador da Miti Mwiri	Empregado de mesa
26	Constantino Baptista	Bar man do Arquipelago Residencial	Lodge recém- aberto
27	Muassite Selemane	Cozinheira do Arquipelago Residencial	Lodge recém- aberto
28	Faquir Mussa	Trabalhador de limpeza do Ulani Lodge	Lodge recém- aberto
29	Juma Ali Mussa	Jardineiro do Ulani Lodge	Lodge recém- aberto
30	Assane Tuair	Empregado de mesa e Bar man do Miti Mwiri	Lodge em actividade há mais de cinco anos
31	Marcelina Sousa	Empregada de limpeza do Miti Mwiri	Lodge em actividade há mais de cinco anos

32	João Sabão	Empregado de Limpeza da Casa das Garças	Turismo Comunitário
33	Issufo Cadre	Jardineiro do “Cinco portas”	Lodge em actividade há mais de cinco anos
34	Luísa Venâncio	Cozinheira do “Cinco portas”	Lodge em actividade há mais de cinco anos
35	Talide Mussa	Empregada de limpeza do “Cinco Portas”	Lodge em actividade há mais de cinco anos

*Entrevistados que preferiram o anonimato.

ENTREVISTAS SEMI- ESTRUTURADAS

Para a identificação dos Participantes às entrevistas foram criados os seguintes códigos.

1. Caracterizar a actividade turística na lha do Ibo.
2. Avaliar a percepção das comunidades locais sobre o desenvolvimento turístico na Ilha do Ibo, nomeadamente ao nível dos impactos ambientais e socio- económicos da actividade.
3. Analisar a participação das comunidades locais através da tomada de decisão no desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo
4. Identificar as expectativas das comunidades locais acerca do desenvolvimento turístico na Ilha do Ibo.

Códigos:

- Administrador da Ilha do Ibo (Abdul), 2. Secretário Permanente da Ilha do Ibo (Abdala)
- Gestor do Turismo (Gildo), Gestor do PNQ (Gogo), Gestor da Oikos (Gizé), gestor da WWF (Geness),
- Gestores dos *lodges*, Gestor de Mwani House (Mwani), Gestor Cinco Portas (Chris), Gestor Ulani Lodge (Ulani), Gestor Miti Mwiri (Miti), Gestor Ibo Islands (Ismael), gestor Casa das Garcas (Garças), Gestor de karibuni, lodge comunitário (Karibuni)
- Chefes de Posto Cimento (Cimento), Chefe de bairro de Camoamba (Cumuamba), Chefe de posto Querimba (Querimba), Chefe de bairro Rituto (Rituto)
- Trabalhadores: João, Sidia, Berta, Lopes, Mariano, Assuate, Abdul, Amisse, Jose, Lemos, Joana, Maria, Carolina, Amina, Zurra, Teresa, Cassiano, Selemane e Abdala.

Anexo 1: Entrevistas Semi- estruturadas dirigidas aos Gestores do PNQ, TURISMO, OIKOS e WWF

Tema: “Percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento do Turismo no PNQ: Caso Ilha do Ibo).”

Objectivo da entrevista: compreender a percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento turístico na Ilha do Ibo

Tema	Categoria	Sub- categoria	Pessoas que respondem
Percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento do Turismo no PNQ, (caso Ilha do Ibo).	1.Caracterizar a actividade turística na Ilha do Ibo.	<ol style="list-style-type: none">1. Como é feita a actividade turística na Ilha do Ibo?2. Quais são as atrações turísticas que a Ilha do Ibo oferece para o turismo?3. De que forma o turismo é desenvolvido na Ilha do Ibo?4. Quais são facilidades turísticas que existem para o turismo na Ilha do Ibo?5. Como os turistas chegam a Ilha do Ibo?	Gestores do PNQ,WWF e Turismo
Percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento do Turismo no PNQ, (caso Ilha do Ibo).	2. Avaliar a percepção das comunidades locais sobre o desenvolvimento turístico na Ilha do Ibo nomeadamente ao nível dos impactos ambientais e socio- económicos da actividade.	<ol style="list-style-type: none">1. Quais são os benefícios socio- económicos do turismo na vida das comunidades locais na Ilha do Ibo?2.Como se pode medir a satisfação das comunidades com a chegada de turistas na Ilha do Ibo?3.Qual é a relação entre o espaço (local onde se desenvolve o turismo e as zonas habitacionais das comunidades locais)?4. Como é que a presença de turistas aumenta o custo de vida na Ilha do Ibo?5. Qual é a atitude dos residentes em relação ao tempo de permanência dos turistas, idade, residência e ao idioma?6.O turismo acontece no meio ambiente. Como o turismo contribui para a conservação da Ilha do Ibo?	Gestores do PNQ,WWF e Turismo

		<p>7. Como os empreendimentos turísticos que se encontram instalados na Ilha do Ibo observam a legislação ambiental?</p> <p>8. Qual é o tipo de pressão que a Ilha do Ibo tem sofrido com o desenvolvimento do turismo?</p> <p>9. De que forma as comunidades destroem as espécies existentes no PNQ para o desenvolvimento de turismo.</p> <p>10. Quais são as espécies locais existentes na parte insular (Ilha do Ibo) comercializadas pelas comunidades locais, que são fontes de atração para o turismo?</p> <p>11. A comercialização destas espécies está em conformidade à legislação em vigor no País?</p> <p>12. Que medidas são tomadas para a conservação da Ilha do Ibo?</p>	
<p>Percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento do Turismo na Ilha do Ibo.</p>	<p>3. Analisar a percepção das comunidades locais acerca da sua participação no processo de desenvolvimento do turismo.</p>	<p>1. Qual é a percepção das comunidades locais sobre a destruição da vida selvagem, desflorestamento para satisfazer as necessidades dos turistas como por exemplo; a construção de lodges?</p> <p>2. Como é que o tipo de turistas que visita a Ilha do Ibo é percebido pelas comunidades locais?</p> <p>3. Como participam as comunidades locais no turismo?</p> <p>4. Como é feita a participação local através das consultas comunitárias?</p> <p>5. Explique porquê as comunidades locais devem decidir sobre o tipo de turismo a ser desenvolvido no Ilha do Ibo?</p>	<p>Gestores do PNQ, WWF, OIKOS e Turismo</p>

		<p>6. Porque é importante a participação das comunidades locais na tomada de decisão?</p> <p>7. Quais são as dificuldades das comunidades locais fazerem parte na tomada de decisão em relação ao turismo na Ilha do Ibo?</p> <p>8. Os problemas da Ilha do Ibo são discutidos entre os diferentes actores?</p> <p>9. Como é feita a participação das comunidades locais na gestão e conservação da Ilha do Ibo?</p> <p>10. De que forma as comunidades locais participam na gestão da Ilha do Ibo juntamente com os outros intervenientes?</p>	
--	--	---	--

<p>Percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento do Turismo na Ilha do Ibo.</p>	<p>4. Identificar as expectativas das comunidades locais acerca do desenvolvimento turístico na Ilha do Ibo.</p>	<p>1.O que as comunidades gostariam de alcançar com o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo?</p> <p>2. Como o turismo pode ser uma alternativa de sobrevivência as comunidades locais na Ilha do Ibo?</p> <p>3. Com a crise que se vive no país, o número de turistas e visitantes a Ilha do Ibo diminuiu. Qual é a expectativa destas comunidades com o turismo?</p> <p>4. Quais são as actividades que as comunidades locais desenvolvem na Ilha do Ibo para aumentarem a renda?</p> <p>5.De que forma as comunidades gostariam que o turismo melhorasse as condições sociais (vias de acesso, energia e água)?</p> <p>6.Como os benefícios pelo desenvolvimento do turismo são distribuídos de forma equitativa para às comunidades locais na Ilha do Ibo?</p> <p>7.Como as comunidades locais participam no processo de tomada de decisão para decidirem sobre os benefícios que advêm pelo desenvolvimento do turismo?</p>	<p>Gestores do PNQ,WWF, OIKOS e Turismo</p>
--	--	---	---

Anexo 2: Entrevistas Semi- estruturadas dirigidas aos Gestores dos *Lodges e Resorts* na Ilha do Ibo

Tema: “Percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento do Turismo no PNQ: Caso Ilha do Ibo)”

Objectivo da entrevista: compreender a percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento turístico na Ilha do Ibo.

Tema	Categoria	Sub-Categoria	Pessoas que respondem
Percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento do Turismo na Ilha do Ibo.	1.Caracterizar a actividade turística na Ilha do Ibo.	1.Como é feito o turismo na Ilha do Ibo? 2.Quais são as atrações turísticas que a Ilha do Ibo oferece para o turismo? 3.Qual é o tipo de turismo praticado pelos turistas na Ilha do Ibo? 4.Quais são facilidades turísticas que existem para o turismo na Ilha do Ibo? 5.Como são acomodados os turistas e visitantes na Ilha do Ibo? 6.Como é que os turistas e visitantes chegam a Ilha do Ibo? 7. Nos últimos anos o turismo na Ilha do Ibo tem reduzido. Que dificuldades os gestores dos <i>lodges</i> têm encontrado no turismo na Ilha do Ibo?	Gestores dos <i>Lodges e Resorts</i>
Percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento do Turismo na Ilha do Ibo.	2. Analisar o impacto do desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo.	1.Quais são os benefícios que os gestores dos <i>lodges e resorts</i> têm com o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo? 2.Como é que os benefícios pelo desenvolvimento do turismo contribuem para economia local na Ilha do Ibo?	Gestores dos <i>Lodges e Resorts</i>

		<p>3. Como os trabalhadores locais recebem o anúncio de vagas para trabalharem nos <i>lodges e resorts</i>?</p> <p>4. Quais são os sectores de turismo que absorvem trabalhadores locais? Porquê?</p> <p>5. Quais são as estratégias usadas pelos gestores dos <i>lodges e resorts</i> para aumentar a participação da população local como força de trabalho nos seus empreendimentos turísticos?</p> <p>6. Existe um sistema de comunicação permanente pelo desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo entre os diferentes actores.</p> <p>7. De que se forma se pode medir a satisfação das comunidades locais pelo desenvolvimento de turismo?</p> <p>8. Quais são as principais mudanças que ocorrem no turismo nos últimos anos na Ilha do Ibo?</p> <p>9. As decisões tomadas pelo desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo são do conhecimento dos diferentes actores (operadores turísticos, investidores e as comunidades locais)?</p>	
<p>Percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento do Turismo no PNQ, (caso Ilha do Ibo)</p>	<p>3. Avaliar a percepção das comunidades locais sobre o desenvolvimento turístico na Ilha do Ibo, nomeadamente ao nível dos impactos ambientais e socio-económicos da actividade</p>	<p>1. Quais são os impactos do turismo para as comunidades locais na Ilha do Ibo com destaque ao alívio a pobreza?</p> <p>2. Quais são os benefícios económicos advindos do turismo?</p> <p>3. Quais são os benefícios sócio-culturais do turismo?</p> <p>4. Como se manifesta a satisfação das comunidades locais com a chegada de turistas na Ilha do Ibo?</p>	<p>Gestores dos <i>Lodges e Resorts</i></p>

		<p>5. O que percebem as comunidades locais sobre os benefícios do turismo?</p> <p>6. Qual é a relação entre o espaço (local onde se desenvolve o turismo e as zonas habitacionais das comunidades locais)?</p> <p>7. Qual é a atitude das comunidades locais em relação ao tempo de permanência dos turistas, idade e ao idioma?</p> <p>8. O turismo acontece no meio ambiente. Como o turismo contribui para a conservação da Ilha do Ibo?</p> <p>9. O que muda na vida das comunidades locais com o turismo?</p> <p>10. Quais são os factores sócio económicos que influenciam na percepção dos residentes sobre o turismo na Ilha do Ibo?</p>	
Percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento do Turismo na Ilha do Ibo.	4. Analisar a percepção das comunidades locais acerca da sua participação no processo de desenvolvimento do turismo.	<p>1. O que as comunidades locais percebem sobre a destruição da vida selvagem, desflorestamento para satisfazer as necessidades dos turistas como por exemplo; com a construção de lodges?</p> <p>2. Como é que o tipo de turistas que visita a Ilha do Ibo é percebido pelas comunidades locais?</p> <p>3. Como as comunidades locais participam no desenvolvimento do turismo?</p> <p>4. Como é feita a participação local através das consultas comunitárias?</p> <p>5. Como participam as comunidades locais para decidir sobre o tipo de turismo que deve ser desenvolvido na Ilha do Ibo?</p>	Gestores dos <i>Lodges e Resorts</i>

		<p>6. Porque é importante a participação das comunidades locais na tomada de decisão sobre o tipo de turismo na Ilha do Ibo?</p> <p>7. Que dificuldades têm as comunidades de fazerem parte no processo de tomada de decisão sobre o tipo de turismo na Ilha do Ibo?</p> <p>8. As decisões tomadas pelo desenvolvimento do turismo entre os operadores turísticos, investidores e governo local são do conhecimento das comunidades locais?</p> <p>9. As comunidades têm conhecimento da sua participação no desenvolvimento do turismo?</p> <p>10. Quais são as limitações das comunidades na sua participação no turismo?</p>	
Percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento do Turismo na Ilha do Ibo.	5. Identificar as expectativas das comunidades locais acerca do desenvolvimento turístico na Ilha do Ibo.	<p>1. O que as comunidades gostariam de ter com o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo?</p> <p>2. Será que o turismo pode ser uma alternativa de sobrevivência para as comunidades locais na Ilha?</p> <p>3. Com a crise que se vive no país o número de turistas e visitantes a Ilha diminuiu. O que isto pode significar na vida das comunidades?</p> <p>4. Que alternativas estão sendo feitas para que turistas continuem a visitar a Ilha do Ibo?</p>	Gestores dos <i>Lodges e Resorts</i>

Anexo 3: Entrevistas Semi- estruturadas dirigidas aos Chefes de Postos representantes das comunidades locais na Ilha do Ibo

Tema: “Percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento do Turismo no PNQ: Caso Ilha do Ibo)”

Objectivo da entrevista: Compreender a percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento turístico na Ilha do Ibo.

Tema	Categoria	Sub-categorias	Pessoas que respondem
Percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento do Turismo na Ilha do Ibo.	1.Caracterizar a actividade turística na Ilha.	1. Como o turismo na Ilha tem beneficiado as comunidades locais? 2.Qual é o tipo de turismo que os turistas gostam de encontrar na Ilha? 3.Como é feita a acomodação de turistas que visitam a Ilha? 4. Quais são as atracões visitadas pelos turistas na Ilha do Ibo? 5.Como é caracterizado o potencial turístico da Ilha? 6. Com a crise que o País vive, como tem sido o turismo na Ilha do Ibo?	Chefes de Postos representantes das comunidades locais na Ilha do Ibo.
Percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento do Turismo na Ilha do Ibo.	2. Analisar o impacto do desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo	1.Quais são os benefícios do desenvolvimento do turismo para as comunidades locais da Ilha do Ibo? 2.Como é que os benefícios são recebidos pelas comunidades locais?	Chefes de Postos representantes das comunidades locais na Ilha do Ibo

		<p>3.Existe um sistema de comunicação permanente pelo desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo entre os diferentes actores?</p> <p>4.De que se forma se pode medir a satisfação das comunidades locais pelo desenvolvimento de turismo?</p> <p>5.Quais são as principais mudanças que ocorrem no turismo nos últimos anos na Ilha do Ibo?</p> <p>6.As decisões tomadas pelo desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo são do conhecimento das comunidades locais?</p> <p>7.Como as comunidades locais se interagem com outros actores (operadores turísticos e investidores) no desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo?</p> <p>8.Os problemas que afectam a Ilha do Ibo pelo desenvolvimento do turismo são discutidos entre os diferentes actores, principalmente nas comunidades locais?</p> <p>9. Como as comunidades da Ilha do Ibo recebem as receitas das taxas de entrada e de utilização pagos aos Fundos de Desenvolvimento para as comunidades?</p>	
Percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento do Turismo na Ilha do Ibo.	3. Avaliar a percepção das comunidades locais sobre o desenvolvimento turístico na Ilha do Ibo, nomeadamente ao nível dos impactos ambientais e socio-económicos da actividade	<p>1. Como o turismo melhora a vida das comunidades locais na Ilha do Ibo?</p> <p>2. As comunidades estão satisfeitas com a chegada de turistas na Ilha do Ibo?</p> <p>3. Como é que a presença de turistas na Ilha do Ibo influencia na vida sócio-cultural das comunidades locais?</p>	Chefes de Postos representantes das comunidades locais na Ilha do Ibo.

		<p>4. O que percebem as comunidades locais da Ilha do Ibo sobre os benefícios económicos do turismo?</p> <p>5. Qual é a relação entre o espaço (local onde se desenvolve o turismo) e as zonas onde habitam as comunidades locais?</p> <p>6. Qual é a atitude das comunidades locais em relação ao tempo de permanência dos turistas na Ilha do Ibo?</p> <p>7. O turismo acontece no meio ambiente. Como o turismo contribui para a conservação da Ilha do Ibo?</p> <p>8. O que está a mudar na vida das comunidades com o turismo na Ilha do Ibo?</p>	
Percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento do Turismo na Ilha do Ibo.	4. Analisar a percepção das comunidades locais acerca da sua participação no processo de desenvolvimento do turismo	<p>1. O que percebem as comunidades locais sobre a destruição da vida selvagem, desflorestamento para satisfazer as necessidades dos turistas como por exemplo; para a construção de <i>lodges</i>?</p> <p>2. Como é percebido pelas comunidades locais os diferentes tipos de turistas que visitam a ilha do Ibo?</p> <p>3. Como as comunidades locais participam no turismo?</p> <p>4. Quais são os benefícios económicos que as comunidades locais têm com o turismo?</p> <p>5. Quais são os benefícios sócio- culturais que as comunidades locais têm com o turismo?</p> <p>6. Explique porque as comunidades locais devem decidir sobre o tipo de turismo que deve ser desenvolvido na Ilha do Ibo?</p>	Chefes de Postos representantes das comunidades locais na Ilha do Ibo.

		<p>7. Porque é importante a participação das comunidades locais na tomada de decisão?</p> <p>8. Que dificuldades têm as comunidades locais de fazerem parte na tomada de decisão?</p> <p>9. As decisões tomadas pelo desenvolvimento do turismo são do conhecimento das comunidades locais?</p> <p>10. As comunidades locais têm conhecimento que a sua participação no turismo pode melhorar a sua qualidade de vida?</p>	
Percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento do Turismo, na Ilha do Ibo.	5. Identificar as expectativas das comunidades locais acerca do desenvolvimento turístico na Ilha do Ibo.	<p>1. O que as comunidades locais gostariam de ter com o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo?</p> <p>2. Será que o turismo pode ser uma alternativa de sobrevivência para as comunidades locais na Ilha do Ibo?</p> <p>3. Com a crise que se vive no país o número de turistas e visitantes a Ilha do Ibo diminuiu. O que isto pode significar na vida das comunidades locais?</p> <p>4. O que está sendo feito para que turistas continuem a visitar a Ilha do Ibo?</p> <p>5. Que medidas estão sendo tomadas para as comunidades reduzirem a destruição ambiental (a pesca de rasteio, o corte do Mangal e a falta de saneamento do meio na Ilha do Ibo) o que põe em causa o desenvolvimento do turismo?</p>	Chefes de Postos representantes das comunidades locais na Ilha do Ibo.

Anexo 4: Entrevistas Semi- estruturadas dirigidas aos membros das comunidades locais da Ilha do Ibo (30 trabalhadores)

Tema: “Percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento do Turismo no PNQ: O caso da “Ilha do Ibo”

Objectivo da entrevista: Compreender a percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento turístico na Ilha do Ibo.

Tema	Categoria	Sub- Categoria	Pessoas que respondem
Percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento do Turismo, na Ilha do Ibo.	1.Caracterizar a actividade turística na Ilha do Ibo.	1.Quais são as actividades que as mulheres desenvolvem nos empreendimentos turísticos na Ilha do Ibo? 2.Como as mulheres conseguem obter benefícios sócio económicos do turismo? 3.Como o turismo na Ilha do Ibo tem beneficiado as mulheres a melhorarem a sua condição social, isto é, ter uma casa, água, energia? 4. Os salários que as mulheres recebem no turismo estão de acordo com a tabela em vigor no País sobre o sector privado? Ou sofrem a discriminação por serem mulheres? 5. Com os salários que as mulheres auferem conseguem oferecerem aos seus filhos uma educação básica e assistência médica? 6. Os proprietários dos estabelecimentos turísticos têm observado a legislação laboral (hora de entrada, hora de saída) para que as mulheres não permanecem fora da hora normal de trabalho no local de trabalho? 7.Como o turismo na Ilha do Ibo tem ajudado os jovens locais a melhorarem a sua condição social?	Trabalhadores dos <i>lodges</i> , <i>resorts</i> e casas de hóspedes.

		<p>8. Como é feito o recrutamento das mulheres para os empreendimentos turísticos?</p> <p>9. Como é feito o recrutamento de jovens para o turismo, como guias turísticos e tradutores, na Ilha do Ibo?</p> <p>10. Com a crise que se vive no país. O turismo na Ilha do Ibo tem reduzido o número de turistas. De que forma se pode beneficiar as mulheres e os jovens na Ilha do Ibo?</p>	
Percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento do Turismo no PNQ, (caso Ilha do Ibo)	2. Analisar a relação entre os operadores turísticos, investidores e as comunidades locais sobre o turismo na Ilha do Ibo.	<p>1. Como o turismo melhora a vida das mulheres e jovens na Ilha do Ibo?</p> <p>2. As mulheres e jovens estão satisfeitas com a empregabilidade no turismo na Ilha?</p> <p>3. Como a presença de turistas influencia na vida sociocultural das mulheres e dos jovens?</p> <p>4. O que percebem as mulheres e os jovens sobre os benefícios económicos do turismo?</p> <p>5. Como se relacionam os diferentes intervenientes na empregabilidade de mulheres e jovens para o desenvolvimento de turismo?</p> <p>6. Como as mulheres e jovens contribuem para a conservação da Ilha do Ibo, integradas na atividade turística?</p> <p>7. O que o turismo traz de novo na vida das mulheres e dos jovens?</p>	Trabalhadores dos lodges, resorts e casas de hóspedes.

<p>Percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento do Turismo na Ilha do Ibo.</p>	<p>3. Avaliar a percepção das comunidades locais sobre o desenvolvimento turístico na Ilha do Ibo, nomeadamente ao nível dos impactos ambientais e socio-económicos da actividade</p>	<p>1. Quais são os benefícios sócio económicos do turismo nas mulheres?</p> <p>2. Como a colecta de moluscos, e outros frutos do mar pode prejudicar estes recursos para o turismo?</p> <p>3. Como a queima do carvão, e o corte de madeira feita pelos jovens contribuí para a destruição ambiental do PNQ, o que pode afectar a sobrevivência da Ilha?</p> <p>4. Como o turismo estimula o interesse da arte e artesanato local, desenvolvidas pelos jovens como fonte de renda?</p> <p>5. Quais são os benefícios sócio económicos do turismo nos jovens?</p>	<p>Trabalhadores dos <i>lodges</i>, <i>resorts</i> e casas de hóspedes.</p>
<p>Percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento do Turismo na Ilha do Ibo.</p>	<p>4. Analisar a percepção das comunidades locais acerca da sua participação no processo de desenvolvimento do turismo</p>	<p>1. Quais são os conflitos socio-culturais pela participação das mulheres e jovens no turismo?</p> <p>2. O que percebem as mulheres e jovens sobre a destruição da vida selvagem, desflorestamento para satisfazer as necessidades dos turistas como por exemplo; a construção de <i>lodges</i>?</p> <p>3. Como é percebido pelas mulheres e jovens os diferentes tipos de turistas que visitam a Ilha do Ibo?</p> <p>4. Porque é importante a participação das mulheres no processo de tomada de decisão para decidirem sobre os benefícios do turismo?</p> <p>5. Como os jovens participam no processo de tomada de decisão para decidirem sobre os benefícios do turismo?</p>	<p>Trabalhadores dos <i>lodges</i>, <i>resorts</i> e casas de hóspedes.</p>

		6. Quais são as dificuldades das mulheres e jovens participarem no processo da tomada de decisão sobre o tipo de turismo na Ilha do Ibo?	
Percepção das comunidades locais acerca do desenvolvimento do Turismo na Ilha do Ibo.	5. Identificar as expectativas das comunidades locais acerca do desenvolvimento turístico na Ilha do Ibo.	<p>1. O que as mulheres e jovens gostariam de alcançar com o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo?</p> <p>2. Será que o turismo pode ser uma alternativa de sobrevivência para as mulheres e jovens na Ilha do Ibo?</p> <p>3. Quais são as áreas que as mulheres e jovens gostariam de ver melhoradas no turismo na Ilha do Ibo?</p> <p>4. O que está sendo feito a nível local, para que turistas continuem a visitar a Ilha do Ibo?</p> <p>5. Que medidas estão sendo tomadas para as comunidades reduzirem a destruição ambiental do PNQ, em especial da Ilha do Ibo?</p>	Trabalhadores dos <i>lodges, resorts e casas</i> de hóspedes.

ANEXO 1: Grelha de Análise de Conteúdo das Entrevistas Semiestruturadas dirigidas ao Administrador do distrito (Abdul) e ao Secretário Permanente da Ilha do Ibo (Abdala)

Categoria	Sub categoria	Unidade de registo
1. Caracterizar a actividade turística na Ilha do Ibo.	1. Como é feita a actividade turística na Ilha do Ibo?	...” O turismo é a segunda actividade que identifica o distrito depois da pesca” (...) (Abdul).

	<p>2. Quais são as atrações turísticas que a Ilha do Ibo oferece para o turismo?</p> <p>3. De que forma o turismo é desenvolvido na Ilha do Ibo?</p> <p>4. Quais são facilidades turísticas que existem para o turismo na Ilha do Ibo?</p>	<p>...” O turismo podera vir a ser nossa bandeira, se continuarmos a este ritmo de desenvolvimento aqui na Ilha.” (...) (Abdala)</p> <p>...” O projecto de turismo na Ilha do Ibo deve ser feito com parceiros portugueses do Porto interessados no turismo que se desenvolve na Ilha” (...) (Abdul)</p> <p>...” As atrações turísticas são as praias, banco de areia, observação de golfinhos, os monumentos históricos, a cultura local, passeio de barco e observação das tartarugas e baleias” (...) (Abdul).</p> <p>...” Visita aos monumentos históricos e prática de actividades de mergulho” (...) (Abdala).</p> <p>...” O turismo na Ilha do Ibo é desenvolvido tendo em conta o Plano de Desenvolvimento de Turismo, que foi elaborado por uma equipa de especialistas da <i>Leeds Metropolitan University</i> do Reino Unido em Setembro de 2011. O plano indica quais são as principais atrações turísticas existentes na Ilha do Ibo como devem ser usadas para o turismo” (...) (Abdul).</p> <p>...” As facilidades turísticas que existem para o turismo na Ilha do Ibo são, as praias, os <i>lodges</i>, as casas de hóspedes das comunidades locais, a gastronomia local, os monumentos históricos” (...) (Abdala).</p> <p>...” (SP) Os turistas quando chegam na Ilha do Ibo ficam hospedam nas estâncias turísticas, como é o caso mitimwiri, cinco portas, Ibo lodge, residencial quirimbás entre outras estâncias que existem” (...) (Abdala).</p>
--	--	---

	5.Como os turistas chegam a Ilha do Ibo?	... “Os turistas chegam a Ilha do Ibo por via aérea e de por via marítima. Temos um projecto em carteira, melhorar e substituir as pequenas embarcações à vela usadas para transportar as populações e turistas que levam 1h 20 minutos na travessia, numa distância de 375m por embarcações maiores a motor” (...) (Abdala) ...”
2. Avaliar a percepção das comunidades locais sobre o desenvolvimento turístico na Ilha do Ibo, nomeadamente ao nível dos impactos ambientais e socio- económicos da actividade	1.Quais são os benefícios socio- económicos do turismo na vida das comunidades locais na Ilha do Ibo?	<p>...” Os benefícios socio económicos do turismo na vida das comunidades locais são: O emprego nos <i>lodges</i>, como artesãos, guias turísticos, mas fundamentalmente o emprego” (...) (Abdala).</p> <p>...” O turismo beneficia a comunidade, a nível da província de Cabo Delgado, a Ilha do Ibo pode estar em primeiro lugar de ponto de vista turístico. Diariamente a Ilha recebe duas ou três avionetas que trazem turistas. Os turistas quando visitam os bairros, apreciam a gastronomia local, a comunidade aproveita vender os seus produtos, não só, há pessoas que possuem triciclos turistas alugam para a sua locomoção neste aspecto trazem receitas para a comunidade” (...) (Abdala).</p> <p>...” (As pessoas aproveitam fazer os seus negócios, e as estâncias turísticas conseguem acomodar os turistas, mas também a partir do Parque Nacional das Quirimbas que faz controlo da entrada dos turistas há uma taxa paga dai tem havido os 20% que o PNQ desembolsa aos governos locais para decidirem para qual finalidade de uso do valor em benefício da própria comunidade. São as estâncias turísticas que se beneficiam, dos trabalhadores locais, os singulares</p>

	<p>4. Existe um sistema de comunicação permanente pelo desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo entre os diferentes actores?</p> <p>5. Quais são as principais mudanças que ocorrem no turismo nos últimos anos na Ilha do Ibo?</p> <p>6. As decisões tomadas pelo desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo são do conhecimento das comunidades locais?</p>	<p>sidade das comunidades por meio de projectos, capitalizados em associações existentes na Ilha” (...) (Abdala).</p> <p>...” Sim primeiro, existe o representante dos operadores turísticos, segundo existe um conselho consultivo do distrito e por último os chefes dos bairros. Quando há uma questão ligada ao turismo o governo solícita os membros do conselho consultivo para explicar algumas acções a ser desenvolvidas no distrito, por outro lado os operadores turísticos também podem vir junto ao governo para colocar suas preocupações por exemplo a questão de saneamento do meio, conservação do mangal pode acontecer que um sítio o mangal está a fechar o caminho onde poderia passar o barco então pode haver esta coordenação de como pode abrir caminhos de modo que os barcos possam passar. Há esta comunicação entre o governo, os operadores e a comunidade” (...) (Abdala).</p> <p>...” Restauração da fortaleza e a construção de novas estâncias turísticas, no ano em curso. Foram inauguradas duas estâncias turísticas <i>Mwanihouse</i> e <i>Casa de Garças</i>, então esta tendência de cada vez mais haver estabelecimentos turísticos isto é um sinal que Ibo pode ser um destino turístico de preferência. A outra vantagem que tem é de estar numa zona onde existe muito mangal, praticamente pode se dizer que o arquipélago das Quirimbas é exemplo, não são muitos sítios onde tem mangal como a Ilha do Ibo, esta diversidade toda ajuda a dizer que há muitas condições para além de algumas espécies marinhas que em algumas zonas estão em vias de extinção” (...) (Abdala).</p> <p>...” Tem conselho consultivo do distrito, conselho do posto e conselho da localidade, as decisões tomadas</p>
--	---	--

	<p>7. Como as Comunidades locais se interagem com outros actores (operadores turísticos e investigadores) no desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo?</p> <p>8. Os Problemas que afectam a Ilha de Ibo pelo desenvolvimento do turismo são discutidos entre os diferentes actores principalmente nas comunidades?</p> <p>9. Como as comunidades da Ilha do Ibo recebem as receitas das taxas de entradas e de utilização pagos aos fundos de Desenvolvimento para as Comunidades?</p>	<p>são consultadas ao conselho consultivo para dar algumas contribuições face aquilo que acham que deve ser turismo sem quebrar os hábitos culturais da comunidade então é o do conhecimento da comunidade” (...) (Abdala).</p> <p>...” As comunidades são participantes activas para fazer parte de encontros marcados pelos diversos intervenientes, na criação de estratégias para o desenvolvimento da actividade turística” (...) (Abdala).</p> <p>...” Sim os problemas são debatidos para estar em consenso, de modo que não afecte o próprio desenvolvimento do turismo” (...) (Abdala).</p> <p>...”As receitas são direccionadas ao PNQ, depositam-se nas finanças, mais tarde as finanças devolvem os 20% que é para as próprias comunidades. Os 20% é referente a receita de cada ano, quando libertam os valores comunicam os distritos, as comunidades são convidadas para dar a sua contribuição como deve ser usado o fundo, tem comité de gestão em todos os distritos e postos administrativos estes decidem como o valor deve ser usado olhando as necessidades das comunidades. Por exemplo: Ampliação de salas de aulas ou aquisição de uma moageira” (...) (Abdala).</p>
<p>3. Analisar a participação das comunidades locais através da tomada de decisão no desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo;</p>	<p>1. Como o turismo melhora a vida das comunidades locais na Ilha do Ibo?</p>	<p>...” Através de emprego na área do turismo, construção de estâncias turísticas singulares. É provável com o andar do tempo que o turismo seja em primeiro lu-</p>

	<p>2.As comunidades estão satisfeitas com a chegada de turistas na Ilha do Ibo?</p> <p>3. Como é que a presença de turistas na Ilha do Ibo influencia na vida sócio-cultural das comunidades locais?</p> <p>4. O que percebem as comunidades locais da Ilha do Ibo sobre os benefícios económicos do Turismo?</p> <p>5. Qual é a relação entre o espaço (local onde se desenvolve o turismo) e as zonas onde habitam as comunidades locais?</p>	<p>gar por causa da presença de muitos turistas e existências de várias estâncias turísticas. Há países que sobrevivem através do turismo como é o caso da Ilha de Andoras um país pequeno que se encontra numa zona montanhosa, com cerca de 70.000 habitantes” (...) (Abdala).</p> <p>...” Sm, o governo elegeu o turismo como umas actividades que deve ser incentivada “(...) (Abdala).</p> <p>...” Foi aprovado um código de conduta que refere: as crianças não podem perseguir os turistas, porqueem vez de ir a escola pedem dinheiro aos turistas, também os turistas não podem admitir ser seguidas por crianças os turistas terão guias turísticos, os turistas devem respeitar os hábitos culturais da comunidade. o documento que é apresentado aos turistas recomenda que devem respeitar os hábitos culturais da comunidade” (...) (Abdala).</p> <p>...” As comunidades locais da Ilha do Ibo percebem que o turismo trás benefícios económicos sobre tudo emprego local e o incentivo a algumas actividades como é o caso do comércio” (...) (Abdala).</p> <p>...” A comunidade tem acesso no local onde se desenvolve o turismo, mais é extremamente proibido desenvolver actividades que podem vir prejudicar a biodiversidade” (...) (Abdala).</p>
--	---	---

	<p>6. Qual é a atitude das comunidades locais em relação ao tempo de permanência dos turistas na Ilha do Ibo?</p> <p>7. O turismo acontece no meio ambiente. Como o Turismo contribui para a conservação da Ilha do Ibo?</p> <p>8. O que está a mudar na vida das comunidades com o turismo na Ilha do Ibo?</p>	<p>...”Quanto a permanência dos turistas na Ilha do Ibo, a comunidade esta satisfeita, pois, quanto maior tempo os turistas permanecerem nota-se o desenvolvimento de turismo a nível local da Ilha” (...) (Abdala).</p> <p>...” Uma das exigências sobre o meio ambiente, é que este, deve ser conservado, o corte de mangal é expressamente proibido, isto porque, entende-se que uma das coisas com que interessa os turistas é a biodiversidade que existe na Ilha. E não só a questão de não dizimar tartarugas marinhas é uma maneira de conservação da biodiversidade ou garantir limpeza das praias é uma maneira que esta sendo feita para a conservação do meio ambiente. Também se tem realizado palestras de maneira que as pessoas compreendam a necessidade de manter este ambiente muito saudável” (...) (Abdala).</p> <p>...” O desenvolvimento abrange muitas coisas, com a restauração da fortaleza irão funcionar muitas actividades de artesanato (ourivesaria, escultura), museu marinho, explicação de algumas tradições locais esta é uma mudança que esta acontecer. Um impacto directo nessa situação é a presença de algumas casas melhoradas. O próprio governo tem a prioridade de construir hospitais e escolas. Recentemente a Oitos reabilitou a praça dos heróis e no próximo prevê-se reabilitar o pavilhão de basquetebol” (...) (Abdala).</p>
--	---	--

	<p>3.O que está sendo feito para que turistas continuem a visitar a Ilha do Ibo?</p> <p>4. Que medidas estão sendo tomadas para as comunidades reduzirem a destruição ambiental (a pesca de rasteio, o corte do Mangal e a falta de saneamento do meio na Ilha do Ibo) o que põe em causa o desenvolvimento do turismo?</p>	<p>modo a facilitar que mais avionetas e helicópteros cheguem a Ilha com mais turistas. Estamos a trabalhar em coordenação com os operadores turísticos e direcção Provincial de Cultura e Turismo para a promoção da imagem da potencialidade turística do Ibo assim como também melhoria de serviços de atendimento de turista nos estâncias turísticas locais, conseguimos reabilitar a fortaleza sem deixar perder a sua identidade que é uma grande valia para turismo local e há desafios de melhorar o troço aeródromo ao centro da Ilha e de reabilitar a Igreja identificada como a primeira do país a nível da zona norte.” (...) (Abdala).</p> <p>...” As medidas que estão sendo tomadas partem de chamadas de atenção da comunidade na destruição do ambiente em geral em especial ao corte de mangal pois para além de ser um grande impulsionador de vinda de turistas que querem passear dentro do mangal é nosso protector contra grandes ventos e erosão costeiras também temos os CCPs (Conselhos Comunitários de Pescas) que têm levado a informação nas comunidades em matérias de prática de pesca sustentável, temos a WWF que também sensibiliza a comunidade em conteúdos de preservação da biodiversidade e ecossistemas.” (...) (Abdala).</p> <p>...” (SP) este ano o número de turistas baixou, concretamente nos meses Maio e Junho distrito de Macomia e Quissanga sofreram ataques armados, normalmente os turistas gostam dum destino onde a paz. Neste momento as estâncias turísticas têm muitas reservas e espera-se que no fim de ano haja a presença de muitos turistas (...) (Abdala).</p>
--	---	--

<p>6. Dependência Económica</p>	<p>1. Quais são as actividades que as comunidades locais desenvolvem para aumentar a renda?</p> <p>2. Qual é o tipo de pressão que a Ilha do Ibo tem sofrido com o desenvolvimento do turismo?</p> <p>3. Como é que com a presença dos turistas aumenta o custo de vida na Ilha do Ibo?</p>	<p>...” a pesca, o turismo e a venda de produtos. Como a Ilha não tem estabelecimentos comerciais essa actividade é feita por pequenos comerciantes” (...) (Abdul).</p> <p>As actividades são a pesca, a agricultura de pequena escala, cultivo de arroz e hortas, e agora o turismo” (...) (Abdala).</p> <p>...” A Ilha está a degradar-se, a administração do distrito não tem orçamento para reabilitar a Ilha assim como para iluminar todas as artérias da vila. Para isso desenvolveu algumas parcerias para revitalizar a Ilha através de uma planificação integrada em termos de melhoramento de infra-estruturas, asfaltagem das estradas assim como elevar o nível de ensino para os ilheús com estabelecimento de uma escola do ensino superior de preferência de turismo ou de ciências biológicas” (...) (Abdul).</p> <p>...” Melhorar a imagem da Ilha, o lixo, o saneamento do meio, limpeza nas ruínas. Agora temos muitos <i>lodges</i> que antes eram ruínas” (...) (Abdala).</p> <p>...” A Ilha vive isolada de tudo, os poucos comerciantes grossistas que vende os produtos na Ilha especulam os preços dos produtos” (...) (Abdul).</p> <p>...” A Ilha não produz nada, tudo o que se come na Ilha vem de Pemba. Por isso o custo de vida é elevado” (...) (Abdala).</p>
---------------------------------	---	--

	4. Quais são os anseios das comunidades locais com o desenvolvimento do turismo face a crise que se vive no país?	...”Ver a crise ultrapassada para os turistas continuarem visitar a Ilha do Ibo” (...) (Abdala).
7. Valorização da identidade cultural local como atractivo para o turismo cultural	<p>1.Quais são os valores culturais locais que identificam as comunidades da Ilha do Ibo?</p> <p>2. Como os valores culturais podem ser valorizados para o turismo?</p> <p>3. Como se pode melhorar o turismo cultural na Ilha do Ibo?</p>	<p>...”Os nossos valores culturais são: a nossa língua (Kimwani), as musicas tradicionais, a dança, a maneira de fazermos os nossos rituais, enfim o nosso dia, tudo é cultura”(...) (Abdul).</p> <p>...”O turismo cultural é a parte forte do turismo aqui na Ilha, muitos turistas visitam a Ilha para apreciarem as nossas ruínas por onde passaram civilizações e ainda onde preservam os valores culturais destes povos”(...) (Abdala).</p>

ANEXO 2: Grelha de Análise de Conteúdo das Entrevistas semi- estruturadas derigidas aos: Gestores de Turismo (Gildo), Gestor PNQ (Gogo), Gestor da OIKOS (Gizé), Gestor da WWF (Geness).

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo
1.Caracterizar a actividade turística no PNQ.	1. Como é feita a actividade turística na Ilha do Ibo, concretamente na Ilha do Ibo?	<p>...” A actividade principal na Ilha é o turismo. Os operadores turísticos precisam de fazer maior esforço para divulgação dos potenciais turísticos da Ilha. Os turistas chegam a Ilha de carro e depois de barco ou em pequenas avionetas a partir de Pemba (...) (Gildo).</p> <p>...” O turismo é feito com base no Plano de Desenvolvimento de Turismo que vem estruturado a capacidade de turismo que não pode exceder o número</p>

	<p>4. Quais são facilidades turísticas que existem para o turismo na Ilha do Ibo?</p>	<p>...” O turismo é desenvolvido tendo em conta O Plano de Desenvolvimento de Turismo, criado em 2009 por uma equipa de consultores do Reino Unido para o turismo na Ilha do Ibo.” (...) (Gogo).</p> <p>...” A Ilha do Ibo oferece o farol, observação de golfinhos, banco de areia, ir Quirimbas a pé, <i>tour</i> histórico do Ibo, <i>Ibo by bike</i> e <i>Ibo today</i>. <i>Ibo today</i> é um novo <i>tour</i> com o objectivo, cada guia tenha uma especialização em cada <i>tour</i>, criou-se o <i>Ibo today</i> que está em fase de desenvolvimento que tem como objectivo a visão quotidiana da Ilha do Ibo, no sentido ir a casa das pessoas, ver as danças locais o mussiro, o café do Ibo e experimentar a gastronomia local como forma do turista entrar em contacto com a comunidade” (...) (Gizé).</p> <p>...” Com ajuda dos santuários estes impulsionam as actividades de turismo como mergulho, existem turistas que visitam a Ilha para apreciar a beleza natural. Existe uma certa dificuldade de efectividade dos santuários porque a fiscalização não é constante” (...) (Geness).</p> <p>...” Temos facilidades turísticas, em todos os estabelecimentos temos alojamento e restauração, temos turismo comunitário com preços mais baixos, bangalós, facilidades de locomoção, guias turísticos, bicicletas para passeio ex; Casa Sakata, roteiro turístico desenhado pela Oikos. Preços são altos, mas temos descontos de 25% para os nossos parceiros do PNQ” (...) (Gogo).</p> <p>...” Formação contínua de grupos de guias turísticos, criação da plataforma <i>on-line</i> sobre a informação turística da Ilha do Ibo” (...) (Gizé).</p>
--	---	--

	<p>5. Como os turistas chegam a Ilha do Ibo?</p>	<p>...” As facilidades que existem para o turismo na Ilha do Ibo são o mosaico histórico-cultural, o mar, a hospitalidade das comunidades locais, os monumentos e Templos, a gastronomia típica e a arte local” (...) (Geness).</p> <p>...” Os turistas chegam a Ilha do Ibo por via marítima ou aérea” (...) (Gildo).</p> <p>...” Os turistas chegam a Ilha por via terrestre, via aérea e via marítima. Sua Excelência Presidente da República ofereceu um barco para transporte de turistas que começa a operar em Janeiro de 2019. Também fará o transporte de mercadorias” (...) (Gogo).</p> <p>...” Os turistas chegam a Ilha do Ibo via terrestre e aérea. Para chegar a Ilha do Ibo é muito caro, e no período chuvoso a via de acesso de Pemba a Tanganhangue é intransitável. Alugar um carro custa muito caro e a viagem de avioneta é muito mais caríssima, são 2 mil dólares. O acesso é muito difícil isto compromete o turismo. Ibo não é muito conhecido, a ideia é criar um Website contendo toda a informação sobre a história do Ibo, cultura, com a salvaguarda da Unesco, para dar mais visibilidade a própria Ilha (...) (Gizé).</p>
<p>2. Avaliar a percepção das comunidades locais sobre o desenvolvimento turístico no Parque Nacional das Quirimbas, nomeadamente ao nível dos impactos ambientais e socio-económicos da actividade.</p>	<p>1. Quais são os benefícios sócio- económicos do turismo na vida das comunidades locais na Ilha do Ibo?</p>	<p>...” Os benefícios sócios económicos do turismo na vida das comunidades locais são: O emprego das comunidades nos vários empreendimentos turísticos existentes na Ilha, receita proveniente das visitas a vários pontos divulgação que a Ilha oferece, o prestígio que a Ilha possui pelo legado histórico – cultural” (...) (Gildo).</p>

	<p>2.Como se pode medir a satisfação das comunidades com a chegada de turistas na Ilha do Ibo?</p>	<p>...” O principal benefício é o emprego.mas existem benefícios como os 20% das receitas provenientes das taxas que os operadores turísticos pagam ao parque. As receitas colectadas durante todo o ano são canalizadas as finanças, preenche-se o modelo 11 e o modelo B. O modelo 11 vai para o Estado e o B para a comunidade. Seria 20% para o Estado, 20% para a comunidade e 60% para o Parque” (...) (Gogo).</p> <p>...” A comunidade não está preparada para o turismo porque não tem conhecimento daquilo que o turismo pode trazer para a Ilha do Ibo, não tem conhecimento de desenvolver uma relação com o turista e o que o turista procura. A comunidade ainda está no principio de desenvolvimento de turismo. Para isso identificamos o turismo cultural (canto, dança e artesanato) como identidade da Ilha, para trazer benefícios as comunidades. Também se aprovou o código de conduta para turista com as mensagens da comunidade que querem transmitir aos turistas. Por exemplo: não comer em frente da comunidade durante o período do ramadão, e como o turista deve se vestir” (...) (Gizé).</p> <p>...” Um dos benefícios para as comunidades é a reserva marinha. Temos os santuários estão dentro do PNQ e envolvem a participação comunitária com a gestão da WWF, que actualmente é parceiro na planificação de Maneio. Os santuários existem há 13 anos. Foram estabelecidos como espaços de reprodução de espécies marinhas” (...) (Geness)</p> <p>...” A satisfação das comunidades locais com a chegada dos turistas pode se medir pela melhoria de vida das comunidades através do emprego, melhoria das condições de saúde, água e saneamento do meio,</p>
--	--	--

	<p>3.Qual é a relação entre o espaço (local onde se desenvolve o turismo e as zonas habitacionais das comunidades locais)?</p> <p>4.Como é que a presença de turistas aumenta o custo de vida na Ilha do Ibo?</p>	<p>energia eléctrica, vias de acesso e o prestígio que a Ilha do Ibo tem sobre a sua história e cultura” (...) (Gildo).</p> <p>...”A satisfação mede-se pela atitude da comunidade que apoia o turismo por causa do emprego”(...) (Gogo)</p> <p>...” Nem toda a comunidade esta satisfeita com a chegada dos turistas, devido a sua forma de vestir que influencia nos jovens a imitar a cultura do turista, e algumas crianças pedem dinheiro ao turista que origina na ausência da escola” (...) (Gizé).</p> <p>...” O objectivo do turismo é sensibilizar a comunidade para que fiquem preparados como acolher turistas, nos seus bairros” (...) (Gizé).</p> <p>...” Os turistas passeiam nos bairros. O turismo comunitário é nos bairros porque o turista vai ao bairro para delicia-se da comida tradicional. A comunidade sabe qual é a importância da presença dos turistas por isso são recebidos com boa hospitalidade” (...) (Gogo)</p> <p>...” A presença dos turistas aumenta o custo de vida na Ilha do Ibo quando a procura é maior que a oferta” (...) (Gildo).</p> <p>...” Os custos operacionais na Ilha são elevados. A Ilha não produz quase nada. Toda amercadoria que entra na Ilha vem de carro ou de barco, o que torna o custo de vida muito elevado” (...) (Gizé).</p>
--	---	--

	<p>5. Qual é a atitude dos residentes em relação ao tempo de permanência dos turistas, idade, residência e ao idioma?</p> <p>6. O turismo acontece no meio ambiente. Como o turismo contribui para a conservação da Ilha do Ibo?</p> <p>7. Como os empreendimentos turísticos que se encontram instalados na Ilha do Ibo observam a legislação ambiental?</p>	<p>...” Dificilmente os turistas compram comida na barraca, geralmente quando os turistas chegam permanecem nos <i>lodges</i> ou restaurante comunitário, o custo de vida da comunidade residente no Ibo não mudou” (...) (Geness).</p> <p>...”A permanência mais longa de turistas é motivo de satisfação para os guias turísticos, para os pescadores que tem barcos e levam os turistas a passear no alto mar. são turistas com faixa etária de 25 anos para diante” (...) (Gogo).</p> <p>...” Tudo depende da atitude do turista, se tem respeito com comunidade, maior parte dos turistas que visitam Ibo varia numa faixa etária de 25 a 60 anos. São jovens e adultos provenientes do continente Europeu e falam inglês, francês, espanhol e italiano” (...) (Gizé).</p> <p>...” Turistas que visitam a Ilha do Ibo são amantes do ambiente. Eles acreditam na mundança da Ilha. A Oikos já produziu um Manual Ambiental em coordenação com o ministério da Educação sobre a conservação do ambiente na Ilha do Ibo, o que motiva as pessoas a conservarem a Ilha” (...) (Gogo)</p> <p>...” O Projecto Redis Ibo também se concentra no respeito e a conservação do meio ambiente, mas isto depende do desenvolvimento da comunidade no processo do turismo sustentável, por sua vez realizam campanhas de limpeza, construção de latrinas, latas de recolha de lixo” (...) (Gizé).</p> <p>...” Os empreendimentos turísticos que se encontram instalados na Ilha do Ibo observam a legislação</p>
--	---	---

	<p>8. De que forma as comunidades destroem as espécies existentes na Ilha do Ibo para o desenvolvimento de turismo?</p> <p>9. Quais são as espécies locais existentes na parte insular (Ilha do Ibo) comercializadas pelas comunidades locais, que são fontes de atracção para o turismo?</p> <p>10. A comercialização destas espécies está em conformidade à legislação em vigor no País?</p>	<p>ambiental através de uma orientação no acto da implementação do projecto e a manutenção no cumprimento da legislação” (...) (Gildo).</p> <p>...” Para o cumprimento da legislação ambiental as estâncias turísticas recaixotam o lixo e deitam no continente ou reciclam no Mussomuco, zona costeira do continente” (...) (Gogo).</p> <p>... “O Projecto Redis Ibo também se concentra no respeito e a conservação do meio ambiente, mas isto depende do desenvolvimento da comunidade no processo do turismo sustentável, por sua vez realizam campanhas de limpeza, construção de latrinas, latas de recolha de lixo” (...) (Gizé).</p> <p>...” As comunidades destroem as espécies marinhas para o turismo. Existe pesca ilegal que pode levar a carência de espécies tal é o caso das tatarugas tudo isto é falta de conhecimento. A comunidade dedica-se a venda de mariscos nos logdes” (...) (Geness).</p> <p>...” As espécies locais que são comercializadas pelos pescadores fontes de atracção turística são as tartarugas, mas que essa prática vem sendo abandonada porque as penalizações são duras” (...) (Gogo).</p> <p>...” São golfinhos, baleias e principalmente as tartarugas marinhas que não se encontram porque a comunidade acaba comercializando” (...) (Gize).</p> <p>...” A comercialização destas espécies não está em conformidade com a lei.” (...) (Gogo)</p> <p>...” Não estou informado sobre este assunto” (...) (Geness).</p>
--	--	---

11. Que medidas são tomadas para a conservação do PNQ e concretamente da Ilha do Ibo?

...” A lei de Conservação penaliza quem for encontrado a pescar, a comprar e a consumir a tartaruga marinha. Estão presos quatro (4) pescadores que apanharam uma tartaruga quando esta ia fazer a desova. A pena varia de 8 a 16 anos de prisão. A pena foi instituída em 2014. Temos três casos de pescadores que encontraram tartarugas perdidas, quando iam fazer a desova e devolveram ao mar” (...) (Gogo).

...” As medidas de conservação do PNQ e Ilha do Ibo de forma particular são: 1. Divulgação da lei, o que deve ser, 2. Sensibilização das comunidades no cumprimento da lei, 3. Conservação olhando na premissa sustentabilidade, 4. Proteger e fiscalizar, 5. Infraccão e penalização. Depois temos actos administrativos que consistem 5.1 pagamento das multas e 5.2 repor a degradação que fez, repor o seu habitat” (...) (Gogo).

...” No projecto Redis Ibo tem como objectivo de valorizar a cultura (grupos culturais, artesanato etc) que tem uma particularidade e que pode ser atrativo para os turistas e gerar ganhos e ainda fazem sensibilização do saneamento do meio ambiente que trabalham nas escolas produzindo manuais” (...) (Gizé).

...”O papel da WWF é criar um espaço para as comunidades aderirem as iniciativas de conservação de recursos marinhos dentro do PNQ, área que engloba a Ilha do Ibo” (...) (Geness).

<p>3. Analisar a percepção das comunidades locais acerca da sua participação no processo de desenvolvimento do turismo.</p>	<p>1. Qual é percepção das comunidades locais sobre a destruição da vida selvagem, desflorestamento para satisfazer as necessidades dos turistas como por exemplo; a construção de lodges?</p> <p>2. Como é que o tipo de turistas que visita a Ilha do Ibo é percebido pelas comunidades locais?</p> <p>3. Como participam as comunidades locais no turismo?</p>	<p>...” Não devem destruir o meio ambiente, totalmente proibido” (...) (Gogo)</p> <p>...” Não se pode atribuir a culpa ao turismo, se as comunidades destroem a vida selvagem e desflorestamento para a construção de suas residências ou lodges, elas têm o conhecimento apenas ela não segue as regras” (...) (Gizé).</p> <p>...” O tipo de turistas que visita a Ilha do Ibo é percebido como pessoas de boa-fé que vem para conhecer de perto a história e a cultura perante as comunidades locais.” (...) (Gildo).</p> <p>As comunidades percebem o tipo de turistas como aumento de emprego e receitas nos pequenos negócios como comida tradicional, <i>lodges</i> comunitários” (...) (Gogo).</p> <p>...” As comunidades percebem como fonte de criação de oportunidades de emprego como guia turístico em troca de um valor monetário” (...) (Gizé).</p> <p>...” A participação local no turismo, é feita através dos mergulhadores que são pessoas da comunidade que acompanham os turistas nas actividades de mergulho, guias turísticos passeiam com turistas indicando os lugares históricos, servem a gastronomia local, diversificação da alimentação para os turistas” (...) (Gogo)</p> <p>...” Realizam feiras, no sentido de promover o turismo fazem se painéis para turista no idioma inglês e português para explicar o processo das artes, valorização da cultura local. Trabalham com cada sector</p>
---	---	--

	<p>4. Como é feita a participação local através das consultas comunitárias?</p> <p>5. Explique porquê as comunidades locais devem decidir sobre o tipo de turismo a ser desenvolvido no Ilha do Ibo?</p> <p>6. Porque é importante a participação das comunidades locais na tomada de decisão?</p>	<p>(artesanato, dança e musica) e o apoio concedido é diferente porque cada um deles tem suas necessidades todos são activos na promoção e visibilidade para os turistas no negócio. Além disso um dos resultados importantes, encontram-se uma vez por mês ou duas vezes representando por grupos artesanato, dança e musica acompanhado com o administrador da Ilha do Ibo” (...) (Gizé).</p> <p>.</p> <p>...” As comunidades devem decidir sobre o tipo de turismo a ser desenvolvido na Ilha do Ibo, porque há maior envolvimento destas comunidades na prática do turismo cultural na Ilha do Ibo” (...) (Gildo).</p> <p>...” As comunidades locais devem decidir sobre o tipo de turismo por causa dos benefícios. Eles conhecem os produtos e conhecem a realidades locais de cada zona, o tipo de turismo a ser praticado por isso são envolvidos na definição do tipo de turismo que deve ser feito na Ilha do Ibo” (...) (Gogo)</p> <p>...” São convidados todos intervenientes comunitários de cada sector para participar encontros representados por uma pessoa para criar estratégias sustentáveis do turismo na Ilha” (...) (Gizé).</p> <p>...” As comunidades devem participar na tomada de decisão por causa dos benefícios e das receitas provenientes do turismo” (...) (Gogo)</p> <p>...” É importante a comunidade participar no processo de desenvolvimento do turismo porque permite criar um bom ambiente. O projecto Redis Ibo é fortalecer a sociedade civil” (...) (Gizé).</p>
--	--	---

	<p>7.Quais são as dificuldades de as comunidades locais fazerem parte na tomada de decisão em relação ao turismo na Ilha do Ibo?</p> <p>8.Os problemas da Ilha do Ibo são discutidos entre os diferentes actores?</p> <p>9.Como é feita a participação das comunidades locais na gestão e conservação da Ilha do Ibo?</p> <p>10.De que forma as comunidades locais participam na gestão da Ilha do Ibo juntamente com os outros intervenientes?</p>	<p>...” As dificuldades das comunidades na tomada de decisão é nao domínio da língua portuguesa comoma língua inglesa. Para a compreensão das comunidades deixa-se a legislação para que as comunidades possam seguir” (...) (Gogo)</p> <p>...” Não existem obstáculos que impedem a participação das comunidades no processo de tomada de decisão, apesar do turismo ser muito fraco eles claramente perdem a motivação” (...) (Gildo).</p> <p>...”O código de conduta de turista foi aprovado e é resultado de toda as estruturas da Ilha do Ibo, liderança e comunidades” (...) (Gogo)</p> <p>...” O grupo de turismo e cultura tem agendas com actividades planeadas para próximos meses, cada representante deve transmitir a informação ao seu sector e cada problemática que tem pode expor ao grupo de turismo de cultura onde esta o sector público, privado e comunidade” (...) (Gizé).</p> <p>...” No geral a gestão e conservação da Ilha do Ibo é criada pela componente da comunidade” (...) (Gizé).</p> <p>...”As comunidades locais participam na gestão da Ilha com outros intervenientes através dos conselhos comunitários” (...) (Gogo)</p>
--	---	---

<p>4. Identificar as expectativas das comunidades locais acerca do desenvolvimento turístico no PNQ.</p>	<p>1. O que as comunidades gostariam de alcançar com o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo?</p> <p>2. Como o turismo pode ser uma alternativa de sobrevivência as comunidades locais na Ilha do Ibo?</p>	<p>...". Com o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo as Comunidades gostariam que a Ilha do Ibo se tornasse um destino turístico cultural reconhecido internacionalmente." (...) (Gildo).</p> <p>..."Com o desenvolvimento do turismo as comunidades de ter uma escola até 12ª classe, uma escola de formação média em turismo, uma escola de formação média em saúde para ajudar as comunidades das Ilhas, ruas pavimentadas, toda a cidade iluminada, ter banco comercial e um transporte marítimo em condições para travessia do porto de Tanganhangue ao porto da Ilha do Ibo e para as Ilhotas adjacentes, um posto de saúde em condições e melhorar a via de acesso para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico na Ilha." (...) (Gogo).</p> <p>..." A comunidade ainda não tem ideia acerca dos benefícios que o turismo pode trazer, pensa mais em dinheiro, não consegue ver os resultados de forma ampla porque o turismo ainda está na fase de iniciação" (...) (Gizé).</p> <p>..." O turismo pode ser uma alternativa de sobrevivência as comunidades locais na Ilha do Ibo, com a entrada de maior número de turistas na Ilha do Ibo para atração de investimentos como forma de alavancar os serviços para uma concorrência dos provedores de serviços e entrada de receita." (...) (Gildo).</p>
--	--	---

	<p>3. De que forma as comunidades gostariam que o turismo melhorasse as condições sociais (vias de acesso, energia e água)?</p> <p>4. Como os benefícios pelo desenvolvimento do turismo são distribuídos de forma equitativa para as comunidades locais?</p> <p>5. Como as comunidades locais participam no processo de tomada de decisão para decidirem sobre os benefícios que advêm pelo desenvolvimento do turismo.</p>	<p>...” Emprego em todas as vertentes, como marinheiros, guias turísticos, cozinheiros, jardineiros e guardas nas estâncias turísticas” (...) (Gogo)</p> <p>...” O turismo pode ser uma fonte de sobrevivência das comunidades, através de emprego a camada juvenil (homens e mulheres), mas a pesca ilegal pode diminuir a quantidade de pescado e reduzir as espécies de atração turística” (...) (Gizé).</p> <p>...” Se perguntasse a comunidade a primeira concepção diria o “dinheiro”, não estão conscientes pode trazer melhorias da qualidade de vida”. (...) (Geness).</p> <p>...” O parque recebe 20% onde é dividido para o todo distrito. Primeiro assunto, os turistas não pagam taxas do parque, segundo assunto é difícil ter uma transparência nisso porque o parque é muito vasto, no entanto torna difícil dizer se os benefícios são distribuídos de forma equitativa”. (...) (Gizé)</p> <p>...” As comunidades participam através de programas/encontros desenvolvidas no seio da comunidade” (...) (Gizé).</p>
<p>5. Dependência económica</p>	<p>1. Quais são as actividades que as comunidades locais desenvolvem para aumentar a renda?</p>	<p>...” As comunidades fazem a pesca, a agricultura, pequeno comercio e trabalham nos hotéis” (...) (Gildo).</p> <p>...” As comunidades têm a pesca como primeira actividade depois o turismo e venda de produtos nas baracas, que são comprados em Pemba e depois trazidos para a Ilha” (...) (Gizé).</p>

	<p>2. Qual é o tipo de pressão que a Ilha do Ibo tem sofrido com o desenvolvimento do turismo?</p> <p>3. Como é que com a presença do turista aumenta o custo de vida na Ilha do Ibo?</p> <p>4. Qual é o anseio das comunidades locais com a crise que se vive no País?</p>	<p>...” O projecto Reddis organiza campanhas de limpeza nas praias, campanhas de saneamento do meio, limpeza nas ruínas, por uma Ilha mais limpa para o turismo” (...) (Gizé).</p> <p>...” A presença dos turistas aumenta o custo de vida na Ilha do Ibo quando a procura é maior que a oferta” (...) (Gildo).</p> <p>...” Os custos operacionais na Ilha são elevados. A Ilha não produz quase nada. Toda a mercadoria que entra na Ilha vem de carro ou de barco, o que torna o custo de vida muito elevado” (...) (Gogo).</p> <p>...” É difícil os turistas comprarem comida na barraca, geralmente quando os turistas chegam permanecem nos <i>lodges</i> ou restaurantes comunitários, o custo de vida da comunidade residente no Ibo não mudou” (...) (Gizé).</p> <p>...” Com a crise que se vive no País e a diminuição do número de turistas e visitantes a expectativa das comunidades locais é de ver ultrapassada a situação de crise e o número de turistas que visitam a Ilha aumentar.” (...) (Gildo).</p> <p>...” Com o aumento das taxas no parque há dificuldade de acesso da Ilha, mas a tendência é de aumentar o número de turistas e visitantes. A expectativa da comunidade é de conseguir dinheiro e melhores condições de vida” (...) (Gizé).</p>
<p>6. Valorização da identidade cultural local como atractivo para o turismo cultural</p>	<p>1. Quais são os valores culturais locais que identificam as comunidades da Ilha do Ibo?</p>	<p>...” Danças, cânticos, a nossa história, as fortalezas estamos a pintar e queremos equipar com a história</p>

	<p>2. Como os valores culturais podem ser valorizados para o turismo?</p> <p>3. Como se pode melhorar o turismo cultural na Ilha do Ibo?</p>	<p>do Ibo, os nossos rituais, o mussiro, a capulana e a gastronomia local” (...) (Gildo)</p> <p>...” Através de programas nas escolas, nas comunidades que devem ensinar o valor da nossa cultura” (...) (Gildo)</p> <p>...” Criar programas nas escolas nas comunidades para explicar a importância da nossa cultura quando ela é exibida aos turistas. É a imagem cultural da Ilha do Ibo que os turistas levam consigo” (...) (Gildo).</p>
--	--	---

Anexo 3: Grelha de Análise de Conteúdo das Entrevistas Semi- estruturadas dirigidas aos Gestores dos *Lodges* e *Resorts* na Ilha do Ibo.

Gestor da Mwani House (Mwani), Gestor de Cinco Portas (Chris), Gestor da Ulani Lodge (Ulani), Gestor da Miti Mwiri (Miti), Gestor da Ibo Islands (Ismael), Gestor da Casa das Garças (Garças), Gestora do lodge comunitário (Karibuni).

Categoria	Sub categoria	Unidade de Registo
<p>1. Caracterizar a actividade turística na Ilha do Ibo.</p>	<p>1. Como é feito o turismo na Ilha do Ibo?</p> <p>2. Quais são as atrações turísticas que a Ilha do Ibo oferece para o turismo?</p>	<p>...” Basicamente o turismo tem duas componentes, componente de acomodação restauração, actividades turísticas e actividades culturais” (...) (Mwani).</p> <p>...” A principal actividade é o turismo. Os turistas fazem o passeio de barco, mergulho temos todo equipamento e mergulhadores para acompanhá-los” (...) (Garças).</p> <p>...” A história da Ilha do Ibo foi capital da província de Cabo Delgado todo o quartel-general da colónia portuguesa estava no Ibo, as infraestruturas que temos mostram traços de arquitectura árabe e</p>

	<p>3.Qual é o tipo de turismo praticado pelos turistas na Ilha do Ibo?</p> <p>4.Quais são facilidades turísticas que existem para o turismo na Ilha do Ibo?</p> <p>5.Como é que os turistas e visitantes chegam a Ilha do Ibo?</p>	<p>portuguesa. A cultura de Ibo está baseada em requisitos árabes e Europeus” (...) (Mwani)</p> <p>...” A Ilha do Ibo oferece as seguintes atrações, o safari no Parque Nacional das Quirimbas envolvendo conhecer mais sobre a cultura local, visitas nas ruínas e passeios na comunidade.” (...)” (Garças).</p> <p>...” Temos mergulho (dive), <i>Snorkerling</i>, <i>Dhow</i> Safari é uma actividade que saem de barco com os turistas e vãoacampando nas ilhas de Quirimba e Matemo permanecendo no máximo 4 noite, outra actividade que faz é caiaque dentro do mangal. Passeio para observação de passarinhos (<i>Bird Wacthing</i>) de madrugada, Massagem, por do sol Set Cruise em que as pessoas vão passeando de barco no alto mar enquanto vão contemplando o por do sol. Dolphin tem um sítio apropriado para observar golfinhos no período da manhã” (...) (Ismael).</p> <p>...” Formação contínua de grupos de guias turísticos, criação da plataforma <i>on-line</i> sobre a informação das da Ilha do Ibo (...) (Mwani)</p> <p>...” Tem uma plataforma <i>on-line</i> e um escritório localizado na África do Sul que divulgam a Ilha do Ibo, todos turistas que chegam já tem uma reserva já feita. É a partir de lá que toda imagem do Ibo é expandida, todos os hóspedes sempre vêm de avião (...) (Ismael).</p> <p>...” Os turistas chegam a Ilha através dos transportes aéreos, voos da LAM até Pemba. E seguem por</p>
--	--	---

	<p>6. Que dificuldades os gestores dos <i>lodges</i> tem encontrado no turismo na Ilha do Ibo?</p>	<p>via terrestre até Tanganhangue e de lá para aqui vêm de barco” (...) (Chris).</p> <p>...” As dificuldades são muitas, mas o que nos deixa mais indignados são as taxas aumentadas pelo PNQ para a visita a Ilha do Ibo e excursão no parque, enquanto outros países reduzem as taxas para promover mais o turismo aqui é o contrário, as taxas são elevadíssimas e querem mais turistas e isso vai contra a demanda procura e oferta, outra é o custo das passagens aéreas para Ibo que são muito caras ate em comparação com voos de Pemba à Maputo, outra dificuldade é baixa qualificação de mão-de-obra local e outro entrave é a dificuldade que a policia migração impõe para os vistos de passaporte dos turistas” (...) (Ulani).</p> <p>...” Dificuldades com o turismo em si não temos muitas, mais uma grande dificuldade é com o turismo interno que há falta de conhecimento, outra é difícil fazer a logística dos <i>lodges</i> no Ibo porque há falta de algumas facilidades como caso de empresas de refrigeração, distribuidoras de bebidas e alimentos que possam chegar a Ibo (...) (Mwani).</p>
<p>2. Analisar o impacto do desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo.</p>	<p>1. Quais são os benefícios que os gestores dos <i>lodges</i> e <i>resorts</i> têm com o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo?</p>	<p>...” Os benefícios para as comunidades locais provêm de turismo e da pesca. As comunidades contribuem para o turismo” ... o turismo emprega pessoas da comunidade com formação. Está vocacionada para trabalhar nas comunidades, emprega trabalhadores jovens formados. São projectos de turismo, projectos de desenvolvimento comunitário, campismo comunitário em Quirimbas e 21 dias em Matemo” (...) (Chris)</p>

	<p>2. Como é que os benefícios pelo desenvolvimento do turismo contribuem para economia local na Ilha do Ibo?</p> <p>3. Como os trabalhadores locais recebem o anúncio de vagas para trabalharem nos <i>lodges e resorts</i>?</p> <p>4. Quais são os sectores de turismo que absorvem trabalhadores locais? Porquê?</p>	<p>...” Ter mais turistas para manterem o dia-a-dia foi um dos grandes impulsionadores para a vinda da energia. (...) (Ismael).</p> <p>...” Com o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo temos mais postos de trabalhos directos, e estabilidade financeira (...) (Mwani).</p> <p>... ” Através de criação de mais empreendimentos turísticos, emprego para a comunidade (...) (Ismael).</p> <p>...” Bem nós ca no Ibo temos uma escola de ofícios que forma pessoal para os lodges, e os donos do <i>Mwani House</i> são também os donos da fundação Ibo que é proprietária da escola de ofícios e por meio disso nos temos um principio de recrutamento do pessoal por meio de estágio e por fim com o desempenho mostrado nos sempre abrimos vagas para eles se integrarem, mais também quando necessitamos recrutar fora do Ibo lançamos vagas via internet e os interessados entram em contacto connosco (...) (Mwani).</p> <p>...”Recebem alunos da escola Fundação Ibo na qual XLIXo vários cursos, por sua vez desenvolvem estágios no <i>resorts</i> e quando há necessidade são comunicados alguns estudantes para trabalhar nos lodges (...) (Ismael).</p> <p>...” São todos sectores do lodges que absorvem trabalhadores locais mas alguns sectores como administrativas e de gestão por carência de formação somos obrigados a procurar fora mais do resto todos sectores desde acomodação, bar e restaurante,</p>
--	---	---

	<p>5.Quais são as estratégias usadas pelos gestores dos <i>lodges</i> e <i>resorts</i> para aumentar a participação da população local como força de trabalho nos seus empreendimentos turísticos?</p> <p>6.Existe um sistema de comunicação permanente pelo desenvolvimento do turismo na Ilha Ibo entre os diferentes actores?</p> <p>7.De que se forma se pode medir a satisfação das comunidades locais pelo desenvolvimento de turismo?</p>	<p>cozinha, guias, jardinagem e limpeza, manutenção temos trabalhadores locais (...) (Ulani).</p> <p>...” Os sectores que absorvem trabalhadores locais: food&beverage, housekeeping, actividades de recreação e Manutenção (...) (Miti).</p> <p>...” Apenas temos uma estratégia que é essa de recrutar a população local para trabalhar no lodge através da fundação Ibo mais também em alguns trabalhos temporários (...) (Mwani).</p> <p>...” A grande ligação que temos com a comunidade é através da pesca, os pescadores vendem os mariscos (camarão, lagostas, lulas, polvo, amêijoas, ostras e meixilião) nos <i>lodges</i> e <i>resorts</i> (...) (Ismael).</p> <p>...” Há cooperação entre todos actores, quando há um grande problema que afecta todos tem havido comités, por exemplo quando foi decidida a reabilitação da fortaleza houve uma comunicação de todos e a decisão partiu por unanimidade (...) (Mwani).</p> <p>...” Existe sim um sistema de comunicação permanente para garantir um bom ambiente de turismo (...) (Ulani).</p> <p>...” Acredito que a comunidade está satisfeita e nota-se isso pela recepção que eles dão aos turistas, na maneira que eles os acomodam (...) (Miti).</p> <p>...” A actividade turística emprega maior parte a comunidade local. (...) (Garças).</p> <p>...” As mudanças são notáveis, há maior aceitação dos turistas nas comunidades, a comunidade viu</p>
--	--	--

	<p>8.Quais são as principais mudanças que ocorrem no turismo nos últimos anos na Ilha do Ibo?</p> <p>9.As decisões tomadas pelo desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo são do conhecimento dos diferentes actores (operadores turísticos, investidores e as comunidades locais)?</p>	<p>renovada a vista e paisagem da Ilha através de novas infraestruturas erguidas, há maior oportunidade de emprego, a comunidade ganhou uma escola de ofício de formação de pessoal para lodges e guias turísticos (...) (Mwani).</p> <p>...” Foram verificadas mudança de muitas infraestruturas (ruínas), que foram reabilitadas para poder servir de estâncias turísticas (...) (Ismael).</p> <p>...”. Creio que poderia melhorar mais existe uma comunicação entre o Governo, investidores, operadores e a comunidade local (...) (Garças).</p> <p>...” É do conhecimento de todos os actores, quando há qualquer evento relacionado com turismo (...) (Karibuni).</p>
<p>3. Avaliar a percepção das comunidades locais sobre o desenvolvimento turístico na Ilha do Ibo nomeadamente ao nível dos impactos ambientais e socio- económicos da actividade</p>	<p>1. Quais são os impactos do turismo para as comunidades locais da Ilha do Ibo com destaque ao alívio a pobreza?</p>	<p>...” Com o turismo a comunidade tem emprego directo e indirecto esse é que pode ajudar na redução de pobreza e a suprir as suas necessidades, têm melhores condições de saúde porque o turismo trás essas facilidades a comunidade, impulsiona o desenvolvimento sociocultural e ambiental (...) (Mwani).</p> <p>...” Oferece o posto de trabalho automaticamente com isso alivia a pobreza. As estâncias turísticas compram muito do que é produzido pela comunidade, por exemplo as hortaliças” (...) (Ismael).</p>

	<p>5.O que percebem as comunidades locais sobre os benefícios do turismo?</p> <p>6.Qual é a relação entre o espaço (local onde se desenvolve o turismo e as zonas habitacionais das comunidades locais)?</p> <p>7.Qual é a atitude das comunidades locais em relação ao tempo de permanência dos turistas, idade e ao idioma?</p>	<p>...” Eles percebem que o turismo trás muitas vantagens sobretudo para o desenvolvimento local, o emprego, mais visibilidade a Ilha, de tal jeito que hoje quando o turista chega a Ibo é bem-recebido (...) (Mwani).</p> <p>...” Oportunidade de emprego” (...) (Garças).</p> <p>...”. Temos uma relação boa e de cooperação. As zonas habitacionais sempre estão abertas para os turistas e também temos o turismo comunitário. (...) (Ismael).</p> <p>...” Com a abertura do Projecto <i>Redis</i> Ibo que abrange muitas componentes a comunidade também terá a oportunidade de ter um espaço para participar nas actividades de turismo comunitário (...) (Ulani).</p> <p>... ” Existe uma boa relação entre turistas e a comunidade. Os turistas que visitam a Ilha do Ibo permanecem 3 às 4 noites. Geralmente a faixa etária jovem dos 25 a 35 anos e falam inglês” (...) (Garças).</p> <p>...” A comunidade do Ibo esta sensibilizada quanto ao tempo de permanência dos turistas, idade ou idioma eles mostram uma atitude positiva porque acima de tudo eles sabem que quanto maior tempo os turistas ficarem mais benefícios eles ganham e eles também percebem que o turismo praticado no Ibo se relaciona a eles (...) (Mwani).</p> <p>... ” O Ibo <i>lodge</i> tem uma coordenação com o parque colectam as receitas consoante o número de</p>
--	---	---

	<p>8.O turismo acontece no meio ambiente. Como o turismo contribui para a conservação da Ilha do Ibo?</p> <p>9.O que muda na vida das comunidades locais com o turismo?</p> <p>10. Quais são os factores sócio económicos que influenciam na percepção dos residentes sobre o turismo na Ilha do Ibo?</p>	<p>turistas que recebem também envia dados mensalmente sobre entradas e actividades que os turistas desenvolvem e por sua vez depositam o valor. A outra ligação que tem com o parque também está inserida na fiscalização das actividades do parque para a conservação da área protegida” (...) (Ulani).</p> <p>...” Satisfação das necessidades básicas, como é o caso de habitação, alimentação, saúde e acesso a educação dos seus filhos” (...) (Garças).</p> <p>...” Muda muita coisa sobretudo na melhoria das condições de vida (Sócio económicas) das comunidades, mais valorização e têm também oportunidades de progredir nos pequenos negócios e emprego (...) (Mwani).</p> <p>...” Bem um dos factores é a questão de emprego e o outro factor é empoderamento da mulher, claro que nos outros pontos do país e aí fora as mulheres já ganham destaque de independência, mas aqui no Ibo só é possível ver isso através do turismo pois agora as mulheres do Ibo envolvem-se mais no ganha-pão através de trabalho nos lodges para o sustento da sua família (...) (Chris).</p> <p>...” A especulação dos produtos agrícolas e pesqueiros” (...) (Garças).</p>
<p>4.Analisar a percepção das comunidades locais acerca da sua participação no processo de desenvolvimento do turismo.</p>	<p>1.O que as comunidades locais percebem sobre a destruição da vida selvagem, desflorestamento para satisfazer as necessidades dos turistas como por exemplo; com a construção de lodges?</p>	<p>...” A WWF e outros parceiros têm feito trabalho de sensibilização e disseminação de informação acerca de destruição do ambiente com isso penso que a comunidade percebe que destruir o ambiente é prejudicial para a Ilha e para o turismo (...) (Mwani).</p>

	<p>2.Como é que o tipo de turistas que visita a Ilha do Ibo é percebido pelas comunidades locais?</p> <p>3.Como as comunidades locais participam no desenvolvimento do turismo?</p> <p>4.Como é feita a participação local através das consultas comunitárias?</p>	<p>...” Bem, elas têm o conhecimento sobre os efeitos negativos que podem causar o desaparecimento das espécies apenas a comunidade não cumpre com as regras” (...) (Garças).</p> <p>...” A comunidade percebe bem o tipo de turistas porque nunca registamos nenhum conflito entre turistas e comunidade (...) (Mwani).</p> <p>...” Percebem como uma fonte de criação de oportunidades de emprego como guias turísticos” (...) (Karibuni).</p> <p>...” Através de criação de casas de artesanatos locais, promoção de grupos culturais, criação de postos de acomodação comunitários para turistas, guias turísticos e trabalho nos <i>lodges</i> (...) (Mwani).</p> <p>...” Tem se verificado o envolvimento da comunidade no aspecto cultural para o desenvolvimento do turismo, a outra participação é entre os pescadores e as estâncias turísticas na venda de pescado. Nota-se um grande esforço da população para o desenvolvimento do turismo “(...) (Garças).</p> <p>...” Através de comités de bairros onde se decide como a comunidade vai participar (...) (Ismael)</p> <p>...” Participam representados pelo chefe de bairro que leva as preocupações das comunidades (...) (Garças).</p>
--	--	--

	<p>5. Como participam as comunidades locais para decidir sobre o tipo de turismo que deve ser desenvolvido na Ilha do Ibo?</p> <p>6. Porque é importante a participação das comunidades locais na tomada de decisão sobre o tipo de turismo na Ilha do Ibo?</p> <p>7. Que dificuldades têm as comunidades de fazerem parte no processo de tomada de decisão sobre o tipo de turismo na Ilha do Ibo?</p>	<p>...” Participam sempre que forem chamados para dar o seu ponto de vista sobre um projecto de turismo na Ilha (...) (Mwani).</p> <p>...” Participam através de programas/encontros desenvolvidas no seio da comunidade representado por uma pessoa que responde em nome da comunidade” (...) (Garças).</p> <p>...” É importante a participação das comunidades porque o turismo é um dos vectores para o desenvolvimento sócioeconómico da Ilha. A comunidade deve participar porque são eles os envolvidos e os beneficiários. É uma actividade virada para eles e com propósito de desenvolver a Ilha (...) (Mwani).</p> <p>...” Quando aparece esse tipo de situação para a tomada de decisão há representantes que participam nesses fóruns para dar uma palavra em nome da comunidade” (...) (Mwani).</p> <p>...” As comunidades tem muitas dificuldades porque a diferença cultural é muito grande. São formas de vida diferentes por isso algumas vezes a comunidade mesmo querendo não vai ao encontro de turismo devido a essas diferenças. Têm dificuldades sim, em fazer parte no processo de tomada de decisão, do tipo de turismo que se desenvolve na Ilha (...) (Ismael).</p> <p>...” A comunidade tem dificuldades de fazer parte no processo de tomada de decisão porque nao percebe nada sobre o que deve ser feito para criar ambiente favorável ao turismo” (...) (Garças).</p>
--	---	---

	<p>8.As decisões tomadas pelo desenvolvimento do turismo entre os operadores turísticos, investidores e governo local são do conhecimento das comunidades locais?</p> <p>9.As comunidades têm conhecimento da sua participação no desenvolvimento do turismo?</p>	<p>...” Algumas decisões sim. Neste momento existe na Ilha do Ibo um projecto implementado chamado <i>Redes Ibo</i> levado a cabo pela fundação Ibo em colaboração com Oikos no sentido de envolver mais e informar as comunidades locais sobre as decisões tomadas assim como também ajudar na percepção e criação de planos estratégicos do turismo, de como fazer negócios no turismo com benefícios as comunidades locais (...) (Mwani).</p> <p>...” Penso que sim porque as comunidades estão sempre em contacto com os turistas e de certeza que eles têm noção que algumas coisas, que sem eles não acontecem (...) (Mwani).</p> <p>...” São do conhecimento das comunidades cada representante de uma determinada área deve transmitir a informação ao seu sector para trazer solução de um determinado facto que pode apresentar ao sector público” (...) (Garças).</p> <p>...” O actual lodge “<i>Ulaní</i>” era uma ruína. Tive que comprar aos donos e depois reabilitar. Algum material de construção veio todo de Pemba, depois o material foi transportado via barco, o resto é local” (...) (Ulaní).</p> <p>...” Tem conhecimento, pois eles são a fonte principal que fornecem produtos agrícolas e pesqueiros nas estâncias turísticas para o seu próprio sustento “ (...) (Ulaní).</p> <p>...”A limitação económica obviamente que é complicado para investir em hotéis e mais negócios de turismo é a maior limitação de todas, outra é a limitação cultural porque trata-se de culturas</p>
--	---	--

	<p>10. Quais são as limitações das comunidades na sua participação no turismo?</p>	<p>muito diferentes com os de turistas e a falta de formação também pode ser difícil para a comunidade a sua participação e comunicação no turismo do Ibo e por fim e a limitação de Idioma, a comunidade de Ilha na maioria só fala kimwani, não tem domínio do português e isso pode ser uma grande limitação na sua participação (...) (Mwani).</p> <p>...” Não existe nenhuma limitação” (...) (Garças).</p>
<p>5. Identificar as expectativas das comunidades locais acerca do desenvolvimento turístico no PNQ</p>	<p>1. O que as comunidades gostariam de ter com o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo?</p> <p>2. Será que o turismo pode ser uma alternativa de sobrevivência para as comunidades locais na Ilha do Ibo?</p>	<p>...” Creio que o maior desejo da comunidade é a melhoria da qualidade de vida. Eles esperam ter um salário, emprego, corrente elétrica abrangente para a toda comunidade, recuperação das ruínas, melhoria das vias de acesso a Ilha do Ibo, um desenvolvimento local favorável (...) (Mwani).</p> <p>...” As comunidades gostariam de ver mais investidores na Ilha do Ibo” (...) (Ismael).</p> <p>...” Bem, penso que o turismo pode ser uma alternativa de comunitários, mais também pode não ser. A Ilha tem muito potencial turístico, mas sem uma estratégia de promoção sustentável pode ser difícil termos um turismo sustentável por muito tempo de forma a ser a base e alternativa de sobrevivência da comunidade porque vai chegar um tempo que não haverá turismo para todos, com isso haverá muitos <i>lodges</i> que passaram a ser mais um lote de ruínas na Ilha por isso deve haver muito trabalho coletivo de todos intervenientes para isso dar certo (...) (Mwani).</p>

	<p>3. Que alternativas estão sendo feitas para que turistas continuem a visitar a Ilha do Ibo?</p>	<p>... ” Sim o turismo pode ser uma alternativa de sobrevivência na Ilha, através do emprego e de valorização cultural” (...) (Garças).</p> <p>... “O Marketing regional está um pouco parado não sei bem o que está sendo feito para que os turistas continuem a visitar a Ilha do Ibo. Existem estratégias de marketing feitas de forma individual como também estratégias do governo para a promoção do Ibo nas redes sociais (...) (Mwani).</p> <p>... ” O número de turistas reduziu significativamente, com o aumento das taxas no parque há dificuldade de acesso da Ilha, mas a tendência é de aumentar o número de turistas e visitantes. A expectativa da comunidade é de conseguir dinheiro e melhores condições de vida (...) (Ismael).</p> <p>... ”Criação de pacotes promocionais, reabilitação de monumentos históricos, motivação dos grupos culturais” (...) (Garças).</p>
<p>6. Dependência Económica</p>	<p>1. Quais são as actividades que as comunidades locais desenvolvem para aumentar a renda?</p> <p>2. Qual é o tipo de pressão que a Ilha do Ibo tem sofrido com o desenvolvimento do turismo?</p> <p>3. Como é que com a presença do turista aumenta o custo de vida na Ilha do Ibo?</p> <p>4. Qual é a expectativa das comunidades locais com a crise que se vive no País?</p>	<p>...” Pesca, turismo e vendas nas baracas” (...) (Ulani).</p> <p>...” Até agora que sei limpeza nas praias e nas ruínas transformar as ruínas em <i>lodges</i>” (...) (Chris)</p> <p>...” Os locais pensam que os turistas têm muito dinheiro razão pela qual o custo de vida é elevado” (...) (Ulani)</p> <p>...”Para a comunidade significa perda de estabilidade, perda de oportunidades de fazer negócio, significa perda de salário e mais outras perdas razão pela qual falando de nós, <i>Mwani House</i> tive-</p>

		mos que rescindir contrato de alguns trabalhadores por falta de turistas devido a esta crise e ataques (...) (Chris).
7. Valorização da identidade cultural local como atractivo para o turismo cultural	<p>1.Quais são os valores culturais locais que identificam as comunidades da Ilha do Ibo?</p> <p>2. Como os valores culturais podem ser valorizados para o turismo?</p> <p>3. Como se pode melhorar o turismo cultural na Ilha do Ibo?</p>	<p>...” Os valores culturais que idenficam as comunidades da Ilha do Ibo são: dança, o cântico, o mussiro, a capulana, as tradições, as cerimónias e os rituais” (...) (Ulani).</p> <p>...” Os valores culturais podem ser valorizados na comunidade quando existe espaço para as comunidades exibirem as suas danças nas cerimónias, nos locais turísticos e nas escolas” (...) (Ismael).</p> <p>...” Temos dias de festas da Ilha onde a comunidade é convidada a exhibir as danças tradicionais e muitos turistas tem ido assistir. Só que não é sempre. Talvez uma vez por semana de exibição de danças, cânticos e mussiro, viriam muitos turistas para assitir” (...) (Chris)</p>

ANEXO 4: Grelha de análise de Conteúdo das entrevistas semiestruturadas dirigidas aos Chefes de Postos da zona de cimento (Cimento), Chefe de Posto de Querimba (Querimba), Chefe de Posto de Rituto (Rituto), Chefe de posto de Kumuamba (Cumuuamba) são representantes das comunidades locais na Ilha do Ibo.

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo
1.Caracterizar a actividade turística na Ilha.	1.Como é feito o turismo na Ilha do Ibo?	<p>...” A nossa bandeira é a pesca, mas com a vinda de muitos turistas para a Ilha, a nossa bandeira poderá vir ser o turismo” (...) (Cimento).</p> <p>...” O turismo pode vir ser a nossa bandeira. Os turistas quando vêm a Ilha do Ibo praticam mais o</p>

	<p>4.Quais são as atrações visitadas pelos turistas na Ilha?</p>	<p>...” Na Ilha de Ibo (Quirimbas) temos lodges locais, casas das comunidades locais disponíveis para hospedagem e campismos comunitários financiados pelo parque nacional das Quirimbas e são nessas estâncias que os turistas são acomodados durante a sua estadia no Ibo (Quirimbas)” (...) (Cimento).</p> <p>...” Os turistas quando chegam a Ilha do Ibo ficam acomodados nos <i>lodges, resorts</i>, em casas de hóspedes nas comunidades e nos campismos comunitários. Alguns Parques de campismos estão situados na Ilha do Matemo que a sua gestão é da responsabilidade do PNQ” (...) (Querimba).</p> <p>...” Existe o turismo comunitário onde alguns turistas hospedam nas residências das comunidades e fazem acompanhamento da rotina diária das pessoas, como consegue valor monetário para a compra de produtos alimentares, onde é que buscam água entre outras actividades. E outros ficam hospedados nos lodges” (...) (Rituto).</p> <p>...” Os turistas chegam a Ilha de barco e de avião. Quando ca estão ficam no Miti Mwiri, Cinco Portas, Ibo Island, Ulani e outros vivem nas casas das comunidades e no Karibuni” (...) (Cumuamba).</p> <p>...” As atrações visitadas pelos turistas na Ilha de Ibo (Querimba), são as praias, fortalezas, a primeira igreja de antiga Porta Amelia, a história local, Banco de áreas (área branca onde são realizados casamentos) e mergulho com golfinhos” (...) (Cimento).</p>
--	--	---

5. Quais são facilidades turísticas que existem para o turismo na Ilha do Ibo?

A Ilha de Ibo tem um forte atrativo turístico sobretudo por ser uma Ilha com valores históricos fortes, os turistas visitam mais as ruínas da antiga civilização árabe e portuguesa como é o caso das fortalezas San João Baptista, os fortins San José e San António, Banco de áreas (área branca)” (...) (Querimba).

...” As atrações visitadas pelos turistas na Ilha de Ibo são as fortalezas, praias, a cultura local, Banco de areia e observação de espécies marinhas” (...) (Rituto).

...” Os turistas quando chegam a Ilha do Ibo visitam a fortaleza São Joao Baptista, os fortins, visitam as comunidades por causa das danças e cânticos tradicionais, visitam o banco de areia e a praia dos golfinhos depois vao ao PNQ” (...) (Cumumamba).

...” O potencial turístico da Ilha do Ibo (Querimba) é caracterizado pela sua história, pela sua antiga civilização, sua biodiversidade natural, assim como também pela sua cultura de um povo indígena oriunda dos seus hábitos e costumes litorais” (...) (Cimento).

...” O potencial turístico da Ilha do Ibo caracteriza-se pelo seu historial, pela sua rica biodiversidade e pela adopção da cultura europeia e asiática “(...) (Rituto).

...” O potencial turístico é acessível, sendo que o maior potencial que atrai turistas para o Ibo é a história local, a cultura local e da costa, mas tam-

	<p>6. Como tem sido o turismo na Ilha do Ibo neste tempo de crise?</p>	<p>bém a biodiversidade e o clima local que se diferencia de muitas ilhas porque a Ilha é rodeada por uma vasta área de Mangal que protege a Ilha de forte ventos e catástrofes” (...) (Cumuamba).</p> <p>...” Está muito baixo em comparação o que tem sido nos anos anteriores, com esta crise realmente o desenvolvimento do turismo tem diminuído drasticamente por essa razão, que neste ano não passou o navio Cruzeiro que tem trazido para cá todos anos turistas que ficam dois a três dias. Com entrada de turistas europeus, americanos e outros na Ilha compram os nossos produtos e lembranças, apreciam a nossa cultura e hospedam nas estâncias e lodges comunitários” (...) (Querimba).</p> <p>...” O número de turistas baixou significativamente devido a instabilidade política, o turismo na Ilha do Ibo está muito fraco, muitas reservas foram canceladas nas estâncias turísticas” (...) (Rituto).</p> <p>...” Com a crise o turismo baixou. Hoje podemos percorrer alguns quilómetros e não ver mais de cinco turistas a passearem. Mas antes destas crises era normal ver muitos turistas em grupos a passear nos bairros” (...) (Cumuamba).</p>
<p>2. Analisar o impacto do desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo</p>	<p>1.Quais são os benefícios do desenvolvimento do turismo para as comunidades locais da Ilha do Ibo.</p>	<p>...” Primeiro e o maior benefício é o emprego directo e indirecto, ou seja, com esta actividade, a comunidade consegue vender o seu peixe mais rápido para os lodges, iniciativas de aluguer de bicicletas e barcos; tornam-se guias de turismo, conseguem com maior facilidade vender aos turistas artigos de bijuterias e lembranças; conseguem ter emprego directo nos lodges; isto motiva os mais novos a apostarem em formação de interesse na</p>

	<p>2.Como é que os benefícios são recebidos pelas comunidades locais?</p>	<p>hotelaria. E com o desenvolvimento do turismo, a comunidade ganhou uma escola de formação designada Fundação Ibo que forma guias turísticos, cozinheiros, empregados de mesas, aprendem inglês e informática de modo a facilitar o seu envolvimento no turismo “(...) (Cimento).</p> <p>...” Os benefícios que as comunidades locais têm com o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo, tem acesso a formação gratuita em diversas áreas, maior parte estão empregues nas estâncias turísticas, por sua vez vendem mariscos nas estâncias turísticas” (...) (Ritito).</p> <p>...” Os benefícios são muitos, as pessoas da comunidade conseguem ter um rendimento sustentável aproveitam fazer pequenos negócios, ganham emprego nos hotéis e nas associações e nas casas de arte. Também tem os 20% que a comunidade ganha com os rendimentos das taxas pagas do turismo cobradas pelo PNQ” (...) (Cumumba).</p> <p>...” Os benefícios são recebidos pela comunidade a partir do 20% das receitas colhidas pelo PNQ, referente as taxas que são pagas pelas estâncias turísticas que por sua vez esses valores são distribuídos nas comunidades através de comités de gestão existentes, que passa a distribuição dos valores segundo a necessidade das comunidades por meio de projectos, capitalizados em associações existentes na Ilha” (...) (Cimento).</p> <p>...” Os benefícios directos são recebidos pela comunidade a partir dos 20% que o parque recolhe através das receitas deixadas pelas actividades de</p>
--	---	---

	<p>3.Existe um sistema de comunicação permanente pelo desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo entre os diferentes actores?</p> <p>4.De que se forma se pode medir a satisfação das comunidades locais pelo desenvolvimento de turismo?</p>	<p>turismo. Outros benefícios são as que a comunidade Querimba recebe com a prestação do trabalho directo e indirecto ao turismo” (...) (Querimba).</p> <p>...” O turismo beneficia a comunidade quando os pescadores vendem todo o marisco nas estâncias turísticas da Ilha. Também beneficia através do emprego nas estâncias turísticas como guardas, cozinheiros e jardineiros” (...) (Rituto).</p> <p>...” Os benefícios são os 20% recebidos através dos comités de gestão que foram criados para a gestão desse valor” (...) (Cumuamba).</p> <p>...” Sim, existe um sistema de comunicação permanente criado ao nível do distrito foi criado um grupo designado turismo e cultura, que envolve representantes de operadores turísticos locais, membros da comunidade e governo no sentido de discutir e envolver todos intervenientes do turismo a engajarem-se no desenvolvimento dessa actividade levando em prática todas decisões e deliberações tomadas nos conselhos consultivos do Governo da Ilha “ (...) (Cimento).</p> <p>...” Um sistema de comunicação como tal, podemos dizer que não existe, só que quando temos um projecto de turismo todos os actores devem estar representados e discutimos como o projecto vai ser implementado” (...) (Querimba).</p> <p>...” Sim existe. E tudo que acontece na Ilha os operadores turísticos tem conhecimento assim com as comunidades” (...) (Cumuamba).</p>
--	--	--

	<p>5.Quais são as principais mudanças que ocorrem no turismo nos últimos anos na Ilha do Ibo?</p>	<p>...” A comunidade sente-se a satisfeita pelo desenvolvimento do turismo e nota-se isso através do desenvolvimento da própria comunidade que hoje é beneficiada de emprego formal assim como também se vê essa satisfação na maneira como eles dão a recepção aos turistas pois eles sabem a importância que o turismo tem no desenvolvimento da Ilha caso concreto a recuperação das ruínas que são transformadas em <i>lodges</i> turísticos.” (...) (Cimento).</p> <p>...” “A satisfação também pode ser medida através dos rendimentos que a comunidade ganha com o turismo. Não é muito, mas vale a pena do que ficar em casa. O ambiente está a mudar na Ilha por causa da presença dos turistas que compram produtos locais. Os jovens estão a trabalhar nos <i>lodges</i>, os investidores incetivam a cultura local como cestaria feita de palha, artigos de capulana assim como aumentam os seus conhecimentos sobre o turismo para atrair turistas com potencialidades locais” (...) (Querimba).</p> <p>...” O que a comunidade gosta mais é a disposição de acomodar os turistas nas suas residências oferecendo a cama de cilha e uma esteira feita localmente e os turistas ficam satisfeitos pela recepção. Como também o aumento da empregabilidade da comunidade nas estâncias turísticas” (...) (Rituto).</p> <p>...” A comunidade sente-se satisfeita com o surgimento dos empreendimentos que melhoraram a paisagem da Ilha mais também pela maneira como interagem com os turistas” (...) (Cumuamba).</p>
--	---	--

	<p>6.As decisões tomadas pelo desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo são do conhecimento das comunidades locais?</p>	<p>...” As principais mudanças que ocorreram no turismo nos últimos anos na Ilha de Ibo (Quirimbas) é o maior envolvimento da comunidade local no turismo. O turismo nos últimos anos passou do turismo em que os turistas procuravam aventura para o turismo comunitário em que os turistas se envolvem na comunidade local convivendo muito com a comunidade assim como aprendem os hábitos locais “(...) (Cimento</p> <p>...” Com o surgimento da Oikos temos casas do turismo comunitário procuradas pelos turistas, de preço acessível e com benefícios às comunidades” (...) (Quirimba).</p> <p>...” As principais mudanças que ocorreram no turismo nos últimos anos na Ilha do Ibo foram construção de mais estâncias turísticas e espaços de turismo comunitário que empregam maior parte da comunidade” (...) (Rituto).</p> <p>...” As principais mudanças na Ilha nos últimos anos são: a comunidade aprendeu a preservar e a promover a cultura local como um dos elementos complementares para o turismo na Ilha, depois são os empreendimentos turísticos que vieram dar mais vida a Ilha com a recuperação de muitas ruínas em <i>lodges</i> e hotéis, que já se tornava um perigo para a Ilha. Assim mudou um pouco a imagem e o ambiente do Ibo. A comunidade ficou sensibilizada para cuidar mais do ambiente, Não ao fecalismo ao céu aberto, oportunidades de emprego e a educação está a melhorar” (...) (Cumuamba).</p> <p>...” Sim, razão pela qual a comunidade participou na criação de código de conduta do turista dentro</p>
--	---	--

7. Como as comunidades locais se interagem com outros actores (operadores turísticos e investidores) no desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo?

do Ibo (Quirimbas). E foi ao pedido da comunidade a criação desse código, isso mostra em virtude da comunidade ter conhecimento e sobre o que acontece no Ibo (Quirimbas) no que concerne ao turismo” (...) (Cimento).

...” Através de consultas comunitárias e conselhos consultivos assim como sempre que há necessidade” (...) (Querimba).

...” Participam através do projecto Redis Ibo que é uma rede de diálogo entre a sociedade civil, sector público e os intervenientes do turismo e cultura para dar o seu ponto de vista” (...) (Rituto).

...” Sim, algumas decisões sobretudo quando são de grande importância procura-se envolver a comunidade local” (...) (Cumuamba).

...” As comunidades locais se comunicam com os outros actores quando há um problema que afecta o desenvolvimento do turismo são convocadas através dos conselhos comunitários da Ilha” (...) (Cimento).

...” Através de consultas comunitárias e conselhos consultivos” (...) (Rituto).

...” Sempre que os operadores turísticos, investidores ou mesmo a comunidade pretendem tomar alguma decisão derigem-se ao governo local para um encontro com todos, onde é consultada a comunidade se concorda com os pontos em discussão. E assim que a comunidade se interage com os outros actores” (...) (Cumuamba).

	<p>8.Os problemas do PNQ que também afectam a Ilha do Ibo pelo desenvolvimento do turismo são discutidos entre os diferentes actores, principalmente nas comunidades locais?</p> <p>9.Como as comunidades da Ilha do Ibo recebem as receitas das taxas de entrada e de utilização pagos no PNQ aos Fundos de Desenvolvimento para as comunidades?</p>	<p>...”Os problemas que afectam a Ilha do Ibo são discutidos entre diferentes actores, também as comunidades ficam envolvidas neste processo para dar o seu ponto de vista” (...) (Rituto).</p> <p>...”Sim, são discutidos e sempre que se achar importante para todos” (...) (Cumuamba).</p> <p>...”As receitas das taxas de entrada e de utilização são da responsabilidade de PNQ a sua cobrança, sendo que uma parte vai para as finanças e os 20% para a comunidade, este valor a comunidade recebe através de acções que são decididas pela própria comunidade através das consultas comunitárias levadas a cabo por um órgão de gestão criado pelo Governo para aplicação desse valor, exemplo concreto a comunidade ganhou um Centro Saúde de Raiz em 2016 através desse fundo de Desenvolvimento para as comunidades e foi uma decisão unânime da comunidade na aplicação dos tais 20% provenientes do desenvolvimento do turismo” (...) (Cimento).</p> <p>...” As receitas duma maneira geral são direccionadas ao Parque Nacional das Quirimbas, então Parque por sua vez recebe o valor através das finanças. As receitas quando são colectadas são depositadas nas finanças. Mais tarde as finanças devolvem os 20% para as comunidades. Os 20% referem-se as receitas colectadas por ano. As finanças quando libertam os valores comunicam os distritos do PNQ e as comunidades são convidadas para dar a sua contribuição como deve ser usado o fundo, existem o comité de gestão em todos os distritos e postos administrativos estes decidem</p>
--	---	---

		<p>como o valor deve ser usado olhando para o desenvolvimento local” (...) (Cimento).</p> <p>...” Recebem através dos comités de gestão criados pelo governo, PNQ e membros representantes da comunidade. Ouvir as comunidades, gerir as propostas da comunidade para o uso dessas receitas no total de 20% das taxas cobradas” (...) (Cumuamba).</p>
<p>3. Avaliar a percepção das comunidades locais sobre o desenvolvimento turístico na Ilha do Ibo, nomeadamente ao nível dos impactos ambientais e socio- económicos da actividade</p>	<p>1. Como o turismo melhora a vida das comunidades locais no PNQ, concretamente na Ilha do Ibo?</p> <p>2. Como é que a presença de turistas na Ilha do Ibo influencia na vida sócio-cultural das comunidades locais?</p>	<p>...” Sim para esta questão a melhoria de vida das comunidades locais através do turismo é notável quando há entrada maciça de turistas porque a comunidade tem mercado para o seu pescado, há emprego nos lodges, como Guias turísticos, marinheiros locais, os barcos das comunidades são alugadas e isso melhora muito a vida da comunidade “(...) (Cimento).</p> <p>...” Venda de peixe e outros mariscos nos <i>lodges</i>. Os turistas alugam os barcos dos locais para passear nono alto mar, observarem golfinhos e baleias (...) (Querimba).</p> <p>...” Porque através do turismo a comunidade ganha emprego, dedicam-se actividade comercial de produtos alimentares, marinheiros e na venda de mariscos (...) (Rituto).</p> <p>...” Melhora através de emprego directo e indirecto” (...) (Cumuamba).</p> <p>...” A presença de turistas influencia sim e neste momento de uma maneira positiva porque quando os turistas chegam perguntam o que devem e não devem fazer, pedem muito para fotografar pessoas e monumentos, têm influenciado as mulheres para usarem trajes locais, pintar mussiro na cara, e com</p>

	<p>3.O que percebem as comunidades locais da Ilha do Ibo sobre os benefícios económicos do turismo?</p>	<p>esse influência a comunidade acaba resgatando a identidade cultural que já estava sendo perdida, de como uma mulher e homem de litoral deve vestir, influencia também muito na cultura local como o caso de danças que já estava sendo esquecidas, e sempre que os turistas vêm ca eles já querem ver a nossa cultura” (...) (Cimento).</p> <p>...” Quando os turistas chegam são entregues um formulário de lei de conduta, tiram fotografias aos monumentos históricos, as mulheres trajadas de capulana e pintadas com mussiro” (...) (Rituto).</p> <p>...” Até então os turistas que vem a Ilha do Ibo acabam gostando da vida cultural das comunidades locais, razão pela qual a sua presença incentiva a comunidade a desenvolver as actividades culturais e os turistas tem apoiado nas iniciativas de cultura, pesca e conservação do meio ambiente” (...) (Cumuamba)</p> <p>...” As comunidades percebem hoje os benefícios do turismo tanto económico e outros benefícios que melhoram a vida da comunidade, por essa razão quando os turistas chegam de barco há muita concorrência dos guias turísticos em acolhê-los e acompanhar aos sítios de acomodação e no final do <i>tour</i> ou excursão são pagos” (...) (Cimento).</p> <p>...” As comunidades no Ibo estão consciencializadas que o turismo traz emprego como também para quem tem pequeno negócio aumenta as vendas” (...) (Querimba).</p> <p>...” As comunidades locais percebem que o turismo trás benefícios económicos sobretudo emprego local e o incentivo a actividades comerciais</p>
--	---	--

	<p>4.Qual é a relação entre o espaço (local onde se desenvolve o turismo) e as zonas onde habitam as comunidades locais?</p>	<p>desenvolvidas em forma de pequeno negócio” (...). (Rituto).</p> <p>...” Percebem que com o turismo tem mais oportunidades de emprego e a capacidade de desenvolver pequena actividade comercial para o próprio turismo como forma de autossustento” (...). (Cumuamba).</p> <p>...” Existe uma relação saudável entre turistas e locais para aprender a cultura de cada um, os turistas junto com os guias turísticos podem passar nas zonas de habitação das comunidades locais para aprenderem e conviver de perto com a comunidade e sempre que o turista achar necessário deixa algum valor ou objecto o que achar em jeito de agradecer assim como a comunidade partilha alguma coisa quando puder sem que nenhum dos lados seja obrigado” (...). (Cimento).</p> <p>...” Os turistas ficam nos <i>lodges</i> e nas comunitárias mas visitam os locais da comunidade para apreciar as danças, o mussiro e a comida típica do Ilha” (...). (Querimba).</p> <p>...” É uma relação estável e existe intercâmbio cultural ambas partes” (...). (Rituto).</p> <p>...”Trata-se de uma relação positiva visto que os turistas tem acesso as comunidades e são bem acolhidos, pois lá se desenvolve o verdadeiro turismo da Ilha do Ibo (...). (Cumuammba).</p> <p>...” A atitude é boa e a comunidade gosta quando o tempo de estadia dos turistas termina nos <i>lodges</i></p>
--	--	---

7.O que está a mudar na vida das comunidades com o turismo na Ilha do Ibo?

...” Contribui através da protecção das áreas de interesse turístico que se tornaram em áreas protegidas, O turismo preserva e conserva a Ilha como também as espécies marinhas que são atractivos para o turismo como os golfinhos assim como a biodiversidade da Ilha” (...) (Cumuamba).

...” O que está a mudar em princípio na vida das comunidades com o turismo agora é a consciência da própria comunidade, agora ela já consegue interagir com pessoas de fora que de antes não acontecia pois vivia-se entre pessoas locais devido a consciência de colonialismo, as comunidades agora têm mais oportunidades de emprego, os jovens agora na sua maioria já conseguem comunicar em línguas estrangeiras como caso de inglês e francês, isso tudo graças ao turismo” (...) (Cimento).

...” Com o turismo na Ilha do Ibo, a comunidade consegue conversar com os turistas porque no princípio tinham medo de conversar com turistas, já vende os bolos e outros doces caseiros aos turistas, pintam os turistas de mussiro. Mussiro é uma planta usada como creme para amassar e tornar a pele lisa sem manchas usadas para as raparigas nos ritos de iniciação como para as noivas ficarem mais bonitas” (...) (Querimba).

...” Com o turismo as comunidades já interagem com diferentes turistas actualmente já têm oportunidades de emprego, nota-se maior parte dos jovens já falam a língua inglesa isso tudo graças ao turismo” (...) (Rituto).

...” Tudo, digo isto porque antes não havia emprego para a comunidade, a actividade era a pesca

		<p>artesanal e não tínhamo onde vender o pescado, havia muito lixo e muito corte de mangal e muito fecalismo ao céu aberto. Não havia gente com capacidade para comprar os produtos artesanais feitos localmente e a cultura local estava sendo esquecida, assim como as infra-estruturas tornavam-se em ruínas, não tínhamos como reabilitá-las. Com o turismo melhorou a educação ambiental. Graças ao turismo tudo está mudar na vida das comunidades” (...) (Cumuamba).</p>
<p>4. Analisar a percepção das comunidades locais acerca da sua participação no processo de desenvolvimento do turismo</p>	<p>1.O que percebem as comunidades locais sobre a destruição da vida selvagem, desflorestamento para satisfazer as necessidades dos turistas como por exemplo; para a construção de <i>lodges</i>?</p>	<p>...” Há maior disseminação dessa mensagem, e hoje a comunidade percebe, porque a Ilha sofreu de erosão uma parte e a comunidade adere a essa mensagem e sempre que vem uma pessoa a derrubar mangal ou outro tipo de tronco em áreas preservadas ou zonas identificadas de risco a comunidade em si denuncia a entidades competentes” (...) (Cimento).</p> <p>...” A comunidade já tem a consciência que não pode cortar o mangal. Nós temos o melhor mangal só cortamos com autorização do PNQ” (...) (Quirimba).</p> <p>...” As pessoas que destroem as espécies florestais têm conhecimento que podem modificar o meio ambiente, então as medidas que são tomadas pelo Parque Nacional de Quirimbas são muitas aplicadas para as pessoas que se envolvem neste tipo de actividade” (...) (Rituto).</p> <p>...” As comunidades percebem que com a destruição e desflorestamento para satisfazer as necessidades turísticas deixam a Ilha frágil e com risco de erosão” (...) (Cumuamba).</p>

	<p>4.Quais são os benefícios económicos que as comunidades locais têm com o turismo?</p> <p>5.Quais são os benefícios sócio- culturais que as comunidades locais têm com o turismo?</p>	<p>seus sítios para alojarem os turistas” (...) (Cimento).</p> <p>...”Temos turismo nas comunidades” (...) (Querimba).</p> <p>...” As comunidades participam no turismo de várias formas, participando em actividades de saneamento do meio e no desenvolvimento de actividade culturais” (...) (Rituto).</p> <p>...” Participam através de iniciativas culturais, associações de representações sobre a história local, trabalhadores de hotéis, guias turísticos e como artesãos e pescadores” (...) (Cumuamba).</p> <p>...” As comunidades locais participam no turismo directo e indirectamente através desenvolvimento das actividades culturais de interesse turístico, através do saneamento do meio, da conservação do ecossistema e há uns com vontade que criaram sítios que alojam os turistas” (...) (Cimento).</p> <p>...” As comunidades dedicam-se à actividade de empreendedorismo, acompanham os turistas de barco para visitar outras Ilhas também transportam os turistas com triciclos, mostrando os locais históricos da Ilha” (...) (Rituto).</p> <p>...”O maior benefício é o emprego” (...) (Cumuamba).</p> <p>...” Melhor domínio é a valorização da sua própria cultura, que com a presença de turistas as comunidades ficam motivadas, exibindo as danças tradicionais que já tinham sido esquecidas, as mulheres aprendem novas tendências de usar a capulana, trabalhar a palha para criação de objectos como</p>
--	---	--

8. Que dificuldades têm as comunidades locais de fazerem parte na tomada de decisão?

...” É importante porque o turismo predominante na Ilha do Ibo (Quirimbas) é turismo comunitário e é impensável que a comunidade não participe na tomada de decisão da actividade do seu interesse” (...) (Cimento).

...” A comunidade deve participar na tomada de decisão para elas tomar conhecimento sobre o turismo na Ilha e o que elas esperam receber em troca” (...) (Querimba).

...” Criação de ideias inovadoras para o desenvolvimento sustentável do turismo” (...) (Rituto).

...” Como disse antes é importante a participação das comunidades porque eles e que recebem e acomodam os turistas na Ilha” (...) (Cumuamba).

...” Antes havia dificuldades de as comunidades fazerem parte na tomada de decisão, por causa do não domínio da língua oficial e da manifestação cultural não prudente mais agora não há dificuldades porque as comunidades estão consciencializadas e organizadas em organizações e são por meio destas que são levados a cabo todas as decisões tomadas pertinentes e de conhecimento da comunidade em geral” (...) (Cimento).

...” Havia problemas em perceber a língua portuguesa e inglesa. Mas agora as coisas estão a mudar. Já temos pessoas que representam a comunidade que falam bem português e inglês” (...) (Querimba).

...” Não existem dificuldades de as comunidades participarem no processo de tomada de decisão” (...) (Rituto).

		<p>...” As comunidades têm conhecimento da sua participação no turismo, na qual o governo local em parceria com Oikos incentiva para que continue a apostar em melhorar o turismo cultural, saneamento do meio” (...) (Rituto).</p> <p>...” Sim tem conhecimento (...) (Cumuamba).</p>
<p>7. Identificar as expectativas das comunidades locais acerca do desenvolvimento turístico no PNQ, concretamente na Ilha do Ibo.</p>	<p>1.O que as comunidades locais gostariam de ter com o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo?</p> <p>2. Será que o turismo pode ser uma alternativa de sobrevivência para as comunidades locais na Ilha do Ibo?</p>	<p>...” Mais postos de emprego para jovens, melhoria de vias de acesso e reabilitação das ruínas” (...) (Cimento).</p> <p>...” Construção de uma ponte que parte de Tandanhague até a Ilha do Ibo para facilitar a passagem da comunidade e diversas mercadorias” (...) (Rituto).</p> <p>...” A comunidade gostaria de ter a ampliação do ensino secundario do primeiro para o segundo ciclo de melhorar a acomodação nas casas de turismo comunitário, a comunidade gostaria de ter material de pesca moderno, iluminação em todos os bairros, melhoria dos mercados comerciais, e melhoria das vias de acesso” (...) (Cumuamba).</p> <p>...” Sim o turismo pode ser uma alternativa e com as mudanças climáticas constantes o pescado e os recursos pesqueiro têm se escasseando, e a evolução do turismo nesse momento tem sido a alternativa para a sobrevivência da comunidade uma vez que o turismo trás o emprego para a comunidade “(...) (Cimento).</p> <p>...” Sim, o turismo pode ser uma alternativa, para facilitar os artesãos a vender os seus produtos aos turistas que chegam a Ilha do Ibo” (...) (Rituto).</p>

3. Que medidas estão sendo tomadas para as comunidades reduzirem a destruição ambiental (a pesca de rasteio, o corte do Mangal e a falta de saneamento do meio na Ilha do Ibo) o que põe em causa o desenvolvimento do turismo?

...”Sim, porque apesar da pesca ser a principal actividade, nem todos podemos ser pescadores, mas com o turismo a população pode encontrar varias formas de se empregar com varias actividades como trabalhar nos hotéis, artesãos, pequeno negocio local, marinheiros e mergulhadores” (...) (Cumuamba).

...” Há medidas que estão sendo tomadas como o caso de mobilização da população, criação de zonas de reserva e dentro das comunidades, Conselhos Comunitários de Pescas (CCPs) que desenvolvem actividades de sensibilização da comunidade a não uso de redes de arrasto para pesca que isso destrói o ecossistema marinho, outra medida que esta sendo feita é a fiscalização de zonas de desenvolvimento de mangal” (...) (Cimento).

...” Os conselhos comunitários de pesca (CCPs) tem como tarefa organizar e sensibilizar as comunidades para abandonarem as prácticas que destroem o meio ambiente. Também fazem a fiscalização so que nao é constante por falta de barcos e fiscais suficientes” (...) (Querimba)

...” Sensibilizar as comunidades para reduzirem as actividades prejudiciais ao meio ambiente por meio de palestras panfletos e filmes” (...) (Rituto).

...” Temos feito programas com OIKOS e WWF para sensibilização das comunidades através de palestras nas comunidades e nas escolas sobre nao destruição do mangal e da floresta. Com estas palestras tem surtido efeito, pois reduziu-se o corte

		de mangal e também o lixo reduziu muito na Ilha do Ibo” (...) (Cumuamba).
3. Dependência Económica	<p>1. Quais são as actividades que as comunidades locais desenvolvem para aumentar a renda?</p> <p>2. Qual é o tipo de pressão que a Ilha do Ibo tem sofrido com o desenvolvimento do turismo?</p> <p>3. Como é que com a presença do turista aumenta o custo de vida na Ilha do Ibo?</p> <p>4. Qual é a expectativa das comunidades locais com a crise que se vive no País?</p>	<p>...” As actividades que as comunidades desenvolvem para aumentar a renda são; pesca, turismo, agricultura e o pequeno comércio” (...) (Cimento).</p> <p>...” Pesca, turismo e pequeno comércio” (...) (Rituto).</p> <p>...” Pesca, turismo, vendas de produtos nas barracas” (...) (Cumuamba)</p> <p>...” Com o turismo há necessidade de iluminar todas as partes da vila, melhorar a imagem da Ilha com ruas pavimentadas, limpeza nas ruínas, saneamento do meio nas praias e aumentar o nível educacional da comunidade” (...) (Cimento).</p> <p>...” Os locais pensam que os turistas têm muito dinheiro. Por isso o peixe é muito caro assim como os produtos alimentícios” (...) (Cimento).</p> <p>...” Com a crise que se vive, significa que as comunidades têm um retrocesso no melhoramento da qualidade de vida e as dificuldades são visíveis porque a comunidade já estava habituada receber turistas e tornava-se a sua actividade de ganhar pão” (...) (Cimento).</p> <p>...” A crise trouxe um retrocesso na comunidade onde afectou o desenvolvimento de actividades rentáveis, com isto significa que o volume de vendas dos seus produtos baixou” (...) (Rituto).</p>

	<p>5. O que está sendo feito para resolver o problema da crise?</p>	<p>...” Pode significar muita coisa, desemprego, pobreza e muito sofrimento, porque há muitos que dependem do turismo” (...) (Cumuamba).</p> <p>...” Neste momento creio que o governo está a trabalhar para solucionar a situação da crise e ataques e com isso esperamos que venha a normalidade a vida turística e mais entrada de turistas para a Ilha do Ibo “(...) (Querimba).</p> <p>...” Sensibilizar a comunidade para que contínuem a receber bem os turistas, sem furtar os bens dos turistas” (...) (Rituto).</p> <p>...” Não sei ao certo, mas o Governo local e provincial estão a trabalhar e os operadores turísticos também no sentido dos turistas Continuarem a visitar a Ilha do Ibo” (...) (Cumuamba).</p>
<p>4. Valorização da Identidade Cultural como atractivo para o turismo cultural</p>	<p>1. Quais são os valores culturais locais que identificam as comunidades da Ilha do Ibo?</p> <p>2. Como os valores culturais podem ser valorizados para o turismo?</p> <p>3. Como se pode melhorar o turismo cultural na Ilha do Ibo?</p>	<p>...” Os valores culturais que identificam as comunidades da Ilha do Ibo são: a fortaleza São Joao Baptista, os Fortins, a 1ª igreja antiga, a história local, os cânticos tradicionais e a comida típica da Ilha do Ibo” (...) (Cimento)</p> <p>...” A comunidade aprendeu a valorizar os valores culturais usando a capulana, o mussiro, participando mais nas danças e cantos tradicionais, nos locais de acolhimento aos turistas servindo mais a comida típica local” (...) (Cimento).</p> <p>...” Usar os trajes locais (a capulana, os cofiós), pintar o mussiro na cara para manter a cara lisa e bonita. Melhorar as danças, o cântico” (Cumuamba).</p>

		<p>...” Reequipar a fortaleza de toda a história da Ilha do Ibo, criar um local na comunidade para os turistas comerem a comida típica da Ilha do Ibo e vender artigos como capulanas, cestarias, chaveiros, objectos de arte maconde para o turista levar como lembrança” (...) (Cimento).</p> <p>...” Valorizar a nossa cultura, haver mais dias para mostrar aos turistas as nossas danças” (...) (Querimba)</p>
--	--	---

Anexo 4: Grelha de Entrevistas Semi- estruturadas dirigidas aos membros das comunidades locais da Ilha do Ibo (18 trabalhadores)

Designados por: João, Sidia, Berta, Lopes, Mariano, Assuate, Abdul, Amisse, José, Lemos, Joana, Maria, Carolina, Amina, Zurra Teresa, Cassiano, Selemane e Abdala.

Categoria	Sub categoria	Unidade de Registo
1.Characterizar a actividade turística no PNQ concretamente na Ilha do Ibo.	1.Quais são as actividades que os trabalhadores desenvolvem nos empreendimentos turísticos na Ilha do Ibo?	<p>...” Recepção de andares, cozinha e tem iniciativas de turismo comunitário significa que as mulheres são proprietárias de restaurantes locais” (...)</p> <p>(João).</p> <p>...” Cozinha e restaurante e bar, serviços de quarto, guias turísticos (...) (Sidia)</p> <p>...“Serviços de quarto cozinha e restaurante e bar (...) (Berta).</p> <p>...” Cozinha, arrumação de quarto, bar (...) (Lopes)</p>

	<p>2. Como os trabalhadores conseguem obter benefícios sócio económicos do turismo?</p> <p>3. Como o turismo na Ilha do Ibo tem beneficiado os trabalhadores a melhorarem a sua condição social, isto é, ter uma casa, água, energia?</p> <p>4. Os salários que os trabalhadores recebem estão de acordo com a tabela em vigor no País sobre o sector privado?</p>	<p>...” Conseguimos ter salário, que nos ajuda nas despesas de casa. Tudo através do emprego no turismo” (...) (João).</p> <p>...” Sim, conseguimos através do salario” (...) (Sídia)</p> <p>...” Com a remuneração que ganhamos conseguimos ter habitação, energia” (...) (Berta, Lopes, Mariano, Assuate, etc).</p> <p>...” Atravês do emprego. Não consigo cobrir com as despesas” (...) (João).</p> <p>...” Emprego é a nossa principal fonte de renda” (...) (Sídia, Mariano, Assuate, Abdul, Amisse, José, Lemos e Joana.)</p> <p>...” Emprego nas estâncias turísticas” (...) (Berta).</p> <p>...” Atravês do emprego” (...) (Lopes)</p> <p>...” Os salários que recebemos estão de acordo com a tabela salarial em vigor no país sobre o sector privado. Não existe discriminação todos tem o mesmo tratamento” (...) (João).</p> <p>...” Os salários que recebemos estão na tabela do país” (...) (Todos).</p> <p>...” Nós temos uma tabela salarial diferente por causa dos dias que temos muito serviço. Fazemos horas” (...) (Berta)</p> <p>...” Quando comecei a trabalhar já sabia quanto iria receber, vi a tabela salarial” (...) (Lopes).</p>
--	--	--

	<p>5. Com os salários que os trabalhadores auferem conseguem oferecerem aos seus filhos uma educação básica e assistência médica?</p> <p>6. Os proprietários dos estabelecimentos turísticos têm observado a legislação laboral (hora de entrada, hora de saída) para que os trabalhadores não permanecem fora da hora normal de trabalho no local de trabalho?</p> <p>7. Como o turismo na Ilha do Ibo tem ajudado os trabalhadores locais a melhorarem a sua condição social?</p>	<p>...” Com os salários que ganho consigo levar os meus filhos a escola cobrir com as despesas de aquisição de material escolar e assistência médica” (...) (João).</p> <p>...” Com o salário que ganho consigo levar as crianças a escola organizar a minha vida” (...) (Sidia, Joana e Lopes).</p> <p>...” Não vou dizer que este salário chega.mas consigo levar as crianças a escola e comprar o material escolar” (...) (Berta e Carolina).</p> <p>...” Com o que ganho já dá para levar as crianças a escola e em caso de doença ao hospital” (...) (Lopes, Mariano, Assuate, Abdul, Amisse, José, Lemos, Joana, Maria, Carolina, Amina Zurra, Teresa, Cassamo, Sulemane e Abdala).</p> <p>...” O patronato respeita a hora de entrada e saída” (...) (Lopes, Mariano, Assuate, Abdul, Amisse, José, Lemos, Joana, Maria, Carolina, Amina Zurra, Teresa, Cassamo, Sulemane e Abdala).</p> <p>...” Sim, temos um horário único para todos funcionários não há exceção” (...) (Lopes, Mariano, Assuate, Abdul, Amisse, José, Lemos, Joana, Maria, Carolina, Amina Zurra, Teresa, Cassamo, Sulemane e Abdala).</p> <p>...” Temos um horário de trabalho, só em caso de eventos, trabalhamos fora do nosso horário normal” (...) (Berta).</p>
--	---	---

	<p>8. Como é feito o recrutamento dos trabalhadores para os empreendimentos turísticos?</p>	<p>...” Através do emprego. Com o salário que temos fazemos alguma coisa” (...) João).</p> <p>...” Se nós estivermos a trabalhar vamos poder ter casa e melhorar a condição da nossa família” (...) (Sidia).</p> <p>...” Com abertura de novos lodges a nossa situação mudou porque antes não tínhamos emprego, com o salário que tenho ajuda em qualquer coisa” (...) (Berta).</p> <p>...” O emprego tem me ajudado bastante, estou a trabalhar no Ibo islands desde que abriram, há mais de cinco anos” (...) (Lopes)</p> <p>...” Através de informação de amigos que trabalham nas estâncias turísticas” (...) (João, Sidia, Berta, Lopes, Mariano, Assuate, Abdul, Amisse, José, Lemos, Joana, Maria, Carolina, Amina Zurra, Teresa, Cassamo, Sulemane e Abdala).</p> <p>...” Fomos formados na escola fundação Ibo e depois alguns candidatos são selecionados para poder trabalhar nos lodges” (...) (Sidia).</p> <p>...” As vezes eles colam os anúncios de vagas” (...) (Berta).</p> <p>...” Afirma que teve informação de amigos através de uma ligação por meio de telefone” (...) (Lopes)</p>
--	---	--

<p>2. Analisar a relação entre os operadores turísticos, investidores e as comunidades locais sobre o turismo na Ilha do Ibo.</p>	<p>1. Como o turismo melhora a a vida dos trabalhadores na Ilha do Ibo?</p> <p>2.Os trabalhadores estão satisfeitos com a empregabilidade no turismo na Ilha?</p> <p>3. Como a presença de turistas influencia na vida sociocultural dos trabalhadores?</p>	<p>...” Através de oportunidade de emprego, habitação, entre outras” (...) (João).</p> <p>...” Sim, com o emprego, temos casa própria, comida, e resolvemos outras necessidades” (...) (Sidia).</p> <p>...” Com emprego” (...) (Berta, Assuate, Amisse e Lemos).</p> <p>... “Sim estamos satisfeitos com as funções que exercemos” (...) (João).</p> <p>...” Sim estamos satisfeitos com o trabalho que fazemos. Só que muitas das vezes entramos e não temos hora de saída porque o trabalho é muito” (...) (Sidia).</p> <p>...” Estou satisfeito porque terminei a 12ª em Pemba e não tinha emprego. Vim para aqui, estou a trabalhar” (...) (Berta)</p> <p>...” Obviamente que influencia, uma das coisas que se verifica é a questão da prostituição por causa da vulnerabilidade económica do distrito as mulheres entregam-se aos turistas pensando que eles têm dinheiro, mas a cultura islâmica repudia esta prática” (...) (João).</p> <p>... “Não influencia a vida sociocultural dos trabalhadores. Continuam a manter a sua identidade cultural” (...) (Sidia).</p> <p>...” Não influencia porque não temos muita aproximação com os turistas” (...) (Lopes).</p>
---	---	---

		<p>...” O lixo que o <i>lodge</i> faz é posto nos contentores e levamos para fora da Ilha” (...). (Berta).</p> <p>...” Através da realização de programas de saneamento do meio” (...) (João, Sídia, Berta, Lopes, Mariano, Assuate, Abdul, Amisse, José, Lemos, Joana, Maria, Carolina, Amina Zurra, Teresa, Cassamo, Sulemane e Abdala).</p>
<p>3. Avaliar a percepção das comunidades locais sobre o desenvolvimento turístico na Ilha do Ibo, nomeadamente ao nível dos impactos ambientais e socio- económicos da actividade</p>	<p>1. Como os tralhadores participam no desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo?</p>	<p>...” Participamos em pequenos projectos de gastronomia e gestão de turismo cultural, promovemos eventos aqui no <i>lodge</i>” (...) (João).</p> <p>...” Para além do trabalho que fazemos participamos nas formações promovidas pela Reddis – Ibo, como atender o turista, servir e um pouco de gastronomia local” (...) (Sídia).</p> <p>...” Temos formações periódicas de gastronomia local só para aqueles que estão na cozinha” (...) (Berta).</p> <p>...” Estou na área de jardinagem e trato do jardim para por o <i>lodge</i> mais bonito” (...) (Lopes).</p> <p>...”Participamos em eventos da Reddis – Ibo para formação dos trabalhadores em gastronomia local e para saber atender os turistas” (...) (Mariano, Assuate, Abdul, Amisse, José, Lemos, Joana, Maria, Carolina, Amina Zurra, Teresa, Cassamo, Sulemane e Abdala).</p>

<p>4. Analisar a percepção das comunidades locais acerca da sua participação no processo de desenvolvimento do turismo</p>	<p>1. Quais são os conflitos sócio-culturais pela participação dos trabalhadores (sexo feminino) no turismo?</p> <p>2. O que percebem os trabalhadores sobre a destruição da vida selvagem, desflorestamento para satisfazer as necessidades dos turistas como por exemplo; a construção de <i>lodges</i>?</p> <p>3. Como é percebido pelos trabalhadores os diferentes tipos de turistas que visitam a Ilha do Ibo?</p> <p>4. Como os trabalhadores participam no processo de tomada de decisão para decidirem sobre os benefícios do turismo?</p>	<p>...” Existe uma igualdade de género” (...) (João).</p> <p>...” Fora de proibir deve se dar um prazo do corte do mangal para o surgimento de novas plantas, pois o uso de material local na construção dos <i>lodges</i> atrai os turistas” (...) (João).</p> <p>...” Na destruição das espécies implica vários factores como mudanças climáticas, desaparecimento da flora e da fauna entre outros factores” (...) (Sidia e Mariano).</p> <p>...” Percebem que é vantajoso o turista apreciar a gastronomia local nos restaurantes comunitários” (...) (João).</p> <p>...” Os trabalhadores percebem que é bom ter diferentes turistas porque eles apreciam a comida local, visitam os lodges comunitários e apreciam a nossa cultura” (...) (Sidia, BertaLopes, Mariano, Assuate, Abdul, Amisse, José, Lemos, Joana, Maria, Carolina, Amina Zurra, Teresa, Cassamo, Sulemane e Abdala).</p> <p>...” Participam através do projecto Redis Ibo é uma criação de rede o diálogo entre a sociedade civil, sector público assim como todos intervenientes do turismo e cultura” (...) (João).</p> <p>...” Através do Projecto Redis para ajudar a criar estratégias benéficas no desenvolvimento do turismo” (...) (João).</p>
--	---	---

	<p>5. Quais são as dificuldades dos trabalhadores participarem no processo da tomada de decisão sobre o tipo de turismo na Ilha do Ibo.</p>	<p>...” Não existem dificuldades em participar todos expõem suas opiniões, no projecto Redis” (...) (João, Sidia, BertaLopes, Mariano, Assuate, Abdul, Amisse, José, Lemos, Joana, Maria, Carolina, Amina Zurra, Teresa, Cassamo, Sulemane e Abdala)</p>
<p>5. Identificar as expectativas das comunidades locais acerca do desenvolvimento turístico na Ilha do Ibo.</p>	<p>1. O que os trabalhadores gostariam de alcançar com o desenvolvimento do turismo na Ilha do Ibo?</p> <p>2. Será que o turismo pode ser uma alternativa de sobrevivência para os trabalhadores na Ilha do Ibo?</p> <p>3. Quais são as áreas que os trabalhadores gostariam de ver melhoradas no turismo na Ilha do Ibo?</p>	<p>...” A comunidade não tem oportunidade no turismo, gostaria que as estâncias oferecessem alojamento e restauração na parte de actividades (<i>dhow safari</i>) como passeio de barco tinha que ser da responsabilidade da comunidade” (...) (João).</p> <p>...” Aumentar mais lodges na Ilha, mais turistas a visitar a Ilha do Ibo para termos mais emprego” (...) (João, Sidia, BertaLopes, Mariano, Assuate, Abdul, Amisse, José, Lemos, Joana, Maria, Carolina, Amina Zurra, Teresa, Cassamo, Sulemane e Abdala)</p> <p>...” O turismo pode ser uma alternativa de sobrevivência através comercialização de mariscos nas estâncias turísticas” (...) (João).</p> <p>...” Sim o turismo pode ser alternativa depois da pesca porque temos emprego nas estâncias turísticas” (...) (Sidia, BertaLopes, Mariano, Assuate, Abdul, Amisse, José, Lemos, Joana, Maria, Carolina, Amina Zurra, Teresa, Cassamo, Sulemane e Abdala)</p>

	<p>4. O que está sendo feito a nível local, para que turistas continuem a visitar a Ilha do Ibo?</p> <p>5. Que medidas estão sendo tomadas para as comunidades reduzirem a destruição ambiental do PNQ, em especial da Ilha do Ibo?</p>	<p>...” O artesanato está muito fraco não tem mercado, curso de costura para trabalhar a capulana tem poucas pessoas para aprender” (...) (João).</p> <p>...” Atendimento aos turistas por causa da língua, melhorar a cozinha local apreciada pelos turistas e locais para assistirem as danças locais” (...) (Sídia, BertaLopes, Mariano, Assuate, Abdul, Amisse, José, Lemos, Joana, Maria, Carolina, Amina Zurra, Teresa, Cassamo, Sulemane e Abdala)</p> <p>...” Apoiar os restaurantes locais na parte da estrutura e apresentação de bons pratos, apoiar os grupos culturais, devem ser mais fortalecidos, apoiar os guias turísticos e melhorar os roteiros turísticos” (...) (João, Berta e Lemos).</p> <p>...”O parque nacional proíbe a destruição do meio ambiente sensibilizando as comunidades através de palestras” (...) (João).</p>
<p>6. Dependência Económica ao turismo</p>	<p>1. Quais são as actividades que as comunidades locais desenvolvem para aumentar a renda?</p> <p>2. Qual é o tipo de pressão que a Ilha do Ibo tem sofrido com o desenvolvimento do turismo?</p>	<p>...” Pesca, turismo, agricultura e pequeno comércio” (...) (João.).</p> <p>...” Pesca, turismo, vendas de produtos nas barracas” (...) (Sídia, BertaLopes, Mariano, Assuate, Abdul, Amisse, José, Lemos, Joana, Maria, Carolina, Amina Zurra, Teresa, Cassamo, Sulemane e Abdala)</p>

	<p>3. Como é que com a presença do turista aumenta o custo de vida na Ilha do Ibo?</p> <p>4. Qual é a expectativa das comunidades locais com a crise que se vive no País?</p>	<p>...” Com o turismo há necessidade de criar mais eventos culturais, formar mais guias turísticos” (...) (Sidia, BertaLopes, Mariano, Assuate, Abdul, Amisse, José, Lemos, Joana, Maria, Carolina, Amina Zurra, Teresa, Cassamo, Sulemane e Abdala)</p> <p>...” Os pescadores quando trazem o peixe vende primeiro nos <i>lodges</i> e depois a comunidade. Porque eles pensam que os donos dos <i>lodges</i> têm muito dinheiro. Por isso o peixe é muito caro assim como os produtos alimentícios” (...) (Sidia, BertaLopes, Mariano, Assuate, Abdul, Amisse, José, Lemos, Joana, Maria, Carolina, Amina Zurra, Teresa, Cassamo, Sulemane e Abdala)</p> <p>...” Ver ultrapassada a crise. Para nós a crise é o desemprego. (...) (João).</p> <p>...” Para as comunidades a crise significa baixa vendas e poucos turistas para apreciar a vida local” (...) (Sidia).</p> <p>...” Pode trazer o desemprego, pobreza porque a comunidade depende do turismo” (...) (Sidia, Berta, Lopes, Mariano, Assuate, Abdul, Amisse, José, Lemos, Joana, Maria, Carolina, Amina Zurra, Teresa, Cassamo, Sulemane e Abdala).</p>
--	---	---

<p>7. Valorização da Identidade Cultural como atractivo para o turismo cultural</p>	<p>1. Quais são os valores culturais locais que identificam as comunidades da Ilha do Ibo?</p> <p>2. Como os valores culturais podem ser valorizados para o turismo?</p> <p>3. Como se pode melhorar o turismo cultural na Ilha do Ibo?</p>	<p>...” Danças tradicionais tufo, rumba e outras danças nativas vindas do continente (João, Sidia, Berta, Mariano e Cassiano)</p> <p>...” Primeiro temos que conhecer o que nos identifica aqui na Ilha do Ibo. Depois melhorar para mostrar aos turistas” (...) (Sidia, Berta, Lopes, Mariano, Assuate, Abdul, Amisse, José, Lemos, Joana, Maria, Carolina, Amina Zurra, Teresa, Cassamo, Sulemane e Abdala).</p>
---	---	--

Fotografia

Foto 1: Casa das Garcas - Turismo Comunitario





Foto 2: Mwani lodge





Foto 3: Historiador da ilha



Foto 4: Cinco Portas Lodge







Foto 5: Ulani Lodge







Foto 6: Ibo Island – Lodge



Foto 7: Karibuni - Turismo Comunitario





Anexos



Plano Final IBO
01a.pdf



Plano Maneio PNQ
(2011-2021).pdf



Plano Final IBO
01.pdf



Política Nacional do
Ambiente.pdf



Plano_Estrategico_
pt_MITUR.pdf



Plano_de_Maneio_P
NQ_2004_2008.pdf



Lei n° 16 /2014 da conservacao da Biodiversidade